



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

Aldair José Dias Carneiro

***OS CASTANHAIS DO SUDESTE DO PARÁ:
COTIDIANOS E DISCURSOS (1930-1964)***

BELÉM/PARÁ
2018

Aldair José Dias Carneiro

***OS CASTANHAIS DO SUDESTE DO PARÁ:
COTIDIANOS E DISCURSOS (1930-1964)***

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Arenz

Belém/Pará
2018

Aldair José Dias Carneiro

***OS CASTANHAIS DO SUDESTE DO PARÁ:
COTIDIANOS E DISCURSOS (1930-1964)***

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de doutor em História.

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz - PPHIST/UFPA (Orientador)

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha – PPHIST/UFPA (Examinador e Coorientador)

Prof. Dr^a. Edilza Joana de Oliveira Fontes - PPHIST/UFPA (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes, NAEA/UFPA (Examinador Externo)

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto, UFMT (Examinador Externo)

Belém, julho de 2018

*Em memória de
Terezinha de Jesus Dias Carneiro
e gratidão a todos da
minha família.*

AGRADECIMENTOS

O investimento nessa pesquisa e a concretização desse trabalho não se tornariam realidades sem a colaboração e incentivos promovidos por algumas pessoas e instituições. Reitero meus agradecimentos à Universidade Federal do Pará pelo acolhimento e formação desenvolvidos desde a graduação até o doutoramento.

Ao meu ilustre orientador, professor Karl Heinz Arenz, pela paciência e pelas muitas dicas que me fizeram ver melhor, não somente meu objeto, mais também às propostas bibliográficas em torno da problemática em questão.

A todos os professores do PPHIST-UFPA que, de uma forma ou de outra contribuíram com a produção desse trabalho, seja orientando quanto às referências bibliográficas, seja indicando pistas com relação à documentação pertinente à tese. Dentre todas essas manifestações em favor dessa produção, destaco a coorientação do professor Pere Petit Peñarrocha que por vezes deu prioridade aos nossos encontros de orientação, além da professora Francine Gama Lacerda pelas dicas interessantes na qualificação desta tese e ao professor Rafael Chambouleyron pelos incentivos e créditos.

A todos que facilitaram o meu acesso aos arquivos, cuja documentação foi pertinente à produção deste trabalho: à coordenação e funcionários do Arquivo Público da Fundação Casa da Cultura de Marabá; à coordenação e funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará; à coordenação e funcionários da biblioteca da SUDAM; à coordenação e funcionários da biblioteca Emílio Goeldi e aos demais funcionários dos arquivos e bibliotecas no interior do Campus da Universidade Federal do Pará.

A realização deste trabalho não seria possível sem o estímulo e outras diversas formas de apoio de meus familiares. Por isso, agradeço aos meus filhos Heitor Oliveira Carneiro e Catarina Oliveira Carneiro e esposa Nielly Oliveira da Silva. Aos meus irmãos e irmãs que sempre me apoiaram em minhas decisões acadêmicas: Raimundo, Maria, João e Joana, Permínia, Odilon, Eva, Antonino e Lurdes.

A Prefeitura Municipal de Marabá pelo apoio a essa pesquisa. Meus agradecimentos também às personagens que contribuíram diretamente nesse processo: os queridos e renomados professores Fábio Rogério, Florípes do Amaral “Flor”, Marilza Leite, Carlos André, Pedro Chaves e Eva Bueno, além dos formadores do Programa de Formação Continuada de Professores da Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

Dedico este trabalho, especialmente, à memória de Terezinha de Jesus Dias Carneiro e de meus pais Auto Dias Ribeiro e Antônia Carneiro Dias. Também a todos que direta ou indiretamente contribuíram com esta tese e que por ventura não foram citados. Meu muito obrigado!

*“História e Poder são como irmãos
siameses, separá-los é difícil”
(Francisco Falcon, 1997: 61).*

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é mostrar que os fatores políticos foram determinantes na formação da estrutura econômica dos castanhais do sudeste do Pará, e que o seu desenvolvimento se deu conforme as ideologias e os engajamentos partidários de três lideranças, a saber: Deodoro Machado de Mendonça, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Nagib Mutran. Com eles, os castanhais do sudeste paraense foram regulamentados, e o período de maior intervenção partidária na região foi registrado entre 1930 e 1964. Destacamos, inicialmente, a regulamentação empregada aos castanhais em 1930, pelo então interventor paraense Magalhães Barata, atitude que contrariou as pretensões patrimonialistas de governos anteriores, representados por Deodoro de Mendonça. Neste momento, nasceram às disputas políticas que determinaram a dinâmica de funcionamento dos castanhais da região, caracterizadas pelo baratismo e o antibaratismo. Essa rivalidade em âmbito estadual foi adequada aos castanhais do sudeste paraense pelo líder local, Nagib Mutran. Assim, a disputa política em torno dos castanhais permaneceu até 1951, quando Barata foi derrotado nas eleições para governador do Pará. A partir de então, os projetos federais para a valorização econômica da Amazônia, iniciados em 1952, aceleraram as apropriações de terras no sudeste do Estado, o que gerou o enfraquecimento da economia extrativista e a derrocada econômica dos castanhais da região em início de 1960. Porém, os castanhais do sudeste paraense não se resumiram aos discursos e aos projetos econômicos, paralelo a eles, no interior dos castanhais, haviam os castanheiros locais com suas ações cotidianas peculiares ao espaço da floresta. Por ser a economia da castanha uma atividade sazonal, esses habitantes dos castanhais se acostumaram a realizar outras ações que, por sua vez, passaram a fazer parte do dia-a-dia na floresta. Os habitantes dos castanhais, não eram apenas castanheiros, eram também agricultores, caçadores, pescadores e devotos. Essas atividades, por serem todas elas importantes e rotineiras, orientavam os habitantes dos castanhais a regularem suas ações cotidianas munidos de certa autonomia, não sempre condizentes com as decisões políticas.

Palavras-chave: Discursos, Cotidianos, Baratismo, Castanhais da Amazônia, História Política.

ABSTRACT

The main objective of this research is to show that political factors were fundamental in the formation of the economic structure of Brazil Nut Zones in southeastern Pará, and that their development was marked by the ideologies and the political engagement of three leaders, namely Deodoro Machado de Mendonça, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata and Nagib Mutran. With them, the Brazil Nut Zones in southeastern Pará were regulated, and the main period of political partisan intervention was registered between 1930 and 1964. We highlight, initially, the regulations employed in 1930, by the Intervenor of Pará Magalhães Barata, whose attitude contradicted the claims of the of previous Governments, representing the traditional landowner elite, especially Deodoro de Mendonça. At that moment, were born the political disputes that determined the dynamics of the Brazil Nut production in the region, characterized by *baratism* and *antibaratism*. This rivalry at state level was transferred to the Brazil Nut Zones of southeastern Pará by the local leader, Nagib Mutran. Thus, the political dispute over the Brazil Nut Zones remained until 1951, when Barata was defeated in the elections for governor of Pará. Since then, the federal projects for the economic valorization of the Amazon region, initiated in 1952, accelerated the appropriations of lands in the southeastern part of the state, which led to the weakening of the extractive economy and the economic collapse of the region's Brazil Nut Zones in the early 1960s. However, the Brazil Nut Zones in southeastern Pará were not confined to discourses and economic projects. Parallel to them, inside the production zones, there were the local Brazil Nut gatherers with their daily actions, peculiar to the environment of the forest. Because the Brazil nut economy is a seasonal activity, these inhabitants of the zones have become accustomed to other activities that, in turn, made part of the daily life in the forest. The inhabitants of the Brazil Nut Zones were not only gatherers, they were also farmers, hunters, fishermen and devotees. These activities, because they were all important and routine, directed the inhabitants of the Brazil Nut Zones to regulate their daily actions with a certain autonomy, not always in accordance with the political decisions.

Key words: Discourses, Everyday Life, *Baratism*, Brazil Nut Zones, Political History.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Região sudeste do Pará.....	44
Figura 2 – Localização da cidade de Boa Vista de Goiás	54
Figura 3 – Prática de extração do caucho e utilidade das vias hidrográficas	66
Figura 4 – Os principais núcleos urbanos da região sudeste do Pará	72
Figura 5 – Localização dos principais portos da região sudeste do Pará	83
Figura 6 – A região de castanhais e suas principais vias hidrográficas	85
Figura 7 – Trabalhadores castanheiros	89
Figura 8 – Castanheiro em atividade	90
Figura 9 – Porto no castanhal	91
Figura 10 – Embarque de castanha	92
Figura 11 – Paneiro e pé-de-bode	94
Figura 12 – Transporte de castanha	96
Figura 13 – Documento de liberação para exploração de castanhais	99
Figura 14 – Atividade dos fiscais de castanhais	101
Figura 15 – Requerimento da guia de embarque de castanha	111
Figura 16 – Guia de embarque de castanha	112
Figura 17 – Capelinha de Santa Terezinha do Tauiry	125
Figura 18 – Senhor Luiz Gomes da Silva, “Pé de pano”	129
Figura 19 – Líderes marabaenses e a recepção ao Deodoro Machado de Mendonça	146
Figura 20 – Inauguração do retrato de Dionísio Bentes em Marabá	153
Figura 21 – Aviamento e comércio de castanha	155
Figura 22 – Deodoro de Mendonça no castanhal Jenipapo	156
Figura 23 – Partido Social Democrático em Marabá	180
Figura 24 – Campanha de Magalhães Barata ao governo do Pará em 1946	186
Figura 25 – Interventor Magalhães Barata em Marabá	192
Figura 26 – O Jornal <i>Marabá</i> e o interventor	194
Figura 27 – O <i>Marabá</i> na campanha da castanha	197
Figura 28 – Acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos	200
Figura 29 – Doação de terras do Pará à Fundação Brasil Central	201
Figura 30 – A Fundação Brasil Central	204
Figura 31 – Os jornais baratistas <i>Marabá</i> e <i>O Liberal</i>	206
Figura 32 – Os usos do comunismo na retórica de <i>O Liberal</i>	211

Figura 33 – Primeira Edição de <i>O Liberal</i>	212
Figura 34 – Alexandre Zacarias de Assunção	220
Figura 35 – Jornal <i>O Progressista</i>	232
Figura 36 – Jornal <i>A Safra</i>	235
Figura 37 – “Os dois louros de Marabá”	248
Figura 38 – O batismo do barco de Nagib Mutran	250
Figura 39 – O discurso de Deodoro de Mendonça	254
Figura 40 – Revista <i>Itatocan</i>	263
Figura 41 – Jornal <i>A Notícia</i>	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	82
Tabela 2	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O espaço Sudeste do Pará	38
1.1. A ocupação do vale do Médio Tocantins	40
1.2. A fundação da Colônia Agrícola do Itacaiúnas	50
1.3. O tempo do caucho no sudeste do Pará	62
1.4. A região de castanhais nos registros de viajantes	68
CAPÍTULO II – A vida cotidiana nos castanhais	78
2.1. A formação das comunidades castanheiras	80
2.2. O regime de trabalho nos castanhais	88
2.3. As atividades socioeconômicas “autônomas”	114
2.4. O universo cultural-religioso dos castanheiros	123
CAPÍTULO III – Os castanhais nos discursos de Mendonça e Barata	136
3.1. Os castanhais entre interesses locais e estaduais	139
3.2. A propagação do latifúndio por Deodoro Machado de Mendonça	149
3.3. A política de interferência do Estado sob Magalhães Barata	158
CAPÍTULO IV – Os castanhais após o Estado Novo	169
4.1. As oligarquias estaduais e o fim do Estado Novo	171
4.2. A reorganização do baratismo após 1945	185
4.3. O antibaratismo estadual	214
CAPÍTULO V – Disputas políticas e declínio econômico	228
5.1. As articulações antibaratistas no Sudeste do Pará	231
5.2. A promoção do comércio livre por Nagib Mutran	259
5.3. O declínio dos castanhais nos anos 1960	275
CONCLUSÃO	285
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	292
Fontes orais	292
Fontes impressas	292
Referências Bibliográficas	300
Anexos	311

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o sudeste paraense e buscar os seus principais pilares históricos surgiu, em grande medida, pelo fato de eu viver na região. O meu interesse em desvendar os rumores, as falácias, os contos épicos relacionados à formação e o desenvolvimento da cidade de Marabá e do sudeste do Pará, ouvidos e lidos em diversas situações, contribuiu para essa escolha. No campo político, a familiaridade com a presença de nomes e sobrenomes de sujeitos influentes no passado da região, personalizados nos estabelecimentos e nomes de ruas. São referências aos sobrenomes, Mendonça, Barata e Mutran. Nos eventos locais de características econômicas, são os períodos áureos do caucho, *Castilloa ulei*¹ e, principalmente, da castanha, *Bertholetia excelsa*² quem ganham maiores destaques.

A escolha do título, *Castanhais do Sudeste do Pará: Cotidianos e Discursos (1930-1964)*, foi no intuito de priorizar o que se constituiu enquanto estrutura de castanhais na região, observando a sua valorização e desenvolvimento como resultado dos sucessivos discursos políticos estaduais e locais. Por outro lado, avaliar as comunidades e moradores no lugar, suas ações e reações perante às intervenções políticas e econômicas desenvolvidas nos castanhais. Os marcos sugeridos, de 1930 a 1964, delimitam um período de disputa política iniciada logo após o “Movimento de 1930”, quando o funcionamento dos castanhais da região sudeste do Pará esteve relacionado às subjetividades e convicções políticas características de três sujeitos em destaque, Deodoro Machado de Mendonça, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Nagib Mutran. A política de centralização instituída no Pará pelo seu primeiro Interventor Magalhães Barata, contrariou Deodoro de Mendonça e suas características patrimonialistas, típicas dos governos anteriores a 1930. No sudeste do Pará, o oposicionismo às regulamentações empregadas aos castanhais por Magalhães Barata, coube ao líder político e econômico Nagib Mutran, a partir de 1947, através do seu jornal *A Safra*.

¹ Popularmente conhecido como caucho, é uma árvore nativa da floresta amazônica, da qual se extrai um látex utilizado para se fabricar borracha de qualidade inferior. É utilizado pelos índios e seringueiros para se fabricar os encauchados. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/caucho>> Acesso em 13 fev. 2018.

² É uma das mais exuberantes árvores da Floresta Amazônica. Produz frutos lenhosos (ouriços), com 10 a 25 sementes (amêndoas), que podem ser consumidas in natura ou industrializadas, ricas em proteínas, carboidratos, lipídios, vitaminas e Selênio. No Brasil, os maiores produtores dessa castanha são os Estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/34147/polinizacao-da-castanheira--ibertholletia-excelsa-bompli--ilecythidaceaei-biologia-floral-sistema-reprodutivo-e-manejo-dos-polinizadores-em-areas-nativas-e-cultivadas-na-amazonia-brasileira>> Acesso em 13 fev. 2018.

Além de atuarmos no campo dos discursos e das regulamentações econômicas, nos preocupamos em analisar as comunidades castanheiras que se desenvolveram no interior dos castanhais da região. Então, nossa outra proposta foi fazer o levantamento de informações sobre a ocupação da região sudeste do Pará. Durante essa ação, enfatizamos os processos migratórios, as formações de núcleos urbanos, o adensamento populacional e a adequação dos indivíduos às características particulares dos castanhais. Além do mais, destacamos a importância de se conhecer mais a fundo o funcionamento de um castanhal, observando a complexidade nas diversas atividades desenvolvidas no dia-a-dia dos castanheiros perante um sistema regulador e de caráter expansionista empregado aos castanhais. Essa análise histórica, política e social do processo de ocupação da região nos abriu margens para a discussão acerca da formação e desenvolvimento dos diversos cotidianos relacionados ao lugar sudeste paraense. Nos referimos aos habitantes envolvidos nas atividades econômicas emergentes na região a partir de final do século XIX, as ligadas ao caucho e à castanha, atividades extrativas tidas como as mais importantes. Como percebido, essas economias se encontravam rodeadas por diversas outras possibilidades peculiares de sobrevivência nas regiões de rios e florestas. Por conta disso, no sudeste paraense, a luta pela sobrevivência exigiu o investimento adaptado ao ritmo característico da mão de obra instalada na região. A referência metodológica foi adquirida de Edward Palmer Thompson, das suas propostas de pesquisa contidas na obra *Senhores e Caçadores*. O trabalho de Thompson, nos ajuda a compreender o funcionamento da estrutura burocrática empregada em conjunto, entre governo estadual e municipal, no intuito de buscar um controle produtivo e territorial nos castanhais, já que a produção de castanha havia sido tomada como a economia mais importante do Estado do Pará.

Antes de nos atermos aos cotidianos e aos discursos, buscamos levantar informações acerca da visibilidade da região sudeste do Pará e da utilização política de seus castanhais. Neste caso, conforme registro do viajante e intelectual Ignácio Moura, os recursos naturais da região já eram exaltados como importantes desde o século XVIII, sobretudo, pelas possibilidades de locomoção oferecidas pela bacia Araguaia-Tocantins. Para tanto, nos utilizamos da obra de Lucien Febvre *O Reno* e as suas abordagens acerca daquele rio europeu e seu importante papel histórico, político, social e econômico no que tange às relações entre diferentes povos e seus distintos interesses. Por esse motivo, o referido rio teria estimulado os relatos mistificadores e ideológicos, sobretudo, dentro de um contexto de rivalidade entre franceses e alemães. Vimos que na proposta de Febvre, as características do Reno moldaram os povos habitantes de suas margens com suas possibilidades geográficas e de navegação. Por sua vez, o Reno acabou sendo forjado por cada cultura do seu entorno, devido às suas diversas

formas de utilização enquanto rio: movimentos de guerra, rotas comerciais, práticas de agricultura são alguns exemplos.

Nessa pesquisa sobre a formação dos castanhais do sudeste do Pará, investimos na utilização da bacia Araguaia-Tocantins, cujas vias fluviais interligam a região Norte ao Centro e Nordeste brasileiros. Essa possibilidade de navegação, alimentou projetos políticos, econômicos e ações de controle territorial no final do século XIX. Nesse período, comerciantes goianos e maranhenses, devido ao crescimento de seus rebanhos bovinos e das práticas extrativistas investiram, constantemente, na rota fluvial dos rios Araguaia e Tocantins em busca de mercados na região norte brasileira. Naquele tempo, os rios se fizeram as mais importantes vias de escoamento até Belém do Pará e o Atlântico. Essa importância comercial adquirida pela bacia Araguaia-Tocantins, portanto, proporcionaria as diversas intervenções políticas promovidas principalmente pelos três Estados mais banhados pelos rios: Pará, Goiás e Maranhão. O espaço sudeste do Pará, cortado pela bacia Araguaia-Tocantins, por sua representação enquanto via de locomoção passou a ser disputado e seus recursos reivindicados. Porém, os primeiros investimentos oficiais enquanto intervenções governamentais definitivas só tiveram início em final do século XIX, concretizados pelo governo do Pará a fim de manter a região disputada como parte do território paraense. Essas intervenções fizeram parte dos projetos agrícolas promovidos pelo então governador paraense Lauro Sodré, em seu mandato desenvolvido entre 1891 e 1897. E pelo visto, a ação constituiu-se em investimento oficial voltado à colonização, resultando na criação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas.

Seguindo essa linha de pesquisa, desenvolvemos uma análise relacionada às intervenções do governador paraense de Lauro Sodré na região sudeste do Pará em final do século XIX. Com isso, abrimos um debate com outros autores que expuseram seus respectivos pontos de vista sobre essa região no referido período: Marília Ferreira Emmi, Otávio Guilherme Velho, Roberto da Matta, além de escritores locais como, Maria Virgínia Bastos de Mattos e Almir Queirós de Moraes. Os argumentos levantados com relação à fundação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, tem o intuito de mostrar como os diversos posicionamentos historiográficos contribuíram na construção de uma memória histórica da região em estudo. Sobre às intervenções políticas e econômicas realizadas pelo governador Sodré na região sudeste do Pará, propomos outra interpretação que contraria a produção historiográfica tradicional, aquela que supervaloriza a participação de grupos políticos locais na dinâmica de formação social e territorial do sudeste paraense. A razão de tal abordagem foi o interesse em desvendar o percurso sócio-histórico da região sudeste do Pará, propondo uma visualização mais completa do objeto em estudo.

Em nossos argumentos, fazemos referência a um líder político historicamente conhecido na região sudeste do Pará. Nos referimos a Carlos Gomes Leitão, um fugitivo de conflitos de cunho político e religioso da então cidade de Boa Vista de Goiás, que foi responsabilizado por iniciar uma ocupação na região e cuja ação teria partido de seu próprio interesse em empreender uma colonização no lugar escolhido por ele mesmo. A análise de registros oficiais nos apresentou uma inversão dessa ordem. O grupo de Leitão teria se tornado apenas uma oportunidade para o governador Sodré legitimar o controle estratégico sobre a região sudeste paraense. Embora unidos pela filosofia positivista, tanto Sodré quanto Leitão almejavam interesses distintos. No caso de Leitão, ele procurava um lugar em que pudesse restituir seus domínios políticos territoriais que, por sinal, haviam sido perdidos com o movimento de Boa Vista. Quanto ao percurso histórico e social, a documentação oficial do governo do Pará atesta que no projeto a ser colocado em prática por Sodré, já estava incluída a escolha do lugar onde se iniciaria a ocupação no sudeste paraense: a margem esquerda do rio Tocantins, próximo à foz do rio Itacaiúnas. Portanto, almejamos com essa abordagem, tratar da oficialização da ocupação de uma região estratégica, nas proximidades do encontro dos rios Araguaia e Tocantins, pretendida também por goianos e maranhenses, como já foi mencionado. Leitão e seu grupo, como percebido em documentos oficiais do governo paraense e em registros do principal interlocutor de Sodré na região, Ignácio Baptista de Moura, não tiveram participação na construção do projeto de ocupação do sudeste paraense, lhes foram passadas apenas as regras a serem cumpridas. Constituiu-se enquanto uma concessão de terras de Sodré a Leitão, quando foram impostas rigorosas exigências que sequer foram cumpridas em seu todo, o que ocasionou na quebra do acordo e no fim do contrato concessionário.

As intervenções políticas e econômicas na região sudeste do Pará desenvolvidas por Lauro Sodré se constituíram, como visto, em propostas de colonização com características exógenas, já que foram feitas conforme interesses políticos estadual. Enquanto referência teórica para a melhor percepção do evento, nos atemos às proposições de Bertha Becker e suas confirmações acerca dos sucessivos modelos de colonização da Amazônia. Acreditamos que a escolha tornou possível a visualização das relações de poder político e econômico mantidas entre o principal representante político estadual, Lauro Sodré, e os grupos locais no sudeste do Pará. Para a geógrafa, a dinâmica de colonização dos territórios amazônicos foi, em todos os contextos, mantida através de políticas de Estado. Esse mesmo Estado, por conseguinte, a partir de interesses políticos e econômicos, alcançou os respectivos espaços e os fez seus lugares de domínio político, econômico e também social.

Outro exemplo relacionado às práticas de intervenção política estadual nos diversos territórios amazônicos, indicados por Becker, é a preocupação de Lauro Sodré em manter uma sustentabilidade da produção agropecuária que se fizesse compatível com a dinâmica produtiva da borracha amazônica, *Hevea brasiliensis*,³ de final do século XIX. Não que houvesse, naquele período, uma escassez de alimentos resultante da grande migração de trabalhadores da produção alimentícia para a extração do látex, mas foi apenas uma preocupação em manter o fornecimento de alimentos, tendo em vista o grande envolvimento da força de trabalho na extração da borracha. A preocupação de Sodré o teria estimulado a investir tributos angariados na comercialização de borracha na criação de colônias agrícolas, burgos agrícolas e núcleos de colonização em várias regiões do interior paraense, dentre os que foram criados está o Burgo Agrícola do Itacaiúnas no sudeste do Pará. É certo que o modelo de colonização da região sudeste paraense almejado pelo governador Sodré não obteve êxito, pois houve uma migração maciça da mão de obra da agropecuária, predominante no Burgo do Itacaiúnas, para o extrativismo do caucho. Na região, o produto de caucho foi descoberto no alto rio Itacaiúnas em final do século XIX. O investimento na produtividade do caucho contrariou as pretensões de Sodré, visto que, o projeto deste era incentivar o cultivo. A dinâmica de extração e comercialização do caucho estimulou o povoamento do entorno da foz do Itacaiúnas por onde navegavam o maior número de caucheiros, dando origem à cidade de Marabá.

As características econômicas e sociais que possibilitaram a formação do núcleo urbano de Marabá, como a fuga de Boa Vista e as práticas extrativistas, foram determinantes na formação de um povoamento na foz do rio Lago Vermelho, também à margem esquerda do Tocantins a cerca de 30 quilômetros de Marabá, que resultaria na cidade de Itupiranga. A desvalorização da borracha amazônica durante a segunda década do século XX, por sua vez, desviou a atenção para outro produto da floresta que consumaria o desenvolvimento social e tornaria possível maiores intervenções políticas na região sudeste paraense: a castanha. A possibilidade do deslocamento via bacia Araguaia-Tocantins, seja descendo das regiões centrais em direção ao norte do país, seja subindo pelo caminho inverso, além do valor comercial da borracha, aceleraram o processo de ocupação do sudeste paraense.

³ De acordo com Paulo de Souza Gonçalves, pesquisador da EMBRAPA, em artigo publicado com título: “*Origem, variabilidade e domesticação da hevea; uma revisão*”, caracteriza-se como uma árvore de porte ereto, casca normalmente cinza e moderadamente macia. É a espécie mais alta do gênero. No seu hábitat natural, as árvores vão além de 40 metros de altura e apresentam uma sobrevivência superior a 100 anos. Em plantios comerciais, raramente excede 25 metros de altura, em função da redução de crescimento pela sangria. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/13355>> Acesso em 13 fev. 2018.

Em outro ponto do debate, apresentamos os indivíduos e grupos que se adensaram nos espaços do sudeste do Pará, aqueles que passaram a manter fortes relações entre si e com a floresta, desenvolvendo uma diversidade de ocupações ditadas pelo ritmo do meio. Além da castanha, cuja safra ocupa um tempo determinado, entre dezembro e março, outros produtos da floresta exigem períodos diferentes para a sua extração. Eis a complexidade da rotina desenvolvida pelos ocupantes da região. As forças investidas na coleta de produtos da floresta passaram a se revezar na preparação das roças, no cultivo e colheita da produção, além do envolvimento com a caça e pesca. Para a análise das manifestações culturais desenvolvidas no interior dos castanhais do sudeste do Pará, recorreremos às propostas do historiador Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano*. A metodologia de análise trata dos usos que os sujeitos, em situação de desvantagem fazem dos produtos culturais, como os fabricam e ressignificam, constituindo-se como “artes de fazer”. Elementos culturais que, por ventura, eram usados no cotidiano, passavam a ser apropriados e transformados em outros produtos através das “táticas” e “astúcias” adquiridas nos lugares de convivência, onde eram produzidas novas práticas e novas artes de fazer. No caso das comunidades castanheiras, as suas diversas expressões populares não representaram passividades, nem significaram que estivessem subjugados por instituições capitalistas ou mecanismos de poder. Foram apenas criadores de novos sentidos e de situações novas, em processos de reinvenção. Quanto às “estratégias” adotadas como referências dos discursos capitalistas, elas foram empregadas na região de castanhais do sudeste do Pará, propondo um ritmo de intensas produtividades, primeiro do caucho e depois da castanha. Neste caso, foram priorizados os discursos de desenvolvimento regional e adotados sistemas burocráticos para isso e elementos difusores das propostas de modernização. Por outro lado, os castanheiros habitantes dos castanhais não se esquivaram de praticar a coleta, mas procuraram adequar à dinâmica extrativista aos ritmos dos seus cotidianos, revezando-a com outras atividades pertinentes à sobrevivência na floresta. Os cotidianos das comunidades castanheiras, portanto, eram constantemente reinventados, constituindo inúmeras ações em sucessivas formas de resistência.

Assim, para estudarmos as formas de funcionamento dos castanhais do sudeste paraense, nos embasamos na documentação emitida pelas prefeituras, sobretudo de Marabá e Itupiranga, além da bibliografia local relacionada ao sistema produtivo de castanha. Foram os ofícios e cartas trocados entre fiscais municipais e os executivos como, os guias de despachos da castanha e seus requerimentos, autorizações de arrendamentos, listas de trabalhadores castanheiros, registros de matrícula dos castanheiros, ocorrências policiais, registros de cobrança de impostos emitidos pelas prefeituras, documentos de contratação e exoneração de

fiscais locais e estaduais, decretos e portarias municipais. O contato com esses registros do período de maior visibilidade dos castanhais da região, entre 1945 e 1960, nos fez visualizar o formato da legislação dos castanhais. Vimos que a estrutura legal estava constituída em um conjunto de determinações que regulava o funcionamento nos castanhais da região. Os diversos sujeitos que se envolveram na economia dos castanhais, castanheiros e arrendatários, estavam todos sujeitos à sua legislação. A estrutura política montada em torno dos castanhais acabou por influenciar na vida dos trabalhadores que se envolviam nela, seja nos castanhais em período de safra, seja fora deles na entressafra, determinando comportamentos que deveriam ser seguidos no convívio social. A legislação no sudeste paraense passou a regular até mesmo os dias de ingresso nos castanhais em início de safra, determinando a perda do direito de acesso aos castanhais a quem fosse desobediente. Tanto os trabalhadores castanheiros quanto arrendatários e suas embarcações inseridos na coleta oficial da castanha, precisavam estar registrados em seus mínimos detalhes para o maior controle do processo de coleta. A extração, o escoamento e a comercialização da castanha estavam sob monitoramento do poder público municipal e estadual. Estes, procuravam evitar, ao máximo, a ocorrência de fraudes e contrabandos. Foi determinada enquanto regra, a rota comercial para o escoamento da castanha extraída do sudeste do Pará, tinha que ser descendo o rio Tocantins até Belém, não eram admitidas exceções. A prioridade dada a essa rota, não foi uma exclusividade do comércio da castanha, tratou-se de uma escolha inerente ao processo de colonização da região iniciada no final do século XIX. Nesse período, o então governador Lauro Sodré investiu no sudeste do Pará e, naturalmente, como ação protecionista, a rota em direção a Belém seria adotada, evitando o favorecimento dos Estado da região central do país, como Maranhão e Goiás.

A estrutura econômica dos castanhais também mantinha seus agentes específicos de fiscalização, eram os fiscais municipais contratados especificamente para os castanhais. As atribuições desses fiscais era o monitoramento da produção em castanhais de serventia pública, que eram os castanhais controlados e regulados pelo executivo municipal. Atuando no município à frente da Coletoria de Rendas Estadual estava o coletor estadual de impostos, fiscalizando arrendamentos e arrecadando tributos referentes à qualquer movimentação comercial da castanha. Portanto, os governos municipais e estaduais utilizavam os castanhais com perspectivas capitalistas, priorizando o aumento da produtividade de castanha, os castanheiros locais estavam isentos dessa única preocupação, pois, além de castanheiros, eles

eram caçadores, pescadores, agricultores vazanteiros⁴ e precisavam cumprir suas obrigações religiosas.

Em outra parte da pesquisa, relacionamos à produção dos discursos, à construção do sudeste paraense enquanto região estrategicamente importante. Neste caso, ela esteve fortemente vinculada a elementos de atração econômica que justificaram sucessivas intervenções políticas. Nesse sentido, foram as práticas extrativistas que funcionaram como pilares de sustentação dos discursos. Após a produtividade do caucho no final do século XIX e início do XX, seguida pela desvalorização da borracha, foram dadas prioridades à produção de castanha. A extensão territorial do sudeste do Pará esteve historicamente associada às suas áreas de produção, como região dos cauchais, polígono dos castanhais ou região de castanhais. Para a visibilidade da região estiveram em destaque as ações de personalidades políticas pontuais que, por sua vez, determinaram o modelo de desenvolvimento socioeconômico a ser seguido. Porém são em destaque, sucessivamente, Deodoro Machado de Mendonça, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Nagib Mutran.

São variadas as pesquisas científicas e produções memorialistas que remontam aos ditos personagens como contribuintes no processo de formação simbólica do espaço que convencionou chamar-se de região dos castanhais do sudeste do Pará. Porém, nessas produções, as citadas lideranças são justapostas ao lado de sujeitos políticos locais no sudeste do Pará, em situação de igualdade ou priorizando às práticas desses mesmos líderes no processo de construção da estrutura política e econômica local. Propusemos uma pesquisa de outra forma. Os participantes da política no local do sudeste paraense seguiram dinâmicas econômicas e políticas empregadas de fora por ideologias estaduais. Devido à existência de recursos atrativos na região, a sua obtenção esteve relacionada à busca pelo poder e ao controle político do espaço compreendido pela região de castanhais do sudeste paraense. A formação e o desenvolvimento histórico de um território estrategicamente importante na região esteve de acordo com o modelo de intervenção empregado por agentes políticos de destaque, conforme cada concepção, engajamento e formação política. Os castanhais da região sudeste do Pará constituíram-se à imagem e semelhança de sucessivos projetos políticos que determinaram fronteiras e instituíram regras econômicas e controle ideológico.

A influência política e ideológica constituiu-se em fator predominante no processo de construção simbólica da estrutura territorial e socioeconômica conhecida no sudeste paraense. Os projetos de intervenção política externos àquela região instituíram as regras e os

⁴ Agricultores cujas atividades de subsistência estão voltadas ao cultivo de áreas de vazantes dos rios.

ritmos de seu funcionamento político e econômico. A base teórica que deu sustentação ao que propomos enquanto ideologia foi tomada de Louis Althusser, cuja conceituação trata da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Segundo ele, onde as ações materiais dos indivíduos dizem respeito aos reflexos das suas ideologias, o que representam relações reais de existência.

O conceito de ideologia proposto por Althusser, nos ajudou a compreender também as disputas que mediram os interesses políticos em controlar a região sudeste do Pará, as que aceleraram os passos em direção à sua visibilidade. O ponto de análise inicial foi o ano de 1930, quando da reformulação governamental federal imprimida por Getúlio Vargas no movimento convencionalmente conhecido como “Revolução de 30”. As novas propostas políticas gestadas em contexto nacional contrariaram o pensamento político descentralizado e oligárquico predominante no período anterior. A razão da divergência, foi a instituição de um modelo político calcado na centralização do poder promovido por Vargas, quando legitimou a criação do sistema de Interventoria, como estratégia para a disseminação da ideologia proposta pelos “revolucionários” às unidades federativas. O escolhido por Vargas para executar essa missão no Pará foi Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, cujo projeto político reformulou a dinâmica econômica até então vigente no Estado. Não por acaso, as intervenções desenvolvidas por Barata na esfera estadual, colocaram em destaque o controle das instituições políticas e das práticas econômicas determinantes também para a redefinição da dinâmica econômica e, sobretudo, política do sudeste paraense. Nessa primeira Interventoria, as atitudes de Barata empregaram no Pará um modelo ideológico histórico militarista que se sustentou no discurso de legitimidade de governo frente aos que foram taxados de espoliadores do Estado, neste caso, os governos paraenses oligárquicos pré-1930.

Nesse momento da primeira Interventoria paraense, a principal referência oposicionista ao modelo político e econômico, instituído por Barata e seus correligionários no espaço paraense, havia sido formado nas entranhas da instituição oligárquica fortemente presente no Brasil entre o final do século XIX e início do XX. Nos referimos ao ativo político Deodoro Machado de Mendonça, cujas ações políticas foram responsáveis pela criação da primeira noção de castanhais do sudeste paraense como representação de riqueza, tomados como novo empreendimento econômico capaz de substituir a borracha, em desvalorização nas primeiras décadas do século XX. O modelo político defendido por Mendonça contrariou as determinações de Barata, cuja política regulou as ações econômicas nos castanhais, principal fonte de renda e poder, adquirido por Mendonça. Os artigos propostos pela Inspetoria de Minas

e Castanhais, órgão criado por Barata, limitaram as ações dos antigos proprietários de terras e as submeteram ao controle de concessões, lhes tirando as posses anteriormente sacramentadas.

Os projetos de Barata em torno dos castanhais do sudeste paraense, a partir de 1930, estimulou a organização do oposicionismo estadual. No sudeste do Pará, a oposição ao estilo político defendido por Barata, o que denominamos baratismo, engendrou características peculiares no lugar dos castanhais. Naquele momento, o que chamamos de machadismo⁵ ganhou destaque enquanto movimento reivindicatório, promovido por Deodoro de Mendonça, em situação estadual, e pelos seus correligionários na região, num sentido de reaver os castanhais perdidos com a instituição da política baratista. A oposição machadista, portanto, foi um movimento liderado por Deodoro de Mendonça, cujos discursos proferidos expressavam uma forma pretendida de funcionamento dos castanhais. Tratava-se da mesma forma desenvolvida antes da ascensão de Magalhães Barata ao governo do Estado, como já dito, de característica patrimonialista.

Para analisarmos a instituição de uma região de castanhais no sudeste do Pará no imaginário social, a partir dos discursos e intervenções de Barata e Mendonça, recorreremos ao filósofo Cornélius Castoriadis e suas propostas acerca das instituições imaginárias constantemente desenvolvidas por uma sociedade. Tratam-se das criações e recriações promovidas sucessivamente pelos sujeitos em sociedade, representações psíquicas de imagens, figuras e formas. Além disso, os anseios e as ações da sociedade, forjam constantemente determinadas realidades e racionalidades que, por sua vez, tornam a se reconstruírem, ou seja, os elementos históricos e sociais nada mais são do que produções da própria sociedade que se refaz ao longo do tempo. Por outro lado, adotamos também, para a explicação da criação de uma representação simbólica dos castanhais no sudeste do Pará, Michel Foucault e seus argumentos com relação às manifestações do discurso. Enquanto uma representação imaginária da sociedade, de acordo com a percepção de Castoriadis, os castanhais do sudeste paraense constituíram-se também enquanto discursos que, por sua vez, tornaram-se objetos de disputa. Em um primeiro momento, antes de 1930, os castanhais do sudeste paraense foram defendidos como uma referência de riqueza, em uma perspectiva de salvamento econômico estadual diante de uma conjuntura adversa proporcionada pela desvalorização da borracha. Por isso, passou a ser defendida a extensão de sua produção e sua posse indiscriminada. Em outro momento, a

⁵ Criamos a nomenclatura a fim de delimitarmos as características oposicionistas estaduais emergentes após a ascensão de Magalhães Barata como interventor paraense em 1930. O uso do termo se justifica por se tratar de uma doutrina ou corrente encabeçada por Deodoro de Mendonça e relacionada aos castanhais, seguida também por outros correligionários.

partir de 1930, novos discursos propunham novas estruturas, o controle de concessões de terras, seguidos de rigorosas legislações. Expunham, portanto, como cada engajamento político pensava o funcionamento dos castanhais. Nos referimos primeiro ao grupo político estadual de característica oligárquica do qual fazia parte Deodoro de Mendonça. Em seguida, aos personagens que ascenderam à política paraense em 1930, cujo maior expoente foi Magalhães Barata.

O período de maior influência de Deodoro de Mendonça na estrutura política e econômica dos castanhais do sudeste do Pará havia sido entre 1926, quando da sua primeira visita à região como secretário estadual, e 1930. Nesse período, Mendonça se apossou dos melhores, mais extensos e então conhecidos castanhais na referida região, através de negociações dele mesmo ou de parentes e correligionários políticos instalados na cidade de Marabá. Porém, mesmo nesse período de final da Velha República não nos arriscamos a confirmar a existência de grupos oligárquicos consolidados no sudeste do Pará. Isso contraria as afirmativas da socióloga Marília Ferreira Emmi em tese defendida sobre *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Não que os grupos políticos no sudeste paraense, especialmente no município de Marabá, se encontrassem reprimidos por uma influência ideológica oriunda do poder centro-estadual. Mas passaram, sim, a estarem submetidos ao modelo econômico empregado a partir do Estado, por Deodoro de Mendonça, não por imposição, mas por opção. O que nos propusemos a defender é que o modelo econômico desenvolvido em torno dos castanhais do sudeste paraense não teve sua origem nos sujeitos políticos locais, mas em ideologias de fora, seja no período anterior a 1930, durante influências patrimonialistas de Deodoro de Mendonça, seja nos governos baratistas entre 1930-1935 e 1943-1951.

As disputas políticas entre baratistas e antibaratistas se tornaram mais contundentes a partir do período subsequente a 1945. No entanto, em 1943 Magalhães Barata havia sido empossado novamente no governo paraense depois de oito anos afastado do poder, consequência de uma derrota política em 1935. Nesse período, a Interventoria paraense fora entregue a José Carneiro da Gama Malcher, sendo ignorada à política de controle imprimida anteriormente por Barata nos cinco primeiros anos após o Movimento de 1930. Na época, os reflexos do governo Malcher na região de castanhais do sudeste do Pará, apresentaram-se nas “cartas de governadores” e registros de posses de terras de castanhais. Além disso, prevaleceu o comando político e econômico de Deodoro de Mendonça, cujos parentes e amigos se revezaram no poder executivo do então maior destaque de produção de castanha no país, o município de Marabá.

Como um dos pontos de referência nessa pesquisa, estão algumas atitudes políticas que antecederam 1945, uma fase transitória. Naquele período, em perspectiva global, realizavam-se as últimas mobilizações e acordos que levariam ao fim da Segunda Guerra Mundial, conseqüentemente, foram realizados os acordos que tornariam o mundo bipolar. Já em território nacional, desenvolvia-se uma importante crise política que, por sua vez, interromperia o governo estadonovista de Vargas e daria início a uma dinâmica multipartidária e, até certo ponto, democrática. A segunda Interventoria de Magalhães Barata iniciada em 1943 estava inserida nas características políticas do Estado Novo varguista, regime autoritário de censura à imprensa e repressão aos opositores políticos. Além de tudo, esse governo de Barata envolveu-se na dinâmica política denominada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era promover um avanço territorial em direção a algumas regiões do Brasil consideradas “desabitadas” e “improdutivas” num sentido de integração do território nacional e promoção do “progresso”. Foi também contemporâneo aos acordos firmados entre os governos brasileiro e norte-americano durante o movimento político e econômico da “Batalha da Borracha” na Amazônia. A segunda Interventoria de Barata adequou o comércio de exportação ao mercado estadunidense. Também vivenciaria a expectativa de uma transição política do regime estadonovista para um democrático, quando teve que rever alguns perfis ditatoriais para o ingresso em um novo período. Viveu a iminência de uma nova legislação eleitoral proposta pelo governo federal de Getúlio Vargas, além de presenciar a criação de partidos políticos como preparativos para o regime seguinte, em destaque, o Partido Social Democrático (PSD). Em consequência de tudo isso, orientou a criação de jornais impressos engajados na difusão ideológica e imagens políticas e veiculação dos discursos, tendo em vista a necessidade de obtenção de voto.

Para essa análise do contexto de transição política em 1945, buscamos referência na obra do historiador francês René Rémond e suas proposições acerca das novas formas de percepção da política enquanto objeto histórico. Tratam-se dos simbolismos implícitos às ações políticas, da interpretação dos discursos e do envolvimento de novos personagens interligados às dinâmicas eleitorais. Esse processo evolutivo de uma nova historiografia da política apresentado por Rémond se estende ao espaço analítico antropológico e História Cultural resultando no aparecimento de novos objetos no campo político e dando possibilidade a um novo conceito, o da Cultura Política. Além de Rémond e seus apontamentos sobre novas perspectivas do político, dialogamos com José D’Assunção Barros que propõe demarcações acerca dessa evolução. As referências acerca da Cultura Política foram tomadas de Serge Bernstein e de Lucio Remuzat Rennó Junior, cujas ideias apresentam possibilidades de análise

das diversas expressões protagonizadas pelos movimentos políticos e de seus respectivos significados. Partindo dessa perspectiva proposta pelos referidos autores, propusemos uma análise das linguagens políticas expressas no período de transição do Estado Novo para a democracia até o cerceamento dela em 1964. Nos propusemos a analisar as questões políticas estaduais, verificando também os seus reflexos no sudeste do Pará. Quanto às referências utilizadas para a análise da cultura política nacional recorreremos ao historiador Boris Fausto e um grupo de cientistas políticos como Lucia Hippolito, Maria do Carmo Campelo Souza, Rogério Schmitt e outros que, de modos variados, contribuíram para o conhecimento da conjuntura de transição entre 1945 e o início de 1960.

Procuramos, portanto, seguir as trilhas deixadas por outros pesquisadores que investiram na estrutura política nacional e paraense no contexto de transição. Nossa contribuição se dá através de registros provenientes do sudeste do Pará que explicam uma relação contextualizada. Tomamos, assim, o último ano do regime estadonovista no Pará (1945) que esteve marcado por preparativos políticos por parte de Magalhães Barata e os baratistas no intuito de criarem possibilidades para se manterem no comando. Essas iniciativas que embasaram a segunda Interventoria de Barata e os preparativos políticos para o ingresso no regime democrático, moldaram as intervenções na região sudeste do Pará. Os baratistas se articularam através dos usos da máquina administrativa, criaram a versão paraense do PSD e difundiram sua ideologia pelo interior paraense; o sudeste do Pará tornou-se exemplo disso. Se utilizaram do poder que possuíam para a nomeação dos prefeitos e a inseminação dos projetos pessedistas nos diversos municípios do Pará, como exemplos, os municípios de Marabá e Itupiranga. Para a apresentação da imagem de Magalhães Barata e a disseminação de suas pretensões políticas na região sudeste paraense, lideranças locais baratistas pessedistas e ainda estadonovistas criaram um jornal semanário denominado *Marabá*.⁶ O periódico tratou de estender ao sudeste do Pará os elementos característicos do Estado Novo.⁷ As pretensões da Marcha para o Oeste, sugeridas nas propostas da denominada Fundação Brasil Central, cujas ações tratavam da íntima relação entre governo e território nacional, contidas nos discursos de

⁶ Meio de comunicação semanário criado no município de Marabá, sudeste do Pará, em início de 1945. Dirigido pelas lideranças marabaenses João Correa da Rocha e José Cursino de Azevedo com objetivo de insemear a imagem de Magalhães Barata naquela região paraense, tendo em vista a necessidade eleitoral prevista para final daquele ano. No sudeste do Pará, o *Marabá* não teve oposição manifesta, devido ser um jornal do Estado Novo. Permaneceu ativo até final de 1946, no início do regime democrático.

⁷ O jornal *Marabá* foi criado no município de Marabá, na região sudeste do Para, em início de 1945 e, portanto, ainda no Estado Novo. Durante a existência do *Marabá*, os baratistas na região marabaense se utilizaram do jornal na dinâmica de transição para o período democrático, ou seja, aquele veículo informativo foi utilizado para a difusão das características políticas e as pretensões de Magalhães: o populismo, o projeto de Marcha para o Oeste e a conquista do interior brasileiro são exemplos.

progresso e nacionalismo, são exemplos. O processo de transição em 1945 desenvolveu-se paralelo a um novo impulso econômico da castanha no sudeste paraense e, não por acaso, suas exportações estiveram relacionadas aos acordos de Washington, uma continuidade da dinâmica observada durante a “Batalha da Borracha”.⁸

Quanto ao semanário *Marabá*, por ser um jornal de origem estadonovista, não foram encontrados outros veículos que pudessem lhe fazer oposição no período em que circulou no sudeste do Pará entre 1945 e 1946. O *Marabá*, foi fundado na cidade de mesmo nome e adotou como intuito primeiro a divulgação da imagem de Magalhães Barata na região de castanhais do sudeste do Pará, já que o então interventor se tornaria, naturalmente, o candidato pessedista ao governo paraense nas primeiras eleições estaduais após o Estado Novo. E certamente se elegeria, não fosse uma lei judicial que negou a participação de ex-interventores nas eleições marcadas para 1947. A escolha de outro representante do PSD paraense para substituir Magalhães Barata fez parte das articulações políticas estaduais do período. Tratou-se de Luis Geolás de Moura Carvalho, um dos líderes do partido, que acabou sendo eleito governador do Pará com boa margem de votos e permanecendo até 1951. Esse feito político dos pessedistas paraenses esteve relacionado à fundação, em Belém, do jornal de alcance estadual *O Liberal*.⁹ O objetivo foi a divulgação das propostas e imagens de Moura Carvalho e dos outros candidatos pessedistas ao legislativo. *O Liberal* também foi utilizado com a função de enfrentar, através da retórica, os opositores atibaratistas e inimigos declarados de Barata, como Alexandre Zacarias de Assunção, Deodoro Machado de Mendonça, Epílogo de Campos e João Paulo de Albuquerque Maranhão. Estes estavam no centro do antigo jornal *Folha do*

⁸ A economia da castanha no sudeste do Pará desenvolveu-se, sobretudo, em dois períodos importantes: Primeiro, nas décadas de 1920 e 1930, quando a região tornou-se a maior exportadora da amêndoa no Estado. Porém, a partir de 1939 houve um decréscimo significativo na produção, devido aos maiores compradores da castanha paraense, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, estarem envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Já na primeira metade de 1940, com os acordos firmados entre os governos brasileiro e estadunidense (Acordos de Washington), a borracha tornou-se novamente prioridade (Batalha da Borracha), em detrimento da castanha. Quando a Segunda Guerra chegou ao fim, essa prioridade econômica continuou sendo dada aos Estados Unidos pelos representantes do governo paraense. Magalhães Barata e os baratistas que se mantiveram no poder até 1951, renovaram acordos comerciais com os norte-americanos para a comercialização da castanha paraense. Em função disso, o comércio da castanha paraense ganhou novo impulso em final de 1945. Portanto, a influência econômica dos Estados Unidos no período após 1945 tratou-se de herança da política econômica do Estado Novo. Para as afirmações ver: CORREA, Luiz de Miranda. **A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial**. Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1967; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A BATALHA DA BORRACHA: Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 95-102, dez. 1997. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301/24120>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

⁹ Veículo de comunicação criado em final de 1946 em Belém do Pará. Um dos maiores objetivos desse diário foi divulgar as imagens de Magalhães Barata e correligionários do Partido Social Democrático (PSD), além de confrontar os discursos difundidos pelo jornal de oposição ao baratismo, a *Folha do Norte*.

Norte.¹⁰ A dinâmica política paraense do pós-1945 até 1951, constituiu-se pelas disputas políticas e eleitorais entre baratismo e antibaratismo, praticamente com os mesmos personagens em confronto desde o processo de abertura. Primeiro nas campanhas para as eleições estaduais paraenses de 1947, depois, e de maior relevância, nas disputas eleitorais para 1950. Tratou-se de uma disputa dos políticos ligados a um conjunto de partidos constituídos na Coligação Democrática Paraense com Magalhães Barata e seus correligionários. E essas disputas se estenderam ao interior do Estado, inclusive no sudeste do Pará.

Em nosso caso, procuramos chamar a atenção para desativação do semanário *Marabá*, coincidindo com a fundação do diário *O Liberal*, ambas realizadas em 1946. À medida em que aquele desapareceu este surgiu, separados por apenas alguns dias. O que concluímos foi que o *Marabá* não seria mais de grande utilidade, tendo em vista a abrangência de *O Liberal* que disponibilizou espaço específico para as manifestações dos correligionários baratistas localizados em cada município paraense. Com relação a outros jornais baratistas existentes no interior do Pará, em toda a pesquisa realizada no decorrer desta produção, não foram encontrados outros de origem estadonovista. O bragantino *Jornal do Caeté* foi um exemplo enquanto jornal barataista do interior paraense, porém fundado já no período democrático, em 1946. O jornal de Bragança já demonstrava em seu conteúdo ampla liberdade de expressão, contrariando uma oposição também já reformulada e ativa no período, em destaque, principalmente os coligados da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP).

O controle editorial mantido por baratistas no sudeste do Pará, evitou o aparecimento de outros jornais que contrariassem o *Marabá*. Assim, só foi possível a criação de jornais de oposição na região, em final de 1947. O primeiro foi *O Progressista*,¹¹ criado pelos correligionários de Deodoro de Mendonça na cidade de Marabá, seguido do semanário *A Safra*,¹² coordenado pelo líder político e comerciante local no sudeste paraense, Nagib Mutran.

¹⁰ Um veículo de comunicação fundado em final do século XIX, especificamente em janeiro de 1896, por Enéas Martins e Cypriano Santos. O jornal fez oposição à política promovida pelo então intendente em Belém, Antônio Lemos do Partido Republicano Paraense e apoiou o Partido Republicano Federal, chefiado, na época, por Lauro Sodré.

Desde a sua criação, o *Folha do Norte*, esteve envolvido em meio à política paraense, “geralmente atuando contra o governo dominante”.

¹¹ Jornal criado na cidade de Marabá pelos partidários de Deodoro de Mendonça, dentre eles José Oscar de Mendonça Vergolino. Com características panfletárias, foi criado no intuito de divulgar as propagandas do Partido Social Progressista (PSP) às vésperas das eleições municipais marabaenses. Encontramos apenas duas edições de *O Progressista*, uma em final de 1947 e outra em início de 1948.

¹² Semanário fundado na cidade de Marabá em final de 1947, coordenado por Nagib Mutran. Tratou-se de um jornal de fortes características oposicionistas. A principal referência discursiva de *A Safra* foi a crítica a todos modelos políticos que impedissem a livre apropriação de castanhas e limitassem a comercialização da castanha,

O jornal machadista não passou de duas edições, uma em final de 1947 e outra no início do ano seguinte. Já o jornal do Mutran permaneceria como principal veículo da oposição antibaratista no sudeste paraense até 1952, após a derrota de Magalhães Barata nas eleições para governador do Estado, tempo em que os baratistas foram enfraquecidos na região. A justificativa para a desativação do jornal *A Safra* está no fato de seus editores não mais precisarem fazer oposição, pois haviam chegado ao poder. *A Safra* constituiu-se em uma extensão do jornal *Folha do Norte*, tendo em vista levar os discursos oposicionistas ao extremo, mesmo apresentando diferenças em suas respectivas formas de expressar o antibaratismo. Tanto a oposição local, quanto os oposicionistas da região metropolitana de Belém se utilizaram de *A Safra* para disseminarem seus discursos pelo sudeste paraense. O uso de *A Safra* por Nagib Mutran e um grupo de coligados locais tratou de expressar uma oposição peculiar na região, pois os seus discursos estiveram relacionados às formas de utilização política e econômica dos castanhais, expressando acusações aos baratistas de negligenciarem a economia da castanha. Diferentemente, os componentes da Coligação estadual, por exemplo, atacavam diretamente a imagem do Barata, atribuindo a ele características autoritárias, de alguém displicente e despreocupado com as reais necessidades do Estado do Pará. O movimento de oposição característico dos castanhais expresso por Mutran e coligados locais através de *A Safra*, denominamos de nagibismo¹³. Seus discursos consistiam em reivindicar maior empenho e apoio à produtividade de castanha: a atenção e apoio à logística dos castanhais; diversificação da exportação de castanha; maior liberdade na apropriação da terra e valorização dos castanheiros. Os nagibistas, em seus discursos, faziam uso dos castanhais enquanto solução para os problemas econômicos do sudeste do Pará. Por isso, sugeriam constantemente nas folhas de *A Safra* a extinção do baratismo estadual e questionavam sua posição de comando na economia da castanha. Foram justamente esses anseios oposicionistas no sudeste do Pará que supervalorizaram os castanhais. Neste caso, falou-se muito dos castanhais, foram criadas expectativas sobre eles a ponto de serem elevados, nos discursos da oposição, ao valor do ouro, quando se referia a castanha como “ouro pardo”. No entanto, a oposição nagibista não significou a exclusão de Mutran e correligionários da dinâmica econômica da castanha. Quando foram impedidos de concentrar propriedades de terras de castanhais, o mesmo investiu no

sobretudo as desenvolvidas por Magalhães Barata. Permaneceu ativo até 1952, quando o baratismo foi derrotado nas eleições paraenses.

¹³ Constitui-se uma estrutura de oposição emergente no sudeste do Pará com o fim do Estado Novo. O uso do termo objetiva identificar a peculiaridade de uma corrente oposicionista nos castanhais do sudeste do Pará, encabeçada por Nagib Mutran, diante das ações e características atribuídas a Magalhães Barata e correligionários, conhecido como baratismo.

comércio da castanha e criou possibilidades políticas para outras influências territoriais com a emancipação do município de Itupiranga e a legitimação de seus castanhais.

Quanto aos resultados das disputas eleitorais entre baratistas e antibaratistas no Estado, foi a derrota de Magalhães Barata na eleição suplementar em 1951. A vitória dos coligados com Zacarias de Assunção se deu no alvorecer de uma conjuntura nacional diferente. A ascensão de Getúlio Vargas na presidência da República e, conseqüentemente, os impulsos dados aos projetos de intervenção na Amazônia, cujo resultado foi a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Foram retomados, com isso, os projetos de expansão territorial em busca de integração dos espaços ditos “vazios” da Amazônia. Tais ações políticas favoreceram os anseios de Nagib Mutran e correligionários no sudeste do Pará, com relação à ocupação dos castanhais. Com a derrota de Magalhães Barata ao governo paraense, a oposição que designamos de nagibismo desapareceu junto com o semanário *A Safra*, já que as suas existências encontravam sentido na burocracia baratista imprimida aos castanhais da região. Com isso, os maiores beneficiados no sudeste do Pará foram Nagib Mutran e seus correligionários, pois lhes foram dados cargos no governo estadual e liberdades para gerirem uma nova política dos castanhais da região. O apoio à logística dos castanhais, a criação de novos órgãos para seu apoio comercial, a criação de fundos monetários específicos para a economia da castanha e a dinamização na exportação foram ações que possibilitaram um uso maior dos castanhais do sudeste paraense. Porém, o resultado mais importante para o grupo de Mutran foi a sanção da Lei de número 913 que regulamentou o aforamento perpétuo, assinada no final do governo de Zacarias de Assunção, em 1954. No entanto, no período após 1951, as bases de sustentação dos castanhais enquanto representação de riqueza e prosperidade haviam desaparecido. Tratava-se dos discursos que se opunham à burocracia baratista e que expressavam constantemente pretensões nas terras de castanhais, supervalorizando-os assim. Os discursos que impulsionavam a economia da castanha, simplesmente, não mais ecoavam no sudeste do Pará.

Nem mesmo o retorno de Magalhães Barata ao governo do Pará em 1956 propôs mudanças no processo de intervenção territorial no Estado. Tampouco na dinâmica de posses dos castanhais do sudeste paraense. Não percebemos nos castanhais nenhuma grande ação que tivesse sido realizada durante o terceiro governo de Barata na região (1956-1959). O que verificamos foram as características de integração política, econômica e territorial da Amazônia, propostas pelo governo federal, o também pessedista Juscelino Kubitschek (1955-1960), em constante expansão. A situação irreversível da dinâmica de ocupação amazônica impactou nos castanhais do sudeste paraense devido a prioridade dada à abertura de estradas

como a Belém-Brasília e à Indústria Automobilística; os incentivos à ocupação de territórios tidos como ociosos; aos projetos de intervenção demográfica e políticas públicas. As políticas encaminhadas pelo governo federal após 1955 propunham gradativamente o enfraquecimento da economia extrativista e abriam possibilidades para os investimentos agropecuários na Amazônia. A região sudeste do Pará não foi exceção. A indústria extrativa da castanha aos poucos foi perdendo em importância e, conseqüentemente, foi superada por outras formas de utilização da terra.

Na realidade, a dinâmica extrativista dos castanhais, depende de determinados fenômenos da natureza, nunca proporcionou aos investidores lucros certos e contínuos. E mesmo nos momentos de grande produtividade, quando as condições naturais contribuíram para isso, a falta de apoio político constituía em entrave. Com isso, a produtividade da castanha acabava sendo uma incógnita a cada ano de safra. Quanto aos obstáculos naturais, eles eram inúmeros, conforme reclamações de extratores e comerciantes do produto: a falta de chuvas que influenciavam tanto na geração dos frutos quanto na condição dos principais meios de escoamento da castanha, pois os rios e igarapés precisavam estar cheios; a falta de besouros na polinização das flores. Os entraves políticos englobaram a problemática em torno da medida do hectolitro (regulação subjetiva de medidas que ultrapassavam os cem litros da medida oficial); a falta de investimento governamental voltado à logística dos castanhais; a falta de padronização da castanha brasileira diante das exigências comerciais propostas por países importadores de produtos correlatos. Pelos inúmeros problemas apresentados, o extrativismo da castanha constituiu-se como sendo frágil em sua estrutura de funcionamento. Mas, por ter sido feita a principal economia de exportação do Pará e, especificamente, do sudeste do Estado, a castanha ganhou destaque nas páginas de jornais e nos discursos políticos, como a “espinha dorsal da região”, o “ouro pardo” do sudeste do Pará. No entanto, subjacente a isso, não passou de uma economia frágil que se desenvolveu em uma dinâmica rústica de extrativismo em meio a densa floresta amazônica.

Para esse trabalho, escolhemos uma estrutura de cinco capítulos. No primeiro tratamos de mostrar um desenvolvimento da região sudeste do Pará, procurando dar relevo aos fatores históricos responsáveis pela sua elevação a uma posição de destaque. Com o objetivo primeiro de criar possibilidades para a identificação do território em estudo, investimos na verificação de outras pesquisas relacionadas ao valor simbólico adquirido pela região. Praticamente todas elas mencionam a bacia Araguaia-Tocantins como o elemento responsável pela visibilização da região. Além disso, verificamos a importância adquirida pela bacia como meio de interligação entre as regiões Centro e Nordeste brasileiras com o Norte e Atlântico.

Vimos que o desenvolvimento comercial dos Estados de Goiás e Maranhão tornou determinante a utilização da bacia em função do interesse no transporte de produtos rumo ao norte. No sudeste do Pará situa-se o encontro dos dois grandes rios, Tocantins e Araguaia, bem como um dos trechos de melhor navegação, entre o referido encontro e as cachoeiras do Tauiry e Itaboca. Verificamos, portanto, que justamente nesse percurso de boa navegabilidade desenvolveu-se uma intensa prática extrativista, primeiro do caucho e depois da castanha. Os diversos afluentes existentes do Tocantins e outros rios que desaguam nele, nesse espaço do sudeste do Pará, contribuíram na dinâmica de escoamento da produção e locomoção de trabalhadores extratores. O destaque fora dado ao maior deles, o rio Itacaiúnas, não somente pela seu porte navegável, mas também por levar diretamente às maiores localidades produtoras, tanto do caucho quanto da castanha. Por sua posição privilegiada, o sudeste do Pará se tornou região de disputa entre os Estados do Pará, Maranhão e Goiás.

Em um segundo momento do capítulo inicial tratamos das intervenções na região promovidas pelo governo paraense de Lauro Sodré em final do século XIX que contribuiu na delimitação de valor simbólico do lugar. Falamos da estratégia desenvolvida para a ocupação da região antes que os Estados vizinhos o fizessem. Partiu daí a ideia de ocupar a região através de colonização agrícola, tal como já vinha sendo desenvolvido em outros lugares do interior paraense. A intervenção do governo estadual na região colocou também em evidência, a escolha de um percurso, do sudeste do Pará em direção a Belém, e não no sentido oposto. O projeto de ocupação oficial da região sudeste paraense foi posto em prática através de um acordo entre Sodré e o líder político da cidade de Boa Vista de Goiás, Carlos Gomes Leitão. Porém, este tornou-se apenas o seguidor das regras de concessão de terras impostas por Sodré. Neste momento, dialogamos com outras pesquisas acerca do evento, contrariando o caráter épico contido nas respectivas obras. Sustentamos nossos argumentos em documentações oficiais do período, procurando uma maior coerência possível sobre o processo de ocupação oficial do sudeste do Pará. Com relação ao acordo entre Sodré e Leitão, o não cumprimento das resoluções do consórcio levou à quebra do contrato e à interrupção do projeto agrícola. A região sudeste do Pará e as características dos percursos que levavam a ela, contidas nas descrições de viajantes, constituíram de outros pontos levantados em um terceiro subitem do capítulo. O objetivo do mesmo será, portanto, levantar informações que possam detalhar a importância da região sudeste paraense, justificar a sua ocupação e entender as intervenções governamentais.

No segundo capítulo propomos uma região sudeste paraense já com suas características econômicas definidas, não com as práticas agropecuárias sugeridas por Lauro Sodré, mas através do extrativismo, primeiro do caucho favorecido pela valorização da borracha

amazônica, entre o final do século XIX e início do XX e, posteriormente da castanha que se tornaria decisiva na formação da dinâmica econômica da região. A economia do caucho no sudeste do Pará, mesmo sendo efêmera, consolidou a cultura do extrativismo comercial¹⁴ entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do XX na região. Os argumentos propõem a valorização comercial da castanha, primeiro, em outras regiões do Estado, e segundo, nos imensos castanhais do sudeste paraense. Em 1926, a região apareceu como a maior exportadora do produto, superando grandes produtores como os municípios de Alenquer e Óbidos no baixo Amazonas. A cultura extrativista havia sido empregada na região não por um acaso. A dinâmica de trabalho foi adotada da prática extrativista da borracha. Verificamos que outro fator contribuinte para a formação cultural extrativista na região sudeste paraense, além da existência dos extensos castanhais, foi a possibilidade de navegação pelos diversos rios afluentes do Tocantins. Através dos dois principais, Itacaiúnas e Vermelho, nasceram os principais núcleos urbanos graças à economia extrativista, Marabá e Itupiranga.

Em um segundo item do segundo capítulo destacamos, de forma mais clara, a dinâmica econômica desenvolvida nos castanhais do sudeste do Pará. Trazemos para a discussão, nessa parte da pesquisa, os discursos de euforia envolto aos sucessivos períodos de safra da castanha e apresentamos os diversos personagens envolvidos na sua coleta e submetidos aos regulamentos impostos aos castanhais. Foram feitas referências às estruturas políticas, econômicas e populares que regularam às ações não só do castanheiro envolvido com a coleta da castanha, mas de um conjunto de apoiadores que, juntos, contribuíram com a instituição de uma cultura do extrativismo no sudeste paraense, desde regras de aviamento, coleta e transporte até as relações de trabalho entre o castanheiro e o patrão e entre castanheiros e comerciantes. Alguns hábitos econômicos empregados na coleta da castanha foram tomados como práticas rotineiras tidas como costumes de negociação, como a venda na folha ou na rama¹⁵ ou o valor cobrado em determinado castanhal que se dava de acordo com o nível de dificuldade no escoamento da castanha.

A rigorosa legislação empregada nos castanhais do sudeste do Pará, também será destacado nessa parte da pesquisa. Devido à valorização comercial da castanha, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, as prefeituras de Marabá e Itupiranga, amparadas pelo governo do

¹⁴ Atividades de coleta de produtos diretamente da natureza com propósitos comerciais. Historicamente, alguns produtos impulsionaram a cultura extrativista comercial: As drogas do Sertão (cacau, canela, cravo, pimenta), além da borracha e da castanha, são alguns exemplos. Ver: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia**: uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990.

¹⁵ Prática de negociação de um produto antes mesmo de suas respectivas coletas ou colheitas. Assim, somente em período de safra entrega-se ao comprador a quantidade do produto negociado, sendo ela correspondente ao valor anteriormente recebido. Esse tipo de prática é uma constante na região sudeste paraense.

Pará, regulamentaram os castanhais. Como principal referência tributária, tanto para os municípios castanheiros como e, sobretudo, para o governo do Estado, todas as ações em torno da coleta da castanha estiveram reguladas em forma de uma grande empresa. Regras de concessão de castanhais foram instituídas, tanto para arrendamento quanto para extração livre em castanhais de servidão pública. A economia da castanha, sob o controle dos municípios, tratou de monitorar a castanha desde a sua extração na floresta, passando pela preparação do embarque e o escoamento até a sua negociação em Belém. Todos os envolvidos na empresa precisavam estar registrados e submetidos às regras. A regulamentação definia, de fato, quem coletou e onde coletou, quem embarcou, em que barco transportou e para quem vendeu. Além de tudo, a política dos castanhais determinava quem estava apto a participar da coleta. Como reguladores do sistema, foram criados vários cargos específicos de fiscalização, regras de punição e órgãos registradores referentes a cada movimentação comercial da castanha.

Em subitens seguintes do capítulo dois, verificamos a existência de comunidades castanheiras no sudeste do Pará submetidas a outra dinâmica econômica nos castanhais. Os indivíduos, por terem se submetido à vida na floresta, no sudeste paraense desde de sua ocupação em final do século XIX, formaram seus respectivos modos de vida através de conhecimentos tradicionais. Assim, praticaram a caça e pesca e o cultivo da terra nas vazantes. Por isso, não se esquivaram da coleta da castanha, mas a praticavam no intervalo de outras atividades tidas também como importantes. A ideia é mostrar a afinidade construída entre o castanheiro e seu espaço na floresta, além da fusão entre cultura e natureza e a criação de um espaço de memória que interliga o presente com o mundo dos antepassados. De fato, o cotidiano nos espaços da floresta criou inúmeras possibilidades de sobrevivência com base na utilização dos elementos e recursos naturais disponíveis. Destacamos, neste sentido, um conjunto de crenças que funcionaram como orientação para as ações cotidianas dos castanheiros habitantes dos castanhais.

As interferências políticas no sudeste do Pará que possibilitaram a visibilidade dos seus castanhais e os transformaram em referências de disputa constituem o assunto do terceiro capítulo. Os argumentos destacam as personagens políticas responsáveis pelas interferências políticas e econômicas nos castanhais, bem como as características de suas propostas condizentes com os respectivos engajamentos e a formação política e ideológica. Em primeiro plano, tratamos de apresentar uma estrutura de funcionamento pensada para os castanhais da região pelo líder político estadual Deodoro de Mendonça e empregada sem oposições aparentes. Neste caso, falamos de um modelo oligárquico e patrimonialista característico da Primeira República, que protagonizou as apropriações de grandes terras de castanhais entre às décadas

de 1920 e 1930. Em segundo plano, verificamos uma reformulação na estrutura de funcionamento dos castanhais proposta por Magalhães Barata, enquanto interventor nomeado por Getúlio Vargas após a “Revolução de 1930”. Destacamos, para esse período, o princípio das disputas políticas em torno dos castanhais do sudeste do Pará, já que ascendeu um antagonismo ideológico de maior relevância entre as ideologias de Barata e Mendonça. Quanto as suas reivindicações, elas estavam relacionadas à possibilidade de maior investimento na coleta da castanha. Essas atitudes oposicionistas exaltaram os castanhais e os mantiveram como importantes. Com relação à região em questão, destacamos a inexistência de grupos oligárquicos nos castanhais, tanto no período pré-revolucionário, quando prevaleceu a interferência da política estadual através de Deodoro de Mendonça, quanto no período após 1930, com controles expressivos pela Interventoria de Magalhães Barata. A estrutura de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará foi proposta e mantida através de políticas externas ao lugar e não o contrário.

A proposta do quarto capítulo diz respeito às interferências políticas e ideológicas estaduais nos castanhais do sudeste paraense entre o período de transição do Estado Novo para o regime democrático, em 1945 e 1946 até o início da década de 1960. Verificamos as tramas políticas paraenses ainda em regime estadonovista como preparativos para o ingresso em uma nova situação multipartidária democrática iminente em início de 1945. Foram essas articulações políticas que alcançaram o interior paraense com diversos elementos característicos do regime ditatorial, inclusive o sudeste do Pará. Destacamos, como exemplo, enquanto preparativos para o ingresso no novo regime após 1945, a criação de partidos políticos para a difusão ideológica e de jornais impressos para a disseminação de propostas. Demos destaques à criação do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP). No Pará, no final do Estado Novo durante a segunda Interventoria de Barata (1943-1945), o que prevaleceu enquanto proposta política foi o baratismo e o pessedismo,¹⁶ devido aos usos da máquina administrativa e a inexistência de uma oposição organizada. As propostas baratistas, ainda estadonovistas, foram transplantadas ao sudeste do Pará através do periódico *Marabá*, onde os projetos de Barata foram apresentados com inúmeras características continuístas com base nos princípios políticos do Estado Novo: as pretensões da Marcha para o Oeste e os projetos políticos ligados a ela; às interferências territoriais e ideológicas no interior; a fidelidade comercial com os Estados Unidos, entre outros.

¹⁶ Magalhães Barata e seus correligionários baratistas fundaram, em 1945, a versão paraense do Partido Social Democrático (PSD). Para os baratistas paraenses, o partido funcionou como uma forma de difusão ideológica e para a adequação ao regime democrático seguinte.

Por outro lado, tanto em contexto nacional quanto paraense, os grupos de oposição começaram a se fortalecer a partir de 1946, munidos de ideologias políticas, partidárias e jornais impressos para a disputa retórica. Nesse contexto de liberdade de imprensa ganhou força, no Pará, um antigo jornal antibaratista, o *Folha do Norte*, no mesmo tempo de criação do jornal pessedista *O Liberal*. Os discursos de ambos mediram as disputas políticas no Estado até o início da década de 1950. Enquanto o diário *O Liberal* assumiu uma característica de confronto, em razão do contexto em que surgiu, diante de uma oposição já organizada, o semanário *Marabá* no sudeste do Pará não manifestou discursos oposicionistas, por ter sido um jornal do Estado Novo. A disputa principal entre o grupo baratista em torno de *O Liberal* e um grupo de políticos de oposição, integrantes de vários partidos que faziam uso da *Folha do Norte* para proferirem seus discursos, era a obtenção do controle político estadual.

Uma oposição organizada só seria registrada na região sudeste paraense e propagada na imprensa em 1947, primeiro através de *O Progressista*, criado pelas lideranças machadistas do Partido Social Progressista no município de Marabá, seguido do semanário *A Safra*, criado por Nagib Mutran em 1948. Se *O Progressista* nasceu e desapareceu com apenas duas edições, foi *A Safra* que uniu em torno de si todo o grupo oposicionista do sudeste paraense, sendo uma extensão do jornal antipessedista *Folha do Norte*. A oposição eleitoral no sudeste do Pará ganhou características específicas nas disputas eleitorais paraenses, sobretudo para às eleições estaduais de 1950. Enquanto os antibaratistas do Estado tratavam de desqualificar a personagem política de Magalhães Barata, atacando sua imagem e desqualificando seus feitos, o grupo antibaratista no sudeste do Pará se utilizava dos castanhais para desconstruir o baratismo. Os discursos proferidos nas manchetes de *A Safra* por Nagib Mutran e outros editores do jornal expressavam o que chamamos de nagibismo, sentimento de desprezo à estrutura política de controle proposta pelos baratistas aos castanhais. Os nagibistas, através de *A Safra*, convocavam os castanheiros a se posicionarem contra os que impedia o sucesso da economia castanheira, isto é, os baratistas no poder. Concluímos, com essa discussão, que as expressões de desejos e anseios nagibistas supervalorizaram os castanhais durante o período de 1947 e 1951.

No capítulo quinto, os argumentos pendem para a vitória dos antibaratistas nas eleições suplementares de 1951, transformando definitivamente a região dos castanhais do sudeste do Pará. As oposições representadas por *A Safra* e o nagibismo desapareceram, já que o sentido de sua existência era o controle político dos baratistas sobre os castanhais. Assim que este desapareceu, aqueles se desfizeram. O que havia dado sustentação ao discurso nagibista foi desenvolvido na prática após a vitória de uma coligação de partidos de oposição: a expansão

dos castanhais; o apoio logístico à economia da castanha; a exportação de castanha para outros países, além dos Estados Unidos; uma legislação favorável à apropriação perpétua de terras de castanhais. As mudanças promovidas pelo governo paraense entre 1951 e 1955 foram favorecidas pelas propostas de “valorização da Amazônia”, políticas de integração que deu origem à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A esta seguiu o Plano de Metas desenvolvido pelo governo federal de Juscelino Kubistchek com propostas de integração do território nacional. No Pará, em meio a aplicação do Plano de Metas do governo federal, também pessedista, ascendeu novamente ao executivo estadual Magalhães Barata, não mais com as características nacionalistas e intervencionistas, elementos presentes nos seus governos anteriores mas, claramente com o projeto político desenvolvimentista dos “cinquenta anos em cinco”. Os investimentos nas indústrias rodoviárias, automobilísticas e energéticas desfizeram às simbologias de teor promissor em volta dos castanhais. A castanha no sudeste do Pará foi aos poucos sendo substituída pela agropecuária.

A economia castanheira caracterizava-se como frágil, tendo em vista os seus inúmeros problemas, alguns de característica claramente natural, como a falta de chuvas e a queda na produção, a falta de fertilização das flores; as impossibilidades de escoamento através dos igarapés, as dificuldades de locomoção em densa floresta. Outros, problemas são basicamente políticos e econômicos, como as irregularidades de medição,¹⁷ a falta de apoio logístico, a concorrência com outros produtos similares à castanha amazônica, a deterioração e a falta de aceitação do produto no mercado internacional. Contudo, mesmo se tornando o principal produto de exportação do Pará e exaltada pelas mídias e discursos políticos nas regiões dos castanhais, a economia da castanha nunca constituiu lucro certo, acabava sendo uma incógnita a cada ano e, portanto, um investimento inseguro. De modo geral, verificamos que a economia da castanha não perdurou em função de suas incertezas e, por isso, foi substituída justamente por uma prática econômica que exigiu o seu abandono e destruição, a agropecuária. Tratava-se de economias antagônicas. Enquanto a economia agropecuária propunha o desmatamento da floresta para se desenvolver, o extrativismo da castanha necessitava da sua conservação.

Suponhamos que, a região dos castanhais do sudeste do Pará, foi moldada por discursos que determinaram seu funcionamento político e influenciaram na sua dinâmica econômica. E que as determinações perpassaram pela escolha dos locais de colonização, as economias a serem adotadas e as manifestações relacionadas a ela, além das orientações com

¹⁷ A castanha é medida em hectolitro que equivale a cem litros, porém, os compradores procuravam acrescentar uma quantidade maior se utilizando de recipientes particulares.

relação as continuidades ou interrupções, as rotas a serem seguidas, as influências com relação as linguagens e comportamentos políticos. Nos propusemos, portanto, em verificar até onde foram as influências políticas no lugar dos castanhais.

CAPÍTULO I - O espaço sudeste do Pará

Neste capítulo destacamos os principais elementos políticos, econômicos e naturais que proporcionaram a ocupação do sudeste do Pará. O objetivo com esse investimento foi o de sistematizar argumentos sobre a ocupação e o desenvolvimento da região, através do cruzamento entre os registros de viajantes, documentos oficiais do governo do Estado e a bibliografia relacionada ao tema. Nesta parte do trabalho foram priorizados os elementos históricos responsáveis por transformar a região sudeste paraense em área politicamente estratégica e de grande valor econômico no final do século XIX, seguidos, obviamente, dos principais acontecimentos relacionados. Ao mesmo tempo em que levantamos informações associadas à ocupação da região sudeste do Pará, criamos possibilidades para a maior identificação do espaço em estudo.

A escolha do final do século XIX para a apresentação preliminar do sudeste do Pará, leva em conta as primeiras intervenções políticas oficiais que possibilitaram a ocupação da região. Então, recorreremos à bibliografia relacionada à sua ocupação e ao seu povoamento naquele passado. Falamos da documentação emitida pelos órgãos de interiorização de governo paraense e das anotações de viajantes; os relatórios de governo e os registros de pesquisadores que se debruçaram sobre a causa da ocupação do lugar sudeste paraense. Através desses registros, investimos na verificação de projeto de intervenção política, econômica e espacial de caráter expansionista e, por conseguinte, os efeitos sentidos na região sudeste do Pará, elevando-a, definitivamente, à sua visibilidade no quadro da política e da economia amazônica.

Como primeira referência explicativa do processo de intervenção espacial formal no sudeste do Pará, os registros da época destacam o projeto de ocupação desenvolvido pelo então governador paraense Lauro Sodré (1891-1897). Mostram também que, naquele período as ações empreendidas de Sodré estiveram relacionadas aos modelos políticos de intervenção demográfica para o interior do Estado. No sudeste paraense, as ações de Sodré viriam a se concretizar em forma de ocupação e colonização agrícola. A documentação que será apresentada nesse primeiro capítulo de teor introdutório sugere que a utilização do espaço sudeste paraense remonta ao final do século XIX. Em decorrência disso, conforme bibliografia do período e sobre ele, a região teria ganhado, sucessivamente, em importância estratégica devido à utilidade de sua principal bacia hidrográfica formada pelos rios Araguaia e Tocantins. Para a análise desses cursos fluviais que correm do centro-oeste em direção ao norte brasileiro

e que cortam ao meio a região sudeste paraense nos sustentamos, metodologicamente, em Lucien Febvre e sua pesquisa sobre o rio Reno. A escolha se justifica pelo fato da proposta de pesquisa desenvolvida por Febvre voltar-se às manifestações econômicas e sociais de vários povos da Europa ocidental que acabaram sendo influenciados pelas diversas características apresentadas pelo rio. Logo, o importante posicionamento geográfico do rio, num território central da Europa e suas possibilidades de locomoção deve-se a um fator de disputa entre os vários povos e grupos renanos. *O Reno* de Febvre apresenta também um importante valor histórico à medida que se constitui enquanto condição *sine qua non* para muitas comunidades europeias, colocando-o como referencial-chave de diversas tradições culturais, cidades portuárias e, conseqüentemente, de seus respectivos ritmos de funcionamento.¹⁸ Quanto ao sudeste do Pará, os rios Araguaia e Tocantins e as suas vias navegáveis, possibilitaram o desenvolvimento de tradições econômicas inerentes ao lugar, através dos rios foram criadas condições para o trabalho extrativista. Quero dizer que, as ramificações hidrográficas existentes no sudeste do Pará, interligadas pelos rios Araguaia e Tocantins, junto à riqueza natural da região, possibilitaram o desenvolvimento econômico do caucho e da castanha.

Para a interpretação das intervenções políticas imprimidas à região sudeste do Pará, foi de suma importância a orientação da geógrafa Bertha Becker que trata da dinâmica de ocupação de diversos territórios da Amazônia. A sua análise propõe um processo de ocupação amazônica com características exógenas, devido ao fato de as maiores ações nos territórios regionais terem se dado a partir de interesses políticos externos. Nesse sentido, o aporte tomado de Becker nos ajuda a compreender a formação do sudeste do Pará, pois o seu modelo de ocupação se deu através de políticas governamentais estaduais. O fato de o sudeste do Pará ter se tornado uma região em disputa, o governo paraense a escolheu como lugar de intervenção e alvo dos projetos de colonização agrícola. Apresentamos, portanto, as características da região sudeste do Pará, seu processo de ocupação e as principais ações ligadas a ele.

¹⁸ FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, Mitos e Realidades**. Eliana Aguiar (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

1.1. A ocupação do vale do Médio Tocantins

Os argumentos neste capítulo estão voltados à caracterização dos rios Araguaia e Tocantins, cujas vias fluviais cortam a região sudeste do Pará com seus inúmeros afluentes. Afinal, foram esses os rios que tornaram possível a ocupação daquela região paraense, determinando a sua dinâmica política, econômica e social durante toda a primeira metade do século XX. Na parte política, despertou o interesse governamental estadual, o que ocasionou em sucessivas intervenções na região; Na economia, os grandes e pequenos rios e os igarapés ligados à bacia Araguaia-Tocantins no sudeste paraense, impulsionaram a cultura extrativista do caucho e da castanha, as principais responsáveis pela visibilidade regional; Quanto a influência social, os rios regularam os hábitos de navegação e a criação de meios para a locomoção adequados aos cursos d'água. O sudeste do Pará, por intermediar o Centro e o Norte brasileiros e interligar às duas regiões pela bacia Araguaia-Tocantins, transformou-se em lugar disputado, reivindicado, sobretudo, por três Estados: Pará, Maranhão e Goiás.¹⁹

A importância em destacar a bacia está na formação de sua estrutura, com dois itinerários oriundos da região central do Brasil, mas que se unem no sudeste do Pará formando um único, o rio Tocantins. Segue-se, a partir dessa região, apenas um leito, interligando o sudeste do Pará ao extremo norte desse mesmo Estado. A utilização da bacia Araguaia-Tocantins por goianos, maranhenses e paraenses e a transformação da região sudeste do Pará, nos lembra como o rio Reno foi apresentado por Lucien Febvre. Neste caso, às regiões às margens do rio europeu constituíram-se sempre em complexos de engrenagens, “políticas, econômicas e culturais”. O Reno tornou-se um meio de união. Rio europeu, ligando povos e culturas, constituindo no mais ativo de todos no continente.²⁰ Nessas condições, define Febvre, um rio também apresenta suas histórias, sejam elas de origem alemã, francesa, holandesa, belga e inglesa.²¹ Na região sudeste do Pará, os rios Araguaia e Tocantins ofereceram os caminhos para a ocupação da região e determinaram a sua dinâmica econômica de modelo extrativista, como já dito. Portanto, assim como o rio Reno foi historiado por Febvre e colocado em posição de destaque no processo de formação das sociedades renanas, estamos associando às vias navegáveis dos rios Araguaia e Tocantins à formação cultural dos habitantes do sudeste

¹⁹ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980, p. 100-101.

²⁰ FEBVRE. *Op. Cit.*, p. 07.

²¹ FEBVRE. *Op. Cit.*, p. 09.

paraense. Além disso e, em grande medida, a bacia Araguaia-Tocantins contribuiu com a formação das relações políticas e econômicas que foram mantidas entre a região e o poder político central em Belém.²²

O aporte metodológico adotado para analisar as intervenções realizadas no sudeste paraense, é o defendido pela geógrafa Bertha Becker, aquele utilizado nos estudos sobre a ocupação e exploração do território Amazônico. Com referência a citada proposta, esse momento da pesquisa está centrado nas manifestações advindas do governo paraense de Lauro Sodré e em seus anseios políticos externos ao lugar do sudeste do Pará. Pela sua localização privilegiada e as suas importantes vias fluviais, àquela região se transformou em alvos dos projetos de governo.²³ Nesse sentido e, de acordo com as propostas da pesquisadora Bertha Becker, a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, teria acelerado e tornado contínuo o processo de ocupação da Amazônia desde o fim do século XIX. Tudo isso, com base na dominância absoluta da visão externa e os privilégios das relações com os centros de poder, tal como defende a geógrafa.²⁴ Partimos do princípio, seguindo Becker, de que os projetos de ocupação dos espaços amazônicos, a exemplo do sudeste do Pará, teriam se apoiado em estratégias territoriais, implementando a ocupação regional. Para Becker, os investimentos promovidos nas diversas localidades espalhadas pela Amazônia teriam se caracterizado em intervenções espaciais coordenadas pelo Estado.²⁵ Assim, sucessivamente após a construção dos respectivos territórios, o Estado teria os transformado em espaços políticos seus, objetivando exercer o controle social através de normas, leis e hierarquias.²⁶ Sugerimos, portanto, que a política desenvolvida no sudeste do Pará está de acordo com esse modelo de intervenção, pois, a partir dessa perspectiva, o governo paraense tratou de impor sobre o sudeste do Estado um sistema de controle político e territorial.²⁷ Assim como propõe Becker, as atitudes políticas centrais com relação à Amazônia teriam se voltado à formação de conexões e redes capazes de controlar um fluxo de estoques.²⁸

Para Becker, as respectivas ocupações dos territórios amazônicos existiram, invariavelmente, desde o princípio de colonização do Brasil, segundo ela, a partir de iniciativas

²² SANTOS. *Op. Cit.*, p. 100.

²³ MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 253-254.

²⁴ BECKER, Bertha Koiffmann. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas**. Rio de Janeiro, 2001, p. 136.

²⁵ BECKER. *Op. Cit.*, p. 137.

²⁶ BECKER. *Op. Cit.*, p. 137.

²⁷ MOURA. *Op. Cit.*, p. 253-254.

²⁸ BECKER. *Op. Cit.*, p. 136.

externas e com referência à valorização momentânea de produtos no mercado internacional. Em função disso, assim como no sudeste paraense, foram realizadas intervenções em locais estratégicos e estimulada a criação de unidades administrativas vinculadas diretamente ao governo central.²⁹ Verificamos, portanto, que o modelo de ocupação desenvolvido no sudeste do Pará reproduz a concepção histórica, a de característica exógena. Além disso, identificamos uma dinâmica política e econômica internamente constituída pelos habitantes locais, determinante para um desenvolvimento endógeno, mas não necessariamente autônomo de uma influência exterior.³⁰ No que se refere ao padrão espacial das relações externas, exógenas, Becker caracteriza-o enquanto modelo básico de utilização das redes de articulação externa que asseguram a produção e um contingente de exportação.

Sobre a dinâmica de ocupação do sudeste paraense, a produção bibliográfica na região, em caráter unânime, reforça o que já dissemos sobre a condição navegável, proporcionada pelos rios Araguaia, Tocantins e seus afluentes, destacando-os como fundamental no processo migratório. Esses cursos fluviais foram tomados enquanto meio determinante para despertar interesses nos recursos naturais de caráter extrativista.³¹ De fato, naquela região do Pará, como detalhado mais adiante, a bacia Araguaia-Tocantins deu as condições necessárias ao desenvolvimento econômico do caucho e da castanha, tendo em vista que as vias fluviais formavam raras possibilidades de locomoção naquele período de final do século XIX e início do XX. Como mencionado anteriormente, foi devido a abundância de recursos naturais e as suas várias rotas comerciais fluviais que interligam os Estados do Pará, Goiás e Maranhão, que o sudeste paraense foi transformado em uma região contestada.³² Essa situação, estimulou um fluxo migratório de maior intensidade em direção ao sudeste do Pará, sobretudo, originário da região central do Brasil. Isso confirma a afirmativa do historiador Roberto Santos, de que “muitas vezes uma corrente migratória não planejada de maranhenses assumiu papel pioneiro no desbravamento de regiões da Amazônia”.³³ Com relação a ocupação do sudeste paraense, os migrantes teria descido o rio Araguaia e o Tocantins, se dispersando pelo espaço compreendido entre o encontro dos dois grandes rios e os trechos encachoeirados denominados de Itaboca e Tauiry, os quais identificaremos a seguir.

²⁹ BECKER. *Op. Cit.*, p. 135.

³⁰ *Idem.*

³¹ MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá. Chromo Arte Editora, 1998, p. 17.

³² CARVALHO, Francisquinha Laranjeira e CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Rio Araguaia: o caminho dos sertões**. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História. UFG. Goiânia, v. 14, n. 2, 2009, p. 04.

³³ SANTOS. *Op. Cit.* p. 98.

De acordo com a documentação pesquisada e apresentada no decorrer deste capítulo, a primeira grande intervenção política e demográfica oficial e de maior relevância no sudeste do Pará, ocorreu no final do século XIX. Destacou-se o investimento feito pelo então governador do Estado do Pará, Lauro Sodré (1891-1897), no intuito de povoar o lugar através de projetos coloniais agrícolas. Com base nessa pretensão governamental teria sido criado o protótipo da ocupação formal do sudeste paraense, o Burgo Agrícola do rio Itacaiúnas, alusão ao principal afluente da margem esquerda do rio Tocantins localizado naquela região.³⁴ Aquela colônia agrícola na região do rio Itacaiúnas constituiu um dos muitos núcleos coloniais criados no interior do Estado como resultado de uma preocupação do governo Sodré em garantir o abastecimento da capital paraense com produtos agropecuários.³⁵ Quanto às justificativas de Sodré referente ao fomento desse investimento, elas levavam em conta o grande envolvimento de trabalhadores no extrativismo do látex amazônico, bem como, pela necessidade de manter o espaço em disputa sob o controle do governo paraense frente às pretensões dos governos goiano e maranhense. Os projetos de colonização agrícola desenvolvidos no interior do Pará foram concretizados a partir de tributos angariados da indústria da borracha, economia em extrema ascensão no período, como referendado a seguir.³⁶

A bibliografia acerca da instituição do Burgo do Itacaiúnas, unanimemente, põe em relevo o protagonismo de um líder político da então Boa Vista de Goiás de nome Carlos Gomes Leitão, um exilado no sudeste do Pará, fugido de conflitos políticos e religiosos daquela cidade goiana. As narrativas regionais, como veremos, atribuem a Carlos Leitão ora características heroicas na ocupação da região, ora o responsabilizam pelo processo de formação de comunidades no sudeste paraense, obviamente, atribuindo-lhe um caráter épico. Conforme essa produção, a ocupação do sudeste paraense teria acontecido a partir de um grupo de migrantes de Goiás que, por vontade própria, teria ocupado a região determinando tempo e lugar. Porém, em contato com registros de viajantes do período e contratos governamentais, verificamos que Carlos Leitão fez apenas parte nesse projeto de intervenção na região sudeste do Pará, implementado pelo governo estadual de Lauro Sodré. No acordo firmado com relação à escolha do lugar e ao caráter do projeto, a participação de Leitão foi quase nula, pois Sodré já havia

³⁴ Ver obras de Ignácio Baptista de Moura, **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989. Além de Henri Coudreau, **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. Ambas as tratam da descrição do baixo e médio Tocantins, caracterizam seus habitantes e respectivas atividades e projetos existentes no final do século XIX.

³⁵ MIRANDA, Rogério Rego. **A interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: Estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

³⁶ MOURA, *Op. Cit.*, p. 253-254.

determinado local, data e modelo de ocupação a ser desenvolvido pelos seus contratados.³⁷ Como veremos, a influência política de Sodré com relação à colonização da região sudeste do Pará através de investimentos agrícolas acabou não alcançando o êxito almejado, mas criou possibilidades para outras ações econômicas que impulsionaram o processo de ocupação. Exemplificamos a economia extrativista, primeiro do caucho, até o início do século XX e, posteriormente a da castanha até a década de 1960, a partir destas, nasceram dois dos principais municípios da região, Marabá em 1913 e Itupiranga em 1947.

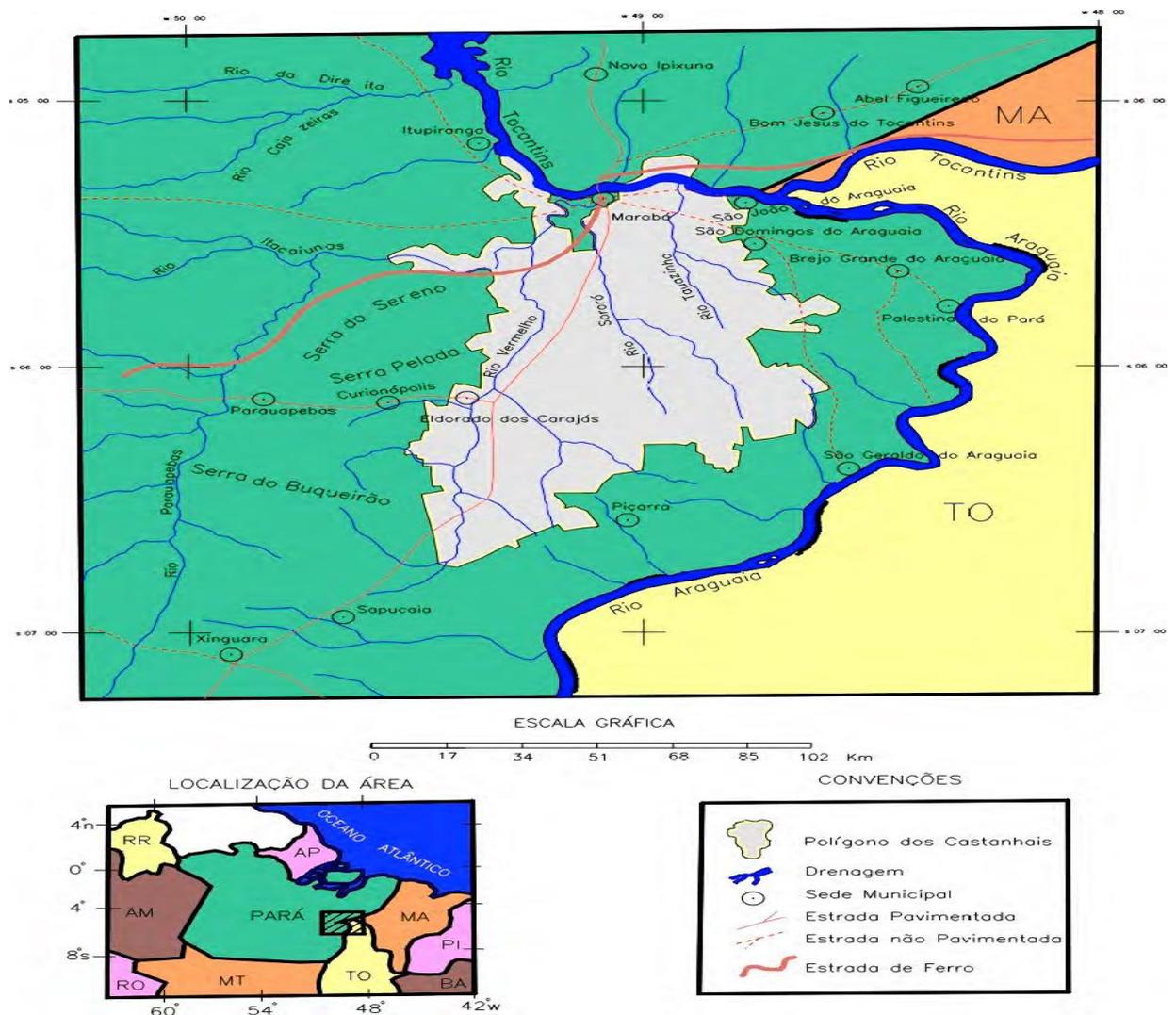


Figura 1: Região sudeste do Pará e a Bacia Araguaia-Tocantins recentes. Fonte: SAMPAIO, Sandra Maria Neiva. **Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra do “Polígono dos Castanheiros” no sudeste do Pará.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

³⁷ BAENA, Manoel. **Relatório apresentado ao governo do Estado.** Belém. Diário Oficial. Fevereiro, 1895, p. 53.

A partir do empreendimento agrícola desenvolvido na região sudeste do Pará foram criadas possibilidades para o reconhecimento do lugar. Para que isso acontecesse, o governador Sodré patrocinou excursões à região objetivando a sua descrição, a verificação das características do percurso entre a região e a capital paraense e do potencial de recursos naturais.³⁸ Os levantamentos de dados sobre a navegabilidade, o contingente populacional, às possibilidades de habitação, os recursos naturais de valor comercial e o posicionamento relacionado a outras regiões do Brasil, foram confiados ao intelectual paraense Ignácio Baptista de Moura, nomeado inspetor do Burgo do Itacaiúnas e ao viajante francês Henri Coudreau.³⁹ O investimento realizado também durante o governo Sodré tratou de uma avaliação do lugar sudeste paraense para a utilização de seu espaço e recursos.⁴⁰ O espaço do sudeste paraense escolhido como referência para esta pesquisa está localizado entre a confluência dos rios Araguaia e Tocantins (*Figura 1*) e a região em volta de Tucuruí, então Alcobaça.

De acordo com Ignácio Moura, os recursos hidrográficos existentes no sudeste do Pará já eram usados para fins comerciais desde o período da colonização do norte do Brasil, o que fez da região alvo de constantes ações públicas e privadas, objetivando manter influências sobre ela.⁴¹ Segundo o historiador Carlos Eduardo Costa Barbosa, os usos da bacia Araguaia-Tocantins para fins comerciais começaram ainda no século XVIII, quando a produção aurífera no norte de Goiás se escasseou.⁴² Para esse pesquisador, a reutilização da bacia pelos goianos se deu em expedições oficiais planejadas e patrocinadas por governadores, posteriormente, por

³⁸ Ver obra de Ignácio Baptista de Moura, **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989. Uma obra, em grande medida descritiva, que expressa os anseios político-governamentais.

³⁹ Ver obra de Carlota Carvalho, **O Sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924. Além de tratar da ocupação do médio Tocantins, argumenta acerca das viagens de Ignácio Moura e de Henri Coudreau àquela região.

⁴⁰ Ver obras de Ignácio Baptista de Moura, **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989.

⁴¹ MOURA, *Op. Cit.*, p. 272.

⁴² BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Navegando entre as províncias do Pará e Goiás: o rio dos Tocantins no século XIX**. Fortaleza: Anpuh xxv simpósio nacional de História. 2009, p. 1. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/navegando-entre-prov%C3%ADncias-do-par%C3%A1-e-goi%C3%A1s-o-rio-dos-costa-barbosa>> Acesso em 10 fev. 2018. Também nesse mesmo sentido fazemos menção aos registros do padre João Felipe Bettendorff sobre expedições realizadas no rio Tocantins ainda no século XVII. O documento faz referência às comunidades indígenas contactadas por incursões religiosas, dentre elas os Coatingas, Poquis, Tambaias, Guarajus, Taconhanos, Mocuras, Carajauaçus, Nambiquaras, Carajás, Carajapitangas, Oquitaiaras, Aruaquis e os Tupinambás. Conforme trecho do registro: “os Poquis moram no interior do sertão – pelo rio chamado Tocantins, em direção sudoeste, a uma distância de oitenta e mais léguas. Aquela região é riquíssima em pedras preciosas e outras coisas, mas por causa da quantidade de rios e lagos ela é praticamente inacessível. Não obstante, os portugueses se mostraram muito pacientes frente aos sofrimentos. Após terem avançado durante seis semanas contra a correnteza de um rio muito rápido que desce de um planalto, eles construíram um tipo de fortaleza não muito distante da beira, cercando-a de uma paliçada pontiaguda, como eles costumam fazer”. Carta ânua do Padre João Felipe Bettendorff, *Archivum Romanum Societatis Iesu*, Roma, cód. Bras 9, fól. 259-262 e 266, 21/07/1671. Tradução do latim por Karl Heinz Arenz.

comerciantes particulares, “tanto goianos quanto paraenses”.⁴³ A intensificação da utilização da bacia Araguaia-Tocantins somente em fins do século XIX se explica pelo fato de o tráfego comercial em Goiás ter sido proibido até o final do século XVIII, a fim de evitar o contrabando de ouro. Com o declínio da mineração goiana, os rios Araguaia e Tocantins passaram, naturalmente, a escoadores de mercadorias e caminhos mais indicados para as práticas econômicas e de integração comercial entre Pará, Goiás e o Maranhão. Assim, os governantes optaram pela via fluvial como um meio mais viável de comunicação devido à falta de estradas, fator que dificultava o acesso dos comerciantes, sobretudo, da região central que buscavam os centros consumidores em Belém.⁴⁴

Segundo pesquisa realizada por Carlos Barbosa, houve uma necessidade de governos provinciais de Goiás em romper o bloqueio ao qual estava submetida uma população provinda em partes da província maranhense e do então norte goiano (hoje Estado do Tocantins). O movimento demográfico foi uma tentativa de criar rotas comerciais que interligassem o centro-oeste ao extremo norte brasileiro. Conforme Barbosa, a navegação na bacia Araguaia-Tocantins chegou a ser feita por diversas empresas cujos interesses se ligavam às indústrias extrativas do vale, responsáveis por abastecer o mercado de Belém do Pará com a borracha, castanha, cacau e cachaça.⁴⁵

Outra referência interessante no tratamento do tema é a pesquisadora Dulce Portilho Maciel que em seus registros, destaca os sucessivos investimentos de representantes políticos e comerciais goianos em transformar a bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins em principal rota de escoamento de mercadorias goianas até Belém. Segundo a autora, pretendia-se manter, a partir da capital paraense, um intercâmbio com o comércio atlântico. De acordo com Maciel, os goianos ainda conseguiram manter uma rotina de navegação pela rota Araguaia-Tocantins no decorrer da segunda metade do século XIX, mesmo com as dificuldades proporcionadas por trechos encachoeirados e pelas hostilidades de indígenas que habitavam a região.⁴⁶ Outro argumento acerca da importância estratégica da bacia Araguaia-Tocantins, enquanto recurso usado na intervenção política e econômica do sudeste do Pará, é o da historiadora Dalisia Elizabeth Martins Doles. Para essa pesquisadora, a partir de 1846, comerciantes de Goiás chegaram até a constituir uma sociedade mercantil privada, “sob os auspícios do governo

⁴³ BARBOSA. *Op. Cit.*, p. 1.

⁴⁴ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 04.

⁴⁵ BARBOSA. *Op. Cit.*, p. 4.

⁴⁶ MACIEL, Dulce Portilho. A rota Araguaia-Tocantins de comunicação mercantil entre Goiás e Belém do Pará, 1846-1967. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIRÓS, Paulo Roberto Cimó. **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados. UFGD, 2011, p. 48-49.

goiano” com o objetivo de explorar o comércio fluvial pelo Araguaia. Por outro lado, as dificuldades de navegação entre o norte goiano e Belém do Pará formou um obstáculo intransponível ao tráfego regular de frotas comerciais. Em função disso, a companhia iria sobreviver somente até 1854, apoiada por incentivos governamentais que recebia.⁴⁷ A utilização das vias fluviais Araguaia e Tocantins, portanto, proporcionou um constante contato entre os Estados do Maranhão, Goiás e a região sudeste do Pará, mesmo tendo que superar as adversidades. Os sucessivos fluxos demográficos criaram uma base informal para a ocupação e colonização do espaço Médio Tocantino, em uma movimentação oriunda da região central do Brasil em direção ao norte do Pará, como já foi mencionado.

Sobre os rios Araguaia e Tocantins, o engenheiro Ignácio Baptista de Moura, representante do governo paraense de Lauro Sodré, no final do século XIX, destacou os interesses da política nacional e regional em relação às vantagens das vias fluviais dos dois grandes rios. Conforme Moura, a utilização daqueles rios como importante via de ligação entre o Centro-Oeste e o Norte brasileiros é antiga. Em 5 de fevereiro de 1791, um representante da coroa portuguesa no Brasil, Thomaz de Sousa Villa-Real navegou pelos rios, do Pará até Goiás. A atitude tinha a pretensão de estabelecer uma rota comercial mais vantajosa em termos de duração, praticidade, lucratividade e outros aspectos, entre a então capitania do Grão-Pará e a de Goiás. Em 1799, o então Ministério dos Negócios Ultramarinos já havia recomendado, através do seu representante, o general da Armada Real e cronista-mor, Dom João Manoel de Menezes, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins. O mesmo, através de uma carta régia de 7 de janeiro de 1806, concedeu “inteira isenção de direitos por 10 anos aos que se estabelecessem nas margens desses rios”.⁴⁸ No entanto, não encontramos registros de uma ocupação consistente no sudeste paraense resultante desses esforços.

A importante bacia hidrográfica do Tocantins e do Araguaia abrange uma área de mais de 960.000 quilômetros quadrados e alcança, atualmente, os territórios dos Estados de Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal.⁴⁹ Para compreendermos a dinâmica de ocupação do sudeste do Pará desenvolvida a partir da região central do Brasil, destacamos algumas características dos principais meios de ligação entre uma região e outra. Apresentamos primeiro o rio Araguaia. Este, um dos maiores rios brasileiros, nasce na Serra do Caiapó, no sudeste do Estado de Goiás, e corre em direção norte até juntar-se ao rio Tocantins

⁴⁷ DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. **Comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia**. Goiânia: Editora Oriente, 1973, p. 61.

⁴⁸ MOURA. *Op. Cit.*, p. 272.

⁴⁹ RELATÓRIO TÉCNICO. **Bacia do Araguaia-Tocantins**. Agência Nacional de Transportes Hidroviários. Laboratório de Transportes e Logística. Santa Catarina. UFSC, 2013, p. 03.

na região sudeste do Pará. O trecho do rio Araguaia com cerca de 260 quilômetros, partindo da sua foz no sudeste paraense e subindo em direção à região central do Brasil, possibilita uma navegação tranquila e sem grandes obstáculos. Esse trecho do rio possibilita uma navegabilidade mais adequada, se comparada à descida do rio Tocantins do sudeste paraense até Belém. As primeiras grandes dificuldades somente são encontradas nos trechos do alto Araguaia, com navegação impraticável na seca pela escassez de água.⁵⁰

Por sua vez, o rio Tocantins com 2.400 quilômetros de curso, nasce da confluência dos rios Maranhão e Paraná, atravessa na região central do Brasil, junta-se com o rio Araguaia na região sudeste do Pará e segue em direção ao norte do país, desembocando no rio Pará, nas proximidades de Belém e de lá ao Oceano Atlântico.⁵¹ O caráter do rio Tocantins varia de uma região para outra, mas via de regra por ocasião das cheias que ocorrem no inverno, estação chuvosa. O Tocantins, no que se refere à navegabilidade é dividido em trechos diferentes. Da confluência com o Araguaia, na região sudeste do Pará, descendo até Tucuruí, forma-se um percurso com numerosos obstáculos. As Cachoeiras e pedrais do Itaboca e do Tauriry formam as principais dificuldades para a navegação neste percurso. Neste trecho, que corresponde à transição entre o Baixo e o Médio Tocantins, existem várias ilhas e o rio é dividido em canais. Por outro lado, seguindo no sentido oposto, subindo o rio Tocantins a partir da região sudeste do Pará, o rio é navegável o ano todo por embarcações de grande porte. Nesse percurso, a navegabilidade do rio torna-se melhor durante as cheias, oferecendo maiores dificuldades somente no alto Tocantins.⁵² Saindo do sudeste paraense e subindo em direção à região central do país, tanto o rio Tocantins quanto o Araguaia oferecem boas condições de navegabilidade.⁵³ Essas condições possibilitaram a ocupação do sudeste do Pará, porém, não foram mantidas como vias de escoamento dos produtos de caucho e de castanha produzidos nessa região. Pelo contrário, o percurso que interliga à região central do país ao sudeste paraense, limitou-se ao processo migratório direcionado ao médio Tocantins. O controle do sudeste do Pará pelo governo paraense, a partir do final do século XIX, determinou o percurso para o escoamento e para navegação a partir da região. A escolha do percurso, não esteve relacionada à situação de

⁵⁰ BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Estudo Geral. Bacia do Tocantins, p. 3 (monografia n. 5). In: DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973, p. 19, 20.

⁵¹ RELATÓRIO TECNICO. **Bacia do Araguaia-Tocantins**. Agência Nacional de Transportes Hidroviários. Laboratório de Transportes e Logística. Santa Catarina. UFSC, 2013, p. 03.

⁵² BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Estudo Geral. Bacia do Tocantins, p. 3 (Monografia n. 5). In: DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973. p. 19, 20.

⁵³ BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Estudo Geral. Bacia do Tocantins, p. 3 (Monografia n. 5). In: DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973. p. 19, 20.

navegabilidade do Araguaia ou do Tocantins, mas ao direcionamento que os rios tomam. Se subindo os rios na direção central do país, os Estados daquela região seriam os beneficiados, sobretudo Maranhão e Goiás. Porém, a descida do Tocantins a partir do sudeste paraense, mesmo oferecendo inúmeros obstáculos, tornou-se o curso mais favorável ao governo do Pará, por interligar a região diretamente ao executivo em Belém. Como veremos, a opção pela via navegável, do sudeste paraense até Belém, aliada às práticas extrativistas desenvolvidas na região, foram determinantes para o processo de formação econômica e para o desenvolvimento político da região sudeste do Pará.

Portanto, embora a ocupação do sudeste do Pará tenha sido promovida por pessoas oriundas da região central do país, foi o governo paraense quem geriu o processo. Além disso, a navegação subindo o rio Tocantins, de Belém ao sudeste do Pará e o mesmo percurso no sentido inverso, assumiram posições de destaque a partir da virada do século XIX. A descoberta do caucho na região despertou maiores interesses do governo paraense. Porém, a navegação entre o sudeste do Pará e Belém ganhou maior importância e intensidade, quando os castanhais da região foram valorizados e conhecidos no cenário nacional no início do século XX. Partindo dessa análise de caráter inicial, buscamos direcionar nossa atenção ao que diz respeito às influências políticas externas promovidas, oficialmente, no sudeste paraense. A primeira intervenção política estadual na região esteve relacionada ao desenvolvimento de projetos governamentais idealizados pelo governador do Pará. Apresentamos, portanto, a formação da colônia agrícola denominada Burgo Agrícola do Itacaiúnas, criada no final do século XIX, no sudeste do Estado. Sobre isso, o padre Barruel Lagenest, registrou como motivação para essa interposição política ao sudeste paraense, o seu posicionamento geográfico privilegiado, pois a região está situada na confluência de três rios: Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas. Para Lagenest, os rios Araguaia e Tocantins possibilitavam a movimentação de mercadorias dos Estados de Goiás, Maranhão e do Brasil Central. Através do rio Itacaiúnas e de seus afluentes, subiam os mercadores, ora caucheiros, ora castanheiros.⁵⁴ A seguir, desenvolvemos um debate acerca da fundação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, enquanto uma representação da primeira intervenção governamental na região sudeste do Pará. O diálogo com outros autores regionais, nos deu a possibilidade de comparações e nos levou à formulação de um posicionamento baseado no cruzamento com documentos do governo paraense.

⁵⁴ LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da castanha**: estudo sociológico. São Paulo: Anhambí, 1958, p. 9.

1.2. A fundação da Colônia Agrícola do Itacaiúnas

Observando o contexto de final do século XIX na Amazônia, verificamos que as intervenções políticas no sudeste do Pará, que resultaram na criação de uma Colônia Agrícola localizada nas proximidades da foz do rio Itacaiúnas, se deram em período de crescente valorização econômica da borracha. Tratava-se de um período de grande envolvimento de trabalhadores na extração do látex, entre 1894 e 1899. Por sua vez, a criação do chamado Burgo do Itacaiúnas está intrinsecamente relacionado, como já mencionado, às pretensões políticas do então governador paraense Lauro Sodré. Tratamos, portanto, de explicar o contexto de sua criação e as formas de intervenções políticas que o tornaram realidade.

Conforme o pesquisador Roberto Santos, em sua obra clássica acerca da *História Econômica da Amazônia*, a década de 1890 constituiu-se decisiva na produção industrial europeia, sobretudo a automobilística que, desde então, “não parou de crescer, arrastando consigo no fulminante sucesso a de pneumáticos de borracha”. De modo geral, segundo ele, toda a indústria fabril da borracha apresentava evolução impressionante, nas grandes importações norte-americanas, inglesas e de outros países da Europa.⁵⁵ Entre o período de 1889, a 1898 as cotações se elevaram extravagantemente em Belém e, “apesar da inelasticidade da produção, a quantidade de borracha exportada pela Amazônia brasileira aumentou bastante e continuou em ascensão até 1912”.⁵⁶ Sobre o período de desenvolvimento comercial da borracha amazônica, a historiadora Barbara Weinstein também detectou que “o impacto demográfico e econômico do negócio da borracha só viria a ser plenamente sentido com o advento dos ‘anos dourados’ da Amazônia, aproximadamente de 1880 a 1910”.⁵⁷

Os anos de expansão ampliaram, em grande medida, às oportunidades de emprego e investimento no negócio da borracha, bem como a um grande número de empreendimentos públicos e privados. Na década de 1890, por exemplo, alterava-se a estrutura urbana central de Belém, lugar de residência da elite seringalista, comerciantes e profissionais liberais beneficiários do comércio gomífero. De acordo com a pesquisa de Barbara Weinstein, “em 1899, Belém recolhia sozinha, um total de impostos de 6.110 contos (cerca de 1,5 milhões de dólares)”. A prosperidade econômica da borracha, segundo Weinstein, foi percebida nos

⁵⁵ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980. p. 201.

⁵⁶ SANTOS. *Op. Cit.*, p. 202.

⁵⁷ WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 55.

investimentos governamentais em obras arquitetônicas: a construção de palacetes como centros administrativos, mercados populares e a revitalização da estrutura urbana, sobretudo nas regiões centrais da capital paraense.⁵⁸ Conforme pesquisa da historiadora Luciana Marinho Batista, foi nesse período, segunda metade do século XIX, que a cidade de Belém passou a ter seus primeiros bancos como, o Banco Comercial da Província do Pará e a Caixa Filial do Banco do Brasil, além de grandes investimentos na pavimentação de ruas, na criação da Capitania do Porto, investimentos que foram seguidos do significativo aumento de prédios e a acelerada mudança nas vias públicas belenenses. Iniciava, portanto, o período de mudanças urbanas que culminaram nas construções de ferro características de seus empreendimentos imobiliários na virada do século XIX para o XX.⁵⁹ Porém, com relação à política governamental para o interior do Pará, nos últimos anos do século XIX, o geógrafo Rogério Rego Miranda registrou as ações impulsionadas pela preocupação em manter uma produtividade agropecuária compatível à produtividade da borracha e a realidade desenvolvimentista vivenciada naquele momento pela capital paraense. Conforme registro do pesquisador, uma das metodologias adotadas pelos governos paraenses do período, a fim de alcançar as diversas regiões do Estado foi a instituição de colônias agrícolas, incentivos à migração e a ocupação dos espaços tidos como ociosos e, portanto, não condizentes com o momento econômico vivido. Tais empreendimentos governamentais apresentavam em suas ideologias, pretensões de civilizar e levar o progresso a lugares vistos como desabitados. Por isso, acrescenta Miranda que “não por acaso essa colonização ocorreu de 1875 a 1908, coincidindo com o momento de maior desenvolvimento comercial do extrativismo da borracha”.⁶⁰

Os núcleos coloniais desenvolvidos no interior paraense, contudo, se efetivaram devido ao financiamento ocasionado pelo extrativismo da borracha, já que parte dos tributos de sua exportação destinava-se aos cofres públicos. Os impostos oriundos do extrativismo patrocinaram os projetos de migração e a construção de linhas férreas como estratégias para o escoamento da produção do interior, cujas exigências eram de bens alimentares. Na Amazônia, a introdução desse meio de transporte se deu entre 1870 e 1890. Os empreendimentos de maior relevância no período referido foram às linhas férreas de Madeira-Mamoré, na fronteira com a Bolívia, cujo principal objetivo era ligar as áreas produtoras de látex e escoar sua produção; a

⁵⁸ WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 105.

⁵⁹ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**, p. 50.

⁶⁰ MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de Colonização Antiga na Amazônia: estudo de Colônias Agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009, p. 81.

Estrada de Ferro Tocantins, construída no sudeste do Pará, entre a então Alcobaça (cidade de Tucuruí) e o encontro dos rios Tocantins e Araguaia, cujo plano era interligar Belém aos cauchais do sudeste paraense, superando os obstáculos postos pelas cachoeiras do Tauiry e Itaboca e viabilizando o comércio entre o Pará e a região central do país; e a Estrada de Ferro Bragança como auxílio para as políticas de povoamento, cuja pretensão era levar a colonização e o progresso aos locais tidos como ainda desabitados.⁶¹ No Pará, as Estradas de Ferro Bragança e Tocantins visaram, além de tudo, a utilização dos espaços interioranos e a sua integração com a capital paraense.⁶² A criação de colônias agrícolas, munidas de apoio financeiro e projetos de escoamento, tinham como fim manter à sustentabilidade na produção alimentícia perante o grande envolvimento da força de trabalho com os seringais. De acordo com o historiador Ernesto Cruz, havia uma especial atenção dos governos paraenses do final do século XIX quanto à prática de colonização do interior. Segundo Cruz, somente entre 1893 e 1899, foram regulamentadas dezenas de colônias agrícolas, dentre elas os Núcleos Coloniais da Estrada de Bragança como: Apeú, 1896; Castanhal, 1893; Jambu-Açú, 1895; Benjamim Constant, 1894; Marapanim, 1893; José de Alencar, 1898; Santa Rosa, 1898; Ferreira Pena, 1898; Anita Garibaldi, 1898; Ianetama, 1899 e Inhagapi, 1898.⁶³

Os Burgos Agrícolas, conforme Cruz, foram até regulamentados através da lei de número 583 de 21 de junho de 1898, enquanto estabelecimentos industriais de agricultura fundados em virtude de concessões do governo estadual paraense. O objetivo em criar tais empreendimentos foi o de facilitar e auxiliar a criação e desenvolvimento de pequenas propriedades rurais ligadas ao poder central em Belém. Tais núcleos agrícolas seriam regidos por contratos de parceria, segundo as quais o preço da produção precisaria ser aprovado pelo próprio governo estadual. Os denominados Burgos Agrícolas, pensados para o interior, precisavam ser localizados em terrenos férteis e serem idênticos aos outros núcleos coloniais mantidos pelo executivo estadual do Pará.⁶⁴ Neste caso, “às obrigações dos concessionários e

⁶¹ MIRANDA. *Op. Cit.*, p. 81- 89.

⁶² MIRANDA. *Op. Cit.*, p. 82.

⁶³ CRUZ, Ernesto. **Colonização do Pará**. Conselho Nacional de Pesquisas. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Belém, 1958, p. 86-100. Além da pesquisa atribuída a Ernesto Cruz, destacando os projetos de imigração e formação de Colônias no interior paraense, lembramos aqui que outros trabalhos consistentes foram efetivados com essa temática. Em destaque os pesquisadores amazônicos e suas respectivas obras: LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses e colonização**. In: **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Açaí, 2010, p. 303-369; SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: CHAMBOULEYRON, Rafael & ALONSO, José Luis Ruiz-Penado. **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVIII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010, p. 201-218; EMMI, Marília Ferreira. Italianos nas cidades amazônicas/Contribuição da imigração de italianos à economia amazônica. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: Edufpa/NAEA, 2008, p. 155-225.

⁶⁴ CRUZ. *Op. Cit.*, p. 103.

colonos estavam regulados nos minuciosos e longos contratos que assinavam de modo a garantir a estabilidade do agricultor e o desenvolvimento do Burgo”, em conformidade com as regras determinadas pelo Estado. Os contratantes deveriam explorar apenas um terço dos terrenos concedidos pelo governo e destinar dois terços às famílias nacionais e estrangeiras que possivelmente pudessem contribuir com a colonização do espaço em questão. Para tanto, o governo garantia um “auxílio de quatrocentos mil réis por famílias de colonos introduzidos no burgo, pago ao concessionário, além da ajuda de duzentos mil réis entregues a cada colono chefe de família”.⁶⁵ Os investimentos governamentais nos diversos espaços paraenses em forma de Colônias Agrícolas, Burgos Agrícolas ou Núcleos Coloniais resultaram, posteriormente, em diversos municípios pelo interior do Pará, dentre eles Bujaru, Abaetetuba, Ourém, Porto de Moz e Marabá; este último no sudeste do Pará.⁶⁶

Quanto à formação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas como forma primeira de uma ocupação do sudeste do Pará, planejada por políticas de Estado, ela foi retratada de várias formas e versões. Ora através de argumentos que a defenderam enquanto colonização espontânea, ora sustentada como o resultado de acordos e tramas políticos. Porém, em grande parte das narrativas produzidas sobre o tema é perceptível um caráter épico do evento, que caracteriza os pioneiros do Burgo do Itacaiúnas como heróis e desbravadores. Em nosso caso, optamos por analisar a formação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas através das tramas políticas, privilegiando os registros de época. Em nossa investida, não pretendemos retratar a verdade, mas apresentar uma coerência entre os acontecimentos, correlacionando-os. Para tanto, partimos da ideia de que os primeiros registros de ocupação oficial que deu origem ao denominado Burgo Agrícola do Itacaiúnas, na região sudeste do Pará, constituiu-se como uma ação planejada e marcada pela intervenção do então governo do Estado, a fim de adequar a região em questão à política central em Belém. Defendemos aqui, que a intervenção política foi concretizada por meio de um consórcio, contrato firmado entre Lauro Sodré, governador do Pará durante o período de 1891 e 1897 e Carlos Gomes Leitão, um morador abastado e líder político da cidade de Boa Vista de Goiás, correspondente a atual Tocantinópolis, Tocantins (*Figura 2*). Nos dedicamos, então, a explicar esse acordo e sua relação com o princípio formal de ocupação da região sudeste do Pará.

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ CRUZ, *Op. Cit.*, p. 134-142.



Figura 2. Município da antiga Boa Vista no final do século XIX. Fonte: PALACIN, Luis Gomez. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista.** São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 23.

Começaremos nossa explicação com a identificação do engajamento político do governador Lauro Sodré e o porquê da sua aproximação com Carlos Leitão. Sodré havia se constituído em uma das maiores referências do positivismo no Pará e defensor da difusão das doutrinas do intelectual francês Augusto Comte no Brasil. Conforme pesquisa do historiador Alan Watrin Coelho, o discurso de Sodré quando aluno da Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, expressa o seu compromisso em difundir as doutrinas comtianas no país. De acordo com as palavras de Sodré, citadas pelo historiador Watrin Coelho, a “ideia do século” seria a religião que não se opõe a ciência. Tratava-se da “religião comtiana” que já se fazia presente e àquela altura estava nas grandes comemorações realizadas por ocasião dos

centenários dos grandes homens, tanto da América quanto da Europa”.⁶⁷ Já o outro personagem do consórcio, Carlos Gomes Leitão, assim como Sodré, também se posicionava enquanto dedicado seguidor do pensamento positivista. Essa opção ideológica de Leitão o levaria a tomar algumas medidas como líder político na cidade de Boa Vista que, por sua vez, influenciaria na sua vida política, determinaria uma aproximação com Sodré e, conseqüentemente, possibilitaria a ocupação regulada e assistida da região sudeste paraense.

O contrato entre Lauro Sodré e Carlos Leitão, está relacionado à renúncia ao governo brasileiro do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e, por conseguinte, à ascensão de Floriano Peixoto como novo presidente da República positivista do Brasil, que governaria o país entre 1891 e 1894. A narrativa que trata dessa versão é da escritora maranhense Carlota Carvalho.⁶⁸ Seus argumentos posicionam o florianismo como responsável por imposições comtianas extremas. A principal medida desenvolvida pelos florianistas positivistas no poder, conforme Carvalho, foi a intitulada prática da “legalidade”,⁶⁹ regulamento político que tratava da deposição e demissão de todas as pessoas ligadas ao poder público que contrariassem ao novo regime de governo. O intuito da ação era evitar que alguém interferisse nas pretensões de institucionalização do positivismo no país. De acordo com a narrativa de Carvalho, a prática da “legalidade” foi executada e “funcionou sem tropeço”, porém, se fez uma exceção a então cidade de Boa Vista de Goiás que resistiu à ordem positivista de Peixoto.⁷⁰ Com relação à razão que teria feito a cidade de Boa Vista reagir à “legalidade”, Carlota Carvalho aponta a extrema devoção religiosa desenvolvida na cidade desde os tempos da revolta maranhense dos Balaios, proporcionada pela situação de “terror dos suplícios de 1840 e alucinada pelo delírio religioso que a confortava na desgraça”.⁷¹ A ordem da “legalidade” teria sido repassada em Boa Vista pelo líder político local Carlos Gomes Leitão, que, por isso

⁶⁷ COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar**: Positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém. IFCH, 2006, p. 30-31.

⁶⁸ CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, p. 227. Não se trata de uma obra contemporânea ao governo de Floriano Peixoto, porém, os seus argumentos retomam o período de final do século XIX, a fim de analisar a conjuntura política nacional à época da “Revolta popular de Boa Vista de Goiás, entre 1891 e 1894. Enquanto método narrativo, Carvalho pretende mostrar que, com o movimento de Boa Vista, um contingente populacional se deslocou do Centro para o Norte brasileiros, seguindo o curso do rio Tocantins, ocupando o então Norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins) e alcançando a região sudeste do Pará.

⁶⁹ Diz-se do nome “popular” dado ao conjunto de regras políticas e sociais de cunho positivista, imposto por Floriano Peixoto quando presidente da República, entre 1891 e 1894: a instituição de datas comemorativas para a exaltação de eventos científicos e de seus idealizadores, em detrimento de eventos religiosos, foi exemplo. Pelo menos na cidade Boa Vista de Goiás, às imposições de Peixoto e seguidores foram difundidas por Líderes políticos e religiosos da oposição local como práticas danosas, a “legalidade”, o que estimulou uma reação popular conhecida como “Guerra da Boa Vista”.

⁷⁰ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 227.

⁷¹ *Idem*.

seria hostilizado pela imprensa católica, pelos opositores políticos e pela população boa-vistense. A extrema religiosidade e devoção aos preceitos católicos do povo local havia historicamente transformado Boa Vista na “Cidade Santa da Fé”, conforme aponta Carvalho. Por conta disso, como reação aos princípios de Ordem e Progresso, a oposição política e religiosa, através do cearense Francisco de Sales Maciel Perna e do Frei Gil Vila Nova foi organizada a resistência. A imprensa, por sua vez, tratou de associar à imagem de Carlos Leitão características avessas aos valores religiosos constituídos no lugar, taxando-o ora como positivista ora como maçom.⁷²

Conforme as tradições locais no final do século XIX, em Boa Vista, “o positivismo era doutrina herética” e havia aparecido justamente com a prática da “legalidade” e, conforme a concepção popular, apareceu para depor também Nossa Senhora e colocar no lugar dela a musa de Augusto Comte, Clotilde de Vaux.⁷³ A “legalidade” havia instituído regras de deposição e de substituição e, por isso, a moda da época consistia em depor e, falar em depor Nossa Senhora era armar a multidão devota da santa.⁷⁴ A reação da população de Boa Vista contra as determinações florianistas resultou em intervenção militar. Conforme considerações feitas por Carlota Carvalho, foi no decorrer da intervenção armada que inúmeras atrocidades teriam sido cometidas, quando “famílias de católicos inteiras foram assassinadas na prisão ou em suas casas depois de cruéis martírios[...]”.⁷⁵ Aterrorizados pelas ações legalistas da intervenção militar e pelas exigências promovidas pela “legalidade”, os boa-vistenses reagiram em armas numa guerra civil que durou cerca de dois anos, de 1892 a 1894. Os populares venceram as tropas do governo “nos combates de Aldeia, Sobradinho, Gameleira, Serrinha, Ribeirão Grande, Jatobá e Samba”. Foi quando a própria população de Boa Vista concluiu pelo banimento de Carlos Leitão e seus parentes daquela cidade goiana.⁷⁶

Em análise do mesmo evento da então cidade de Boa Vista de Goiás, Otávio Guilherme Velho, em *Frente de Expansão e Estrutura Agrária* atribuiu a revolta boa-vistense à chegada de uma missão religiosa composta de padres italianos por volta de 1840. Aos poucos os sacerdotes católicos foram obtendo grande domínio, “chegando ao ponto de fechar escolas e proibir a leitura de livros”. O objetivo dessa prática consistia em combater a maçonaria e as teorias positivistas.⁷⁷ Conforme Velho, a particularidade religiosa construída em Boa Vista se

⁷² *Idem*

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 228.

⁷⁶ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 229.

⁷⁷ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.29.

tornou fator fundamental para a compreensão da revolta, que se agravou “com a subida ao poder de Floriano Peixoto”, período em que acendeu a rivalidade entre florianistas e partidos católicos. Em todo o Estado de Goiás o florianismo se impôs e, em Boa Vista, os seus efeitos resultaram na substituição de vigários católicos. A pretensão política teria iniciado uma guerra civil que durou dois anos. Na Guerra da Boa Vista, mesmo com a intervenção de forças militares estaduais, os florianistas teriam sido derrotados e banidos da cidade.⁷⁸

A derrota dos florianistas em Boa Vista teria promovido um verdadeiro êxodo e, Carlos Gomes Leitão, junto com seus adeptos, teria descido o rio Tocantins em direção à região sudeste do Pará. A movimentação em fuga dos derrotados de Boa Vista, nas argumentações de Velho, foi vista pelo “Governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, como uma oportunidade de afirmar o seu domínio sobre os limites litigiosos entre os três Estados”, tendo em vista especialmente as riquezas naturais e a produção agrícola. Através de uma manobra política, Sodré apoiou os fugitivos de Boa Vista e os colocou sob sua égide.⁷⁹ Ainda referente aos argumentos de Velho, a ocupação da região do rio Itacaiúnas teria assumido um caráter semioficial. Embora muitos dos refugiados políticos se espalhassem pela margem do rio Tocantins no sudeste do Pará, o maior grupo, aquele “liderado por Carlos Leitão, antigo deputado provincial (em Boa Vista) foi o beneficiado, pois em 1895 recebeu auxílio de 10 contos de réis do Governador Lauro Sodré para fundar uma colônia agrícola na região”.⁸⁰

O que defendemos com esses argumentos sobre a ocupação da região sudeste do Pará é que uma reação popular, ao mesmo tempo política e religiosa expulsou de Boa Vista o líder político Carlos Leitão e seus mais fiéis seguidores e familiares, fato que os levou ao sudeste do Pará e a uma política concessionária firmada entre os dois adeptos de Augusto Comte, Lauro Sodré e Carlos Leitão. Neste caso, o governador do Pará, Lauro Sodré deu asilo aos florianistas expulsos de Boa Vista, sugerindo a criação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas.⁸¹

Em outro registro, acerca da ocupação da região sudeste paraense, atribuído a Ignácio Baptista de Moura,⁸² os ocupantes do Burgo, tendo à frente Carlos Leitão para desenvolverem a colônia agrícola, receberam do governo do Estado, além do dinheiro referido, apoio em mantimentos e produtos de necessidades básicas. A exigência com relação ao uso da

⁷⁸ VELHO. *Op. Cit.*, p.30.

⁷⁹ VELHO. *Op. Cit.*, p.31.

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 229.

⁸² Engenheiro e homem de Estado que, incumbido pelo governador paraense Lauro Sodré de inspecionar à Colônia Agrícola do Itacaiúnas e adquirir informações sobre o Baixo e Médio Tocantins, descreveu características do percurso de Belém a São João do Araguaia e nos confirmou a existência, em 1896, de um consórcio firmado entre Leitão e Sodré.

terra era que os consociados desenvolvessem benfeitorias estruturais no lugar da colônia. O contrato previa a construção de casas com madeiras de lei e cobertas de palhas, a construção de olarias, dois prédios escolares com divisão de sexos, uma capela e o investimento na produção de bens de consumo. A produção agrícola teria que ser o principal elemento da colonização.⁸³ Segundo Moura, nas cláusulas do contrato concessionário firmado com o governador Sodré sobre a colonização da região, a superfície cultivada teria que ser dividida pelo número de famílias domiciliadas no Burgo. Com relação à referida divisão, na época da visita de Ignácio de Moura, em 1896, destinava-se cerca de “2.500 metros quadrados” a cada uma das famílias, “área superior a estipulada em uma das cláusulas do concessionário com o governo do Pará”.⁸⁴ O processo de ocupação, a produtividade agropecuária e o desenvolvimento da região constituíram-se no objetivo primeiro do concessionário.⁸⁵

A criação da Colônia Agrícola do Itacaiúnas, como visto, não foi um fato isolado, apenas para comportar os positivistas fugitivos de Boa Vista. Também não foi o resultado de uma “expedição semioficial de Carlos Gomes Leitão em 1895” à região do Itacaiúnas, como relatou Guilherme Velho em obra já citada, argumento repetido também por Marília Emmi em *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*.⁸⁶ Tal expedição pode até ter existido, mas não foi por um acaso, afinal, já havia uma determinação do governador Sodré referente ao local a ser ocupado e das regras a serem seguidas quanto ao modelo de ocupação. Tampouco foi proporcionado pelo deslocamento espontâneo realizado por Carlos Gomes Leitão e seu grupo de seguidores, entre familiares e auxiliares de trabalho, para a “localidade situada em terras margeadas pela confluência do Tocantins e Itacaiúnas”, como retrata Almir Queirós de Moraes, em *Pelas trilhas de Marabá*.⁸⁷ Também não se tratou da realização de um sonho de Leitão em transformar o “Burgo numa florescente colônia, motivo que o teria levado a solicitação de terras junto ao governador do Pará, quando Sodré teria o ajudado com uma bela dose de contos”,⁸⁸ e que o ocorrido teria feito de Leitão o possuidor de um território tão grande e rico em plantas de borracha e possuidor de enorme intelectualidade, devido ao modelo de colonização desenvolvido por ele, como narrado por Roberto da Matta e Roque Laraia em *Índios e Castanhais: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins*.⁸⁹

⁸³ MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 253-254.

⁸⁴ MOURA, *Op. Cit.*, p. 251.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ EMMI. *Op. Cit.*, p. 18

⁸⁷ MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá. Chromo Arte Editora, 1998, p. 16.

⁸⁸ DA MATTA, Roberto e LARAIA, Roque de Barros. **Índios e Castanhais: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978, p. 123.

⁸⁹ *Idem*.

Características épicas à parte, a formação da Colônia Agrícola do Itacaiúnas, enquanto gênese de uma ocupação formal e a idealização de limites espaciais na região sudeste do Pará, foi sim, conforme o engenheiro do governo de Lauro Sodré, Ignácio Moura, uma ocupação planejada para uma região estratégica, disputada e de proteção territorial do Estado paraense. O governador do Pará, Lauro Sodré, através de seu secretário geral Antônio Baena, havia oficializado o acordo em relatório e, inclusive, determinado o local exato para a fundação da colônia agrícola “na praia dos Quindangues, à margem esquerda do Tocantins, entre a foz do rio Itacaiúnas e a Praia da Rainha”.⁹⁰

Baena, em relatório apresentado ao governador Sodré, como representante da repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização do Pará, teceu os procedimentos do contrato firmado entre o governo paraense e Carlos Leitão. No referido contrato admitiu-se a permissão dada pelo governo “para estabelecer dentro do prazo de três anos um Burgo Agrícola à margem esquerda do rio Tocantins”, na região desabitada da foz do rio Itacaiúnas, cedidas a cem famílias oriundas de Goiás e Maranhão.⁹¹ A soma definida seria paga em três parcelas aos contratantes, podendo a primeira ser paga adiantadamente para auxiliar as despesas, a segunda seria paga após a localização e instalação dos consociados no lugar indicado e a última depois de começada a cultura em área derrubada e estabelecida a moradia em casas decentemente construídas.⁹² A ocupação, portanto, foi uma determinação de Sodré, inclusive, com relação à acomodação de cem famílias vindas do Estado de Goiás e Maranhão, sendo que “para essa finalidade o governo paraense ofereceu a Carlos Leitão dez contos de réis”.⁹³

A vulnerabilidade de Leitão em função de seu estado de fuga foi aproveitada por Sodré como uma oportunidade de submeter a região sudeste do Pará ao poder central em Belém, uma estratégia política de objetivos econômicos e territoriais pré-definidos. Conforme relato de Ignácio Moura, durante a sua visita ao Burgo Agrícola, em 1896, aquela ocupação poderia muito bem ter sido delegada a outra pessoa que não estivesse tão envolvida a essa contenda política como estava Carlos Leitão. O perfil histórico de fugitivo e a sua reputação política estariam impedindo o desenvolvimento migratório pretendido pelo então governo estadual.

Estão de acordo com os registros de Ignácio Moura os argumentos feitos por Maria Virgínia Bastos de Mattos, em *História de Marabá*, quanto ao contrato firmado entre Sodré e

⁹⁰ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 187.

⁹¹ BAENA, Manoel. **Relatório apresentado ao governo do Estado.** Belém. Diário Oficial. Fevereiro, 1895, p. 53.

⁹² BAENA. *Op. Cit.*, p. 55.

⁹³ PETIT. *Op. Cit.*, p. 187.

Leitão. Conforme a autora, após a fuga de Boa Vista, Carlos Gomes Leitão teria seguido para Belém em 1894, a fim de firmar o acordo financeiro com o governador Sodré, envolvendo a ocupação da região sudeste do Pará.⁹⁴ Porém, contraria as anotações de Moura quando deixa transparecer que a escolha do local a ser ocupado, nas proximidades da foz do rio Itacaiúnas, teria sido de Leitão, com base em um suposto pedido feito pelo político boa-vistense a Sodré “para fixar-se com cerca de 100 pessoas nas proximidades do rio Itacaiúnas, onde planejava instalar uma colônia agrícola”.⁹⁵

A questão se a formação do núcleo de colonização na região de encontro dos três rios, Araguaia, Tocantins e Itacaiúnas teria acontecido com ou sem a personagem Carlos Leitão perpassa, como se vê, a revisão historiográfica. Os fugitivos de Boa Vista apenas aceleraram o processo. A gênese da ocupação formal do sudeste do Pará foi, reafirmo, arquitetada e regulamentada enquanto política de Estado e impulsionada por interesses de controle espacial sendo que, Carlos Gomes Leitão estava isento dessas decisões. A região, enquanto área contestada, já era monitorada pelo executivo em Belém, como lembra Roberto Santos. Conforme esse historiador, o governo paraense de Sodré “não estava desatento ao que se passava no Tocantins e tratou até de dar apoio financeiro à colonização parcial da área, prevenindo posições de vantagem em conflitos territoriais com Goiás e o Maranhão”.⁹⁶ A escolha de Sodré para a colonização desejada se justificava, como já dito, por ser uma região em litígio e, por isso, aconteceu em caráter de urgência. As benfeitorias precisavam estar à mostra e regulamentadas não aparentando desordem. A colonização precisava acontecer de forma estruturada e com a patente do governo do Pará. Moura, representante de Sodré e legítimo inspetor do Burgo do Itacaiúnas, observa:

Os lotes em que estavam localizados os colonos eram mal discriminados, por falta da presença de profissional; e como era trabalho urgente retifiquei todas as medidas e ordenei ao concessionário que fizesse assentar os marcos divisórios, sendo eu nesse trabalho auxiliado por pessoa habilitada, que levei desta capital. Tendo os lotes agrícolas, por uma cláusula do contrato, de procurar as melhores condições de aguarda, aprovei que os lotes se estendessem abeirando a margem esquerda do Tocantins [...].⁹⁷

Moura, lamentava os prejuízos causados pelo investimento na criação do Núcleo Agrícola e demonstrava desconfiança sobre à escolha de Leitão para o comando do projeto,

⁹⁴ MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. 2ª Ed. Revisada e aumentada. Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá, 2013, p. 42.

⁹⁵ MATTOS. *Idem*.

⁹⁶ SANTOS. *Op. Cit.*, p. 100-101.

⁹⁷ MOURA. *Op. Cit.*, p. 251.

colocando em descrédito a opção pelo líder político boa-vistense: “Não sei se a escolha do coronel Carlos Gomes Leitão para assinar esse contrato foi ou não acertada: deveria, a meu ver, um semelhante encargo recair em pessoa mais alheia as lutas políticas dos centros de imigração”.⁹⁸ Além de tudo, às deficiências no andamento da colônia agrícola sob o comando de Carlos Leitão foram comprovadas em relatório do diretor da repartição de Obras Públicas, Terra e Colonização do Pará, Henrique Santa Rosa, em dezembro de 1895. O citado documento expressava o descumprimento de algumas obrigações essenciais para que fosse liberado o pagamento da segunda parcela do contrato e, portanto, “não foi deferido o requerimento nesse sentido apresentado pelo concessionário Carlos Gomes Leitão”.⁹⁹ De acordo com o mesmo relatório, em 1899, o contrato foi rescindido, alegando, além do descumprimento de cláusulas do contrato concessionário, a dificuldade de fiscalização da colônia pela administração pública em Belém.¹⁰⁰

Mesmo com o investimento na colônia agrícola do Itacaiúnas, a região sudeste do Pará não se desenvolveria a partir da prática agrícola, como pretendia Lauro Sodré. Se o objetivo em patrocinar a fundação de colônias agrícolas pelo interior paraense era o de sustentar um contingente de mão de obra na produção alimentícia, com agricultura e pecuária paralelas à cultura extrativista, o que se viu foi o contrário. Na região sudeste do Pará o extrativismo logo superou a agricultura. O Burgo Agrícola do Itacaiúnas acabou se desfazendo e sua população sendo atraída por um povoado vizinho de características extrativistas, Marabá, cuja referência econômica era o caucho. Portanto, como nos atemos à formação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas nesta parte do trabalho, como foi tramado e concretizado, veremos agora a região sudeste do Pará perante a dinâmica econômica da borracha regional de final do século XIX e início do XX. Neste contexto, a preocupação do governo paraense de Lauro Sodré, em sustentar uma produtividade agropecuária paralela ao extrativismo da borracha, incentivou o processo de criação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas. Por outro lado, com a descoberta do caucho no alto rio Itacaiúnas, uma árvore produtora de borracha, a cultura extrativista de exportação foi inseminada na região sudeste do Pará. Veremos, então, que mesmo com uma existência efêmera, o projeto econômico dos cauchais deu possibilidades à sucessão da prática produtiva dos castanhais.

⁹⁸ MOURA. *Op. Cit.*, p. 254-255.

⁹⁹ MUNIZ, João da Palma. **Imigração e colonização: História e estatística 1616-1916.** Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 76.

¹⁰⁰ MUNIZ, João da Palma. **Imigração e colonização: História e estatística 1616-1916.** Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916, p. 76.

1.3. O tempo do caucho no sudeste do Pará

Quanto às críticas tecidas à bibliografia que trata da formação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, como princípio de ocupação oficial do sudeste do Pará, elas estão embasadas, como foi assinalado, na existência do projeto de colonização agrícola do interior paraense, idealizado e concretizado pelo governador Lauro Sodré. Este, conforme Weinstein, foi escolhido pelo Congresso Estadual para um mandato de cinco anos, de 1891 até 1897, enquanto um defensor da economia positivista e de teorias monetárias conservadoras.¹⁰¹ Com relação aos planos de Sodré para o interior paraense, foram registradas várias ações que revelam sua preocupação com o abastecimento alimentar dos centros urbanos. Porém, com relação aos discursos de escassez de alimento, devido a locomoção de mão de obra para o trabalho na extração da borracha, eles já foram superados por pesquisas sólidas acerca da existência de vasta produção alimentícia desenvolvida paralelamente à produção do látex. A pesquisadora Luciana Marinho Batista, por exemplo, verificou que a prática extrativista e exportadora e a produção agropecuária colocadas em posições dicotômicas constituem uma explicação simplista.¹⁰² Dessa forma, ganhará destaque a de maior valor comercial, como foi a borracha na Amazônia. Porém, o que Batista pretende mostrar, é que existia uma estreita combinação das atividades de coleta, de cultivo e criação.¹⁰³ Portanto, o que defendemos é a existência de empreendimentos agropecuários pelo interior do Pará como ações preventivas, tendo em vista o grande contingente de trabalhadores deslocados para a produção de borracha. Sodré, em seu governo, demonstrou como uma de suas maiores preocupações, segundo Weinstein, a decadência da agricultura paraense, quer “para a exportação, quer para o consumo local [...]”.¹⁰⁴ Em publicação do governador Lauro Sodré, de 1893, antes do acordo concessionário com Carlos Leitão, já era explícita a preocupação com a possível redução na produção de gêneros agrícolas que, com o passar dos anos poderiam desaparecer do mercado. Em mensagem, o governador Lauro Sodré denunciava o problema como uma preocupação antiga e dizia que:

já no mesmo ano de 1868 [...] falando da situação da lavoura e da irresistível atração que naturalmente leva para a indústria da borracha todos os homens à cata de mais alta remuneração do trabalho, assim quase todos os braços livres abandonam a

¹⁰¹ WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 134.

¹⁰² BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**, p. 49.

¹⁰³ BATISTA, *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁰⁴ WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 135.

agricultura e lavradores não encontram já recursos suficientes para continuarem a aproveitar a terra.

Desde 1863 que o sr Araújo Brusque clamava contra esse estado de coisas, referindo-se a agricultura em termos que translado: ‘E os braços que emprega são sempre móveis cedendo as vantagens que lhes afigura a colheita dos produtos naturais, fogem ao trabalho regular, não se fixam e rolam soltos de mata em mata sem deixar em suas passagens por esses laboratórios da natureza, outros vestígios que não sejam a destruição das árvores que tão grandes riquezas lhe oferecem.’¹⁰⁵

O lamento de Sodré era que a responsável pelo grande desenvolvimento regional, a indústria da borracha, que tanto contribuía para a receita pública no Pará pudesse vir a causar grandes prejuízos na agricultura, anulando-a. Em análises referentes às preocupações alimentícias vigentes no governo de Sodré, Roberto Santos verificou que elas se davam em função do crescimento demográfico na capital paraense, o centro de comando das operações de produção da borracha. Registrava-se, portanto, que o sucessivo aumento do consumo de suprimento alimentar e de lenha passava a constitui um problema sério.¹⁰⁶ Se a falta de braços, divulgava o governador Sodré, era a principal das causas de grande preocupação, caberia a ele tratar de resolver o problema. Foi criado, em função disso, o serviço de colonização a fim de favorecer a migração de trabalhadores, principalmente destinados ao serviço da lavoura.¹⁰⁷ Dessa feita, nasceram as pretensões em colonizar a região sudeste paraense, como já visto, levou a criação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas.

Levando em consideração a preocupação com possível enfraquecimento da agricultura, Lauro Sodré teria tomado uma série de outras medidas para evitar a escassez de alimento, dentre elas, a redução de impostos sobre a exportação do cacau em 4% e sobre a castanha do Pará em 16%; eliminou todos os impostos estaduais sobre produtos alimentícios e bens manufaturados, além de incentivar o cultivo da cana e contribuir com cinco e sete contos de réis “a quem cultivasse borracha, café, cacau ou qualquer outro produto agrícola promissor”.¹⁰⁸ Com o intuito de assumir o controle do território paraense, sancionou uma Lei, em 28 outubro de 1891, que tratou dos registros e vendas de terras públicas, discriminação e legitimação de posses.¹⁰⁹

Em relatório, o governador paraense Lauro Sodré ressaltava, como maior problema a ser enfrentado no seu governo, o povoamento do imenso território do Pará que, em sua quase totalidade encontrava-se desaproveitado e inculto. Tratava-se de ocupar, urgentemente, a

¹⁰⁵ SODRÉ, Lauro. **Mensagem**. Congresso do Estado do Pará, 1893, p. 25.

¹⁰⁶ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980. p. 103.

¹⁰⁷ SODRÉ. *Op. Cit.*, p. 25-26.

¹⁰⁸ WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 135-136.

¹⁰⁹ SODRÉ. *Op. Cit.*, p. 22.

imensidão de terras que a mingua de braços estavam voltadas ao abandono.¹¹⁰ A atenção apresentada por Sodré estava pautada na ocupação do interior do Pará, nas tantas riquezas naturais existentes, as quais o Estado não usufruía e que estavam esquecidas ou inutilizadas, além do empenho de uma grande quantidade de mãos de obra no fabrico da borracha. Para tanto, defendeu a prática de colonização pioneira do interior do Estado como uma forma de garantir abastecimentos futuros e prevenir escassez. Para o governador Sodré, o progresso paraense só existiria de fato, quando “a superabundância de braços atirar para a agricultura as grandes sobras dos que vivem da indústria extrativa, só então devemos dormir tranquilos sobre o nosso futuro grande e feliz”.¹¹¹ Por isso, argumentava também o governador, que a agricultura carecia de braços, e os sertões paraenses precisavam ser colonizados. O anseio de Sodré era o de manter o incentivo alimentar e conservar o extrativismo de exportação, tendo à sua disposição uma indústria agropecuária sólida e sustentável. Portanto, as atitudes políticas no decorrer do seu governo, conforme Weinstein, voltavam a programas imediatos de colonização como “necessidade premente de revitalizar a agricultura paraense e, particularmente, aqueles setores que produzem para o mercado local”,¹¹² sendo a região sudeste do Pará um claro exemplo dos efeitos causados pelos investimentos de Sodré voltados ao interior paraense.

No entanto, os esforços para ampliar a agricultura na Amazônia, não foram exclusividades do governo de Lauro Sodré, à medida que eram destaques nos projetos de governos estaduais na região desde meados do século XIX. Segundo Roberto Santos, preocupados em ampliar a agricultura e conscientes da necessidade de implantar núcleos agrícolas com colonos ligados à terra, os governantes paraenses deram grande importância ao processo migratório para esse fim.¹¹³ Conforme Manoel Barata, já em 1854, no Pará, “o presidente da Província Sebastião do Rego Barros chamava a atenção para “o emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha” e, por isso, estimulava a criação de regiões agrícolas que pudessem suprir as necessidades alimentares.¹¹⁴ O historiador Arthur César Ferreira Reis também fez referência ao tema destacando as preocupações daqueles governantes na Amazônia que, a partir de 1850, estiveram atentos aos deslocamentos de mão de obra agropecuária para a extração do látex.¹¹⁵

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 137-138.

¹¹³ SANTOS. *Op. Cit.*, p. 87.

¹¹⁴ BARATA, Manoel. **Antiga produção e exportação do Pará**: estudo histórico e econômico. Belém-Pará: Livraria Gillet de Torres e Comp.1915, p. 30-31.

¹¹⁵ REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953, pp. 30-31.

Porém, às preocupações governamentais e os investimentos agropecuários destinados ao interior paraense não surtiram os efeitos desejados no sudeste do Pará, região onde o extrativismo predominou. A título de exemplo, a produção do caucho já aparecia como destaque nos registros de Ignácio Baptista de Moura nos anos finais do século XIX. Segundo ele, por volta de 1895, foi descoberta nas margens do rio Itacaiúnas a árvore que se reconheceu ser da mesma família da *hevea guyanensis*.¹¹⁶ Naquele momento, segundo Moura, lançou-se o espírito empreendedor à caça ao produto de borracha, o caucho.¹¹⁷ A economia do caucho no sudeste do Pará, proporcionou um constante deslocamento demográfico para a região do Itacaiúnas, impulsionado pelo grande valor da borracha amazônica na virada do século XIX, como já mencionado.¹¹⁸ Destacamos esse período de produtividade da borracha de caucho no sudeste do Pará, como o marco de inserção da cultura extrativista de exportação na região. O trabalho empregado na extração do produto de caucho no sudeste paraense dependia, em grande medida, dos rios e igarapés (*Figura 3*). Esse mesmo modelo foi repassado, no início do século XX, à dinâmica de coleta da castanha, formando a estrutura econômica dos castanhais e permanecendo predominante até início da década de 1960 na mesma região.

A região sudeste do Pará, onde nasceria a cidade de Marabá, já se caracterizava como produtora de caucho em 1897. De acordo com a pesquisa da socióloga Marília Ferreira Emmi, merecem destaque nesse processo extrativista da borracha desenvolvido na região sudeste paraense, os irmãos Hermínio e Antônio Pimentel, visto que, foi atribuída a eles a descoberta das primeiras árvores de caucho na região do alto rio Itacaiúnas.¹¹⁹ Conforme Ignácio Moura, o primeiro contato dos irmãos Pimentel com as árvores de caucho na região, se deu em uma das suas expedições em busca de pastos para o gado trazido do Maranhão e Goiás. Os Pimentel, para Moura, foram atraídos à região pela possibilidade de abastecer seus habitantes com carne bovina.¹²⁰ No entanto, nos argumentos do historiador Pere Petit, continua sendo motivo de controversa, a questão do responsável pela organização da expedição liderada

¹¹⁶ De acordo com Paulo de Souza Gonçalves, pesquisador da EMBRAPA, em artigo publicado com título: “*Origem, variabilidade e domesticação da hevea; uma revisão*”, caracteriza-se como uma espécie que alcança a altura de 25 a 30 metros. Tronco cilíndrico geralmente sem galhos até a metade de seu comprimento, e uma copa compacta. Produz uma pequena quantidade de látex de coloração amarela e, a borracha produzida é de qualidade inferior se comparado a seringueira tradicional da Amazônia, *Hevea brasiliensis*. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/13355>> Acesso em 13 fev. 2018.

¹¹⁷ MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 262.

¹¹⁸ EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 25.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ MOURA. *Op. Cit.*, p. 256.

pelos irmãos Pimentel, que havia saído do Burgo do Itacaiúnas “em dezembro de 1895, à procura de campos gerais no Xingu”, para a criação de gado.¹²¹

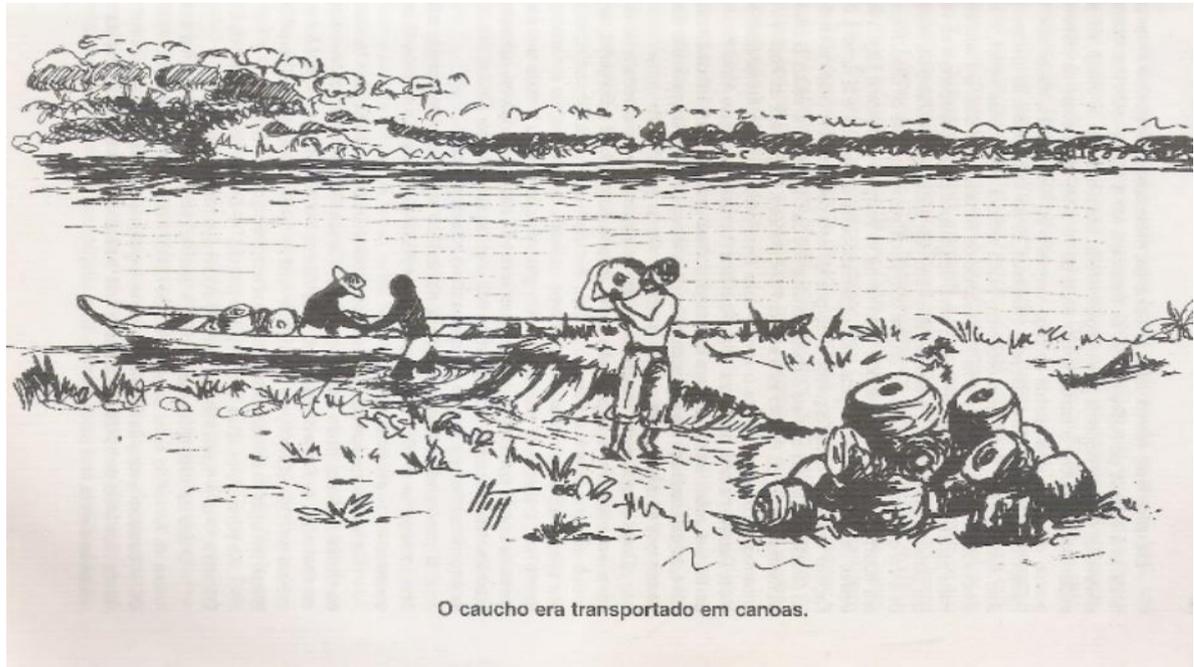


Figura 3. Representação da prática de escoamento do caucho dos igarapés e rios da região sudeste do Pará para os diversos portos no rio Itacaiúnas. Os rios e igarapés eram fundamentais para esse trabalho. Fonte: CHAVES, Antônio Braga e. **Do Lago Vermelho a Itupiranga: uma história para crianças.** Itupiranga. 1990.

Concordamos com os argumentos de Pere Petit de que há um consenso quanto à afirmação de uma casualidade pelo fato do sudeste do Pará ter-se incorporado, em fins do século XIX, à extração de borracha.¹²² Quanto aos irmãos Pimentel, eles eram “criadores de gado e naturais da Vila do Riachão no Maranhão”,¹²³ que buscavam estabilidade na região do Burgo Agrícola, através da criação de gado e da comercialização de carnes.¹²⁴ Desde então, foi o rio Itacaiúnas que passou a ser a principal via de escoamento do caucho e de ingresso de mão de obra para sua extração, o que proporcionou a locomoção dos habitantes da Colônia Agrícola para o núcleo de Marabá e seu entorno.¹²⁵ Em pesquisa sobre a história da cidade de Marabá,

¹²¹ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 188.

¹²² PETIT. *Op. Cit.*, p. 188.

¹²³ CARVALHO, Carlota. **O Sertão.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, p. 209.

¹²⁴ *Idem.*

¹²⁵ EMMI. *Op. Cit.*, p. 31.

Almir Queiroz de Moraes ressaltou que na foz do rio Itacaiúnas, já em 1898, um grande movimento de trabalhadores do caucho se formava diariamente para negociar o produto e adquirir gêneros alimentícios no estabelecimento de um maranhense de Grajaú, Francisco Coelho da Silva, este havia sido atraído pelo comércio do caucho realizado no rio Itacaiúnas¹²⁶. De acordo com a escritora maranhense Carlota Carvalho, depois de ter observado a região como visitante do Burgo Agrícola, Francisco Coelho deixou o Maranhão e se instalou com uma casa comercial à margem direita do Itacaiúnas, exatamente na sua foz com o rio Tocantins. Segundo Carvalho, a referida casa comercial foi denominada “Marabá” por Francisco Casemiro de Souza, pequeno comerciante de Pedro Afonso de Goiás, mas natural do Ceará, tomando como referência a poesia de Gonçalves Dias. Da casa comercial de Francisco Coelho nasceria o povoado Marabá.¹²⁷

Já no início do século XX, a produção de caucho na região de Marabá chegou a 462,5 toneladas, representando “1,2% do total da produção de borracha brasileira” daquele período, argumenta o historiador Pere Petit em *Chão de Promessas: elites políticas e transformações Econômicas no Estado do Pará no pós-1964*. A narrativa de Petit, acerca da produtividade do caucho na região sudeste do Pará, nos apresenta um período efêmero no que diz respeito à sua rentabilidade. O argumento do historiador está embasado na relação entre o tempo de ascensão econômica do caucho, em final do século XIX, e a desvalorização da borracha amazônica, em início do século XX. Para Petit, “a partir de 1921 e até o segundo curto ciclo da borracha (durante a Primeira Guerra Mundial), a produção de látex no município (Marabá) nunca superaria 100 toneladas”.¹²⁸ Quanto à dinâmica de produção adotada na extração do caucho, ela se assemelhou às relações de trabalho desenvolvidas com a extração do látex da seringueira: nas relações de trabalho e coleta, no sistema de aviamento¹²⁹, nos meios de locomoção na floresta, nos igarapés e nos rios.¹³⁰

Como já abordamos as tramas políticas que resultaram no processo de ocupação do sudeste paraense e apresentamos as características econômicas desenvolvidas na região,

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ CARVALHO. *Op., Cit.* p. 220.

¹²⁸ PETIT. *Op. Cit.*, p. 189.

¹²⁹ Segundo o antropólogo Mikel Otazu Aramburu, em seu artigo, *Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico*, aviamento diz-se de um termo cunhado na Amazônia, um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi durante a economia da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. No sistema de aviamento o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_09.htm> Acesso em 13 fev. 2018.

¹³⁰ CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, pp. 206-222.

trataremos agora, das características do percurso entre Belém e o Burgo Agrícola do Itacaiúnas descritas por viajantes no final do século XIX. Se o governo do Pará havia assumido o controle do sudeste do Estado, a via mais adequada para a conexão com o poder político central seria descendo o rio Tocantins em direção a Belém, evitando o caminho inverso que levaria a outros Estados da região central do Brasil. Portanto, verificamos como o percurso foi narrado e a relevância atribuída a ele por viajantes patrocinados pelo governo paraense. Além disso, buscamos mostrar que ao assumir o controle da região sudeste do Estado, contestada por governos goianos e maranhenses, os representantes políticos paraenses tiveram que adotar o caminho mais difícil, com corredeiras, cachoeiras e pedrais, em uma atitude de caráter protecionista. Tais características protecionistas aparecerão com mais clareza, durante o processo econômico da castanha, quando foram criadas regras para a sua coleta e para o seu escoamento, além de regular a distribuição de castanhais.

1.4. A região de castanhais nos registros de viajantes

Se o governo paraense passou a gerir a política e a economia do sudeste do Estado a partir do final do século XIX, o caminho mais adequado para a interligar a região ao centro administrativo paraense era descendo o rio Tocantins na direção norte do país, evitando assim, a subida do rio rumo a região central. Portanto, procuramos agora apresentar às características desse percurso, cuja escolha feita pelo governo do Pará, destacou o seu interesse nos recursos naturais da região. Assim, nos registros de viajantes sobre a região sudeste paraense, realizada nos últimos anos do século XIX, foram descritas as principais características naturais e culturais que possibilitariam o desenvolvimento econômico da região. Nos registros, além das vias de navegações foram relatadas a abundância de castanhais e a prática de coleta da castanha. Além disso, ao apresentarmos as narrativas dos viajantes sobre o percurso entre Belém e o sudeste do Pará, estaremos descrevendo às atitudes do governo paraense com relação a região. O controle do governo do Pará sobre o sudeste do Estado, contestada por goianos e maranhenses, levou à interligação política e comercial entre Belém e a região. Foi escolhido o caminho mais difícil, justamente por se tratar de uma ação protecionista. Por isso, os registros de viajantes mostram as formas de influência sobre a região sudeste do Pará, promovidas pelo expansionismo de Estado no governo de Lauro Sodré. Se anteriormente destacamos um contingente migratório ao sudeste do Pará, que desceu os rios Tocantins e Araguaia, originários de Goiás e Maranhão,

propomos aqui outro ponto de partida, saindo de Belém e subindo o rio Tocantins em direção ao sudeste paraense. Para tanto, destacamos em nossos argumentos as publicações do engenheiro e escritor paraense Ignácio Baptista de Moura e do viajante e naturalista francês Henri Coudreau. Foram aqueles intelectuais que, patrocinados pelo governo Sodré, saíram da capital paraense e subiram o rio Tocantins etnografando às características do percurso no final do século XIX. As obras exploradas foram *De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins*, produzida nos anos de 1896 e 1897, mas publicada em 1910. O conteúdo dessa obra apresenta elementos socioculturais, naturais e econômicos registrados na viagem oficial de Moura, da capital paraense ao Burgo Agrícola do Itacaiúnas. E *Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas*, na qual foram registrados os elementos naturais: cachoeiras, pedrais, praias, florestas e as (in)viabilidades da navegação daquele percurso, realizada em 1897 por Coudreau. Em suas descrições estão em destaque as corredeiras de Itaboca e Tauiry e o rio Itacaiúnas, mas também e, de menor importância em suas anotações, as características e atividades dos habitantes às margens do rio Tocantins. Na verdade, estamos falando da necessidade de informações acerca do lugar sudeste do Pará desejada pelo governador Sodré que, como vimos, almejava um processo de integração dos interiores com o poder central em Belém.

Além dos viajantes citados anteriormente, a escritora maranhense Carlota Carvalho também apresenta informações acerca das características e da história do percurso em estudo na sua obra *O sertão*. Destacou Carvalho como eventos fundamentais para o investimento em políticas de intervenção na região sudeste do Pará, como já mencionadas, as descobertas dos irmãos Pimentel. Os achados dos Pimentel são os campos ideais para a criação bovina na região do rio Itacaiúnas, iguais aos existentes em Goiás e Maranhão, além dos imensos cauchais também identificados na mesma região. As descobertas teriam repercutido na imprensa nacional e internacional, causando um extremo alvoroço em Belém do Pará. Criou-se, portanto, em torno das novidades, uma expectativa em aumentar a riqueza pública e, conseqüentemente, elevar a demanda de carne destinada à capital. Segundo Carvalho, os recursos descobertos foram registrados e, oficialmente comunicado pelo inspetor do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, Ignácio Moura, ao governador do Pará. Lauro Sodré, no entanto, teria se mostrado “envaidecido das grandezas do seu Estado, grandezas que aguardaram o tempo do seu governo para se manifestarem”.¹³¹

Os bons resultados das expedições dos irmãos Pimentel estimularam o governo Sodré a investir no reconhecimento dos recursos e potencial econômico da região. Porém,

¹³¹ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 234-235.

mesmo com um projeto de Lei do senador Carlos Novaes, prevendo recompensas aos Pimentel pelas descobertas, não foram eles os favorecidos, já que lhes foi negada a sanção pelo governador do Pará. De acordo com Carvalho, não foi dada a importância devida à obra dos dois Pimentel, mas partindo das informações adquiridas por eles, o governador Lauro Sodré teria aproveitado a ideia para a produção de um livro. No entanto, para escrevê-lo, teria pago a “um laureado Henri Coudreau e sua senhora”. A obra, inclusive, foi impressa em Paris, “edição de luxo paga pelo tesouro do Pará”. Além dos Coudreau, Sodré ainda teria investido em expedição atribuída a Ignácio de Moura, objetivando a verificação da situação do Burgo do Itacaiúnas. A expedição de Moura também foi patrocinada com recursos públicos do Estado paraense, tanto a expedição quanto a publicação de suas informações. Nas palavras de Carvalho, fazendo uso dos registros do próprio Ignácio Moura, os Coudreau teriam sido os mais felizes de todos os expedicionários, pois tiveram boas verbas orçamentárias para fazerem suas viagens. Ao passo que, sem ônus para os cofres do Estado, foi feita a exploração por dois brasileiros, os Pimentel, que apenas ambicionaram a descoberta dos campos do Tocantins, foram os que menos lucraram com as descobertas e delas nenhum reconhecimento tiveram.¹³² A narrativa de Carvalho faz referência ao deslocamento demográfico da região central para o Norte do Brasil. Em seus argumentos é perceptível a exaltação das conquistas e feitos dos maranhenses e goianos no decorrer do processo de ocupação desenvolvido do centro para o Norte brasileiro. Quando se refere ao sudeste do Pará, Carvalho retoma às intervenções e às descobertas ocorridas na região em final do século XIX. Em seus argumentos, faz uma nítida exposição das ações dos viajantes pagos pelo governador Sodré com dinheiro público, no caso dos Coudreau e Ignácio Moura, em contraposição à condição de marginalização das práticas dos irmão Pimentel, estes com descobertas tão importantes, porém esquecidos pelo governo paraense.¹³³

Perante as expectativas do governo paraense, o sudeste do Estado foi apresentado por Ignácio Moura, como um espaço delimitado, devido os seus registros se restringirem aos elementos alcançáveis pelas vias navegáveis. Nas suas abordagens, supervalorizou os recursos naturais, em detrimento dos fatores culturais. Desse percurso descrito por Moura, priorizamos o trecho intermediário, entre as cachoeiras do Itaboca e as mediações do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, a fim de mostrar a insignificância das dificuldades diante da importância da região sudeste paraense e da relevância dos projetos do governador Sodré direcionados ao interior. Com relação à identificação do narrador, Ignácio Baptista de Moura (1857-1929) nasceu na cidade de Cameté no baixo Tocantins e, em sua vida intelectual tornou-se adepto da literatura

¹³² CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 236.

¹³³ CARVALHO. *Op. Cit.* 209.

romântica cujo modelo espelha forte ligação com a Europa, além de ter sido militante da causa republicana e abolicionista no Pará. Em sua narrativa é perceptível um caráter etnocêntrico, já que se refere aos poucos indígenas e camponeses que descreveu, como necessitados de “civilidade”.¹³⁴ Moura, exerceu vários cargos importantes desde a sua diplomação em 1882: foi deputado provincial pelo Partido Liberal, em 1885; trabalhou na Comissão de Legislação da Estrada de Ferro Norte do Brasil em 1890; foi assessor do governo paraense de Lauro Sodré, em 1891, quando foi nomeado inspetor do Burgo Agrícola do Itacaiúnas no sudeste do Pará, em 1896.¹³⁵ Portanto, através da obra de Ignácio Moura delimitamos também nosso objeto de estudo, entre as cachoeiras do Tauiry (lugar de pedras), constituído posteriormente em distrito de Itupiranga, e o entorno da foz do rio Itacaiúnas (*Figura 4*). Sobre as dificuldades de navegabilidade do Tocantins, entre o sudeste do Pará e Belém, argumenta Ignácio Baptista de Moura:

Tauiry é um trecho do rio Tocantins que tem mais de 30 quilômetros sem uma só moradia em qualquer das margens, e com tal correnteza, que a canoa, conforme a carga, só o vence de 3 a 5 dias, obrigando os navegantes a fazerem barracas provisórias na beirada.¹³⁶

Não esquecendo que Moura, por ser homem de governo, em sua viagem proporcionou o acúmulo de informações pertinentes à política do Estado. Tratou-se de um relatório descritivo detalhado sobre o percurso. O objetivo em acumular informações acerca da região era o de orientar os projetos de intervenções governamentais. O citado percurso na região sudeste do Pará, de acordo com as anotações de Ignácio Moura, apresentava, tanto de um lado quanto de outro do rio Tocantins, agrupamentos de castanheiras que já envolviam trabalhadores na coleta da castanha, por isso, entre os aspectos naturais apresentados as árvores castanheiras são predominantes na descrição do narrador. O sentimento de admiração expresso por Moura com relação à quantidade de castanheiras avistadas nas margens do rio ganha ares sensacionalistas, como na seguinte citação: “Continuam-se a ver pela mesma margem esquerda terrenos cultivados, cercados de gigantescas castanheiras [...]”. As práticas econômicas relacionadas aos castanhais são descritas enquanto incipientes, já que ocasionalmente eram

¹³⁴ MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2009, p. 26.

¹³⁵ TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Trajetórias histórico-geográficas para uma geografia cidadã. Belém:** Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Discurso proferido em 20 de abril de 2005.

¹³⁶ MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins.** Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 202.

registrados barcos carregados de castanha, cabanas abandonadas de lavradores, cortadores da amêndoa e pequenas lavouras às margens do Tocantins.¹³⁷

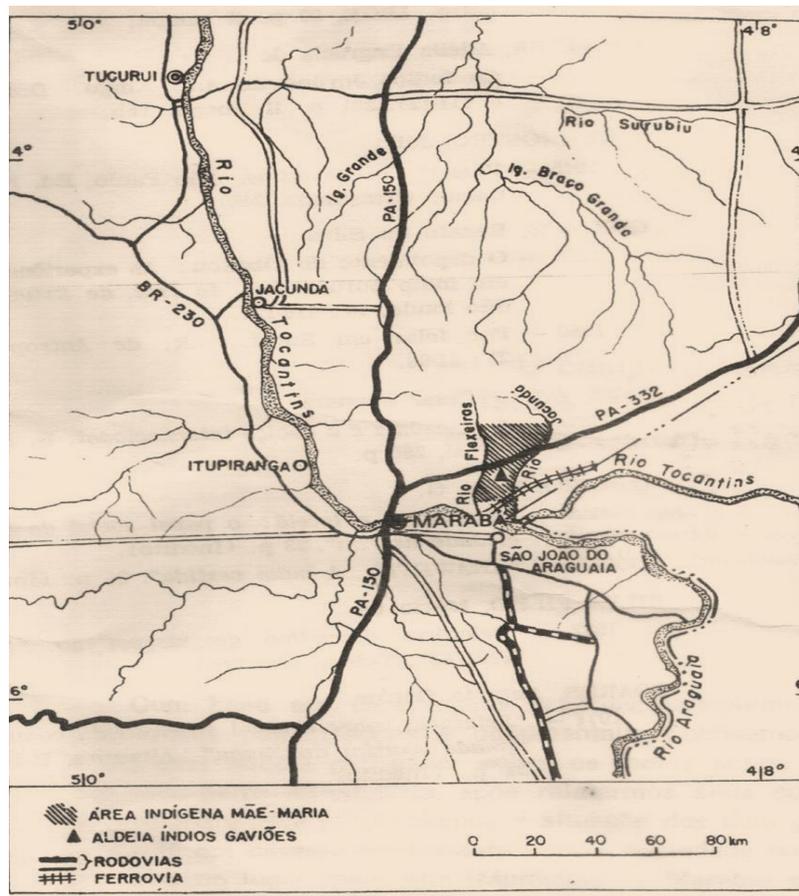


Figura 4: O mapa traz uma representação da região sudeste do Pará e seus principais com mais antigos núcleos urbanos, todos às margens do rio Tocantins, respectivamente, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí. Fonte: ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional.** Belém. CEJUP, 1989, p. 367.

Na narrativa de Moura, alguns perfis culturais sugerem o desenvolvimento de tradições características do sudeste do Pará no final do século XIX, como por exemplo, quando descreve o modo de vida de certos João Lambert e Antônio Duarte de Matos, respectivamente, sogro e genro. Ambos representavam uma família de lavradores e comerciantes residentes em uma única e imensa casa de palha, tendo ao lado uma “engenhoca para moer cana e fabricar

¹³⁷ MOURA. *Op. Cit.* p. 154-155.

rapadura, espécie de açúcar”, com a qual adoçam o café e o chá. Ao redor da casa, o pomar e a “roça de mandioca”, com a qual produzem farinha, grandes canaviais e, mais ao centro, ficavam os castanhais, cujo produto natural na época já compensa a largamente as fadigas daqueles camponeses, defendia Moura.¹³⁸ A predominância da descrição dos recursos naturais em detrimento de elementos culturais nos registros de Moura feitos na região sudeste do Pará está relacionada à pouca presença e intervenção humanas no lugar. Além disso, grande parte dos residentes da região eram oriundos dos Estados vizinhos do Maranhão e Goiás. Narrou o viajante que, enquanto coisa curiosa, das centenas de indivíduos os que registrou, pouco mais de 10% eram paraenses. A pequena quantidade de paraenses no sudeste do Pará diz respeito ao isolamento em direção à capital paraense, proporcionado pelos trechos encachoeirados e de difícil navegação descendo o rio Tocantins, entre a comunidade do Tauiry, em Itupiranga, até Tucuruí.¹³⁹ Com relação aos habitantes do sudeste paraense, registrou o narrador que na margem direita do rio Tocantins, “apenas se divisava aqui e ali a palha solta de alguma barraca descoberta, em que se abrigam ligeiramente os catadores de castanha no inverno”.¹⁴⁰

Das cachoeiras do percurso, a mais perigosa é Itaboca, constituída por um conjunto de corredeiras formando uma extensão de 12 quilômetros de comprimento entre Tucuruí e Jatobal. Estas, as duas povoações localizadas nos dois pontos extremos da Estrada de Ferro Tocantins. Essa via férrea que margeou o rio Tocantins foi um empreendimento público estadual construído com a finalidade de superar as cachoeiras que intermediavam Tucuruí e o encontro dos rios, Araguaia e Tocantins. Além disso, visava a interligação comercial entre o norte-paraense e o centro-oeste brasileiro.¹⁴¹ A distância entre esses pontos aproximava de 200 quilômetros, porém, em viagem fluvial, proporcionava até um mês de descida.¹⁴² Os obstáculos observados acabaram dificultando o povoamento da região sudeste do Pará por pessoas do norte

¹³⁸ MOURA. *Op. Cit.*, p. 156.

¹³⁹ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 55.

¹⁴⁰ MOURA. *Op. Cit.*, p. 157-158.

¹⁴¹ *Jornal A Safra*, Marabá-Pará, 8 de agosto de 1948, página 1 e 6. “Porto Mauá é o nome oficial, ou foi, do lugar Jatobal, no início, pelo lado montante, da celebre cachoeira de Itaboca, onde a navegação fluvial do Tocantins é, nos meses da seca interceptada. A princípio, Jatobal foi o ponto terminal da fracassada rodovia Jatobal-Piteira, em cuja construção foram sepultados algumas centenas de contos de réis, do erário municipal de Marabá! Atualmente é Km. 117, ponto terminal da Estrada de Ferro Tocantins, a ferrovia que bateu o recorde da morosidade na história ferroviária do Brasil. Tem tido épocas de fastígios e de misérias; período de dinamismo e de estacionamento e, tal tem sido os seus fracassos que o espírito popular, irreverente e sincero, já a crismou acertadamente de Estrago de Ferro Tocantins. [...] a chegada de seus trilhos aquele ponto, transformou a natureza para lhe emprestar em cunho de progresso. A locomotiva lá estava com seus carros. Não como ferro velho, mais como elemento ativo, dinâmico, propulsor. O sr. Luiz Matos, mestre de linha [...] considera o problema da E. F. T., no momento, como o mais prospero e mais positivo a ser solucionado pelo esforço conjunto da ligação Anápolis-Belém e valorização do Vale da Amazônia. De fato, o mais difícil está feito: a colocação dos trilhos nos 117 Km, entre Tucuruí e Jatobal [...]”

¹⁴² VELHO. *Op. Cit.*, p. 55-56.

do Estado. No percurso entre Marabá e a cachoeira de Itaboca pelo rio Tocantins, pouco se via de presença humana até por volta de 1960. O que se via, a maioria estava na sua margem esquerda.¹⁴³

O viajante francês Henri Coudreau passou a trabalhar para o governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, no ano de 1995, em missões de exploração dos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, além do Tocantins e Araguaia. A aproximação entre Coudreau e o governador paraense esteve relacionada ao interesse que aquele tinha em angariar patrocínio para suas excursões pela Amazônia. Com relação às pretensões de Sodré, visavam a identificação do interior paraense para fins de integração e intervenção.¹⁴⁴ Os registros do viajante Henri Coudreau reforçam a existência de importantes obstáculos entre a região sudeste paraense e a capital do Estado, consistindo em um conjunto de cachoeiras que intermediavam Alcobaça (Tucuruí) e os pedrais do Tauriry nas proximidades da então comunidade do Lago Vermelho (Itupiranga). Além dos obstáculos promovidos pelas cachoeiras de Itaboca, assinaladas pelo naturalista francês, há outros sucessivos locais de navegação menos importantes, mas apresentando graus significativos de dificuldade. Na descrição de Coudreau, Itaboca apresentava um único canal que não dava passagem nem mesmo às pequenas embarcações: “presentemente, o próprio canal de Itaboca encontrava-se reduzido que nem mesmo dava passagem às montarias de tamanho médio, as quais são obrigadas a seguir pelo Capitariquara”, canal que, embora com grande grau de dificuldade, conservava-se um nível razoavelmente suficiente para a navegação dos vapores todo o ano.¹⁴⁵ Com relação aos sucessivos entraves naturais para a navegação entre Belém e o sudeste do Pará, registrou Coudreau:

Passamos ontem a primeira pancada da cachoeira do Arrependido, decididamente, esse canal de Itaboca, mesmo sem se levar em conta as dificuldades decorrentes de seus bruscos meandros e de suas cachoeiras, desencoraja a navegação a vapor, pelo fato de que, no estio, seria absolutamente impossível atravessá-lo, mesmo com uma chalupa das menores, em razão de sua escassez de água.¹⁴⁶

Além de tudo, em períodos de cheias, às violentas cachoeiras apresentavam grandes obstáculos para a navegação. Tentar enfrentar em um vapor o canal estreito e sinuoso, constituía

¹⁴³ VELHO. *Op. Cit.*, p. 39.

¹⁴⁴ SOUZA FILHO, Durval. **Os retratos de Coudreau: Índios, Civilizados e Miscigenação através das lentes de casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “bom selvagem” (1884-1899)**, p. 33.

¹⁴⁵ COUDREAU, Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 21.

¹⁴⁶ COUDREAU. *Op. Cit.*, p. 22.

“de uma empresa que não se justificaria senão no caso em que houvesse absoluta impossibilidade de se passar pelos outros dois canais laterais, ambos mais importantes que o de Itaboca”, a saber o canal de Capitariquara e o canal do Inferno.¹⁴⁷ O curso do rio Tocantins, dividido por ilhas e pedrais, características nas proximidades das cachoeiras de Itaboca, chamava a atenção o viajante francês. As ilhas do Areião e do Jacundá continuavam até bem a montante de um dos mais importantes rebojos¹⁴⁸ em torno de Itaboca, o do Bacuri. A citada ilha do Areião, atravessada apenas por um único furo,¹⁴⁹ um pouco a montante do Correão, terminando mais acima, à altura da ponta do Jatobal, se estendendo continuamente sem ser atravessada por qualquer furo. É uma ilha de terrenos elevados e cobertos de castanhais.¹⁵⁰ A extensão do canal de Itaboca, registrou Coudreau, limita-se entre a terra firme da margem e uma única ilha denominada Areião, uma extensão da ilha do Bandeira e também a única que se estende até os canais de Itaboca e do Inferno. Do lado oposto do canal do Inferno posiciona-se a ilha de Jacundá que, por sua vez, separa o canal do Inferno do de Capitariquara. Na descrição de Ignácio Moura, vê-se também as ilhas de Capitariquara e do Inferno, “ambas ricas de castanhais”, sua narrativa, exalta a grande riquezas naturais na região semeada de castanheiras, porém abandonada, em função de a coleta acontecer apenas num raio de dois ou três quilômetros do leito do rio, pelo temor dos índios.¹⁵¹

Ignácio Moura também registrou o percurso de corredeiras descrevendo-o como um “estorvo da navegação do grande rio”. Conforme suas descrições, as marcas violentas das cachoeiras apresentam-se no decorrer do seu percurso, através das sepulturas das pessoas que morreram afogadas e cujos corpos ficaram “enforquilhados nas pedras ou parados nos remansos: são enterrados por aqui mesmo”.¹⁵² No princípio de Itaboca, subindo o Tocantins, Moura descreveu a residência de um senhor chamado José da Costa, envolto a roças de milho e mandioca, lugar situado no ponto terminal do que caracterizou de percurso deserto, no alto Itaboca, “sendo ali o lugar em que as canoas carregam e descarregam para subir ou descer o rio, é um pouso obrigatório aos viajantes”.¹⁵³ Nessa parte da narrativa, Moura apresenta as manifestações culturais tipicamente desenvolvidas no lugar, quando se refere às situações naturais que obrigavam os navegadores daquela região a obedecerem limites. Os preparativos dos navegadores para a travessia das cachoeiras e as manifestação daqueles que as superavam,

¹⁴⁷ COUDREAU. *Op. Cit.*, p. 23.

¹⁴⁸ Redemoinho de água que se forma no mar ou no rio e leva coisas para o fundo.

¹⁴⁹ Passagem de água corrente entre as pedras ou areia.

¹⁵⁰ COUDREAU. *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁵¹ MOURA. *Op. Cit.*, p. 194-197.

¹⁵² MOURA. *Op. Cit.*, p. 179.

¹⁵³ MOURA. *Op. Cit.*, p. 180.

teriam se constituído em costumes. Sobre os hábitos reproduzidos em uma das extremidades das cachoeiras, Moura relata um espaço em que:

a casa era aberta, entrava-se sem pedir licença; no terreiro, em grupos aqui e ali, as tripulações das diversas canoas e barcos ancorados no porto, a poucos metros de distância assavam em fogueiras a matalotagem; e os patrões espichados nas redes, amarradas dentro da casa promiscuamente, perguntam uns aos outros donde vem e para onde vão.¹⁵⁴

No decorrer das grandes cachoeiras de Itaboca o rio continuava a estreitar cada vez mais, até chegar a um grande pedral, em uma largura de 700 metros que se chamava propriamente “Bocca do Tauhiry”.¹⁵⁵ Na descrição de Coudreau, na outra extremidade do trecho encachoeirado, encontra-se um enorme rebojo denominado Lourenção. Segundo o narrador, esse rebojo fica exatamente na entrada do Tauiry [...], descendo o Tocantins, aonde na margem esquerda encontra-se a comunidade do senhor Raimundo Liart, apresentado como “o amigo dos índios Gaviões”. Nesta localidade, constituiria, posteriormente, Santa Terezinha do Tauiry (apresentada a seguir).¹⁵⁶ Com relação ao rebojo do Lourenção, Moura o descreveu como um lugar “tão perigoso que não há canoa que lhe possa vencer no inverno”.¹⁵⁷ Os obstáculos foram também determinantes no desenvolvimento dos valores culturais nessa outra extremidade das cachoeiras. Moura apresenta como exemplo, a formação de uma comunidade formada com oito ou nove casas cobertas e de palha, grandes e pequenas, localizadas na margem esquerda do rio. Nas proximidades apareceram grandes roças e o cemitério da localidade. O principal morador era Raimundo Liart que mantinha em sua companhia alguns índios Gavião.¹⁵⁸ O rebojo do Lourenção, narrou Moura, estava localizado na “boca do Tauiry”, próximo à comunidade de Liart, ao redor de uma grande pedra no meio do único canal. Conforme os relatos de Moura, Tauiry era um lugar de muitas pedras, um trecho do rio Tocantins que tem mais de 30 quilômetros, sem uma só moradia em qualquer das margens, e com tal correnteza que a canoa, conforme a carga, só passa em três ou cinco dias, obrigando os navegantes a fazerem barracos provisórios nas beiradas.¹⁵⁹

Quanto à nomenclatura dada à extremidade dos trechos encachoeirados, o topônimo “Lourenção”, remete à memória local, que foi reproduzida por Moura. Conforme a narrativa de Moura, a justificativa do topônimo “Lourenção” foi repassada a ele pelos moradores do lugar.

¹⁵⁴ MOURA. *Op. Cit.*, p. 180.

¹⁵⁵ MOURA. *Op. Cit.*, p. 197.

¹⁵⁶ COUDREAU. *Op. Cit.*, p. 42.

¹⁵⁷ MOURA. *Op. Cit.*, p. 217.

¹⁵⁸ MOURA. *Op. Cit.*, p. 218.

¹⁵⁹ MOURA. *Op. Cit.*, p. 202.

Dizem os registros que ali mesmo, no meio do rio, havia naufragado a imensa canoa de Lourenço, que deu o nome ao lugar. Lourenço teria sido um rico goiano que, em 1895, descia o rio, com toda a sua fortuna, em animais e dinheiro e com uma moça, “uma rapariga de rara beleza, irmã de sua esposa que havia sido por ele abandonada para raptar a cunhada”, ato que fez de Lourenço um amaldiçoado pela sogra.¹⁶⁰ A denominação do lugar no aumentativo, “Lourenção”, está relacionada à vida sexual ativa, à troca constate de mulheres e ao fato de possuir mais de uma, é portanto, uma representação de virilidade, nomenclatura comum nessa região. O acontecimento narrado por Moura na região do Tauiry, não representa apenas uma reprodução da memória local, ele também simboliza a impossibilidade da navegação naquele trecho do rio Tocantins em diferentes períodos de cheias ou secas.

No entanto, desde as primeiras intervenções do governador Lauro Sodré na região sudeste paraense no final do século XIX, maiores contatos com os Estados vizinhos, Maranhão e Goiás, foram evitados. Devido a isso, sendo uma região paraense gerida pelo governo do Pará, não fazia sentido algum alimentar o diálogo comercial com aqueles que também eram grandes interessados em controlar a região. A ação mais segura para manter o sudeste paraense interligado ao poder político em Belém, foi a insistência em romper com os entraves à navegação entre a região e aquela capital. Cabe lembrar que, de um lado, o processo de povoamento do sudeste do Pará iniciou com os colonizadores oriundos de Goiás e do Maranhão, que desceram os rios Tocantins e Araguaia, saindo da região Central e seguindo para o Norte. De outro lado, os recursos naturais produzidos na região ganharam outra direção, foram negociados entre o sudeste do Pará e Belém. De modo geral, o percurso entre o sudeste paraense e a capital, Belém, foi tomado como uma forma de manter o controle territorial e comercial na região sudeste paraense. Os muitos cursos fluviais de todos os portes e oriundos das várias direções, influenciaram nos hábitos dos ocupantes da região, foram determinantes na construção de memórias, contribuíram na formação de comunidades e influenciaram no desenvolvimento dos diversos cotidianos locais. Cuidamos, portanto, em apresentar as ações dos indivíduos que ocuparam o sudeste paraense. No capítulo a seguir, foram priorizadas, sobretudo, as diferentes manifestações dos indivíduos ocupantes, bem como, observado os seus efeitos no espaço sudeste paraense.

¹⁶⁰ MOURA. *Op. Cit.*, p. 221.

CAPÍTULO II - A vida cotidiana nos castanhais

Neste capítulo objetivamos apresentar as formas de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará e a vida cotidiana dos indivíduos no espaço da floresta. Seguindo as rotas criadas pelos castanheiros e por comerciantes de castanha, sugerimos uma análise da formação dos núcleos urbanos cujo desenvolvimento estiveram relacionados à dinâmica extrativista da amêndoa e às políticas de regulamentação da sua coleta. Através de estudos bibliográficos e da leitura de documentos oficiais que foram encontrados em arquivos nos municípios de Itupiranga e Marabá, fomos nos deparando com a legislação imprimida aos castanhais pelo governo do Pará e pelos representantes dos poderes executivos municipais para a arrecadação de tributos e para sustentarem o controle econômico e territorial da região de castanhais. Vimos que, com esses objetivos, os referidos poderes foram criando situações protecionistas, a fim de evitarem o contrabando da castanha da região sudeste paraense. Foi, então, determinada pelos controladores dos castanhais na região, o Estado e os municípios, uma rota única para o escoamento da castanha, partindo de Marabá e Itupiranga, descendo o rio Tocantins até a cidade de Tucuruí e, de lá, até Belém. A escolha desse percurso não está relacionada a melhor ou a mais adequada via de navegação, tendo em vista a existência de trechos encachoeirados como grandes obstáculos ao fluxo de barcos. A via fluvial que liga o sudeste do Pará a Belém, foi tomada como a única possibilidade de o governo paraense manter sob o seu controle os recursos naturais encontrados na região sudeste paraense. De acordo com as condições de navegabilidade nas duas direções, seria bem mais cômoda a navegação na direção oposta, subindo os rios Tocantins e Araguaia, porém, escoar produtos naquela direção não convinha ao governo do Pará, visto que os recursos existentes na região sudeste paraense, especialmente o caucho e a castanha, seriam comercializados com outros Estados do centro brasileiro, ameaçando o controle territorial e econômico mantido pelo governo paraense sobre o sudeste do Estado.

À luz da metodologia adotada de Edward Thompson em sua obra *Senhores e Caçadores*, nos propusemos, também, a apresentar a estrutura de funcionamento da economia nos castanhais no sentido mais amplo: as políticas de arrendamento e a relação entre os arrendatário de castanhais e os castanheiros contratados, a relação entre os arrendatários e o governo estadual; as regras para o trabalho nos castanhais de servidão pública e a relação entre o governo municipal e os castanheiros; as diversas atividades características da coleta da castanha e os personagens envolvidos na dinâmica econômica dos castanhais. Nos atemos, além

de tudo, aos habitantes da região sudeste do Pará que, por sua vez, não estiveram totalmente submetidos à economia oficial dos castanhais. Nesse caso, se trata dos indivíduos e grupos cujas atividades cotidianas se faziam múltiplas, porém, sendo desenvolvidas sob um regime econômico em constante expansão, o extrativismo da castanha. Para a análise das duas formas de utilização dos castanhais tomamos, como referência teórica, o historiador francês Michel de Certeau em sua obra *A invenção do cotidiano*. Falamos dos modos de vida tradicionais *versus* projetos capitalistas modernos. Para ratificarmos a referida proposta, investimos no estudo da memória, a fim de compreendermos a relação entre a vida cotidiana desenvolvida no lugar dos castanhais pelos seus habitantes, entre 1945 e 1960, e a natureza no entorno. Para tanto, propomos um estudo acerca dos cotidianos manifestados nas diversas ações dos habitantes dos castanhais, no intuito de compreendermos suas respectivas ligações ou afinidades com os lugares que escolheram nos castanhais. Não que aqueles indivíduos tenham entrado em confronto com projetos de grande porte instaladas nos castanhais, mas as suas reações a eles se revelaram como atitudes rotineiras, habituais.

2.1. A formação das comunidades castanheiras

Como já mencionado em capítulo anterior, o sudeste do Pará não foi visibilizado a partir de uma colônia agrícola, como pretendido por Lauro Sodré. Porém, coube pelo menos assinalar o evento como referência para a análise da sua ocupação, visibilidade e dinamização socioeconômica. Respectivamente, após a criação e o desenvolvimento da Colônia Agrícola do Itacaiúnas, em final do século XIX, se deu o processo extrativista do caucho *Castilhoa Ulei*, até o início do século XX. À medida que os cauchais da região foram perdendo em importância no mercado, a castanha ganhou em valorização. O destaque econômico dos castanhais no sudeste do Pará, na ocasião, tornou possível o aparecimento de núcleos urbanos dedicados ao extrativismo da castanha. Sobre a dinâmica demográfica na região, ela foi observada pelo historiador Roberto Santos em pesquisa a respeito da *História Econômica da Amazônia*. Segundo ele, em final do século XIX, movimentos migratórios de modesta expansão quantitativa podem ter escapado às contagens oficiais, como o exemplo da frente pecuária do Tocantins-Araguaia, quando levas de trabalhadores do nordeste e centro-oeste se deslocaram na direção norte, a partir daquele período, instalando diversos povoados, sobretudo, às margens do rio Tocantins.¹⁶¹

Já para a pesquisadora Bárbara Weinstein, o fator mais importante no período foi a entrada de nordestinos na Amazônia, em consequência das secas de 1898 e 1900.¹⁶² Neste mesmo período, a ocupação da região de encontro dos três rios, Araguaia, Tocantins e Itacaiúnas era preocupação do governo de Lauro Sodré que pretendia uma ocupação regulada, como já dito. Dizia Sodré em mensagem que, de acordo com a constituição estadual vigente, em seu artigo 15 parágrafo primeiro, era necessário proceder ao recenseamento da população, considerando grandemente vantajosa a melhor organização do serviço estatístico.¹⁶³ Por isso, tratou de levantar constantes informações acerca da região, tarefa confiada ao francês Henri Coudreau, entre 1896 e 1897,¹⁶⁴ e ao engenheiro Ignácio Baptista de Moura, em 1896, em expedições já apresentadas no capítulo anterior.

¹⁶¹ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980. p. 100-101.

¹⁶² WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 105.

¹⁶³ SODRÉ, Lauro. **Mensagem**. Belém: Congresso do Estado do Pará, 1893, p. 34.

¹⁶⁴ SANTOS. *Op. Cit.* p. 101.

Para analisarmos a estrutura econômica e social desenvolvidas no sudeste paraense em função do valor econômico atribuído aos castanhais, recorreremos às referências teóricas propostas pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson em sua obra *Senhores e Caçadores*. A justificativa para tal aporte, está na metodologia de análise histórica utilizada por ele na análise da complexidade social existente no interior de parques reais da Inglaterra do século XVIII. Analisando a cultura dos moradores dos parques e suas experiências de vida como sujeitos da floresta, Thompson percebeu os constantes confrontos de valores: costumes da floresta *versus* as legislações impostas a elas.¹⁶⁵ Para compreender as manifestações populares e os conflitos de valores oriundos das várias formas de utilização da terra e de aproveitamento dos seus recursos, foi necessário reconstituir a estrutura jurídica e espacial instituídas naquelas florestas reais inglesas.¹⁶⁶ O aporte metodológico thompsoniano acabou por nos orientar nas análises acerca da formação econômica, espacial e demográfica dos castanhais do sudeste paraense, da visualização dos hábitos e manifestações culturais inerentes ao cotidiano dos castanheiros e dos mecanismos de defesa expressos pelos habitantes da floresta diante de situações adversas aos costumes locais.

Conforme relatos atribuídos a Ignácio Moura, os poucos colonos que passaram a habitar o Burgo Agrícola do Itacaiúnas construíram um modo de vida de relação com a natureza, em pequenos agrupamentos urbanos ou em famílias isoladas. Dizia Moura, que as famílias estavam envolvidas com o cultivo de áreas de vazantes e a produtividade era voltada para a subsistência: a lavoura de mandioca, da batata doce, do milho, da abóbora, do arroz e da cana, localizadas à margem esquerda do rio Tocantins e próxima à foz do rio Itacaiúnas.¹⁶⁷ Alguns, além de plantarem suas roças, mantinham-se em colher frutos da floresta, como a castanha, esta, não somente para a alimentação própria, também para a alimentação de animais domésticos.¹⁶⁸ Em meados do século XX, o religioso e viajante Barruel de Lagenest, fez menção à região sudeste do Pará em sua dinâmica de ocupação. Dizia Lagenest que, em 1897, o território que constituiria a cidade de Marabá era quase despovoado, sendo que sertanejos vindo do Maranhão e de Goiás tinham se instalado na margem esquerda do rio Tocantins, um pouco abaixo da foz do Itacaiúnas para se dedicarem à extração e ao comércio do caucho.¹⁶⁹ Na

¹⁶⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A. 1997.

¹⁶⁶ THOMPSON. *Op. Cit.*, p. 70.

¹⁶⁷ MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 251.

¹⁶⁸ MOURA. *Op. Cit.* p. 252.

¹⁶⁹ LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da castanha: estudo sociológico**. São Paulo: Anhambi, 1958, p. 14.

análise de Otávio Guilherme Velho, a partir do processo inicial de ocupação do sudeste paraense, em final do século XIX, a região do Itacaiúnas logo prosperaria e se tornaria referência comercial regional dadas as suas características extrativistas.¹⁷⁰

A castanha, em contrapartida, até 1919 não conheceu grandes avanços na região, pois enquanto na “Amazônia como um todo produzia mais de 557.000 hectolitros, o Pará apesar de seu potencial, produzia apenas 158.000”, ressaltou Roberto Santos.¹⁷¹ A produção de castanha ganharia destaque no Pará, somente na década de 1920, com prioridades governamentais dadas às regiões de castanhais, à coleta e ao seu comércio, além da atenção ao seu valor de mercado. Para Roberto Santos, o destaque comercial da castanha no início do século XX, está associada ao processo de desvalorização da borracha.¹⁷²

Região/Produção de castanha	1913	1914	1919	1920	1926
Amazônia			557.000		
Pará			158.000		
Marabá	20	2.502	5.396	17.878	
Sudeste paraense				23.846	155.039

População em Marabá	500			6.822	15.000

Tabela 1. Evolução na produtividade de castanha em hectolitro proporcional ao aumento populacional em Marabá. Fonte: VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 41. LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da castanha:** estudo sociológico. São Paulo: Anhambi, 1958, p. 14 e 19. VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 22. SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia:** 1800-1920. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980. p. 271.

Com isso, a migração de um contingente significativo de trabalhadores para a região sudeste do Pará explica a constante procura por riquezas naturais que viessem suprir o valor perdido pela borracha amazônica. Como supõe Roberto Santos, um dos fatores influenciadores da continuidade migratória, mesmo após o decréscimo do preço da borracha amazônica, foi que muitos trabalhadores haviam sido “tangidos pelas secas de 1915 e 1919”, do nordeste brasileiro.¹⁷³ Para Lagenest, a cidade de Marabá na época da sua emancipação política, em 1913, já contava com cerca de 500 habitantes fixos e 1.500 em períodos de

¹⁷⁰ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 43.

¹⁷¹ SANTOS. *Op. Cit.*, p. 271.

¹⁷² SANTOS. *Op. Cit.*, p. 271.

¹⁷³ SANTOS. *Op. Cit.*, p. 262.

atividades extrativistas.¹⁷⁴ Só na região de Marabá, que, em 1922, compunha os distritos de São João do Araguaia e Lago Vermelho (Itupiranga) e algumas comunidades ribeirinhas, a população passou de cerca de 6.822 em 1920, para cerca de 15.000 em 1926.¹⁷⁵ Esse acréscimo populacional acompanhou proporcionalmente o sucessivo aumento na produção de castanha na região sudeste paraense (*Ver tabela 1*), que foi de 23.846 hectolitros, em 1920, para cerca de 155.039 hectolitros, em 1926.¹⁷⁶ Somente no início do século XX, um número significativo de trabalhadores envolvidos com a cultura extrativista da borracha se deslocaram em grande número para o interior do Estado paraense e passaram a atuar na extração da castanha, argumenta Weinstein. Segundo ela, à medida que os preços da borracha caíam, muitas das mais antigas áreas de seringueiras no Pará e do leste do Amazonas tornaram-se de exploração não compensadora. Com isso, os seringueiros foram obrigados a migrarem para outras áreas para coletarem castanha.¹⁷⁷

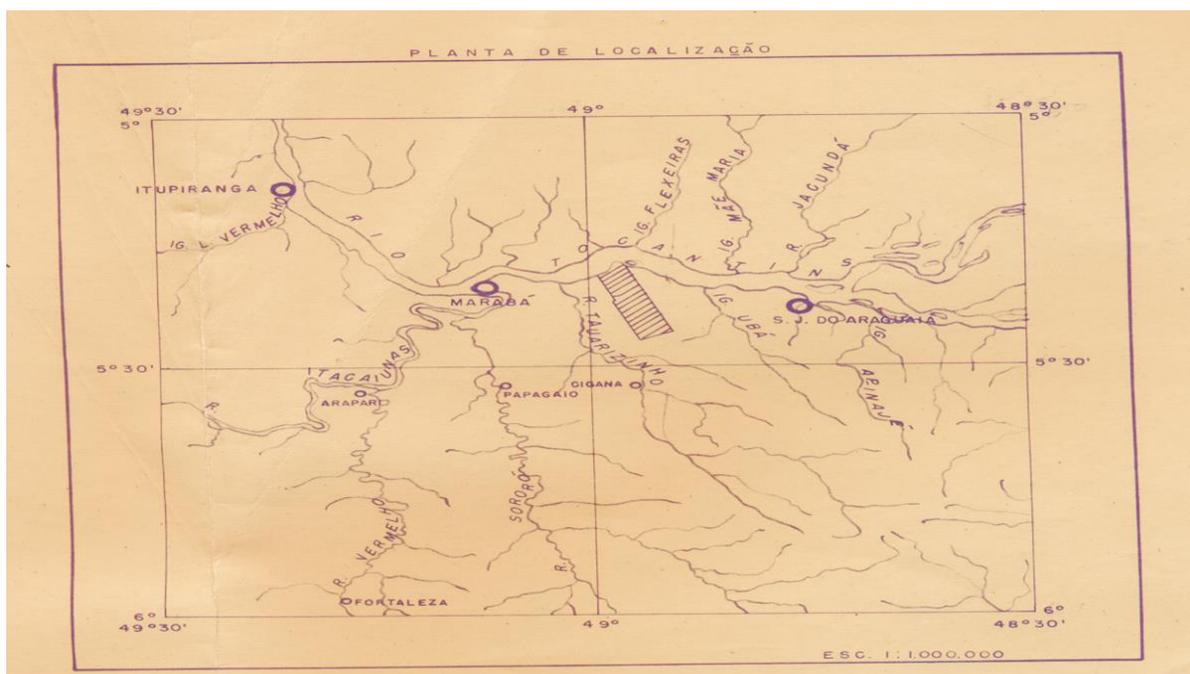


Figura 5: Neste croqui está em destaque a região de ocupação dos castanhais no sudeste do Pará, além das vias de escoamento para os mais imediatos portos da região. Fonte: Belém, Arquivo do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, seção de cadastro.

¹⁷⁴ LAGENEST. *Op. Cit.*, p. 14 e 19.

¹⁷⁵ VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 22.

¹⁷⁶ VIAGEM. *Op. Cit.*, p.45.

¹⁷⁷ WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 272.

Assim, no decorrer do processo de ocupação do sudeste do Pará algumas comunidades foram sendo formadas no espaço estendendo-se entre o encontro dos rios Araguaia e Tocantins e o início das cachoeiras do Tauiry. Apareceu como principal referência o núcleo urbano de Marabá na foz do rio Itacaiúnas, principal afluente da margem esquerda do Tocantins na região (*Figura 5*). Para compreendermos melhor a formação da região sudeste do Pará no início do século XX, tomamos o registro do pesquisador Theodoro Braga. Segundo ele, o território de Marabá limitava-se ao norte com o município de Baião; a oeste com o de Altamira; ao sul com Conceição do Araguaia e São João do Araguaia e a leste com São Domingos da Boa Vista. A sua extensão abrangia cerca de 33.659 quilômetros quadrados e seu núcleo urbano fica a 680 quilômetros de Belém.¹⁷⁸ Segundo uma análise do sociólogo Otávio Guilherme Velho, Marabá já havia sido transformado no núcleo economicamente mais importante do sudeste do Pará, com a exploração do caucho no início do século XX. O rio Itacaiúnas havia despertado um novo interesse enquanto via de escoamento, junto ao Tocantins e seus inúmeros afluentes na região.¹⁷⁹ Portanto, havia sido criada as possibilidades para a exploração da castanha, fazendo uso dos mesmos métodos extrativistas de locomoção e escoamento da produção.

O período de maior ascensão da produtividade do caucho na região de Marabá, o ano de 1913, marcou também o início da queda de preço da borracha. Após uma produção de 92.000 quilos de caucho em 1921, foi registrada uma queda significativa nos anos subsequentes, exemplo disso, foi a produção de 43.632 quilos em 1923. Se considerarmos os argumentos de Velho, teremos outro motivo pelo qual a produção do caucho na região do Itacaiúnas sofreu decréscimo, pois, segundo ele, para a extração do látex do caucho a árvore produtora precisa ser derrubada.¹⁸⁰ Porém, estamos reiterando que, a cidade de Marabá evoluiu através do extrativismo, favorecida pela sua localização em um ponto absolutamente estratégico para essa atividade (*Figura 6*). O extrativismo constituía na bacia do rio Itacaiúnas a atividade mais importante. Na avaliação do sociólogo José Jonas Almeida, foi justamente na região de Marabá onde foram encontradas “as maiores concentrações das duas espécies vegetais que fizeram o surgimento e o crescimento de Marabá a partir do final do século XIX: primeiro o caucho e em seguida a castanha”.¹⁸¹

¹⁷⁸ BRAGA, Theodoro. **Noções de chorographia do Estado do Pará**. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919, pp. 440-442.

¹⁷⁹ VELHO. *Op. Cit.*, p.38.

¹⁸⁰ VELHO. *Op. Cit.*, p. 40.

¹⁸¹ ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, 2008, p. 34.

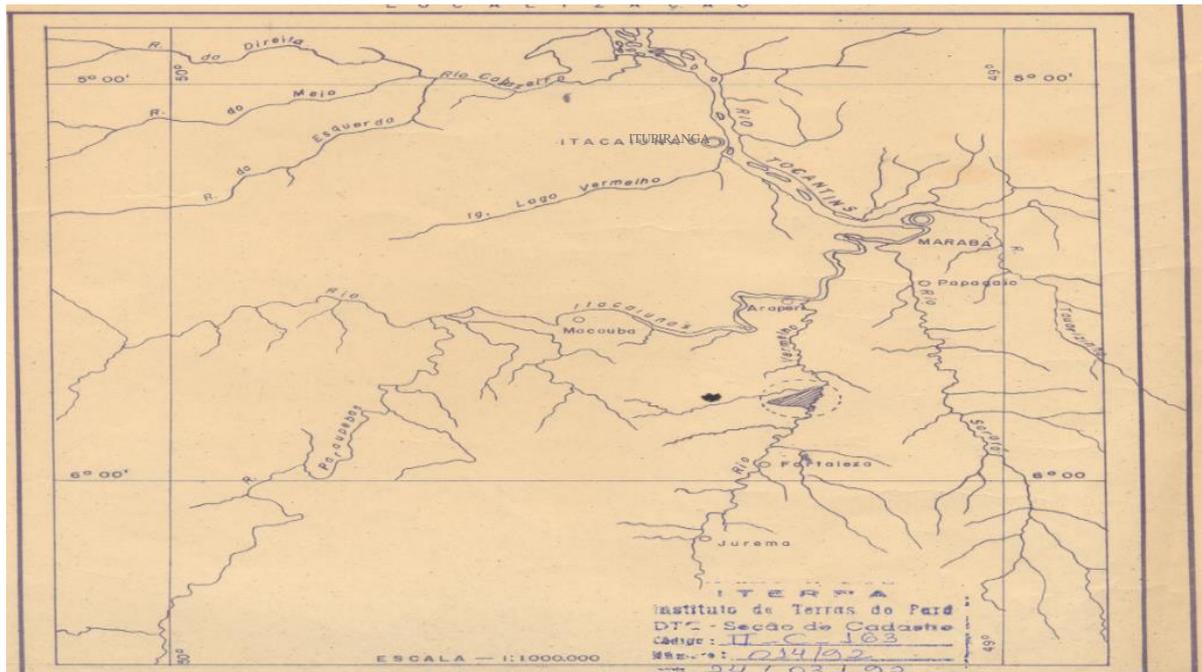


Figura 6: Representação dos principais núcleos castanheiros do sudeste do Pará, Marabá e Itupiranga. Além disso, o croqui destacou a principal região de castanhais do sudeste para o sul do Pará e os rios que possibilitaram, primeiramente, o escoamento do caucho e, posteriormente, da castanha: Itacaiúnas, Sororó, Sororozinho, Thaurizinho, Vermelho e Parauapebas e seus respectivos afluentes. Fonte: Belém, Arquivo do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, seção de cadastro.

Ao mesmo tempo em que declinou a produtividade do caucho, no decorrer da década de 1920, o município de Marabá apresentou outro produto cujo valor comercial encontrava-se em ascensão, a castanha. De acordo com Velho, na segunda década do século XX foi iniciada, oficialmente, a exploração da castanha na região, pois até 1913 servia quase que exclusivamente para o consumo local e para a alimentação de animais, como já dito. Ainda nos argumentos de Velho, a queda do preço da borracha trouxe em sua esteira uma onda de decadência, seguida do ressurgimento com a extração da castanha. Então, o município de Marabá tornou-se o centro dessa produção.¹⁸²

Além de Marabá, outro núcleo cujo desenvolvimento esteve relacionado ao extrativismo do caucho e da castanha foi Itupiranga. Ele foi formado também na margem esquerda do rio Tocantins e resultado da comunidade rural do Lago Vermelho, distante cerca “32 quilômetros da cidade de Marabá”,¹⁸³ na foz do rio de mesmo nome. No final do século XIX, a comunidade de Lago Vermelho havia sido descrita por Ignácio Moura, como um

¹⁸² VELHO. *Op. Cit.*, p. 44.

¹⁸³ ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975. p. 21.

pequeno agrupamento constituído por “agricultores, caçadores e tiradores de castanha”.¹⁸⁴ Conforme o político e escritor itupiranguense, Antônio Braga e Chaves, a comunidade de Lago Vermelho, assim como o Burgo Agrícola do Itacaiúnas, surgiram como consequência das fugas de Boa Vista de Goiás.¹⁸⁵ Segundo ele, em 1892, o senhor Lúcio Antônio dos Santos com sua família e outros parentes, teriam se refugiado no local e mantido o comércio de peixes, carnes de caça e castanha.¹⁸⁶ Segundo os registros de Moura sobre da comunidade do Lago Vermelho, a atividade comercial fez com que as pessoas permanecessem às margens do rio.¹⁸⁷ Ainda na descrição de Moura acerca da comunidade castanheira de Lago Vermelho,

As casas apareciam de espaço a espaço na margem esquerda. Pertenciam a lavradores que se ocupavam também da pesca, durante a estação seca; e da caça pelo rigor do inverno. Caçam em pequenas canoas ou montarias, entrando com elas em terras alagadas.¹⁸⁸

O povoado do Lago Vermelho só chegaria à sua autonomia política em 1947, como município de Itupiranga,¹⁸⁹ com cerca de “15.045 quilômetros quadrados” desligando-se politicamente de Marabá.¹⁹⁰ Em 1950, sua população já somava 1.173 indivíduos, aumentando significativamente em função do contingente migratório durante o período áureo da extração da castanha a partir de 1945.¹⁹¹

Ainda em território de Itupiranga, descendo o rio Tocantins foi formada a comunidade do Tauiry, descrito em 1896 por Ignácio Moura como uma localidade na margem esquerda do rio Tocantins, com um pequeno cemitério e grandes plantações de milho e arroz. Constituíam-se uma “povoação” com oito ou nove casas.¹⁹² Já moravam ali cerca de dez famílias em 1895.¹⁹³ Tanto Moura, quanto o viajante francês Henri Coudreau descreveram a pequena comunidade como base de contatos entre colonos e índios Gavião. Era naquela pequena comunidade que moravam, desde 1893, os agricultores Raymundo Liart e Raimundo Vicente

¹⁸⁴ MOURA. *Op. Cit.*, p. 227.

¹⁸⁵ CHAVES, Antônio Braga e. **Do Lago Vermelho a Itupiranga: uma história para crianças**. Itupiranga. 1990. p. 2.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, p. 230.

¹⁸⁸ MOURA. *Op. Cit.*, p. 245.

¹⁸⁹ Ofício número 17 de 28 de janeiro de 1950, enviado pelo prefeito de Itupiranga Gentil de Moraes Bitencourt Cohen, ao Diretor Geral do Departamento de Assistência aos Municípios no Palácio do Governo do Estado em Belém.

¹⁹⁰ Revista *Itatocan* ano II, janeiro de 1954, número 7, página 13.

¹⁹¹ EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 6.

¹⁹² MOURA. *Op. Cit.*, p. 218.

¹⁹³ MOURA. *Op. Cit.*, p. 236.

Braga¹⁹⁴ com suas respectivas famílias. Esse último, um professor da cidade de Boa Vista e um dos refugiados dos conflitos político-religiosos naquela cidade goiana.¹⁹⁵ Henri Coudreau, em 1897, caracterizou o vilarejo do Tauriry como “uma pequena aglomeração de pessoas”, destacando o morador Raymundo Liart.¹⁹⁶ A escritora Carlota Carvalho, que também comentou a região em obra publicada em 1924, dialogando com as publicações de Ignácio Moura e Henri Coudreau, localizou esse povoado

Logo abaixo da Praia da Rainha, perto do poço, na mesma margem esquerda, há a morada de civilizados. Ahi domiciliou-se em 1893 um senhor Raimundo Liart, com sua mulher, filhos e poucos trabalhadores com suas respectivas famílias, todos maranhenses do sertão.¹⁹⁷

Segundo Carvalho, que tratou da imigração goiana e maranhense para a região tocantina, “Liart havia escolhido o lugar pelo cálculo de bons negócios a realizar vendendo produções de roças, carne de caça e peixe salgado”.¹⁹⁸ Além de tudo, o povoado do Tauriry, na década de 1940, tornou-se um local de intenso movimento de garimpeiros que, nos períodos de entressafra da castanha (de maio a dezembro), desciam para os trechos encachoeirados “a fim de se empregarem nos garimpos de diamantes”, descobertos em 1939.¹⁹⁹ Essa atividade passou a ser uma das prioridades até 1945. De modo geral, os colonos se ligaram a outras atividades relacionadas às manifestações e tempos naturais. Esses trabalhadores locais ou regionais buscavam os garimpos de diamante em época de vazante do Tocantins, quando também é tempo de plantar e intensificar a pesca. Nos períodos de cheias, caçavam e colhiam castanhas,²⁰⁰ já que coincidia com o “tempo”²⁰¹ de sua safra, entre o primeiro e o quarto mês do ano, quando era facilitado o escoamento pelas principais trilhas dos castanhais, os igarapés e rios.²⁰² Depois de localizadas às comunidades castanheiras no sudeste do Pará, apresentamos a seguir, a estrutura política e econômica construída em torno dos castanhais da região: as políticas

¹⁹⁴ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 230.

¹⁹⁵ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 230.

¹⁹⁶ COUDREAU. Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 42.

¹⁹⁷ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 230.

¹⁹⁸ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 230.

¹⁹⁹ LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto: **Índios e Castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins/** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 136.

²⁰⁰ MONTEIRO, João Brasil. **O castanheiro**. Edição 2001, p. 16.

²⁰¹ O tempo no sentido de orientação pela natureza: o tempo das cheias e vazantes, da castanha, das esperas, do garimpo, etc.

²⁰² VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 44. ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: Jacques Le Goff; Roger Chartier; Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

governamentais estaduais e municipais, o comércio, os agentes públicos, a legislação e o regime de trabalho.

2.2. O regime de trabalho nos castanhais

A região sudeste do Pará, esteve constituída por muito tempo pela micro-região de Marabá,²⁰³ formada pelos “municípios paraenses de Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia”.²⁰⁴ Pela sua importância econômica e político-estratégica, a região receberia tratamentos específicos e nomenclaturas características às suas peculiaridades: “Polígono dos castanhais”,²⁰⁵ Microrregião de Marabá,²⁰⁶ e “Terra dos castanhais”²⁰⁷, assim conhecida pelo fato de a região ter sido, sobretudo em 1926-1930 e 1945-1960 a maior produtora de castanha da Amazônia.

Como referendado a seguir, a dinâmica econômica dos castanhais possibilitou o desenvolvimento de manifestações culturais temporárias, reguladas pelo tempo da coleta da castanha.²⁰⁸ A sazonalidade desse extrativismo foi determinante na contratação de trabalhadores para a coleta em um determinado tempo, regularmente, de janeiro a março. Quem se submetia à coletar castanha, era envolvido em variadas atividades de produção. De acordo com a pesquisa de Clara Araújo Milhomem, cada tempo de coleta, eram envolvidos coletores que também poderiam ser motoristas em diversas embarcações, tropeiros ou lavadores de castanha, limpadores de igarapés, fabricantes de paneiros e guias florestais, arrendatários,

²⁰³ Ordem estabelecida para os vários territórios produtores de castanha no Pará, Amazonas e Acre.

²⁰⁴ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.15.

²⁰⁵ SAMPAIO, Sandra Maria Neiva. **Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra do “Polígono dos Castanhais” no sudeste do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. O referido limite foi estabelecido pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins - GETAT, em 1985, sendo também um dos dois limites utilizados pela SUDAM em 1988, para o trabalho de levantamento das alterações da cobertura vegetal, o qual totalizou uma área de, aproximadamente, 1.700.000 hectares, conhecida regionalmente como “Polígono dos Castanhais”. Essa área abrangia, principalmente, os municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás e, em menor proporção, os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Curionópolis, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Piçarra e Xinguara.

²⁰⁶ VELHO. *Op. Cit.*, p.15. (Ordem estabelecida para a distinção entre os vários territórios produtores de castanha no Pará, Amazonas e Acre. A microrregião de Marabá agrega os “municípios paraenses de Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia”).

²⁰⁷ EMMI, Marília Ferreira. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60**. Belém: Paper do NAEA 166, outubro de 2002, p. 2.

²⁰⁸ Ver: GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. P. 3-21.

fiscais de castanhais e coletores de impostos. De acordo com decretos e portarias emitidas pelo executivo municipal, apresentadas a seguir, em Marabá e Itupiranga, que condicionavam à entrada nos castanhais, haviam coletores de castanha envolvidos em outras atividades de caráter corriqueiro, mas que precisavam conciliar com a prática de coleta.



Figura 7: Trabalhadores castanheiros e “encarregados do barracão” aguardam na margem de igarapé, a embarcação para o escoamento da castanha, 1926. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

A estrutura econômica dos castanhais possibilitou, além de tudo, os valores a serem recebidos pelos castanheiros envolvidos na trama, os castanheiros recebiam de acordo com as dificuldades de escoamento apresentadas em cada colocação ou pontos de castanhais. O valor a ser pago ao castanheiro contratado era estipulado conforme o estado de conservação e limpeza de cada igarapé. Quanto maior a dificuldade de locomoção nos igarapés, maior o valor.²⁰⁹ Os igarapés e os pequenos rios tornaram-se as principais vias de escoamento da castanha até a segunda metade do século XX. Sua importância gerou a necessidade de mantê-los limpos e propícios à navegação. Além de tudo, tornou-se prática rotineira, a cada período de safra, a limpeza dos pontos de castanha ou colocações, construção de estradas e paióis.²¹⁰

²⁰⁹ Jornal *A Safra*, Marabá, 16 de julho de 1950, número 109, p. 1.

²¹⁰ *Idem*.



Figura 8: Depois de amontoados os ouriços, o próximo passo é o corte dos mesmos com pesados facões e descarregados as castanhas no paneiro, colocado ao lado do castanheiro. Fonte: MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá. Grafil, 1996, p. 40.

Conforme argumento do pesquisador Álvaro de Barros Lima, os castanhais do sudeste do Pará mantinham uma estrutura de funcionamento interligando caminhos e ligando-os, ao mesmo tempo, aos portos municipais em Marabá e Itupiranga. Segundo ele, as estradas nos castanhais interligavam os seguintes pontos: os “pontos de castanha” ou “colocações”, constituídos por agrupamentos de castanheiras, de onde eram coletados os ouriços e extraídas as castanhas; os paióis, onde eram armazenadas as castanhas extraídas; a margem de um igarapé, onde a castanha era novamente acumulada à espera do seu escoamento; os portos municipais, onde era regulamentada: medida, pesada e despachada para o transporte (*Figura 7*).²¹¹ A coleta e corte da castanha (*Figura 8*) coincidia com o inverno, o tempo das chuvas, que, por sua vez, contribuíam para a queda dos ouriços e para o escoamento devido às enchentes dos igarapés.²¹² Não era rara a falência de patrões por não conseguirem escoar sua castanha devido

²¹¹ LIMA, Álvaro de Barros. In: MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. Trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 70.

²¹² VELHO. *Op. Cit.*, p. 52.

à falta de chuvas e à impossibilidade de navegação dos igarapés.²¹³ Devido a isso, no período de entressafra e, próximo ao mês de dezembro, eram realizados os preparativos para a coleta da castanha, quando se investia na conservação de estradas, “aterros de locais alagados, reparos de pontes e a limpeza dos igarapés”.²¹⁴ Facilitar o escoamento da castanha era a tarefa mais importante para o sucesso da produção desse gênero.²¹⁵ Por isso, a maior preocupação dos arrendatários de castanhais era a limpeza desses que eram tidos como as melhores estradas pelas quais circulavam a produção de castanha na região de castanhais do sudeste do Pará, os igarapés e os pequenos rios. Neste caso, quanto mais limpo o leito do igarapé, mais rápido e mais barato seria o transporte da castanha.²¹⁶



Figura 9: Na margem de um igarapé, “encarregados do barracão” e seus comandados fazem pose do lado de um amontoado de castanha a ser escoado para os portos municipais, 1926. Nota-se, na imagem, que houve um preparativo antes da fotografia. Não se trata de espontaneidade. Como os indivíduos estão posicionados, com roupas limpas e envolto ao amontoado de castanha, exibem uma conquista importante. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

²¹³ MILHOMEM, Clara Araújo. **Castanhais, Canoas e batelões (memórias)**. São Paulo: Gráfica Giramundo, setembro de 2004, p. 57.

²¹⁴ BRÁS, Ademir. In MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984, trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 70.

²¹⁵ Revista *Itatocan*, ano I, Marabá, número 5, p. 12, 1953.

²¹⁶ *Jornal A Safra*, Marabá, 16 de julho de 1950, número 109, p. 1.

Os igarapés e rios que mais aparecem nos registros relacionados à dinâmica de coleta nos castanhais da região, por serem de grande porte e de fácil navegabilidade são: O Ubá, o Tauhiryzinho, o Lago Vermelho, o Valentim, o Cajazeiras e o Bacury, afluentes do Tocantins pela margem esquerda. E pela margem direita, o Jacundá, Mãe Maria, Flexeiras, Geladinho, Cametauzinho e Cametaú.²¹⁷ Os castanhais mais explorados estavam localizados entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, ao sul do núcleo marabaense e nas localidades banhadas pelos afluentes da margem direita do Itacaiúnas, como o rio Vermelho, o Sororó, o Sororozinho e Parauapebas. Além desses, os castanhais da margem esquerda do rio Tocantins em direção norte, sul e oeste seguindo de Marabá para Itupiranga.²¹⁸

A partir de 1930, com a criação de uma legislação específica para os castanhais, sobre a qual comentaremos no capítulo terceiro deste trabalho, além da prática de arrendamento de terras castanheiras, prevaleceram os “castanhais do povo” ou castanhais do município (de servidão pública), os controlados pelo poder municipal. Nesses castanhais “qualquer indivíduo poderia retirar castanha”, bastava apenas matricular-se junto a uma prefeitura no tempo estipulado em documento e seguir as regras determinadas pelo poder executivo.²¹⁹



Figura 10: Embarque de castanha no porto de Marabá em um motor de popa equipado com cabo de tração para superar as cachoeiras, 1926. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

²¹⁷ *Idem.*

²¹⁸ VELHO. *Op. Cit.*, p. 53.

²¹⁹ VELHO. *Op. Cit.*, p. 60.

Após efetivação das matrículas e num tempo definido, os castanheiros seguiam para os castanhais em seus “batelões”, “reboques de quatro remos”, “montarias com jacumanzeiros”.²²⁰ Em Marabá, por exemplo, distribuía-se sobre os igarapés nos castanhais, nas margens do rio Tocantins e outros seguiam para o Taurizinho, Sororó, para o rio Vermelho e seus afluentes, e ainda para o alto Itacaiúnas. Nessas “áreas reservadas de castanhais para uso comum a comercialização da castanha era livre e vendia-se para quem pagasse mais”, porém os comerciantes que pretendessem exportar castanha para Belém, tinham que registrar sua carga junto aos órgãos fiscalizadores no dado município onde a castanha fora coletada.²²¹ O período de ingresso nos castanhais da prefeitura, para a fabricação de barracas e paióis, construção de estradas e limpezas de igarapés era determinado, através de portaria emitida pelo executivo municipal, a data específica para a ação. Além desses preparativos, também era empregada mão de obra na restauração dos barcos e motores, chegando até, em alguns castanhais à limpeza das próprias castanheiras, livrando-as de parasitas como os cipós.²²²

Os castanheiros se dedicavam no período de safra (de janeiro a maio), a coletar a castanha nas “colocações” e levar ao paiol do castanhal (*Figura 09*) e dali para o porto da sede municipal para ser contabilizada e, só então, transportada. O transporte da castanha extraída em castanhais do sudeste paraense obedecia uma rota determinada. Saíam dos municípios de Marabá e Itupiranga e descia o rio Tocantins em direção a Tucuruí e, de lá, seguia para Belém.²²³ Nos portos municipais estavam posicionados os comerciantes da castanha, também os proprietários de castanhais e arrendatários prontos para negociarem o que havia sido coletado. Em período de coleta, os barcos, motores e batelões apareciam de todos os lados trazendo a castanha para alimentarem o processo de compra e regulamentação da mesma, antes de ser escoada à capital paraense. Nos portos, a castanha passava, habitualmente, por um processo de medição subjetiva²²⁴ de um “hectolitro”. Digo subjetiva, devido aos recipientes medidores que deveriam comportar um hectolitro de castanha (cem litros), comportavam 115

²²⁰ MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984, trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 119.

²²¹ LIMA, Álvaro de Barros. In: MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. Trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 111.

²²² BRÁS, Ademir. In: MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984, trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 71.

²²³ BRÁS. *Op. Cit.*, p. 71.

²²⁴ Tratava-se de um recipiente preparado por cada arrendatário e comerciante, a fim de exceder os cem litros de castanha.

ou 120 litros.²²⁵ Além dos cem litros, eram acrescentadas às denominadas “cabeças”,²²⁶ que significavam “o acréscimo de mais de uma dezena de litros”.²²⁷ Nesse sistema, se o dono do castanhal ou aviador não recebia o produto do aviado dessa forma, teria prejuízo, pois, a medição adotada pelo comerciante comprador da castanha, atendia o mesmo sistema de “cabeças”. Os efeitos desse sistema de medição era a distorção do hectolitro real, pois, como denunciou os editores do jornal *A Safra*, haviam barcos-motores (*Figura 10*) despachados dos portos de Marabá e Itupiranga com “280 hectolitros de castanha, mas que em Tucuruí eram medidos 350 ou 400”.²²⁸ Como, obrigatoriamente, a castanha extraída nos municípios do sudeste paraense teriam que descer o rio Tocantins em direção a Belém, postos de fiscalização estadual foram montados na cidade de Tucuruí, a fim de fazerem nova verificação através das guias de embarque e nova medição. Nos postos de fiscalização em Tucuruí, a medição se dava de forma oficial, levando em consideração os cem litros para um hectolitro.²²⁹



Figura 11: O paniero e “pé-de-bode”. Fonte: Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga-Pará. Fonte: Acervo pessoal.

²²⁵ Jornal *A Safra* ano II, Marabá, 25 de setembro de 1949, p. 3.

²²⁶ Refere-se ao acréscimo de castanha que ultrapassava os cem litros no recipiente de medição.

²²⁷ Jornal *A Safra* ano II, Marabá, 25 de setembro de 1949, p. 3.

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ *Idem.*

A rotina da coleta da castanha tinha início com o aviamento. No mês de dezembro, os castanheiros procuravam os patrões arrendatários ou proprietários de castanhais para receberem os adiantamentos em dinheiro e alimentos. Outros passavam o período de entressafra fazendo economias para comprarem, eles mesmos, os mantimentos ou “ranchos” de que necessitavam, e não dependerem de patrões. O processo de extração começava com a “reunião dos ouriços, principalmente em janeiro, quando era mais intensa a queda dos frutos”.²³⁰ Eles eram recolhidos na maioria das vezes, pelos castanheiros profissionais com o “pé-de-bode” (*Figura 11*).²³¹ Com esse objeto se coletava sem que o castanheiro precisasse curvar-se para pegar o ouriço, jogando-o direto no paneiro atrelado às suas costas.²³² Os ouriços normalmente não eram amontoados em baixo das castanheiras, em função do risco de os castanheiros serem atingidos por outros que continuavam a cair.²³³

Na economia dos castanhais, uma das práticas rotineiras era a “venda no ponto”. Nessa prática comercial, a castanha era comercializada no mesmo local de sua extração e envolvia o castanheiro, o proprietário do castanhal e um comerciante. O acordo inicial se dava entre o dono do castanhal e o castanheiro, em uma negociação denominada “na meia”.²³⁴ O acordo seguinte, envolvia um comerciante e o castanheiro, quando este negociava sua castanha ali mesmo no castanhal. Essa negociação eximia o castanheiro de transportar a castanha ao porto municipal. Por esse motivo, a castanha era vendida mais barata. A castanha negociada no castanhal, não era paga apenas com dinheiro, trocava-se também por mercadorias. Os compradores de castanha que circulavam pela região, carregavam em seus barcos mantimentos básicos e mais necessários à sobrevivência na floresta, visando à troca.²³⁵ Nos castanhais arrendados, o objetivo principal era a manutenção da castanha extraída. Os arrendatários contratavam trabalhadores castanheiros que se encarregavam de coletar e transportar a castanha ao porto do município. Os castanheiros eram pagos pelos próprio arrendatários, em dinheiro ou mercadoria.²³⁶ Entre o comandante do castanhal e os trabalhadores castanheiros estava o “encarregado do barracão”, homem de confiança do arrendatários e responsável por controlar

²³⁰ BRÁS. *Op. Cit.*, p. 71.

²³¹ Instrumento fabricado com madeira aberto em quatro lados em uma de suas extremidades. Sua utilidade era coletar ouriços de castanha.

²³² MONTEIRO, João Brasil. **O castanheiro**. Marabá, Edição 2001, p. 49.

²³³ *Idem*.

²³⁴ Acordo de trabalho em que o castanheiro coleta a castanha e precisa dividir com o proprietário do castanhal. É uma prática comum na região sudeste do Pará, sobretudo no campo.

²³⁵ Revista *Marabá*, primeira edição, respectivamente, capa, página 2 e 3, 1925. A revista de aviadores e comerciantes, oferta os produtos aos castanheiros, apresenta formas de aviamento e propostas de compra de castanha.

²³⁶ Autorização para a exploração de terras de castanhais expedida a Antônio Braga e Chaves (Título de arrendamento de castanhal).

a coleta e o escoamento da castanha, dos castanhais ao porto municipal. Normalmente os arrendatários possuíam seus próprios barcos, mas quando não, teriam que contratar barqueiros ou tropeiros que se responsabilizavam pelo transporte das amêndoas até os portos municipais.²³⁷ O transporte da castanha era feito, com maior frequência, por igarapés e rios, quando eram envolvidos os “barqueiros” ou “motoristas”, os pilotos das embarcações “motores de popa, batelões, montarias e canoas (*Figura 12*). Todas as embarcações e trabalhadores na economia da castanha, tinham que está devidamente registrados pelos donos de castanhais ou pelos arrendatários”. O transporte da castanha por terra ficava a cargo dos tropeiros, contratados todos os anos para esse serviço.²³⁸ De posse da castanha, o arrendatário ou o dono de castanhal submetia à dinâmica econômica da castanha outro personagem, o “lavador”. Para a melhor aceitação e a obtenção de vantagem na negociação, a castanha precisava estar limpa.²³⁹



Figura 12: Montaria carregada de castanha na cachoeira de Itaboca. Na imagem, vê-se os trabalhadores castanheiros (à direita) com roupas sujas devido ao contato com a castanha e os motoristas (à esquerda), com suas roupas limpas delimitando às atividades que cada grupo realizava no castanhal, 1926. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

²³⁷ Jornal *A Safra* ano II, Marabá, 20 de fevereiro de 1949, n. 47, p. 4.

²³⁸ Jornal *A Safra* ano II, Marabá, 20 de fevereiro de 1949, n. 47, p. 4.

²³⁹ MONTEIRO, *Op. Cit.*, p. 49.

Havia quem vendesse sua produção de castanha antes mesmo de consegui-la, antes da safra, dizia-se “na folha” ou “na rama”. Isso constituía em prática comum, também com outros produtos nativos ou cultivados da região.²⁴⁰ O objetivo dessa prática comercial antecipada, da parte dos comerciantes, era “manter o monopólio de capitais e de safras”.²⁴¹ A prática também era uma forma que o comerciante tinha de pagar menos pelo hectolitro de castanha, “era como se fosse um empréstimo a juros”.²⁴² Adiantava-se um valor pequeno e recebia-se uma quantidade maior. Porém, a compra nessas condições era arriscada, pois existia a possibilidade de perda do investimento em uma má safra ou na impossibilidade de escoamento da castanha extraída. Com relação ao trabalho e remuneração, o castanheiro submetido a um patrão, proprietário ou arrendatário de castanhal recebia uma porcentagem pela castanha extraída que variava de patrão para patrão.²⁴³

A variação de preço pago ao castanheiro empregado em um castanhal arrendado, por exemplo, também se justificava na diferença de percurso. A distância ou as dificuldades no escoamento da castanha via rios e igarapés, entre as “colocações” e o porto do castanhal também determinavam o preço a pagar ao castanheiro por hectolitro extraído. Quanto a essa dinâmica, “a castanha extraída e entregue no porto de embarque do castanhal [era] paga de acordo com o preço corrente em cada igarapé”.²⁴⁴ Para tanto, era determinante o processo de limpeza do percurso, por onde se escoava a castanha. Outra atividade importante que sucedia à safra oficial era o trabalho de “catação”, quando trabalhadores eram envolvidos em um segundo processo de coleta. Para essa prática de reutilização dos castanhais em um mesmo período de safra, trabalhadores castanheiros eram contratados especificamente para esse fim todos os anos. Esses trabalhadores eram destinados à coleta dos “ouriços que caíam depois ou que ficavam escondidos nas folhas”, realizava-se normalmente no mês de abril, maio e junho.²⁴⁵

A prática da coleta da castanha padronizada, com o uso de paneiros, pé-de-bode, barcos a motor ou a elaboração de estradas nos castanhais não identifica por si só o castanheiro, já que essas referências cabem mais aos trabalhadores castanheiros de profissão, os aviados que estavam sujeitos a um patrão, normalmente vindos de outros lugares. Muitos desses trabalhadores que migraram para a região dos castanhais do sudeste do Pará, nos períodos do

²⁴⁰ DA MATTA, R. e LARAIA. *Op. Cit.*, p. 134.

²⁴¹ DA MATTA, R. e LARAIA. *Op. Cit.*, p. 135.

²⁴² Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão para o trabalho na castanha. Entrevista realizada por Aldair José Dias Carneiro, 2008.

²⁴³ *Jornal A Safra* ano IV, Marabá – Pará, 5 de junho de 1951, n. 140, p. 4.

²⁴⁴ Observação contida nas “licenças de safra” acompanhada dos nomes dos castanheiros, do castanhal, sua localização e seu arrendatário.

²⁴⁵ Senhor Mariano Coelho de Almeida. Entrevista realizada por Aldair José Dias Carneiro, 2008.

extrativismos do caucho, da castanha ou do diamante, permaneceram na área ocupando pequenas propriedades de terra e desenvolvendo pequenas lavouras de subsistência na beira de rios e igarapés, praticando a agriculturas de vazantes.²⁴⁶

Com relação a estrutura burocrática empregada nos castanhais do sudeste do Pará, tornou-se algo comparado ao que foi desenvolvido nos seringais da Amazônia. Nos seringais, descreveu o pesquisador Arthur César Ferreira Reis, foram baixados “regulamentos que fixaram as obrigações e os direitos” ao trabalho com a borracha. Ainda, segundo Reis, foram estabelecidas as normas dentro das quais deviam funcionar o seringal no seu aspecto de empresa comercial, com suas exigências, técnicas e normas que pudessem regulá-la.²⁴⁷ Assim também, foram regulados os castanhais do sudeste do Pará. Buscamos, agora, detalhar o funcionamento dos castanhais, antes e durante a safra da castanha. Através dos arrendamentos de castanhais,²⁴⁸ o Estado e os municípios castanheiros criaram situações que lhes possibilitavam a arrecadação de impostos sobre a castanha extraída.²⁴⁹ Os sucessivos governos estaduais e municipais legislaram especificamente sobre os castanhais, firmaram contratos que autorizavam a extração e exportação de castanha e estabeleceram os preços para sua comercialização,²⁵⁰ regulamentando assim o extrativismo nos castanhais. De acordo com o determinado pela legislação dos castanhais, os interessados em arrendar castanhais teriam que requerer junto ao governo estadual o castanhal almejando mediante documento, quando obtinham seus pedidos deferidos ou não. Este era um processo que se dava via Prefeituras Municipais.²⁵¹ Em 1953, nos castanhais do município de Itupiranga, o valor do licenciamento, incluindo despesa de lavratura de contrato e confecção de croquis, por exemplo, era de “mil cento e setenta e um cruzeiros”.²⁵² Entre requerimento e concessão, para consumir o arrendamento após deferimento do pedido, o requerente tinha que ter em mãos expedidos pelas respectivas prefeituras, as “Licenças de Safra” e de “Indústria e Profissão”. Estas eram as autorizações para o ingresso nos castanhais pelos arrendatários. Tanto as Licenças de Safra quanto as de Indústria e Profissão

²⁴⁶ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 67.

²⁴⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953, p. 93.

²⁴⁸ Lista de castanheiros anexa às licenças de arrendamento em Itupiranga.

²⁴⁹ Prefeitura Municipal de Itupiranga. Ofício comunicando a Câmara Municipal do acordo entre a Prefeitura e o Governo Estadual. Prefeito de Itupiranga em 22 de abril de 1949.

²⁵⁰ VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 44. ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In. Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990, p. 42.

²⁵¹ Requerimentos de arrendamentos e liberação de castanhais para arrendatários.

²⁵² Secretaria de Obras Terras e Viação, Serviço de Cadastro Rural, documento enviado à Prefeitura Municipal de Itupiranga, 1953.

possuíam prazos estipulados em lei para sua quitação junto ao executivo municipal, normalmente para o primeiro mês de safra.²⁵³

A-Via

NOME DO CASTANHAL: (É um lote de terras devolutas, sem denominação)
 SITUAÇÃO: à margem direita do Rio do Meio
 PROPRIETARIE: do Estado
 AUTORIZADO A EXPLOAR ESSE LOTE DE TERRAS: Antônio Braga e Chaves

ORDEM	NOMES	IDADE	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	OBSERVAÇÕES
1	Nelson Reis	27	Ma'	Saltão	A Castanha está ai Ba, entregue no prto de Igarapés, no castanhal embora, no castanhal não há o pagamento de com o preço corrente em Igarapés.
2	Luduguis Lopes Oliveira	58	Saiar	Vivero	
3	Felipe Ribeiro da Cruz	42	Ma'	Saltão	
4	Leontino Ferreira da Silva	26	Saiar	Saltão	
5	Antônio Ribeiro (Jatobá)	44	Ma'	Cesaco	
6	Yorino José da Silva	43	"	"	
7	Manuel Rodrigues	33	"	Saltão	
8	João Moraes	38	"	"	
9	João Joaquim Ferreira Silva	25	"	"	



 Dezembro de 1948.
 Braga

Figura 13: Registro de trabalhadores castanheiros contratados pelo arrendatário Antônio Braga e Chaves para a safra de 1948, em castanhais de Itupiranga. Contendo idade, naturalidade e estado civil. Em observação dizia-se que o pagamento aos contratados seria feito considerando o preço corrente nos respectivos igarapés do castanhal. Fonte: Arquivo Público Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

Todos os anos, castanhais eram arrendados para ocupantes de cargos públicos, líderes políticos ligados aos governos municipal, estadual ou aos seus respectivos parentes. Na

²⁵³ Prefeitura de Itupiranga. Requerimentos de liberação de licença de safra e Imposto de Indústria e Profissão com um valor, em janeiro de 1948, de “Cr\$ 4,40” e janeiro de 1950 “Cr\$ 4,50”.

lista de arrendatários para a safra de 1948 em Itupiranga, por exemplo, entre os oito beneficiados estavam Antônio Braga e Chaves, então vice-prefeito e presidente da câmara de vereadores; Jaime Pimentel, Carvilho Benício dos Santos, Joaquim Carneiro de Carvalho, José do Espírito Santo Soares, José Martins Soares, Pedro Ribeiro de Souza e Raimundo Carneiro de Carvalho. Na lista de contemplados em 1949 para a safra de 1950, estão Alfredo Ribeiro de Sousa, Bernardo José de Sousa, Domingos Wolf de Maria Pinto, Felix Gonzaga de Moura, Leônidas Duarte, Manoel Lopes Pedra (vereador), Maria Vieira da Silva e Salomão Gomes Ferreira. Todos eles, ou eram representantes do governo local ou correligionário do governo estadual.²⁵⁴ Cada arrendatário coordenava seus próprios trabalhadores castanheiros devidamente registrados, com seus nomes, estado civil, naturalidade e idade (*Figura 13*).²⁵⁵

Retomando a burocracia empregada nas florestas inglesas do século XVIII, estudadas por Thompson, vimos que nos parques reais foram identificados, desde os simples guarda-caças, matador de predadores e seus ajudantes, os guardas florestais e subguardas, os guardas reais, juiz-presidente e comissário do tesouro. Estes, sendo apenas alguns exemplos citados aqui, do conjunto de burocratas que antecedia ao rei no controle dos parques ingleses.²⁵⁶ A legislação instituída sobre os parques determinava que cada caminho na floresta contasse com um nobre ou fidalgo, com seus respectivos salários e outros benefícios.²⁵⁷ Os castanhais do sudeste paraense também possuíam seus “burocratas”. Para o monitoramento e controle da empresa castanheira eram distribuídos pelas prefeituras nas respectivas áreas de castanhais dos municípios, os fiscais municipais, contratados e exonerados a qualquer tempo. Eles eram destinados à fiscalização e cobrança de impostos nas vilas, povoados e sedes.²⁵⁸ O fiscal municipal constituía-se em cargo de extrema confiança do executivo municipal. Além de seus salários, que em 26 de novembro 1960, em Itupiranga, era de “mil e quinhentos cruzeiros”, nas suas atividades tinham direito à “comissão pelas multas que eram por eles recebidas”.²⁵⁹ Existiam os fiscais municipais contratados especificamente para o trabalho no extrativismo da castanha, os fiscais de castanhais, nomeados normalmente em dezembro, mas também em

²⁵⁴ Relação dos licenciados para indústria extrativa da castanha, no município de Itupiranga, licenças expedidas para as safras de 1949 e 1950.

²⁵⁵ Listas de castanheiros, Licença de Arrendamento, Prefeitura Municipal de Itupiranga.

²⁵⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997, p. 63.

²⁵⁷ THOMPSON. *Op. Cit.*, p. 38.

²⁵⁸ Decreto de nomeação de fiscais municipais, entre 1948 e 1970. Prefeitura Municipal de Itupiranga, Estado do Pará.

²⁵⁹ Título de nomeação de “fiscais municipais” entre 1948 e 1970.

outros momentos durante a coleta da castanha no caso de necessidade e exonerados em junho, atuando apenas no período de safra (*Figura 14*).²⁶⁰

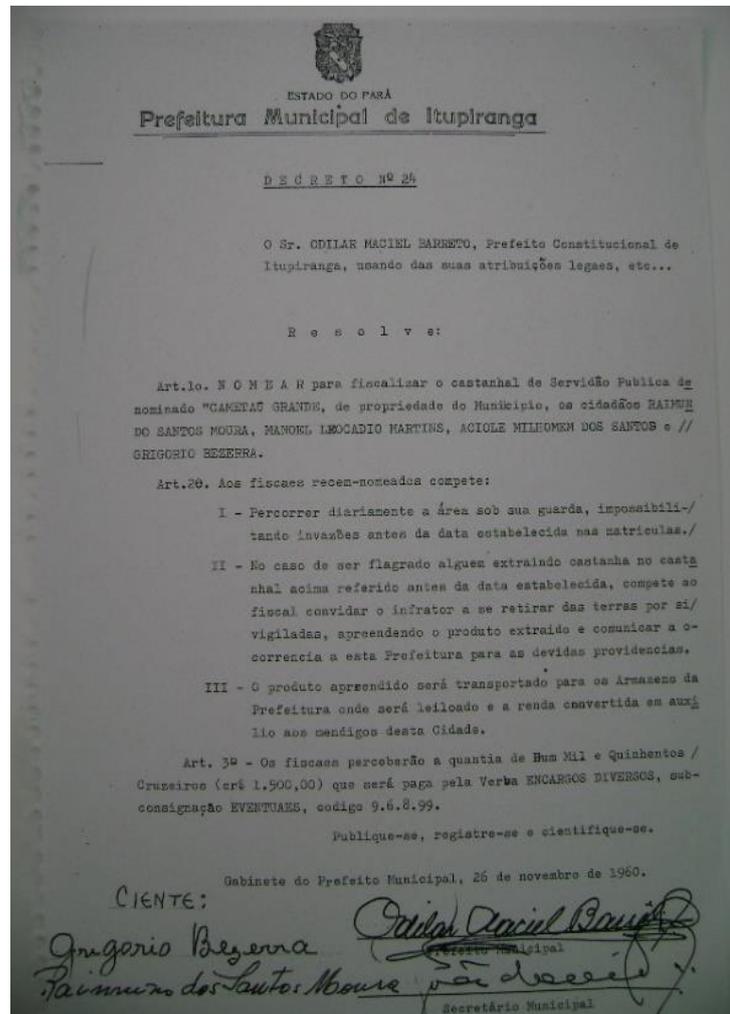


Figura 14: Decreto determinando as funções dos fiscais de castanhais: percorrer, diariamente a área sob sua guarda, expulsar os extratores irregulares e apreender a castanha coletada sem autorização, 1960. Fonte: Arquivo Público Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

Os fiscais de castanhais eram responsáveis por fazerem as matrículas dos castanheiros em suas respectivas zonas de atuação em castanhais de servidão pública,

²⁶⁰ Prefeitura Municipal de Itupiranga, portarias número 3, 4, 5 e 6 de 30 de junho de 1952, exonerando os fiscais José Pereira e Silva, fiscal de Jacundá, Francisco Pereira da Silva, Jaime Bittencourt Cohen, fiscal geral e Otávio Alves de Sousa, fiscal municipal em Ipixuna.

denominado “do município” ou “do povo”.²⁶¹ Além disso, cabia aos fiscais de castanhais a função de “percorrer diariamente a área sob sua guarda”, evitando o ingresso nos castanhais, antes da data estabelecida nas portarias baixadas pelas prefeituras a cada ano nos respectivos períodos de safra.²⁶² Como fiscais de castanhais, possuíam o poder de apreender a castanha extraída clandestinamente.²⁶³ Um fiscal de maior confiança do poder público podia atuar em mais de uma “zona municipal de castanhal” e continuar no emprego após a safra da castanha, tornando-se um fiscal geral, exercendo outras funções na fiscalização municipal. Um exemplo de fiscal geral foi Salomão Gomes Ferreira, nomeado para a cobrança de impostos de “Indústria e Profissão” na sede municipal em Ipixuna, Jacundá, Jatobal e Cachoeira do Itaboca, distritos de Itupiranga.²⁶⁴ Era também função desses fiscais municipais a cobrança do imposto de “Indústria e profissão” e “Licenças de Safra” dos arrendatários de castanhais devedores, mediante autorização e orientação das respectivas prefeituras. As matrículas dos “municípios”²⁶⁵ e os contratos dos arrendatários poderiam ser pagos com os primeiros lucros, no primeiro mês de coleta, e uma das obrigações dos fiscais era essa cobrança. Assim, revela um ofício de autorização de cobrança elaborado pela prefeitura do município de Itupiranga, na safra de 1953, determinando as respectivas funções do fiscal de castanhais:

(...) pelo presente estou vos autorizando a proceder a cobrança do imposto “Indústria e Profissão” e “Licenças de Safra” de todo aquele que na vossa jurisdição estiver no comércio da castanha. O funcionário deve cumprir, sem privilégio nem restrições esta determinação superior sem, entretanto, usar de violência ou medidas repulsivas.²⁶⁶

Além dos fiscais de castanhais, de reponsabilidade municipal, foram criados os cargos de coletores estaduais. Estes eram os responsáveis pelas arrecadações de impostos junto a seus municípios. Os coletores estaduais ocupavam cargos importantes e cobiçados dentro do processo de arrendamento, de coleta e de comercialização da castanha. Esses agentes coletores de impostos eram nomeados pelo governo do Estado, porém, escolhidos nos próprios

²⁶¹ Título de nomeação de “fiscais de castanhais”, 09/12/1949. Os castanhais denominados “do povo” eram os controlados pelas prefeituras, castanhais de servidão pública, áreas não arrendadas a terceiros. Nesses castanhais, qualquer castanheiro poderia extrair castanha, bastava está matriculado e seguir as determinações impostas pelas prefeituras. Os castanhais arrendados estava sob o controle do governo dos Estado.

²⁶² Decreto número 24, de 26 de novembro de 1960, Gabinete do Prefeito de Itupiranga.

²⁶³ Ofício assinado pelo delegado Francisco Hipólito dos Santos que expressa as frequentes “desobediências” às regras de conduta nos castanhais, janeiro de 1949.

²⁶⁴ CHAVES, Antônio Braga. Prefeito interino. Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga. Portaria número 6, 21 de janeiro de 1949.

²⁶⁵ Castanheiros envolvidos no trabalho de extração de produtos florestais em áreas não arrendadas e de controle municipal, nos castanhais de servidão pública, por exemplo.

²⁶⁶ BARROS, João Maria. Secretário. Prefeitura Municipal de Itupiranga, Pará. Ofício número 25 de novembro de 1953.

municípios ou região, como foi o caso de Salvador Chamon, secretário municipal de Itupiranga em 1950, nomeado em 1951 “no cargo de coletor de rendas do Estado”,²⁶⁷ para a atuação no referido município, assim como Antônio Vilhena de Souza em Marabá, no ano de 1948.²⁶⁸ Um coletor estadual, usando da sua influência política local, podia retirar da “serventia do povo no município e de castanhais do Estado para serem doados a determinadas pessoas”, de sua escolha.²⁶⁹ No conjunto de cargos ligados à fiscalização dos castanhais também fazia parte o coletor federal que agia no Estado e nos municípios, arrecadando o que constava em acordo. A Coletoria Federal tinha direito a 3% das rendas tributárias referentes aos arrendamentos de terras e das taxas de embarque de qualquer produto florestal.²⁷⁰ Um funcionário também de grande importância na estrutura econômica da castanha era o agente de estatística. Era ele o responsável por manter o registro dos castanhais arrendados e explorados”, bem como a definição de seus respectivos limites. A Agência Municipal de Estatística, por ser ligada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da Presidência da República fornecia, portanto, os dados para a Coletoria Federal.²⁷¹

Com relação aos castanhais de servidão pública, popularmente denominados “castanhais da prefeitura” ou “do povo”, eles eram reservados a uma demanda maior de trabalhadores, os chamados “municipeiros”, já mencionados em nota de rodapé. As matrículas para o ingresso nesses castanhais eram feitas a cada ano junto aos órgãos municipais a quem desejasse extrair castanha, porém, eram impostas algumas restrições. O valor das matrículas, por exemplo, era de trinta cruzeiros, mais um cruzeiro de expediente, “somando trinta e um cruzeiro cr\$ 31,00”,²⁷² para a safra de 1953 em Itupiranga. Essa taxa já havia sido extinta por uma portaria na safra de 1949, tornando gratuitas as matrículas para os castanhais daquele município.²⁷³ Nos castanhais de Marabá, com a lei de número 25 de 23 de agosto de 1949, de autoria do então vereador Raimundo Fernandes de Oliveira, os trabalhadores que investissem formalmente na economia agrícola, teriam direito a se inscreverem gratuitamente para a extração da castanha em castanhais de serventia pública no município marabaense. Para tanto, bastava apenas apresentarem seus respectivos registros de agricultores.²⁷⁴ As prefeituras também impunham algumas condições com relação ao ingresso nos castanhais públicos, entes

²⁶⁷ Coletoria de Rendas do Estado do Pará em Marabá, Itupiranga 10 de março de 1951.

²⁶⁸ Coletoria de Rendas do Estado em Marabá, 16 de outubro de 1948.

²⁶⁹ Revista *Itatocan* Ano II, janeiro de 1954, número 7, p. 7.

²⁷⁰ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Belém, 6 de outubro de 1953.

²⁷¹ Agência Municipal de Estatística, Itupiranga – Pará em 29 de março de 1949.

²⁷² Prefeitura Municipal de Itupiranga - Estado do Pará, ofício nº 23 de 1953. João Maria Barros era secretário, respondendo pelo expediente.

²⁷³ Portaria número 45 de 10 de dezembro de 1949, Prefeitura Municipal de Itupiranga.

²⁷⁴ Jornal *A Safra* ano II, Marabá 25 de agosto, p. 3, 1949.

e durante o período de safra. Além da obrigatoriedade da matrícula, as portarias davam preferência aos antigos moradores das localidades.²⁷⁵ Os que se envolveram na economia dos castanhais estiveram sujeitos à sua legislação.

Observando os castanhais enquanto estrutura econômica regulada, foi possível verificar que, a partir de 1948, em castanhais de Itupiranga, antes das respectivas safras eram baixadas as portarias determinando regras para o ingresso nos castanhais de servidão pública, os “do povo”. Nesse período, eram determinados os dias exatos para a edificação de barracas nos castanhais, bem como a data de ingresso nas áreas de coleta. Diziam as portarias que, em hipótese alguma, os castanheiros deveriam extrair castanha nos castanhais municipais sem as devidas matrículas e, mesmo com elas, era proibida a entrada antes do dia determinado pela prefeitura. Foi também expressamente “proibido caçadas durante o mês de dezembro”,²⁷⁶ mês de preparativos para a coleta nos castanhais da prefeitura. Transgressores ficaram sujeitos a punições, pois caçadores poderiam usar de tal pretexto para extrair castanha antes dos outros. Determinavam as portarias que os castanheiros que haviam feito roçados para a lavoura, só poderiam trabalhar nos castanhais de servidão pública como extratores se seus roçados estivessem limpos e plantados. Os desobedientes estavam sujeitos às penalidades que poderiam ocasionar em restrições nas matrículas e multas.²⁷⁷ Exemplificamos uma dessas portarias em seguida:

O prefeito municipal de Itupiranga, usando das suas atribuições conferidas por lei, RESOLVE: Determinar que ficam autorizados aos extratores de castanha da servidão pública municipal, repararem ou edificarem as suas barracas do dia 10 ao dia 23 do corrente (1949), incorrendo em penalidade a quem penetrar nos castanhais depois do último prazo.

Avisa aos interessados, que as matrículas serão expedidas no dia 2 de janeiro do próximo ano. Para conhecimento geral dá-se publicidade a este ato. CUMpra-SE.²⁷⁸

De acordo com a legislação dos castanhais, os trabalhadores castanheiros só teriam direitos a se matricularem para os castanhais de servidão pública se não estivessem em débito com a prefeitura. Com relação aos moradores das diversas vilas e sedes municipais, eles precisariam estar com os quintais de suas casas cercados, “limpos e com fossas”. A euforia

²⁷⁵ BARROS, João Maria, secretário municipal respondendo pelo expediente. Prefeitura Municipal de Itupiranga, Estado do Pará, ofício número 23 de 1953.

²⁷⁶ Portaria número 27, em seus artigos 1,2,3,4 e 5, Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, em 22 de novembro de 1948; Portaria nº 27 de 14-12-1953: “O prefeito de Itupiranga resolve designar o dia 11 de janeiro de 1954, para a abertura das matrículas que dão direito de extrair castanha nos castanhais de propriedade desta prefeitura” no referente ano.

²⁷⁷ Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, 2 de dezembro de 1949. Portaria nº 41, em seu parágrafo 2º.

²⁷⁸ LEMOS, Raimundo Ferreira. Prefeito municipal em exercício. Portaria nº 40, 1º de dezembro de 1949.

econômica dos castanhais e a renda tributária angariada pelo governo municipal em Itupiranga, a partir de 1947, estimularam projetos urbanísticos de limpeza e higiene. Naquela cidade recém emancipada, a estratégia do governo foi incentivar a prática da higiene urbana como condição para a efetivação da matrícula para a coleta da castanha.²⁷⁹ Por isso, nos castanhais, sua legislação confrontou diretamente com os castanheiros locais. O regulamento imposto aos castanhais pelo poder público municipal se tornou obstáculo no desenvolvimento dos roçados para as práticas agrícolas. Prova disso foi a proibição da devastação de matas nas terras castanheiras e em áreas consideradas prejudicial àquela que era considerada a “mais sólida fonte econômica” da região do Tocantins, a castanha. Por isso, a concessão do espaço para a preparação de roças deveria ocorrer somente após o poder público realizar inspeções com o fim de autorizá-la em localidades que não fossem agredir os castanhais.²⁸⁰ A extração de madeira para construção em castanhais da prefeitura precisava de autorização municipal, seguida de orientação que proibia o corte de “palmeiras, andirobeiras e castanheiras”.²⁸¹ Em castanhais de Marabá, também havia essa preocupação, como revela a portaria baixada pelo prefeito marabaense Antônio Vilhena em 1945, quando este resolveu “proibir terminantemente abertura de roçados dentro das terras do patrimônio municipal da cidade que viesse prejudicar os castanhais”.²⁸² Ainda em um edital de 1960 foi proibida a derrubada de madeiras na beira das estradas de penetração pelas quais também eram escoados os produtos da floresta e os oriundos da lavoura no município” de Itupiranga, com advertência de penas severas a quem desobedecesse.²⁸³ A produção agropecuária e pesca teria que priorizar o abastecimento local. Proibia-se, por isso, “a exportação de arroz para fora do município”, sujeito a multa de “Cr\$ 2.000,00” aos desobedientes.²⁸⁴ Como visto, com a economia da castanha no sudeste do Pará sendo a principal fonte de renda e tributos para a região, os poderes públicos interessados nela, regularam o funcionamento dos castanhais. Porém, as intervenções políticas que regulamentaram a economia dos castanhais, não se limitaram ao campo econômico, se estendeu à vida social. Como referência à safra da castanha, um calendário de ações passou a ser seguido, regulando os preparativos para a coleta e as ações inerentes à sobrevivência na floresta.

²⁷⁹ Portaria número 27, Gabinete do Prefeito de Itupiranga, 22 de novembro de 1948.

²⁸⁰ Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, Odilar Maciel Barreto, portaria número 6 de 3 de maio de 1954.

²⁸¹ Prefeitura Municipal de Itupiranga, Adelino Ribeiro Gonçalves, 20 de junho de 1974.

²⁸² Jornal *Marabá* ano I, Marabá, 29 de setembro de 1945, p. 5. Prefeitura Municipal de Marabá, Antônio Vilhena de Souza, portaria número 19, em 19 de novembro de 1945.

²⁸³ Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, Edital de Aviso, 15 de julho de 1970.

²⁸⁴ BARRETO, Odilar Maciel, prefeito de Itupiranga. Decreto nº 23 de 26 de novembro de 1960.

Se eram dadas prioridades nas matrículas aos já residentes nos municípios, “excluindo forasteiros vindos de outros lugares”,²⁸⁵ a estes restou o trabalho nos castanhais arrendados e particulares, o que explica o grande número de jovens, em especial maranhenses, em grande maioria solteiros, contidos nas listas de castanheiros dos arrendamentos. O número de castanheiros, nesse caso, era proporcional ao tamanho do castanhal arrendado.²⁸⁶ Com referência ao município de Itupiranga, o castanhal arrendado a Jaime Pimentel em 9 de dezembro de 1948, dos oito castanheiros inscritos sete eram maranhenses. O mais velho tinha trinta e cinco anos e o mais jovem vinte, e todos eram solteiros.²⁸⁷ No castanhal arrendado a Antônio Braga e Chaves, no mesmo dia, mês e ano, foram inscritos sete maranhenses e dois goianos, cinco com menos de vinte e oito anos, três entre quarenta e dois e quarenta e quatro anos, e um com cinquenta e oito, apenas um deles era casado.²⁸⁸ Em 1949, todos os trabalhadores que foram registrados para o trabalho no castanhal arrendado a Salomão Gomes Ferreira eram solteiros, sendo que dois eram maranhenses e quatro paraenses.²⁸⁹

Na relação de produção às exigências impostas pelo processo econômico da castanha acabavam por cercearem a liberdade dos castanheiros locais, àquela regulada pelos “tempos”²⁹⁰ de plantar, caçar ou realizar outras atividades de caráter informal, sobre os quais falaremos adiante. Tratamos, portanto, dos discursos *versus* cotidianos. Sugerimos, para isso, a historiadora Bárbara Weinstein e suas afirmativas acerca do choque de interesses entre empreendedores e os velhos habitantes dos castanhais. Para Weinstein, “os coletores amazônicos conservavam geralmente certo grau de controle sobre suas próprias condições de trabalho e sua mobilidade frequentemente lhes permitia livrar-se de exigências intoleráveis”.²⁹¹ A historiadora Maria Antonieta Antonacci também constatou que, ao serem explorados e dominados, os extratores amazônicos não estiveram passivos perante as formas de disciplina a que estavam submetidos e, portanto, construíam “várias estratégias para enfrentar a cadeia de

²⁸⁵ Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, 2 de dezembro de 1949. Portaria nº 41, em seu parágrafo 1º.

²⁸⁶ VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 44. ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990, p. 43.

²⁸⁷ Lista de castanheiros para o castanhal arrendado a Jaime Pimentel, Itupiranga em 9 de dezembro de 1948.

²⁸⁸ Lista de castanheiros para o castanhal arrendado a Antônio Braga e Chaves, Itupiranga em 9 de dezembro de 1948.

²⁸⁹ Lista nominal do pessoal castanheiro contratado para o serviço de castanha no castanhal arrendado a Salomão Gomes Ferreira, Itupiranga, 12 de março de 1949.

²⁹⁰ ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990. Diz respeito ao tempo do trabalho.

²⁹¹ WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 29.

patrões, comerciantes, aviadores e regatões.²⁹² Weinstein, por sua vez, já vinha defendendo que no extrativismo e na comercialização da borracha, frente aos mecanismos que geraram coerção, “os seringueiros, de maneira bem-sucedida, conseguiram reverter em benefício próprio”.²⁹³ A autora pressupõe, portanto, que o seringueiro dispunha de meios de autodefesa. Uma das reações mais comuns e lucrativas, segundo Weinstein, “contra os comerciantes que tentassem aumentar suas exigências ou elevar os preços, era acrescentar pedras, areia ou farinha de mandioca à pele de borracha para tornar maior seu peso”.²⁹⁴

Assim como percebido por Weinstein nos seringais, na economia dos castanhais paraenses foram registradas, nas mensagens de governadores, que as constantes reclamações dos exportadores de castanha eram de que grande quantidade de detritos estava sendo acrescentada à castanha extraída, e que desta, uma quantidade significativa era de castanha podre. Com a análise técnica desses resultados “verificou-se a vultosa quebra de 40 a 50% em amêndoas deterioradas” em algumas safras.²⁹⁵ Isso, portanto, justifica a fala de um castanheiro, Mariano Coelho, quando disse que, depois de cortar o ouriço, toda a castanha era colocada no pano, podres ou não, até mesmo o “umbigo”²⁹⁶ e as cascas do ouriço que por ventura eram acrescentadas e não eram retiradas. O objetivo era “vencer o hectolitro do comprador”.²⁹⁷

Pode-se fazer uma analogia entre as práticas de resistência dos castanheiros do sudeste do Pará e os argumentos feitos pelas referidas autoras sobre as atitudes dos seringueiros na Amazônia em relação às imposições de seus patrões seringalistas. Assim, “se o patrão elevava suas exigências, quer inflacionando os preços dos alimentos, quer afirmando abertamente sua autoridade, o seringueiro podia resistir aumentando o tempo dedicado a atividade de subsistência”.²⁹⁸ Nesse sentido, nos castanhais do sudeste do Pará, uma carta de um fiscal de castanhais da vila de Jacundá, enviada para o prefeito de Itupiranga, em dezembro de 1949, dois dias depois de baixada a portaria que tornava gratuita as matrículas para os castanhais de servidão pública naquele ano, dia que os castanheiros locais já mostravam desânimo diante das matrículas oferecidas pelos fiscais de castanhais:

²⁹² ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. In: **Projeto História**, n.18. São Paulo, 1999, p. 194.

²⁹³ WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 40.

²⁹⁴ WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 36.

²⁹⁵ BENTES, Dionísio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927, p. 71.

²⁹⁶ Parte interior do talo que sustenta o ouriço na castanheira. Ao se desprender da árvore se confunde com as castanhas.

²⁹⁷ Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, Itupiranga, desde 1955, natural de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24/05/2008.

²⁹⁸ WEINSTEIN. *Op. Cit.*, p. 296.

Em obediência a vossa ordem logo após a minha chegada nesta Vila, procurei organizar serviços de matrículas avisando para a data conforme combinamos ai. Acontece que, o número que encontrei foi tão reduzido, apenas 28 encontrei com boa vontade para se matricularem, uns alegaram que estão ocupados com plantas de roças, outros alegam que ainda não tem castanha no chão por falta de chuva...²⁹⁹

Mesmo com a recusa dos castanheiros à coleta da castanha, no Itupiranga de 1949, o maior número de reclamações de “invasões” de castanhais do município, foi registrado naquele período. Para a interpretação desse fenômeno destacamos três observações importantes: A primeira, ocupa-se em perceber a dinâmica de ocupação dos espaços de castanhais, promovida pela política de arrendamento implementada no município após a sua emancipação em final de 1947; A segunda, ocupa-se da regulamentação dos castanhais do município, enquanto um instrumento novo no território itupiranguense; Já a terceira observação, por ser costume de os castanheiros coletarem castanha sem uma legislação que lhes impusesse limites, acabavam eles mesmos determinando o tempo de entrar nos castanhais, conciliando-o com outras atividades costumeiras. Neste caso, muitos já estavam ali há mais de meio século e (re)conheciam seus direitos sobre os espaços que habitavam, além de terem desenvolvido costumes peculiares de acordo com o ritmo do meio.

Com relação às denúncias de extração “clandestina”, apresentamos algumas condutas manifestas pelos castanheiros que revelam a sua situação autônoma. No dia 10 de fevereiro de 1949, o arrendatário de castanhal Joaquim Carneiro de Carvalho reclamava junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado, a invasão do “seu castanhal à margem esquerda do rio Tocantins, havia dois meses, por indivíduos que retiraram e venderam na vila de Jacundá 586 hectolitros de castanha”.³⁰⁰ Nessa região de castanhais em Jacundá, já haviam sido registradas outras denúncias semelhantes, como declarou o fiscal de castanhal naquele distrito para o prefeito de Itupiranga:

Para os devidos fins levo ao conhecimento de V.S. que fora desautorado por alguns castanheiros residentes nesta vila sobre a extração antes das devidas matrículas, continuando a aumentar o número de invasores sem cessar, tendo como pivô Sr. Bena Valente, com as maiores afrontas. Recorri ao policiamento local, e este, nem uma providência tomou. Pelo exposto peço a V.S. tomar daí as medidas exigidas por lei.³⁰¹

Na ocasião, o fiscal José Pereira obteve sua resposta imediatamente. Em ofício, o

²⁹⁹ SILVA, José Pereira e. Carta enviada ao Raimundo Ferreira Lemos, prefeito de Itupiranga em exercício. Jacundá 12 de dezembro de 1949.

³⁰⁰ CARVALHO, Joaquim Carneiro de (Arrendatário). Cópia autêntica de uma carta proveniente de Itupiranga de 10 de fevereiro de 1949, endereçada a chefia de polícia em Belém.

³⁰¹ SILVA, José Pereira e. Fiscal Municipal. Documento enviado ao Prefeito Municipal em Itupiranga, Jacundá 19 de dezembro de 1948.

prefeito interino de Itupiranga, Antônio Braga e Chaves intimava o senhor Bena Valente como principal infrator e pedia ao mesmo fiscal que procurasse saber quais os outros que o acompanhavam e também a quantidade de castanha extraída. Diante da ocorrência, o executivo em Itupiranga decretou que “tais infratores não teriam direitos à matrícula” naquele município. Por isso, foi destinado ao local do ocorrido o delegado de polícia para garantir os “bens patrimoniais, bem como punir os culpados”.³⁰² Em documento enviado ao fiscal municipal nos castanhais na vila de Ipixuna, o então prefeito interino de Itupiranga intimou os senhores Pedro Jeremias, Fabrício “de Tal” e Argemiro por terem extraído castanha “entre o rio Cajazeiras e a Ilha do Alexandre, em castanhal público”. Além deles, outros extratores clandestinos, Alexandre (barbeiro), João Rosa, Eloy Costa e Sérgio Lucas, todos convidados “a chegarem com máxima urgência (aquela) prefeitura, a fim de apresentarem suas credenciais de perturbadores da ordem fiscal municipal”.³⁰³ Em outro exemplo, registrado em 28 de dezembro de 1948, o fiscal de castanhal em Ipixuna, Otávio Alves de Souza, acompanhado de um comissário de polícia, se dirigiu ao castanhal Alexandre “onde foram encontrados dezesseis hectolitros e meio de castanha em poder de diversos”. A castanha foi apreendida por eles e “depositada na casa de dona Laurina dos Santos Soares até segunda ordem”.³⁰⁴ Em relação às sucessivas “desordens”, em um ofício enviado ao Prefeito Municipal de Itupiranga em 3 de janeiro de 1949, o delegado de polícia daquele município, Francisco Hipólito dos Santos revelou serem práticas costumeiras, as “invasões” aos castanhais:

I – Comunico a V.S. que tendo recebido vosso Of., para junto ao Snr. Salomão Gomes da Silva, Fiscal Municipal ir até a Vila de Jacundá, fiz essa viagem e cumpri fielmente suas determinações; assisti o Snr. Fiscal apreender e deixar depositado (100) cem hectolitros de castanha que havia sido apanhado clandestinamente, sendo de ponto de arrendamento e dos castanhais de Serventia Pública do Estado.

II – Tendo me informado com o Snr. Comissário de Polícia, o que tinha dado origem a essa invasão de desobediência, respondeu este que nada havia que originasse essa desobediência; que isso já tem por costume (...).³⁰⁵

Como resposta às denúncias, o prefeito interino Antônio Braga e Chaves baixou de imediato uma portaria voltada à resolução do problema:

CONSIDERANDO que, este Executivo, tomou por bem, mandar em diligência apurar o caso, tendo como resultado, ter havido conveniência, por ser habito esta desobediência nos anos anteriores, sem que fossem punidos, pelos poderes que ora o

³⁰² CHAVES, Antônio Braga e. (Prefeito interino). Prefeitura Municipal de Itupiranga, ofício enviado ao fiscal municipal na vila de Jacundá José Pereira e Silva, 22 de dezembro de 1948. (Arquivo Itupiranga)

³⁰³ Prefeitura Municipal de Itupiranga, ofício enviado ao fiscal municipal em Ipixuna, Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, 26 de dezembro de 1948. (Arquivo Itupiranga)

³⁰⁴ Ofício enviado a Prefeitura de Itupiranga, por Otávio Alves de Souza, Itupiranga, 28 de dezembro de 1948.

³⁰⁵ Delegacia de Polícia de Itupiranga, Estado do Pará, em 3 de janeiro de 1949.

administravam, RESOLVE designar o Snr. Secretario desta Prefeitura para efetuar a entrega da castanha apreendida aos seus respectivos donos, estes sujeitos as despesas da apreensão.³⁰⁶

Tratando de outros exemplos, destacamos que entre os dias 10 e 14 de janeiro de 1951, o jornal marabaense *A Safra* anunciava que “28 homens armados e municidados invadiram o castanhal ‘Consulta’ ocupado por Pedro Marinho de Oliveira”, efetuaram vários disparos e se apossaram “das colocações de castanha”. O motivo da invasão foi o fato que estavam sendo lesados na distribuição das rendas pelo senhor Marinho, afirmou o jornal.³⁰⁷ Nestes casos às ações costumeiras dos castanheiros locais do sudeste paraense foram tratadas como crimes. Antônio Braga e Chaves viu os invasores dos castanhais de Itupiranga como indivíduos que haviam adquirido, ao longo do tempo, “comportamentos errados” e hábitos de “desobediência”. Atribuía as desordens à impunidade, pois, mesmo existindo regulamentos para os castanhais nos anos anteriores, continuavam a perturbar a ordem. Por isso, pretendia dar um basta nos transtornos regulando a entrada às zonas de castanhais. A metodologia de Chaves era investir no aumento da fiscalização com medidas punitivas para os desobedientes à política econômica dos castanhais.³⁰⁸ As constantes invasões de castanhais registradas nas dependências de Itupiranga, estavam ligadas aos costumes dos castanheiros do sudeste paraense, pois, assim como observou Thompson, “os costumes são definidos como uma lei ou direito não escrito que, estabelecido pelo longo uso e pelo consentimento” e, tendem a continuar sendo praticados pelo valor das tradições.³⁰⁹

Quanto às determinações legais instituídas pela empresa dos castanhais, a castanha extraída pelos “municipeiros” nos “castanhais do povo” tinha que ser vendida no próprio município a quem pudesse registrá-la junto aos órgão de receita instalados no município e transportá-la para Belém. Esses comerciantes compravam a castanhas nos portos, faziam a lavagem, a medição e a pesagem antes de abarrotarem seus respectivos barcos com as amêndoas.³¹⁰ Os comerciantes e compradores, antes de partirem para Belém com suas cargas de castanha, tinham que adquirir as guias de embarque (*Figura 15*) junto à prefeitura. Elas representavam o registro da castanha. As “guias” eram autorizadas pelo prefeito, numeradas e

³⁰⁶ Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga Antônio Braga e Chaves, Prefeito em exercício. Portaria número 1, em 3 de janeiro de 1949.

³⁰⁷ Jornal *A Safra* ano III, Marabá, 14 de janeiro de 1951, número 133, p. 1. Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura de Marabá.

³⁰⁸ Prefeitura Municipal de Itupiranga, ofício enviado ao fiscal municipal em Ipixuna por Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, 26 de dezembro de 1948.

³⁰⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia da Letras, 1998, p. 107.

³¹⁰ Requerimentos de Guias de Embarque por comerciantes de castanha, a partir de 1948.

protocoladas, já contendo os valores tributários. Entre 1948 e 1953, variou de 4,50 e 6,00 cruzeiros o valor único da guia no município de Itupiranga.³¹¹ Após a regulamentação municipal, a guia era enviada à Coletoria de Rendas do Estado, instalada no município, para serem ratificadas e liberadas as referidas licenças de embarque pelo coletor estadual.³¹² Para a aquisição das respectivas guias era preciso, antes de tudo, solicitá-las através de requerimento com informações acerca da embarcação, origem da castanha, hectolitros e destino (*Figura 16*), como no exemplo seguinte:

BENEDITO MUTRAN, tendo de embarcar para Belém, via Tucuruí, pelo barco motor “MONTE CASTELO”, (300) trezentos hectolitros de castanha, consignados a ordem extraídos do castanhal dos índios neste Município, requerer a V.S. o respectivo despacho na forma da lei.³¹³



Figura 15: Dois modelos de guias de embarque expedidas em 1949, ambas autenticadas pela Coletoria de Rendas do Estado com sede no município de Itupiranga e com dados da movimentação de castanha a ser transportada para Belém. Os documentos foram adquiridos por dois grandes comerciantes da castanha na região do sudeste do Pará, Benedito Mutran e Nagib Chamon. Fonte: Arquivo Público Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

³¹¹ Liberação de requerimento para as guias de embarque, entre 1948 e 1954.

³¹² Ofício número 7, de 1º de março de 1953, de Odilar Maciel Barreto, prefeito de Itupiranga para Adalto Ribeiro Soares, diretor do Departamento de Assistência aos Municípios. Arquivo Público Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

³¹³ Requerimento da “guia de embarque”, safra de 1951, Prefeitura Municipal de Itupiranga. Requerimento de Benedito Mutran. Arquivo Público Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

Prefeitura de Itupiranga Prefeitura de Itupiranga
 Cr\$ 600,00 Portaria
 Em 26 de Janeiro de 1950 LITRO. - SUR. Prefeito Municipal de Itupiranga Petição n. 11
 Naora Rodriqz Em 27 / 01 / 1950
 Petar

Como requer.
 de 1.500
 Bloken

NAGIB MUTRAN, tendo de exportar pa-
 ra Belém via Tucuruí pela barca motor "Monte Castelo" designada a
 Pariba & MUTRAN Ltda. cento e trinta (130) hectolitros de castanha ex-
 traída do castanhal de Sertidão Publica (Ipixuna) requer a V.S. se di-
 gue de mandar fornecer a competente guia.

H. Teraco
 P. desfechamento.

Itupiranga 26/01/50

Valor comercial: Cr. 313.000,00
 Peso: 7.200 quilos

Figura 16: Requerimento da guia de embarque, expedido em 26 de janeiro de 1950, protocolado pela Prefeitura de Itupiranga e assinado pelo então prefeito Gentil Cohen. O documento foi requerido por Nagib Mutran, objetivando o transporte de castanha para Belém. Fonte: Arquivo Público Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

Nas guias de embarque estavam contidas as diversas informações sobre o processo de extração e movimentação da castanha: o nome do comerciante requerente, a rota em direção à capital paraense,³¹⁴ o nome da embarcação que efetuaria o transporte, o castanhal onde fora extraída, o valor comercial já negociado com o comprador ou exportador, o peso e a quantidade de hectolitros, além do destino exato da castanha em Belém.³¹⁵ Os registros dos castanhais, o controle de coleta da castanha e seu monitoramento comercial possibilitavam ao Estado paraense o máximo de controle sobre o produto de castanha. Todos os documentos lidos, guias

³¹⁴ Demétrio Rocha, fiscal do Município de Itupiranga em Tucuruí, documento de 11 de fevereiro de 1950. Arquivo Público Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.

³¹⁵ Guias de Embarque expedidas aos comerciantes de castanha, entre 1948 e 1960.

de embarque ou os respectivos requerimentos das mesmas, revelam as viagens via Tucuruí. A justificativa para a discriminação da rota estava no intuito de evitar o contrabando de castanha destinados aos outros Estados seguindo o rio em direção oposta. Trataram-se de atitudes protecionistas do governo paraense perante a produtividade da castanha na região sudeste paraense. A fiscalização da coleta, o controle na distribuição dos castanhais e a manutenção da rota da castanha descendo o rio Tocantins em direção a Belém, foram exemplos disso. Para o controle da coleta e comercialização da castanha na região, foram criados postos de fiscalização na cidade de Tucuruí para a conferência dos carregamentos, comparando-os com as informações contidas nas guias de embarque, como já mencionado. O governo do Estado agia diretamente nos municípios castanheiros da região para o recolhimento de impostos da castanha e dos arrendamentos. Fazia isso, através da Coletoria de Rendas do Estado instalada em cada município castanheiro. A seguir, um registro de arrecadação ratificado por um coletor de rendas do Estado, mostrando o nome do coletor estadual, o município, o mês da arrecadação e o valor arrecadado.

Etervaldo Moreira, coletor das rendas do Estado em Itupiranga, recolhe a Prefeitura Municipal de Itupiranga, a quantia de (CR\$ 1.001,20) mil e um cruzeiro e vinte centavos, proveniente da arrecadação efetuada por essa exatoria durante o mês de março findo...³¹⁶

Desta forma, os impostos provenientes das atividades de coleta e comércio de castanha e de arrendamentos de castanhais, após serem recolhidos na Coletoria de Rendas do Estado, eram repassados ao governo paraense através da Recebedoria de Rendas do Estado. O coletor estadual, em cada município, mantinha o controle dos registros e arrecadação, através das guias expedidas nos portos de embarque. Após esse processo, era repassada ao município a parcela de “6,25% por hectolitros de castanha”,³¹⁷ em uma ação que era intermediada pelo principal órgão tributário municipal, a Procuradoria da Prefeitura,³¹⁸ responsável por receber a taxa municipal junto ao Departamento de Assistência aos Municípios, um órgão estadual.³¹⁹ Restava, portanto, aos cofres do Estado paraense o valor equivalente a 93,75% da arrecadação por hectolitro da castanha comercializada. Destes, 3% seriam repassados à União por via da

³¹⁶ Coletoria das rendas do Estado em Itupiranga. Guia de Recolhimento. Itupiranga 7 de abril de 1949.

³¹⁷ GONÇALVES, Adelino Ribeiro. Prefeito de Itupiranga em exercício em documento enviado ao governador do Estado em 20 de agosto de 1973, reivindica o “Imposto da Castanha” que deixou de ser repassado ao município.

³¹⁸ Solicitação da Prefeitura Municipal de Itupiranga ao Departamento de Assistência aos Municípios de uma “quantia de cinquenta mil cruzeiros (CR\$ 50.000,00) por conta da renda da castanha” extraída naquele município, suspenso desde o ano anterior, Gentil Bittencourt Cohen, prefeito e Aarão Bittencourt Cohen, Procurador Municipal em 14 de fevereiro de 1950.

³¹⁹ Em um documento de 30 de janeiro de 1955, enviado ao Secretário de Economia e Finanças em Belém, o prefeito Odilar Maciel Barreto reclama erro no repasse da parcela proveniente do Imposto da Castanha.

Coletoria de Rendas Federal. Após termos identificado a dinâmica econômica dos castanhais do sudeste do Pará, apresentaremos em seguida, o cotidiano desenvolvido no interior dos castanhais. Procuramos mostrar que uma parcela de trabalhadores, habitantes da região não direcionaram suas ações cotidianas à produtividade da castanha, mesmo nos períodos de sua safra, haja vista estarem envolvidos com outras atividades costumeiras e de fundamental importância para a sobrevivência na floresta.

2.3. As atividades socioeconômicas “autônomas”

No interior dos castanhais do sudeste do Pará e sob o desenvolvimento econômico da castanha, se estabeleceu uma população com interesses e condutas peculiares. Contrariando a centralização econômica proposta pelos negociadores da castanha, esses habitantes dos castanhais estiveram envolvidos com inúmeras atividades que os espaços habitados exigiam. Propomos, portanto, ultrapassar a visão política e econômica empregada aos castanhais e apontar a existência de outros objetivos que não estavam relacionados a uma ideia de progresso. Nos referimos àqueles indivíduos que, durante a ocupação da região sudeste paraense, desde o final do século XIX, se envolveram nessa dinâmica e construíram, ao longo do tempo, afinidades com o ambiente dos castanhais. A partir de então, a luta pela sobrevivência possibilitou àquelas personagens dos castanhais o desenvolvimento de estratégias em consonância com o conhecimento do conjunto de manifestações do meio natural, identificando-os por isso.³²⁰ Para esses indivíduos, o manejo da agricultura está associada ao tempo de cultivar nas áreas de vazantes dos rios, atividades que intermediam os tempos de chuva e de estiagem. As suas ações, normalmente estão relacionadas às fases da lua. Os tempos da lua, por sua vez, passaram a orientar também nos tempos da pesca, da extração de produtos essenciais da floresta e nos tempos das caçadas. As atividades de caça estão associadas à sabedoria sobre as árvores e seus tempos de floração e amadurecimento de frutos, justamente, o que determina o comportamento de diversos tipos de animais de caça. Constituiu-se, portanto, nos castanhais, indivíduos com uma multiplicidade de atividades que, nos seus cotidianos, eram orientados por

³²⁰ MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 251.

regras do próprio espaço habitado.³²¹ Acerca do desenvolvimento de uma relação intrínseca entre cultura e o espaço habitado, Edward Thompson explica que um costume inicia e se desenvolve até atingir sua plenitude, justamente, quando determinados atos praticados são considerados bons, benéficos à população concernida. Quando “agradável à natureza e à índole, eles o usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela frequente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume...” Na verdade, a relação contínua e ininterrupta entre o ser humano e o espaço habitado, a intervenção deste sobre aquele resulta no aparecimento de condutas peculiares, expressões características da fusão entre os elementos do lugar interferido e os valores que o interferiu.³²²

Além de Thompson, outra referência metodológica na análise das manifestações culturais desenvolvidas no interior dos castanhais do sudeste do Pará é a que o historiador francês Michel de Certeau propõe em *A invenção do cotidiano*. Com relação a esse aporte, nos remetemos às argumentações que tratam da investigação acerca dos usos que os sujeitos “subjugados” fazem dos produtos culturais e o que eles “fabricam” a partir dessas práticas culturais, constituindo-se como “artes de fazer”. Assim, os produtos culturais usados no cotidiano tendem a ser apropriados e, por sua vez, transformados pelos sujeitos a partir de táticas e astúcias manifestas, produzindo novas práticas e novas artes de fazer. Nas inúmeras expressões “populares” não se vê os sujeitos massificados, passivos, disciplinados por uma indústria cultural padronizada ou por mecanismos de poder, mas enquanto elaboradores de “outra produção” que o próprio Certeau define como sendo astuciosa e dispersa, mas ao mesmo tempo se insinuando “ubiquamente, silenciosa e quase invisível”.³²³

Assim, tendo em vista essas recomendações teóricas, colocamos em destaque as diversas ações e manifestações desenvolvidas no interior dos castanhais do sudeste do Pará. Em princípio, propomos um estudo demográfico com o objetivo de verificar as adequações à região e a formação cultural dos ocupantes em sucessivas atividades de sobrevivência. Mesmo destacando as influências políticas promovidas por sucessivos governos estaduais e seus modelos econômicos específicos aos castanhais do sudeste paraense, propusemos visibilidade aos camponeses e extrativistas em suas múltiplas agências, em meados do século XX, naquela região. Falamos dos vazanteiros, caucheiros ou castanheiros, sempre em afinidade com o espaço da floresta. Quando apontamos a existência de grupos políticos em disputa pelo controle

³²¹ MOURA. *Op. Cit.* p. 252.

³²² THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia da Letras, 1998, p. 86.

³²³ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 21. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014, p. 39.

econômico, ideológico e territorial na região, não devemos esquecer que muitas das localidades em litígio já se encontravam ocupadas por indivíduos com outras formas de ver e tratar o lugar. Assim, a partir de metodologias propostas por Certeau, verificamos as ações culturais dos indivíduos que historicamente ocuparam o espaço dos castanhais do sudeste do Pará. Verificamos o ingresso dos habitantes dos castanhais em um sistema econômico de extração e venda de castanha, mas sem o compromisso de uma produtividade acelerada, à medida que ignoravam às regulamentações impostas pelos controladores dos castanhais. Participavam, em partes, da dinâmica extrativista dos castanhais, mas adequada a seus tempos, já que estavam ocupados com outras atividades paralelas no dia a dia dos castanhais, como a caça, a pesca, as diversas práticas de coleta e a agricultura de subsistência.

No estudo sobre as comunidades castanheiras desenvolvidas no sudeste do Pará no decorrer de sua ocupação, propusemos uma análise da memória. Investimos, portanto, em entrevistas aos personagens no sudeste paraense a fim de estudarmos o tempo dos castanhais. Outra questão importante a ser ressaltada é que faremos usos de entrevistas realizadas tempos atrás, por não percebermos motivos para descartá-las. Além do mais, estamos atentos aos anacronismos que tais ações podem acarretar. Devido a isso, os entrevistados foram revisitado e, nessas oportunidades, as suas falas foram reaproveitadas. O fato de termos priorizado as entrevistas feitas em anos anteriores, foi devido ao fato de esses indivíduos terem vivido no período estudado, no conhecido “tempo dos castanhais” do sudeste do Pará. Adotamos essa postura, por acreditarmos que as informações adquiridas anteriormente, permanecem valendo para as análises históricas do mesmo período que resultou na primeira entrevista. Se optamos pelo estudo da memória dos habitantes dos castanhais do sudeste do Pará, essa escolha requer um mecanismo de observação cultural desenvolvido pelo historiador francês Jacques Le Goff, à medida que este faz referência ao “pensamento selvagem” de grupos minoritários e as suas respectivas relações com o passado. Segundo ele, para se compreender as comunidades tribais, exemplificado as Australianas, foi preciso investir na movimentação de suas memórias no tempo, sendo que nos rituais em torno da morte, em algumas daquelas comunidades, os indivíduos se “transferem do presente para o passado”.³²⁴ Argumentando com Lévi-Strauss, Le Goff faz as seguintes considerações sobre a análise da memória,

A propósito de algumas tribos australianas, distinguem-se os ritos histórico-comemorativo, que recria a atmosfera sagrada e benéfica dos tempos míticos – ‘época do sono’, dizem os australianos –, ‘que refletem, como num espelho, os protagonistas e os seus altos feitos e que transferem o passado para o presente’, e os ritos de luto

³²⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. (trad) Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p 215.

que correspondem ‘a um procedimento inverso: em lugar de confiarem a homens vivos o encargo de personificar longínquos antepassados, entre ritos asseguram a reconversão em antepassados de homens que acabaram de morrer’ e, como consequência, transferem o ‘presente para o passado’.³²⁵

Tomando o aporte teórico-metodológico proposto, escolhemos para nossa pesquisa, a comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, por ser ela tão antiga quanto o Burgo do Itacaiúnas e a Comunidade de Lago Vermelho. A comunidade castanheira do Tauiry ainda é mantida como um distrito rural no atual município de Itupiranga. O apego ao lugar dos castanhais, as lembranças de tempos anteriores e a crença em seus antepassados fizeram dos seus habitantes fontes interessantes nos estudos sobre a região.

Acreditamos que, nas áreas de castanhais do sudeste paraense, desde suas ocupações, a produção cultural foi se repetindo hereditariamente, construindo “memórias subterrâneas”, termo cunhado pelo sociólogo Michael Pollak.³²⁶ Considerando também o estudo de memória, a historiadora Marina Maluf, comentando Pollak, ressalta que “ao se forjar uma memória coletiva oficial pode-se condenar a memória de indivíduos e grupos a uma vida subterrânea, cujas lembranças passam a ser transmitidas através de redes informais de comunicação, em oposição à memória enquadrada”.³²⁷ Reforçamos nossa composição teórica com o argumento de Jean-Jacques Becker, pois segundo ele, é através dos usos da memória que se “pode dar a palavra aos esquecidos da história, aos que não têm capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever”.³²⁸ De acordo com Marina Maluf, também a respeito do estudo da memória:

Pode-se, assim, dizer que a memória, um dos elementos que dá unidade a um grupo, depende do sentimento de um tempo presente. Pois é nessa corrente temporal contínua que reside a própria existência do grupo que retém do passado aquilo que está vivo, ou mesmo aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo.³²⁹

Quem também se ocupa da verificação social da memória em suas atividades de pesquisa é a historiadora Antonieta Antonacci, na ocasião em que se refere ao processo de adequação do indivíduo ao meio natural em estudos feitos nos seringais e castanhais de região do Estado do Acre. Os povos da floresta abordados por Antonacci, adotaram a natureza como mãe e, por isso, reagiram contra o desmatamento da floresta e hostilizaram a apropriação dos

³²⁵ *Idem.*

³²⁶ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³²⁷ MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliana, 1995, p. 36.

³²⁸ BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 29.

³²⁹ MALUF. *Op. Cit.*, p. 43.

seringais para fins pecuaristas e atividades madeireiras. As consequências acarretadas pelo sentimento de afinidade entre os indivíduos e o espaço dos seringais, foram os conflitos entre aqueles habitantes da floresta e os agentes capitalistas, que almejavam novos territórios para a extração de madeiras ou a criações de gado. Em contrapartida, as comunidades seringueiras procuravam preservar seus espaços e modos de vida na floresta como representação do passado e única perspectiva de futuro.³³⁰ E, mais uma vez Thompson, com o intuito de ratificar sua tese sobre a solidificação dos direitos consuetudinários como costumes comuns, explica que “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunha limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções[...]”.³³¹

Os pontos de vista citados acima, empregados na análise dos castanhais do sudeste do Pará, possibilitaram a percepção do confronto de costumes, por conta das diferentes visões de mundo distribuídas na região. A safra da castanha e seu desenvolvimento comercial, embora com apenas cerca de quatro meses de atividade efetiva por ano, gerou divisas aos municípios da região e criou nos castanheiros expectativas para as safras seguintes. Tendo em vista, certa regularidade na produção de castanha, os governantes das cidades castanheiras, tidas como referências econômicas na região, Marabá e Itupiranga, investiram em urbanização e em políticas reguladoras no intuito de assegurarem a arrecadação de impostos. As regras impostas através dos Códigos de Posturas municipais, por sua vez, contrastavam com as condutas dos homens da floresta e seus modos de vida. Esses impasses também foram percebidos nas sucessivas decretações municipais instituídas para a imposição da ordem, já que os castanheiros locais insistiam em ações contrárias às leis municipais. A prefeitura municipal de Itupiranga, em portaria de 1951, determinou que policiais fossem destacados a lugares pontuais na cidade para efetuarem a apreensão de animais sultos nas ruas: porcos, cabras, cachorros “hidrófobos.”³³²

No sudeste do Pará os recursos naturais possibilitavam ao morador dos castanhais a aquisição de benefícios, identificando também os malefícios. Conforme argumento de Thompson, a comunidade cujas ações do cotidiano são determinadas pelos elementos naturais, tende a haver pouca separação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são intrinsecamente interligados, o dia do trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa, e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o passar do dia.³³³ A prática da agricultura,

³³⁰ ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. In: **Projeto História**, n.18. São Paulo, 1999, p. 195.

³³¹ THOMPSON. *Op. Cit.*, p. 90.

³³² Ofício número 4 da Prefeitura Municipal de Itupiranga, Odilar Maciel Barreto, prefeito para a delegacia de polícia naquele município, fevereiro de 1961.

³³³ THOMPSON. *Op. Cit.*, p. 271-272.

constituiu-se em rituais repetitivos em cada início de ano e, o ritmo dessa atividade, tende a situar os trabalhadores castanheiros no tempo. Outras atividades com o mesmo valor de orientação temporal, também contribuíram na regulamentação das atividades cotidianas na região. No mês de agosto é um dever iniciar a construção da roça e, no baixar das águas, o trabalho com as vazantes. Segundo o agricultor na comunidade do Tauiry, Sizinando Gomes, o tratamento da roça sempre inicia com o “broque e também a derrubada das árvores mais grossas para queimar em setembro ou outubro e a planta no mês de novembro a dezembro”.³³⁴

Conforme afirmações angariadas de entrevistas na comunidade do Tauiry, a derrubada da floresta, a queimada, a plantação e a limpeza dos roçados, realizadas pelos habitantes dos castanhais, são ações obrigatórias em que esses trabalhadores estão submetidos. As ações cotidianas no interior dos castanhais determinam um calendário próprio de sobrevivência na floresta. Existem determinações quanto ao tempo do cultivo de produtos mais vulneráveis, característicos da alimentação local. Assim, o dia de Santa Luzia, no dia 13 de dezembro, tornou-se um referencial temporal. O senhor Mariano Coelho, também da vila do Tauiry, afirma que pessoas nas comunidades que conheceu na margem do rio Tocantins “costumavam plantar a fava, que é fraca para vingar, no dia de Santa Luzia”. O arroz, produto de grande importância, “também plantando no dia de Santa Luzia dá bom porque é dia santo”.³³⁵ O dia de Santa Luzia é especial para o cultivo do alimento de maior importância, variando o produto de uma família a outra. A rotina dos moradores dos castanhais encontra sua essência também na movimentação lunar. O acompanhamento das fases da lua tornou-se base de orientação para quase tudo na vida dos habitantes dos castanhais. Neste caso, o cultivo de produtos diversos somente pode ser feito na fase crescente da lua, enquanto que, legumes de rama precisam ser plantados em período de lua nova, conforme Mariano Coelho.³³⁶

As atividades rotineiras das comunidades nos castanhais passaram a ser enquadradas em um conjunto de crenças que lhes fornecem sentidos no cotidiano. Em meio as diversas atividades inerentes à vida dos castanheiros, já citadas anteriormente, está a cobertura da casa. Nessa ação, de acordo com as crenças dos habitantes dos castanhais do sudeste paraense, a palha usada é do coco babaçu e, somente ela, proporciona maior durabilidade, sobretudo, se a armação não for latada, desta forma a cobertura dura até 12 anos. Quanto a extração da palha,

³³⁴ O primeiro contato com o Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos, foi em 2008, porém, foi realizada nova entrevista em 2018, a fim de contextualizar as falas do entrevistado. Seu “Zizi”, como é conhecido, nasceu na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, em Itupiranga, e ainda vive no lugar.

³³⁵ A primeira entrevista com o Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, foi em 2008. Porém, tivemos um novo contato em 2018, a fim de ratificar sua fala e contextualizar a ação. Mariano Coelho, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão.

³³⁶ Senhor Mariano Coelho de Almeida, 2008 e 2018.

não pode ser realizada na lua nova porque dá lagarta, é bom tirar na lua crescente”, lembra Mariano Coelho. A prática conjunta da cobertura da casa faz do dia uma grande agitação, os vizinhos mais próximos são convidados em um acordo de troca de diárias. Os trabalhos são divididos por sexo. Enquanto as mulheres se encarregam da comida, os homens cuidam da cobertura. Os mais experientes se posicionam nos caibros das laterais e nos centrais onde há os encontros de palhas a serem amarradas com o cipós e de lá controlam todo o processo. Enquanto isso, as crianças se confraternizam. O dia da cobertura da casa, tradicionalmente, exige comida especial, “é dia de comer galinha, carne de porco ou caça e vestir a melhor roupa”. É também o dia de trocar informações, falar das roças, das caças, das metodologias de trabalho. É responsabilidade do anfitrião, providenciar a comida.³³⁷ O mutirão, como o exemplo da cobertura da casa, é uma prática tradicional na Amazônia, acontece em outras atividades como, na limpeza das roças ou na colheita de produtos diversos. A confraternização entre famílias camponesas e a realização rápida do trabalho, são os benefícios da ação conjunta. Contudo, os saberes entre as comunidades castanheiras vão além da cultura de alimentos, da extração da palha ou da cobertura da casa. Para o êxito na caça e na pesca a mudança lunar é fundamental, como mostra o depoimento do senhor Sizinando Gomes de Souza. Para esse habitante da comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, o peixe, a caça, a roça, tudo é pela lua. O porcão, quando é lua nova, ele vem pra beira do rio, sai nos vilarejo que fica fácil matar, até as mulher mata no terreiro de casa. O peixe passa muito aqui na lua nova, pega muito nessa época, em outra lua o pescador prepara os equipamentos que é para quando chegar a lua nova ele está preparado.³³⁸

Esse processo de adaptação ao ambiente em que vive, acaba por transferir aos sujeitos a capacidade de conhecerem o seu lugar. Neste caso, existem semelhanças com o que propunha a historiadora Antonieta Antonacci, quando esta se referiu aos seringueiros tradicionais acreanos. Segundo ela, os indivíduos foram capazes de conhecer “a mata em minúcias, desde os lugares mais discretos onde sabem encontrar certo tipo de cipó que lhes sacia a sede, até aqueles mais recônditos”, onde, nos momentos difíceis de apropriação da terra, “sabem encontrar a caça que lhes dão alimento”.³³⁹ Além das ocupações em torno da cobertura da casa, outras práticas cotidianas de sobrevivência nos castanhais, Segundo Mariano Coelho, estão associadas aos conhecimentos sobre os hábitos de caça. Para ele, “é na lua nova que os porcos selvagens andam muito, ficam sem direção e saem nos povoados, mas é na quaresma

³³⁷ *Idem.*

³³⁸ Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 2008 e 2018.

³³⁹ ANTONACCI. *Op. Cit.*, p. 191 – 214, 1999, p. 195.

que eles não andam muito, onde ele tiver é bom pra caçar”.³⁴⁰ Os moradores dos castanhais também se orientam pelas práticas de “espera”, quando os animais de caça são esperados a noite, em árvores de frutos ou flores e sobre jiraus ou “mutás”³⁴¹. Durante o ano, os sujeitos que habitam os castanhais se beneficiam de algumas árvores especiais para as esperas de caças. Conforme Sizinando Gomes, as árvores mais procuradas são os bacurizeiros, pequizeiros, sapucaias, gameleiras. O tempo mais esperado para essa prática de caça é depois da lua cheia.³⁴²

Além de todas essas ações que movem o agricultor-castanheiro, habitantes dos castanhais do sudeste paraense também são orientados pelo tempo de frutas nativas, o tempo de coleta. Conforme Sizinando Gomes, do “açai no meio do ano, da bacaba no verão e cupuaçu no mês de dezembro, no mesmo tempo da castanha, da queda dos ouriços”.³⁴³ Ainda sobrava tempo para os “mariscos”.³⁴⁴ Constituíam-se, portanto, um regime sazonal nos castanhais, devido a variação de produtos da floresta disponibilizados em períodos diferentes. Além de tudo, os castanheiros ocupavam-se da caça principalmente da onça, mas também do gato, caititu ou porcão para vender o couro. O êxito nessa prática significava sucesso junto às mulheres e o reconhecimento geral, além de um tratamento diferenciado. Segundo Mariano Coelho:

O matador de onça era bem visto pela mulherada e ficava famoso, todo mundo respeitava. Eram respeitados porque eram caçadores de onça, outros eram respeitados porque tirava muita castanha, esses eram namorados, bem visto até os garimpeiros do diamante que conseguia muito diamante.³⁴⁵

Em meio a tanta prática costumeira que orientava e movia os habitantes dos castanhais no tempo, a prática da “farinhada” ocupa um lugar central. Segundo o Senhor Mariano Coelho era bom realizá-la durante a lua crescente. Segundo ele, “a farinhada na lua crescente aumenta, acompanha a lua”.³⁴⁶ A fabricação da “farinha de puba”, ou farinha d’água dura cerca de cinco dias, desde o “arrancar” da mandioca até a farinha pronta. O primeiro passo é colher a mandioca e, caso a farinha desejada for de “puba”, é necessário que alguns “paneiros de mandioca” sejam colocados de molho em uma cacimba. “Depois junta a mandioca relada com a puba tirada do pubeiro e coloca na prensa pra enxugar a massa que fica de um dia para o outro. No outro dia pra peneirar, tirar lenha e torrar a farinha”.³⁴⁷

³⁴⁰ Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 2008 e 2018.

³⁴¹ Armação de altura variada, construída na floresta para a espera de animais de caça.

³⁴² Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 2008 e 2018.

³⁴³ Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 2008 e 2018.

³⁴⁴ Aqui se refere às caçadas para aquisição de peles de animais silvestres para comercialização.

³⁴⁵ Senhor Mariano Coelho de Almeida, 2008 e 2018.

³⁴⁶ Senhor Mariano Coelho de Almeida, 2008 e 2018.

³⁴⁷ Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 2008 e 2018.

Com esse levantamento traz-se para a discussão o conflito de costumes surgido nos castanhais do sudeste do Pará. Os hábitos e os saberes dos castanheiros, bem como, o envolvimento com as diversas atividades cotidianas na floresta, justificam a resistência em coletar castanha nos períodos determinados pelo governo municipal. Também justifica, a prática de coleta de castanha à revelia da legislação dos castanhais, já que no tempo determinado pelos prefeitos, os habitantes dos castanhais estavam envolvidos com outras práticas que se fizeram fundamentais para as suas sobrevivências na região. Um conjunto de atividades se ligava à vida dos trabalhadores da castanha, que por sinal, eram também agricultores, caçadores, pescadores, coletores de frutos, garimpeiros. A floresta constituía território cheio de demarcações, as estradas nos castanhais, lugares onde há açai, lago determinado. Eles começam a marcar a terra, colocando marcas, nomes e maneiras de ocupar o espaço simbolicamente.³⁴⁸

Para os trabalhadores sazonais, o espaço dos castanhais representava meio essencial para a sua sobrevivência e, onde conservavam seus respectivos modos de vida. O cotidiano no espaço dos castanhais proporcionou a fusão entre a produção cultural e o meio natural. Devido a isso, as adaptações como indivíduos da floresta, fizeram dos moradores dos castanhais conhecedores dos benefícios do lugar, as potencialidades medicinais, os períodos de caça, pesca e coletas de frutos da floresta. Com relação a esse movimento cotidiano dos moradores dos castanhais, um memorialista de nome João Brasil Monteiro, descreve como começava a rotina de um castanheiro no sudeste do Pará. Segundo ele,

Bem cedinho, trajado com roupas grossas, um, quebrava a jabota que havia encontrado no caminho e o outro decepava ouriços e descascava suas sementes, castanhas, e as ralava no espinhento cipó paxiúba, objetivando obter daquela polpa, saboroso leite, que seria misturado a carne da jabota já na panela de ferro (...) sob chuva ou sem ela, deixavam a barraca com paneiros às costas, terçados 127 pendurados às cinturas, rifles a postos...³⁴⁹

Na narrativa acima é perceptível o caso de um espaço criado nos castanhais e, conseqüentemente, dos saberes desenvolvidos em torno dele como forma de adequação à natureza: a barraca em meio à floresta, uma culinária peculiar e a utilização de mecanismos materiais da floresta para prepará-la. A jabota, a castanha, o cipó paxiúba, o paneiro, o rifle, para as caçadas são percebidos no enunciado. A fim de interpretar as tradições culturais e as visões de mundo dos habitantes dos castanhais do sudeste do Pará, nos reportamos às proposições de José D'Assunção Barros. Seus argumentos se referem “tanto aos aspectos

³⁴⁸ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945). HUCITEC, São Paulo, 1999, p. 150.

³⁴⁹ MONTEIRO, João Brasil. **O castanheiro.** Marabá, Edição 2001, pp. 48-49.

estéticos trazidos pelas expressões artísticas como aos discursos que se materializam a todo instante [...] a partir de outros sistemas de comunicação que não necessariamente a escrita”.³⁵⁰

Buscamos, contudo, esses valores simbólicos desenvolvidos nos espaços criados pelos habitantes das comunidades do sudeste paraense, bem como a representação de suas criações. A ocupação dos espaços no sudeste do Pará e a adequação a eles desde o final do século XIX, certamente, fizeram dos residentes do lugar, e de seus descendentes, típicos habitantes da floresta, conhecedores e beneficiadores de recursos naturais e criadores de uma linguagem adaptada aos espaços onde atuavam, nas matas, rios e igarapés. A historiadora Cristina Wolff, quando se referiu às comunidades tradicionais na Amazônia, afirmou que essas populações, mesmo sendo adventícias de regiões bastante diferenciadas, acabam se tornando “conhecedoras da natureza e seus ciclos e dependentes de um território que reconhecem como seu, a floresta”.³⁵¹ Isso se deu através do trabalho em suas respectivas lavouras de subsistência e de atividades de pesca, caça e coleta. No sentido de produzirem resinas, essências, óleos, substâncias medicinais e alimentos, integraram-se ao meio ambiente, produziram formas de inserção. Assim como propôs Antonacci, constituiu-se uma dinâmica “homem/natureza a partir de uma cultura que retira da natureza seu próprio ser, relacionando seus corpos e imaginários a tradições, costumes, valores e sensibilidades oriundos das lutas e ajustes para sobrevivências na mata”.³⁵² A seguir, além de continuarmos apresentando os saberes, as crenças, os hábitos e os comportamentos dos habitantes dos castanhais do sudeste do Pará, destacamos também a relação entre esses indivíduos e o lugar onde acostumaram a viver e, conseqüentemente, as manifestações em defesa de seus modos de vida tradicionais.

2.4. O universo cultural-religioso dos castanheiros

³⁵⁰ BARROS, José D’Assunção. “História Cultural e História das Ideias – Diálogos Historiográficos”. In: GEBRAN, Philomena (org) **História Cultural: várias interpretações**. Goiânia: E.V., 2006. p. 140.

³⁵¹ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: Uma História**. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 107. A região sudeste do Pará, durante o período de colonização no final do século XIX, já era visitada por populações indígenas, sobretudo a Gavião. Porém, não os citamos nesta parte da pesquisa por já termos identificado as suas ações na região em pesquisa anterior. Ver: CARNEIRO, Aldair José Dias Carneiro. **Agricultores, castanheiros e índios: conflitos pelos usos da terra em castanhais do Médio Tocantins**. Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2009.

³⁵² ANTONACCI, Maria Antonieta. **Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza**. In: **Projeto História**, n.18. São Paulo, 1999, p. 198.

No sudeste paraense, a conduta dos moradores dos castanhais contrariou o grande comércio da castanha na região. Por seguirem os seus hábitos e as suas crenças e se ocuparem, cotidianamente, com atividades inerentes à sobrevivência na floresta, determinando o tempo de suas próprias ações, foram acusados de “invadirem” territórios de castanhais demarcados pela administração municipal sem o documento de matrícula. Foram acusados de invasores pelos arrendatários, quando extraíam castanha em territórios arrendados. Foram repreendidos em seus modos de vida quando ignoraram as regras propostas pelos governo municipal através de Código de Posturas. Essas ações e reações aconteceram devido aos empreendimentos políticos e econômicos desenvolvidos no sudeste paraense, quando foram propostas utilizações do espaço de forma diferente da costumeira.

Durante o período em que permaneceram no interior dos castanhais, diversas crenças passaram a orientar os moradores das comunidades castanheiras, inclusive, algumas já mencionadas na seção anterior. Nos referimos às atividades periódicas que se fizeram determinantes no cotidiano dos castanheiros habitantes dos castanhais do sudeste paraense, aquelas que submeteram esses indivíduos a variadas ocupações. Dentre essas obrigações, identificamos a manifestação religiosa realizada na comunidade de Santa Terezinha do Tauriry, em Itupiranga, o culto ao Divino Espírito Santo. A razão de termos escolhido a referida manifestação religiosa naquela comunidade, foi devido às suas características rurais, além de ela não ter sofrido grandes influências urbanas. As comunidades ribeirinhas ainda se apresentam como principal público das festividades do divino, além de compor o maior número de devotos da festa. Em função desse propósito, lembramos aqui as argumentações de Eduardo Galvão com relação às diversas práticas religiosas do caboclo na Amazônia. Segundo o antropólogo, são os conhecimentos empíricos, manifestações religiosas e outras diversas experiências determinantes nas sucessivas ações cotidianas. Afirma o pesquisador, em um artigo dos anos 1980, que o isolamento dos caboclos amazônicos os teria deixado relativamente imunes contra inovações ou contra a tutela de instituições capazes de modificar o regime tradicional.³⁵³ Assim, Eduardo Galvão nos ajuda a entendermos às expressões religiosas do Divino Espírito Santo na comunidade do Tauriry, devido à conservação de elementos do passado e por ter se mantido, por muito tempo, como tradição em grande parte da região sudeste do Pará.

Enquanto manifestação religiosa, na região de castanhais do sudeste do Pará destaca-se a festividade do “Divino Espírito Santo” e o conjunto de ações desenvolvidas em

³⁵³ Ver: GALVÃO, Eduardo. Vida religiosa do caboclo da Amazônia. **Boletim do Museu Nacional – Nova Série, Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-18, abr. 1953.

função da sua festa realizada naquela pequena comunidade rural do Tauiry, distrito de Itupiranga. Neste caso, verificamos uma representação do Divino cujas características foram adequadas ao ambiente local. Como ação inicial, o grupo de foliões, cantadores, alferes, caixeiros, saueiros, violeiros e rezadeiras realizam o “giro”, assim chamado pelos próprios participantes do círculo de visitas aos fiéis em diversos povoados e comunidades ribeirinhas do sudeste paraense. O “giro do Divino” segue o curso das águas, quando os foliões manifestam-se nas comunidades ribeirinhas, apresentam-se aos seus devotos e retornam ao ponto de partida. A realização principal é a festa do Divino e, por isso, o círculo de visitas realizado tradicionalmente pelos foliões do Divino, possui também a função de convocar os devotos, de lembrá-los da festividade e sensibilizá-los às doações necessárias ao evento. Além da visita a outras comunidades que ainda se encontram, principalmente às margens do rio Tocantins, está incluída nessa rota, a sede municipal, em Itupiranga.³⁵⁴



Figura 17: Capelinha na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, localizado na Boca do Tauiry Grande, o ponto inicial do “giro” do “Divino Espírito Santo”, 2007. Um povoado já existente em 1893, como povoado do senhor Liart. Fonte: Acervo Pessoal.

³⁵⁴ José Oliveira de Souza, mestre do Divino Espírito Santo, da comunidade de Santa Terezinha do Tauiry. As informações são o resultados de entrevistas realizadas em 2008 e 2018.

O “giro” é realizado através de um movimento anti-horário e inicia entre 19 e 23 de maio de cada ano. Como se trata de uma manifestação tradicional, o “tempo do giro” promove grande expectativa por parte dos promesseiros, pois todos os anos os foliões do Divino manifestam-se aos promesseiros nas comunidades ribeirinhas do sudeste paraense. A conclusão do círculo de visitas marca, também, os preparativos para o festejo do Divino Espírito Santo. As festividades são realizadas em volta ao ponto inicial do “giro”, na capelinha da comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, igreja Santa Terezinha (*Figura 17*). Não existe dia determinado de fechamento do círculo, segundo o senhor José Oliveira de Souza, mestre do grupo de foliões do Divino, são cerca de 25 e 30 dias de percurso com a realização do festejo de encerramento da peregrinação no mês de junho.³⁵⁵ Como a prática do “Divino” é um ato repetitivo e certo a cada ano, os promesseiros já reservam com antecedência, segundo José Oliveira, os alimentos para doação e usufruto dos foliões. Há promesseiros que preservam cargas inteiras de frutas, outros guardam farinha, arroz, animais, etc., como forma de pagamento pelas graças, oferecendo os produtos para a realização da festa do Divino Espírito Santo.³⁵⁶

A festa do Divino Espírito Santo na região de castanhais do sudeste paraense caracteriza-se por uma manifestação religiosa que envolve um número significativo de camponeses zelosos por suas crenças. Por isso, durante determinado período, de maio a junho, os devotos direcionam suas concentrações às suas obrigações com os acontecimentos religiosos. O festejo do Divino com as sucessivas atividades ligadas a ele, se configura em uma das mais importantes ocupações dos habitantes dos castanhais, na comunidade do Tauiry e outros povoados ribeirinhos. Além do período dedicado às atividades do Divino, outras ações e crenças sempre regularam o cotidiano nas comunidades castanheiras, como já mencionamos algumas e, por isso, seus modos de vida se desenvolveram à margem da grande economia castanheira. Assim, com o objetivo de apresentar as condutas e posicionamentos expressos pelos habitantes dos castanhais, selecionamos alguns personagens que nos apresentam características dos cotidianos historicamente mantidos nas comunidades castanheiras. Optamos por arguir os sujeitos que viveram na região no período em estudo, entre 1930 e 1964, destacando seus modos de vida, as tradições, as crenças e as formas de adaptação ao lugar dos castanhais.

Como já apresentamos, anteriormente, as aversões dos castanheiros locais com relação às legislações dos castanhais e monitoramento na coleta de castanha, exemplificamos a seguir às reações mais recentes desses indivíduos perante a possibilidade de suas remoções

³⁵⁵ *Idem.*

³⁵⁶ *Idem.*

promovidas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) na década de 1980. O objetivo em buscar esse acontecimento, localizado fora do nosso recorte, é reforçar o argumento de que os cotidianos desenvolvidos nos castanhais do sudeste paraense pelos castanheiros locais, desenvolveram-se alheios às políticas econômicas empregadas pelos governos municipais, estaduais ou federais. Além disso, devido à ausência de documentos que nos fornecessem maiores detalhes sobre a vida cotidiana no interior dos castanhais da região no período especificamente estudado. Buscamos, portanto, uma análise mais próxima do presente, entre o final dos anos 1970 e meados de 1980, mas com reflexões sobre tempos passados, os tempo dos castanhais do sudeste do Pará, entre 1930 e 1964.

A Usina de Tucuruí, segundo o sociólogo Antônio Carlos Magalhães, teve sua construção iniciada no começo dos anos 1970, como um dos Grandes Projetos para a Amazônia durante o regime militar, e se alongou até 1985. De acordo com esse autor, a barragem da hidrelétrica viria a inundar, a partir de setembro de 1984, um total de 2.430 quilômetros quadrados ou 243 mil hectares de terras.³⁵⁷ O empreendimento, inclusive, afetou além de outros, a vida natural dos ribeirinhos instalados na região de Itupiranga e Marabá, o que forçosamente conduziria ao redimensionamento do espaço rural socialmente ocupado, como afirma o sociólogo Antônio Magalhães.³⁵⁸ Este redimensionamento, segundo o mesmo autor, implicou “nas transformações relativas às atividades econômicas desenvolvidas pelos regionais”, como a extração da castanha, da pesca, da caça, e da pequena produção agrícola.³⁵⁹ A nossa observação parte, exatamente, da ação da Eletronorte em remanejar os trabalhadores da comunidade de Santa Terezinha do Tauiry e das famílias ribeirinhas do entorno. Ela se configura com a iminência da relocação, ação que levou as comunidades daquela região a se sensibilizarem com seu locais de costume e a reagirem em favor dele. Essa manifestação das comunidades castanheiras, não se resume aos sentimentos relacionados às características em que se encontravam as estruturas comunitárias à época da remoção, mas ao que elas representavam como lugares de memória.

Em comentário sobre a instalação da Usina, a socióloga Sônia Barbosa Magalhães afirmou que houve um processo formal de expropriação da população ribeirinha do sudeste do Pará entre 1979 e 1984. Com base no pressuposto de que a região, que seria inundada, era um “vazio social”, e com a justificativa da ausência de propriedade e economia de mercado, de um

³⁵⁷ MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os Projetos Econômicos do Estado. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando:** o impacto do grande capital na Amazônia. Vozes/NAEA/UFPA, 1991, p. 98.

³⁵⁸ *Idem.*

³⁵⁹ *Idem.*

baixo índice populacional e de analfabetismo, a Eletronorte investiu na remoção dos moradores e sua expropriação. Para a concretização do ato, a empresa de eletricidade patrocinou a construção de vilas na cidade de Itupiranga, além da criação de uma Nova Jacundá a fim de abrigar os moradores das comunidades ribeirinhas da região.³⁶⁰ Conforme Sônia Magalhães, a transferência foi executada, tendo em vista que a Usina de Tucuruí havia sido planejada partindo de uma concepção dominante, de que a construção de barragens em território brasileiro tratava-se de extrema necessidade. Pela extensão da usina, conforme Sônia Magalhães, haveria a formação de imensos reservatórios de acumulação hidráulica, chegando a 2.430 km², inundando grandes áreas do município de Tucuruí e Itupiranga. O território inundado compreendia dezenas de pequenos povoados, sedes municipais e áreas indígenas. Em função disso, argumenta a autora, foram transferidas cerca de 23.871 pessoas, dentre essas, aproximadamente 4.300 famílias seriam desapropriadas, dos quais, 60% tratava-se de pequenos produtores e coletores residentes nas áreas consideradas rurais pela Eletronorte, ou seja, “as ocupações fora dos povoados, dispersas ou reunidas em pequenos aglomerados no interior da mata”.³⁶¹ Reiteramos que, a comunidade de Santa Terezinha do Tauiry compôs essa estatística, junto a outras comunidades ribeirinhas do seu entorno.

A implantação desse projeto hidrelétrico pela Eletronorte provocou, claramente, um confronto de interesses entre a empresa e os castanheiros locais, em comunidades castanheiras no sudeste do Pará. Portanto, para compreendermos esse confronto entre os executivos da hidrelétrica e os castanheiros habitantes da comunidade referida, é pertinente a análise do comentário feito pelo senhor Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano” (*Figura 18*). Em sua fala, o senhor Luiz Gomes revela as atitudes da Eletronorte em relação aos moradores ribeirinhos da região na fase de preparativos para o funcionamento da Hidrelétrica, mas mostra também a reação dele como morador da comunidade do Tauiry frente às imposições da empresa. Nos discursos de Luiz Gomes, aparecem os interesses de ambos os lados. Primeiro a concepção da natureza como objeto, cujo interesse é essencialmente a aquisição de recursos, no caso da empresa, em contraposição à concepção da natureza como sujeito, onde prevalece a reciprocidade homem/natureza, no caso de Luiz Gomes. Afinal, como argumenta Antonietta Antonacci, as florestas para as populações que aprenderam a viver nela não são tomadas como objetos, “mas como sujeitos, integrantes de sua vida cotidiana, como parceiros com quem

³⁶⁰ MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: A dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes/NAEA/UFPA, 1991, p. 178-179.

³⁶¹ MAGALHÃES. *Op. Cit.*, p.177.

compartilham o viver, o trabalhar, o pensar, as crenças e os valores que fazem parte do ser e estar na mata”.³⁶²



Figura 18: Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, vive sozinho em sua casa na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry. Durante a transferência para a cidade de Itupiranga, o senhor Luiz permaneceu na comunidade, seu lugar de origem. As informações são o resultado de entrevistas realizadas em 2008 e 2018. 2008. Acervo pessoal.

O que percebemos, através de entrevistas na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, foi que havia uma dependência de seus habitantes com relação ao “conhecimento empírico do ciclo das chuvas, da qualidade dos terrenos, da germinação das plantas etc., que habitualmente têm como referência o meio ambiente, a fauna, a flora etc., de uma região determinada”. Portanto, a ruptura com o habitat original constituiria profunda violência à suas tradições.³⁶³ Neste caso, é pertinente a observação de Marina Maluf, a propósito, argumentando com Michael Pollak: “a memória coletiva (oficial) pode significar a própria exclusão de indivíduos e grupos que ficam condenados a zonas de ‘não-ditos’, cujas experiências comprometem a continuidade e estabilidade ideal da memória oficial”.³⁶⁴ A respeito desse

³⁶² ANTONACCI. *Op. Cit.*, p. 195-196.

³⁶³ MAESTRI, Mário e FIABANI, Adelmir. **O mato, a roça e a enxada:** A horticultura quilombola no Brasil escravista. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistências nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 73.

³⁶⁴ MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliana, 1995, p.36.

conflito de valores no sudeste do Pará, a entrevista com Luiz Gomes da Silva é esclarecedora, já que segundo ele, a Eletronorte havia feito um conjunto de casas na cidade de Itupiranga, com o intuito de transferir os moradores da comunidade do Tauiry para às citadas moradias. Enquanto isso, os funcionários da empresa de energia apresentavam o discurso de salvação pública, nesse ponto de vista, a ação de retirada, argumenta Luiz Gomes, constituía em algo bom. Conforme o entrevistado, enquanto uns funcionários da hidrelétrica se encarregavam de transportar os moradores da comunidade para Itupiranga, outros permaneciam no local com a função de derrubar as casas. Segundo Luiz Gomes, a atitude dos técnicos da empresa demonstrava preocupações com os possíveis retornos dos relocados às áreas que certamente seriam inundadas. Havia grande preocupação por parte da empresa, que todas as localidades fossem “esvaziadas”, devido aos riscos de acidentes e doenças. Por outro lado, o senhor Luiz Gomes se negou a sair da comunidade. Conforme sua fala: “eu nem cheguei a ir, eu fiquei aqui, eu gosto daqui que na hora que dar vontade de pescar, pego a canoa e vou pegar meu peixinho. Muita coisa que eu preciso tem aqui. Aqui é tranquilo, eu gosto de pescar e de caçar”.³⁶⁵

A exposição de Luiz Gomes revela a existência de conhecimentos que se constituíram em estratégias de sobrevivência. Manifestaram seus saberes proporcionados pelos meios naturais em um ritmo ditado pela própria natureza, como por exemplo, a orientação espacial e o manejo da floresta. A cultura produzida esteve intrinsecamente relacionada ao universo mental de seus mentores. A necessidade cotidiana exigiu, além dos apetrechos para a pesca, a fabricação dos abanos e dos fogões a lenha, a preparação das cabaças, a produção dos côfos, das esteiras, a culinária, a fabricação das canoas, arquitetura de suas casas, como apresentados adiante. Sobre o conhecimento do lugar, os habitantes dos castanhais adquiriram a capacidade de locomoção na floresta, rios e igarapés. Na vida cotidiana desenvolvida nos castanhais do sudeste paraense, as práticas e as representações foram tomadas como dimensões inextrincáveis da vida cultural, alimentandas mutuamente, sem que as fossem possível compartimentá-las.³⁶⁶

Devido à forte relação dos indivíduos com os seus lugares na comunidade castanheira, marcada pelas ações cotidianas historicamente desenvolvidas, assim como Luiz Gomes, outros ainda mantiveram suas roças e vazantes ou continuaram a caçar e viver também da coleta de frutos ou pescas. Os castanheiros continuaram vinculados às características

³⁶⁵ A primeira entrevista com o Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, foi em 2008. Porém, tivemos um novo contato em 2018, a fim de ratificar sua fala e contextualizar a ação. Luiz Gomes tem 73 anos e nasceu na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, em Itupiranga.

³⁶⁶ LUBAR, Steven e KINGERY, W. David (Ed.) **History from things: essays on material culture**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993, p. 27.

naturais, não se desfazendo de seus laços com os lugares nos castanhais. Porém, enquanto uns simplesmente retornaram aos seus antigos espaços ou proximidades, outros não se deram ao trabalho de sair, permaneceram nos seus lugares tradicionais ou nos seus entornos, fazendo dos elementos da cidade apenas complementos não muito importantes.

A exemplo de Luiz Gomes, outra personagem dessa história é Sizinando Gomes, o “seu Zizi”. Este foi nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry e, se lembra muito bem dos tempos anteriores, tempos de farturas de peixe, de caça e abundância de castanha e de outros frutos como, o cupuaçu, açaí, a bacaba, todos em seu tempo. Observamos na fala do “seu Zizi”, a sua satisfação em ser do lugar, elogia o clima e exalta as lembranças dos pais. Segundo ele, em torno daquela antiga comunidade, a vida se tornou bem mais fácil, já que, tradicionalmente, se viveu da roça, do garimpo, do peixe, da caça. De acordo com Sizinando, ele estava acostumado com o ambiente da comunidade, a cidade, para ele, apresenta dificuldades, enquanto que no lugar onde mora tudo é mais fácil, quase tudo pode ser plantado e colhido. Na fala de Sizinando, é possível perceber a exposição de alguns locais de memória:

Quando a Eletronorte tirou o povo daqui da Vila pra levar para as casas em Itupiranga era umas 35 pessoas, e dessas, 15 ou mais gente voltou e outros vivem falando em voltar, se achar casa pra comprar aqui eles voltam. Em 80, a água arrancou tudo, a rua da beira acabou, tinha igreja, tinha tudo, depois que o pessoal voltou veio aqui pra cima, eles venderam as casas que tinham ganhado da Eletronorte lá na cidade pra vir de novo pra cá, e eu fui um deles.³⁶⁷

A exposição de Sizinando, revela diversos movimentos cotidianos que caracterizavam a sua vida na comunidade castanheira do Tauiry, além disso, apresenta a capacidade de sobrevivência na floresta, seguindo ritmos determinados por variados produtos naturais em diferentes tempos. Fala-se das variadas ocupações ditadas pelo espaço da floresta. Os recursos naturais em torno dos espaços tradicionalmente ocupados estão no cerne dos discursos formulados pelos tauirienses. O prazer de “estar lá” e o orgulho de “ser de lá” perpassa os depoimentos.

Outras informações sobre o cotidiano nas comunidades castanheiras foram tomados na entrevista com o senhor Mariano Coelho, também morador de Santa Terezinha do Tauiry desde 1955. Para ele, a sobrevivência na cidade para quem se acostumou a “viver no mato” é extremamente difícil, já que nos espaços que ocupa tem tudo que precisa: os medicamentos ideais para curar os males, os frutos da floresta e os animais de caça preferidos.³⁶⁸ A série de benefícios oferecidos pelos espaços dos castanhais citados por Mariano Coelho, caracteriza seu

³⁶⁷ Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 2008 e 2018.

³⁶⁸ Mariano Coelho de Almeida, 2008 e 2018.

envolvimento com o lugar que escolheu para viver, pois seu conhecimento provém dos mecanismos apresentados pela natureza do lugar. O cotidiano vivido em uma comunidade no interior dos castanhais do sudeste paraense, produziu também conhecimentos e crenças associados às ervas medicinais. O castanheiro Mariano Coelho, nos apresenta o “jambu” para problemas renais e no fígado, o “quebra pedra”, passou a “santo remédio” para aliviar as dores no corpo ou o “gervão” para curar a febre. A esses, seguem o “chá do picão”, conhecido também como “carrapicho de agulha” para aliviar a malária, o óleo da copaíba como cicatrizante, a “batata de purga” para a cura de complicações intestinais, a “semente do pião”, para purificar o sangue, “o mastruz”, para combater vermes intestinais. A exposição de Mariano Coelho sobre a comunidade castanheira do Tauiry, revela as históricas características cotidianas dela. De acordo com a sua fala:

Naquele tempo tinha muita carne de caça, tinha nossa roça, o açaí, a bacaba, o cupu (...) ninguém estava acostumado com a vida de lá, aqui você pega um peixinho, uma caça e vai passando a vida, lá tudo é comprado, a comida, o remédio, aqui não. Quando a gente adoce toma remédio caseiro, remédio do mato. Aqui o pessoal antigo fazia muito remédio do mato, hoje não, já tão deixando, mais ainda tem muito, as pessoa ainda faz muito com planta e raiz.³⁶⁹

Nos depoimentos tomados na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry e entorno, os indivíduos consultados foram unânimes em caracterizar a região como lugar de fartura e rico em recursos medicinais. A fala da senhora Maria das Graças Pereira Gomes, a “Gracinha”, também filha da Comunidade, acrescenta às afirmações anteriores. Conforme Maria das Graças, a dinâmica cotidiana girava da aquisição de produtos necessários à sobrevivência: a extração da castanha, o trabalho no garimpo, a prática da pesca e da caça, os saberes medicinais mais diversificados e peculiares. Dizia ela que, “no tempo dos castanhais” ia com suas filhas para a floresta coletar castanha, além de praticar a pesca e garimpar. Quando alguém adoecia, argumenta ela, recorria aos medicamentos naturais, extraídos diretamente da floresta. Maria das Graças lembra alguns conhecimentos construídos na comunidade, mas que também regulavam às ações em função das crenças e das ações práticas,

o purgante, tira da mamona, pra gripe e dor de urina se usa o óleo da andiroba, o óleo do cupu pra cicatrizar feridas, pra gastrite é o picão e pro fígado o jambu e o chá da casca de laranja. Pra ataque de verme é bom o mastruz, tomar em jejum. Aqui, se cobra morde alguém tem o fel da paca pra remédio e também a castanha pilada no pilão com casca e tudo e misturada com água, também serve pra mordida de cobra. A vida pra nós é mais fácil, tem o peixe, a caça, a castanha, a madeira, o açaí, a bacaba.³⁷⁰

³⁶⁹ Mariano Coelho de Almeida, 2008 e 2018.

³⁷⁰ Maria das Graças Pereira Gomes, 57 anos e nascida na comunidade do Tauiry, em Itupiranga. Entrevista em 2008 e 2018.

O fato dos habitantes dos castanhais estarem vinculados ao ambiente do sudeste do Pará, e em torno do qual se fundiu com a cultura produzida, tais espaços passaram a representar as vidas dos indivíduos a partir dos sucessivos feitos como frutos do trabalho e de tradições. Eles mesmos passaram a perceber a importância do lugar como espaço seu e inerente a sua história de vida, afinal o que haviam produzido e aprendido estava ali. O senhor Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, também expressou sua opinião acerca dos recursos naturais da região e como eles determinaram o cotidiano à época dos castanhais. Segundo ele,

No tempo da castanha nós ia pro castanhal e levava só um pouquinho de farinha e lá no mato comia com castanha, me cansei de sair cedinho e voltar só a noite só comendo castanha e voltava com cinco lata no paneiro. Na mata a gente tem tudo, onde não tinha grotá nós costumava procurar o cipó de água, mucunã, o sambaíba, o cipó rio preto dar muita água, por isso que eu gosto daqui. Também o cipó timbó pra fazer paneiro e o jamaxim. O cipó titica aqui tinha muita gente que fazia cadeira com ele, eu era um que tirava o cipó titica, cansei de tirar cipó no mato e vender pra eles.³⁷¹

Sobre a análise do cotidiano na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, região de castanhais do sudeste do Pará, verificamos outras práticas que condicionavam a vida dos castanheiros locais. Caçavam através de metodologias específicas, fazendo uso dos recursos disponíveis no lugar. O castanheiro Sebastião Pereira Soares, apresenta outra forma de aquisição de alimentos para muitos moradores da região, eram os “torrões” que ocupavam, em muito, os ribeirinhos do sudeste do Pará. Conforme Sebastião, antes da construção da barragem de Tucuruí, a metodologia de caça era turrão.³⁷² Essa ação se dava, quando o rio estava cheio e formava pequenas ilhas, os torrões. As palavras de Sebastião, revelam, além de métodos de caça, algumas crenças relacionadas às práticas de aquisição de alimentos, bem como, as suas lembranças de um passado anterior aos alagamentos provocados pela hidrelétrica de Tucuruí. Dizia ele que, na região, em tempos anteriores à barragem, gastava-se muito tempo realizando caçadas nos torrões, quando tudo era mais fácil. Por ter se tornado habitual a procura por animais de caça e devido facilidade em consegui-los, quando não conseguiam revelavam diversas crenças. Nas palavras de Sebastião, “naquele tempo o caçador que estava ruim para matar caça, fazia simpatia, uns passava três vezes em baixo da raiz de paxiúba³⁷³ com todo o equipamento de caça ou fazia defumador, queimando o cipó curimbó, pena de aves do mato e cabelo da própria caça”.³⁷⁴ Esse argumento está de acordo com o que propunha o historiador

³⁷¹ Luiz Gomes da Silva, 2008 e 2018.

³⁷² Metodologia de caça em período de enchente, quando no subir das águas os animais ficam ilhados.

³⁷³ Árvore nativa da Amazônia de raízes externas e com espinhos.

³⁷⁴ Sebastião Pereira Soares, 61 anos. Vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, entrevista realizada em 6 de julho de 2008 e 2018.

Philippe Áries, em seus estudos acerca da concepção de tempo nas sociedades inglesas pré-industriais, oportunidade em que discutiu os limites temporais dos indivíduos através de suas ações cotidianas de trabalho, alimentação, repouso, orações, enfim, reflexões acerca de ações determinadas pelo tempo por meio de uma espécie de compromisso, de orientação.³⁷⁵

Também moradores da Vila de Santa Terezinha do Tauiry, o casal Guilherme Costa Nascimento e dona Dalva, dedicam a maioria do tempo à agricultura em uma propriedade próxima ao povoado. Segundo o senhor Guilherme, a sua vida se resume àquele lugar, “nas roças de mandioca, arroz, nos abafados de feijão³⁷⁶ e no ritmo das caçadas. Segundo Guilherme, é o que sabe fazer de melhor e que faz “com gosto”.³⁷⁷ Em sua propriedade, com grande área de floresta nativa, é possível ver plantações em torno do barracão aberto, local onde Dona Dalva prepara a comida. Na mata fechada, foram aparecendo os vestígios das técnicas empregadas para a caça a animais silvestres, como o “mutá” e a “varrida”.³⁷⁸ A fala do senhor Guilherme revela também os diversos conhecimentos sobre o lugar onde vive faz muitos anos. Para Guilherme Costa, com a mata preservada se encontra mais facilidade e êxito nas caçadas, assim, segundo ele, não intimida os animais. Segundo Guilherme, sempre foi costume dele e familiares a prática de caça. E afirma, “quando não é na espera do mutá é na varrida no chão mesmo [...]”. Daqui dessa mata também serve pra tirar a madeira pra fazer as casas do paiol, a casa de forno e o barraco de morar, como o pé de goiaba de porco que é madeira boa pra casa. O pé de cundururu serve pra fazer caniço de pescar.³⁷⁹ Os valores desenvolvidos na propriedade do senhor Guilherme estão relacionados ao que propôs Antonacci, sobre à “garantia das condições de preservação das áreas que ocupam e ao respeito por suas culturas e por suas racionalidades nos usos tradicionais dos recursos naturais”.³⁸⁰ Os habitantes dos castanhais do sudeste do Pará, adquiriram concepções próprias e com significados peculiares, neste caso, conforme Antonacci, “suas relações com a natureza dizem respeito a suas experiências, culturas e ao seu fazer-se como sujeitos históricos”.³⁸¹

As condutas e os posicionamentos dos habitantes de comunidades ribeirinhas, como a do Tauiry, em Itupiranga, nos levou a entender, além de seus relacionamentos com o lugar

³⁷⁵ ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990, p. 468.

³⁷⁶ Plantação específica de feijão, cujo método é jogar as sementes em meio à “juquira” (matos nascidos após a derrubada de floresta nativa) e logo após roçá-la, abafando as sementes semeadas.

³⁷⁷ Entrevista com o senhor Guilherme Costa Nascimento, 57 anos e, a 32 na região. Em 2008 e 2018.

³⁷⁸ Caminhos abertos na floresta e minunciosamente varridos para a locomoção do caçador à noite. O objetivo é não entrar em contato com as folhas, evitando ruídos.

³⁷⁹ Guilherme Costa Nascimento, 2008 e 2018.

³⁸⁰ ANTONACCI. *Op. Cit.*, p. 201.

³⁸¹ ANTONACCI. *Op. Cit.*, p. 198.

onde vivem, os seus cotidianos que, por sua vez, revelam suas crenças e ocupações. A decisão de se manterem em seus espaços expropriados pelo projeto de Tucuruí e diante das persistentes legislações imprimidas aos castanhais, certamente foi um marco determinante para a formulação de estratégias que visavam à permanência nos antigos espaços, o lugar de onde tiravam seus sustentos. Foram manifestações de persistência movidas pelo desejo de permanecer nos espaços construídos por eles, onde estavam seus feitos e saberes. A partir desse vínculo aos espaços construídos que os vazanteiros³⁸² de Itupiranga, por exemplo, desenvolveram notas de repúdio às atitudes da Eletronorte, em 1980, cinco anos antes do funcionamento da Usina de Tucuruí. Conforme Sônia Magalhães, foi o ano da primeira manifestação política daqueles camponeses contra o processo expropriatório. Segundo ela, os vazanteiros expropriados reivindicavam indenizações, questionavam valores a pagar, exigiam outros lotes substitutos e ignoravam a lista de camponeses inseridos no processo indenizatório. E se seguiram as exigências a partir de 1980, com ocupações de propriedades privadas e instalação de acampamentos nas dependências da Usina. Os agricultores criaram, inclusive, uma “Comissão Representativa dos Expropriados” e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, objetivando a revisão da política da Eletronorte para os relocados da barragem.³⁸³

No decorrer do processo de ocupação da região sudeste paraense e, sucessivamente, durante o seu desenvolvimento econômico, a sua população foi tomando duas direções. Um primeiro grupo ocupou os espaços mais afastados dos núcleos urbanos e, conseqüentemente, foram adequando seus hábitos e crenças ao ambiente local. Os modos de vida em que esses grupos estavam submetidos, na pequena agricultura, na caça, na pesca, nas obrigações religiosas e credices relacionadas às atividades cotidianas, acabaram por colocá-los em situação diferentes daquelas propostas pelos discursos políticos e pelas regras econômicas. Foram constituídos em comunidades da floresta, alheios às exigências de progresso empregadas pelos comerciantes do caucho e, sobretudo, da castanha. Um segundo grupo, apareceu com às atividades econômicas de exportação, primeiro com o caucho, seguido por atividades não tão importantes de criações de animais e, posteriormente, com a castanha. A base de sustentação desse segundo grupo, passou a ser a política partidária, movida, principalmente, pelos interesses e os favorecimentos externos à região sudeste paraense. No capítulo seguinte, iniciaremos uma discussão sobre o fenômeno político empregado à região em função, sobretudo, da valorização econômica dos castanhais.

³⁸² Trabalhadores camponeses cuja dedicação é cultivar nas terras de vazantes dos rios.

³⁸³ MAGALHÃES. *Op. Cit.*, p. 187.

CAPÍTULO III - Os castanhais nos discursos de Mendonça e Barata

O objetivo central desse terceiro capítulo é mostrar a formação dos discursos e disputas políticos responsáveis por sustentarem os castanhais enquanto representações de riqueza, o “ouro pardo”. Para tanto, em primeiro momento, procuramos destacar as personagens e as ações responsáveis por elevarem os castanhais paraenses à posições de destaque. Iniciamos com as primeiras décadas do século XX, justamente quando da necessidade de reconstituição de receitas pelo Estado paraense, em decréscimo devido à desvalorização da borracha amazônica. Além do mais, as primeiras décadas daquele século apresentaram momentos de incertezas econômicas e também políticas no país.

No lado político, o modelo oligárquico começou a ser questionado, com maior intensidade, por outros grupos desfavorecidos pelas tramas partidárias da época, sobretudo militares. Em âmbito nacional cresciam as rivalidades políticas que resultariam no Movimento de 1930 e na ascensão de novas características de governo, cuja maior referência seria Getúlio Vargas. Grandes economias que outrora haviam se tornado as principais fontes de renda e tributos no país e na região amazônica, agonizavam. Assim, no sudeste brasileiro, o café gradativamente deixava o posto de principal produto de exportação do país, desvalorizado por uma situação nova, a crise do capitalismo. Devido aos grandes empreendimentos seringueiros desenvolvidos pelos ingleses na Ásia, a produtividade de borracha na Amazônia perdeu valor e, conseqüentemente, declinou. No Pará, devido à extrema dependência econômica da borracha, as lideranças políticas paraenses ansiaram por outras referências que pudessem substituí-la. Naquele momento, os castanhais no Estado passaram, sucessivamente, à representações de riquezas, fato que estimulou o então governo paraense de Dionísio Bentes (1925-1929) a mudar o foco econômico, deixando os seringueiros e priorizando os castanhais.

Metodologicamente, propomos um estudo dos elementos políticos anteriores a 1930, a fim de compararmos interrupções e continuidades em meio às novas possibilidades político-governamentais que se seguiram após 1930. Como investimos em uma ideia de visibilização dos castanhais do sudeste do Pará, trabalhamos com a noção de discurso enquanto fator gerador de instituições imaginárias na sociedade e como meios de expressões ideológicas. Com esse aporte, pretendemos enfatizar a elevação dos castanhais como representação de riqueza e prosperidade econômica do Pará pós-borracha. Sugerimos, assim, que os efeitos dessas ações acerca dos castanhais do sudeste paraense tenham estimulado às intervenções do

então secretário geral do Estado, Deodoro Machado de Mendonça através de uma política de apropriação referendada pelo estilo político patrimonialista da Velha República (1889-1930). Como atestaremos no desenvolvimento deste capítulo, no sudeste paraense, Deodoro de Mendonça impunha um conjunto de regras de apropriação e concessão de castanhais de modo que o favorecesse, sem uma oposição que pudesse contrariá-lo. Defendemos, também, a forte influência política estadual sobre o lugar dos castanhais e descartamos, com base em um debate historiográfico, a predominância de oligarquias locais.

Com relação a visibilidade adquirida pelos castanhais do sudeste do Pará e a predominância do poder político estadual na região, adotamos um marco como referência. Sugerimos, neste caso, que logo na primeira visita de Mendonça à região sudeste do Pará em 1926, seus castanhais se tornaram maiores produtores de castanha, superando grandes destaques nessa atividade econômica como, Alenquer e Óbidos, no baixo Amazonas. A estrutura montada em torno dos castanhais do sudeste do Pará, portanto, criou possibilidades de apropriações livres por parte dos que detinham o poder político estadual, transferido ao local, período em que Mendonça tornou-se o maior detentor de propriedades de castanhais no sudeste paraense. A busca pelo controle dos castanhais em função da sua valorização, resultou em novas formas de ver e tratar a região do sudeste do Pará. Os territórios de castanhais foram transformados, naquele período, em sinônimo de riqueza. Porém, os castanhais do sudeste do Pará só ganhariam maior representatividade econômica quando passaram a ser objetos de disputas. Quando foram almejados e desejados por grupos políticos antagônicos. Essa disputa seria percebida a partir de 1930.

As mudanças políticas surgidas com a “Revolução de 1930”, portanto, não foram tomadas por um acaso neste trabalho. A sua relevância está no fornecimento de referências ideológica para a análise dos castanhais e suas formas de funcionamento a partir de então. As novas ações políticas foram coordenadas em âmbito nacional pelo presidente Getúlio Vargas, que tratou de constituir uma oposição ao modelo governamental descentralizado vigente no período pré-revolucionário, tomando o controle das instituições e centralizando às decisões. O que veremos é que o reflexo da política varguista no Pará se deu com a política de Interventoria orquestrada por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. As ações de Barata, influenciaram diretamente no funcionamento dos castanhais paraenses. Com ele, novas estruturas de funcionamento teriam sido pensadas para os castanhais. As regiões castanheiras ganhariam mais atenção com a criação de regras específicas que regulamentariam a distribuição de terras de castanhais no Estado. Com a fundação de uma Inspeção de Castanhais em 1931, o governo estadual passaria a regular e limitar a distribuição de castanhais e centralizar suas concessões

na Interventoria estadual. Através da Inspetoria, um conjunto de regras determinou o baratismo. No sudeste do Pará os seus efeitos se deram através do controle sobre as concessões de propriedades de terras, revogando as legislações anteriores que haviam favorecido o acúmulo de castanhais no Estado.

No âmbito estadual, as imposições baratistas acabaram por possibilitar o aparecimento do fenômeno que caracterizamos de machadismo, sentimentos de oposição externados por Deodoro de Mendonça. As expressões do machadismo constituíam-se pelas reivindicações dos castanhais que foram perdidos com a nova legislação implementada por Magalhães Barata. Aquele sentimento de revolta e oposição de Mendonça, com relação ao baratismo, se estendeu por três períodos políticos paraenses: durante os dois governos de Magalhães Barata, de 1930 a 1935 e 1943 a 1945, além de ser percebido durante o governo paraense do Partido Social Democrático (PSD) entre 1945 e 1951, porém, neste período, adequado às particularidades da região de castanhais do sudeste paraense. A oposição machadista à política de Magalhães Barata, pelo fato de desejar os castanhais e sempre buscar o seu controle, teria transferido ao produto de castanha da região sudeste paraense um alto valor, elevando-a à principal economia regional e a única capaz de suprir as necessidades da receita pública.

3.1. Os castanhais entre interesses locais e estaduais

Para melhor apresentarmos a transformação dos castanhais do sudeste do Pará em economia promissora, iniciamos apresentando as principais ações que proporcionaram a sua visibilidade em 1926, pois, esse marco nos fornecerá elementos históricos para a compreensão de sua dinâmica de funcionamento a partir de então. Estamos considerando que no sudeste do Pará, as primeiras concepções de castanhais como representação de riqueza foram gestadas no governo de Dionísio Ausier Bentes, através da intervenção do seu secretário geral Deodoro Machado de Mendonça. Consideramos, também, que o evento direcionou aos castanhais ações que exaltaram sua imagem como de grande potencial econômico e determinaram a sua forma de funcionamento socioeconômico e também político. Deste modo, as ações de Deodoro de Mendonça relativas aos castanhais do sudeste paraense servirão de referência para sucessivas comparações a outros tratamentos dados à região dos castanhais do sudeste do Pará por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, o qual apresentaremos mais adiante. Para interpretarmos as atitudes desses protagonistas com relação ao sudeste paraense, seus discursos e pretensões acerca da região, recorreremos à produção bibliográfica, cujas informações se direcionam às características históricas de cada um deles: engajamento político, posicionamento e formação social, tendo em vista que foram suas características sociopolíticas que, sucessivamente, instruíram e construíram, a seus modos, as estruturas que possibilitaram o funcionamento dos castanhais do sudeste paraense.

Neste sentido, investimos em primeiro lugar, no mapeamento das linhagens políticas e ideológicas de Mendonça e Barata a fim de compreendermos suas formações e concepções políticas, com a pretensão de interpretarmos seus discursos e suas atitudes práticas. Os dados serviram de referências para compreensão da estrutura histórica de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará no recorte escolhido, 1930 a 1964. Para tanto, procuramos resolver os seguintes problemas: Que concepção política deu origem aos castanhais do sudeste do Pará como sinônimo de riqueza em 1926, a partir das ações de Deodoro de Mendonça e como foi pensada a sua estrutura de funcionamento? Quais as características históricas da ideologia política emergente em 1930 com Magalhães Barata e como elas influenciaram no funcionamento dos castanhais do sudeste paraense? Qual a extensão da disputa entre as duas concepções de castanhais, a proposta por Magalhães Barata e a defendida por Deodoro de Mendonça? Quais os posicionamentos dos representantes políticos locais no sudeste do Pará perante às ideologias estaduais?

Considerando que os castanhais do sudeste do Pará foram transformados em sinônimos de riqueza, para estudá-los buscamos os mecanismos de análise da sociedade propostos pelo filósofo francês Cornélius Castoriadis. Traçamos um método de explicação a partir de seus argumentos voltados à formação e ao desenvolvimento de ideologias marxistas que, por sua vez, teriam sido repensadas no meio da própria sociedade e adequadas às necessidades peculiares. Partindo desse pensamento, ele procurou mostrar uma constante reconstrução histórico-social a partir da ação do que chamou de instituição imaginária da sociedade. Esta se dá, quando o imaginário social cria as linguagens, as instituições e os costumes. O imaginário social constitui-se, conforme Castoriadis, “na criação incessante indeterminada, social-histórica e psíquica de figuras, formas ou imagens. Aquilo que denominamos realidade e racionalidade são seus produtos”.³⁸⁴ Tratam-se, portanto, de situações forjadas, instituídas e tomadas como reais, pois para o filósofo, realidade e racionalidade acabam se tornando produtos de um imaginário social, já que todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e a história. “Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu ‘objeto’ é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico”.³⁸⁵ Conforme Castoriadis, a sociedade é uma autocriação. O ser humano cria significações ao se articular com a sociedade, por sua vez instituidora de sentidos e instituída por sentidos que são também criações. Acerca da produção de discursos que difundem uma determinada realidade almejada, como verificado no sudeste do Pará no decorrer da visibilização econômica dos castanhais, lembra Castoriadis que a auto-instituição da sociedade é a criação de um mundo humano: de coisas, de realidade, de linguagens, de normas e de valores. É o que constitui, em primeiro lugar e acima de tudo, a criação do indivíduo humano no qual a instituição da sociedade estar solidamente incorporada.³⁸⁶ Nesse sentido, os castanhais do sudeste do Pará, foram resinificados pelos discursos de políticos paraenses e transformados, sobretudo, em fonte de renda pública, criando também possibilidades de acúmulo de recursos privados. Por outro lado, os castanhais da região já vinham sendo usados com outro sentido. A economia castanheira havia sido adequada à vida cotidiana dos habitantes dos castanhais e utilizada como um dos seus variados meios de sobrevivência, como apresentado no capítulo anterior.

³⁸⁴ CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13.

³⁸⁵ *Idem*.

³⁸⁶ CASTORIADIS. *Op. Cit.*, p. 271.

Com base nas indicações teórico-metodológicas propostas por Castoriadis procuramos identificar as expressões políticas e o imaginário social construído acerca da região de castanhais do sudeste do Pará, considerando que o objeto da história é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída e dada a ler. Em um dado momento histórico, instituiu-se um valor simbólico aos castanhais, delimitando-os enquanto lugares de memória e determinando sucessivas ações características e correspondentes a seu valor. Sobre a criação das noções de castanhais enquanto estruturas de desejo, dialogamos também com Michel Foucault e suas referências ao poder dos discursos na criação de uma base de percepção das coisas. Para Foucault, a verdade é produzida através de discursos e o saber construído como uma verdade está diretamente relacionado ao poder. Neste caso, investir na compreensão dos discursos é buscar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas.³⁸⁷ Ainda segundo Foucault, a verdade é deste mundo, e ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. A verdade é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, promovida por alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos, enfim, ele é objeto de debate político e de confronto social e constitui-se em objeto de disputa.³⁸⁸ Assim, o discurso é considerado como uma prática que advém da formação dos saberes e ela se articula com as outras práticas não discursivas, pois a produção discursiva funciona como um jogo estratégico, um espaço em que saber e poder se articulam, uma vez que, quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente.³⁸⁹ E assim como Foucault, trataremos como discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva. Tendo em vista que, o discurso não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história, mas é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.³⁹⁰

Para Foucault, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder”.³⁹¹ Dessa forma, o fato de Deodoro de Mendonça ter sido o agente político principal no processo

³⁸⁷ SEIXAS, Natália Silva dos Anjos e CASTRO, Avelina Oliveira de Castro. **Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense O liberal com seus adversários.** Revista Comunicação Midiática, v.9, n.1, p. 101-119, jan./abr., 2014, p. 108.

³⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2012, p. 52.

³⁸⁹ SEIXAS. *Op. Cit.*, p. 108.

³⁹⁰ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 132.

³⁹¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem dos discursos.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Edições Loyola, 1996, p. 10.

de visibilidade dos castanhais, além de grande orador, o aproxima da proposição foucaultiana acerca do ordenamento dos discursos. Pois o discurso associado ao desejo e ao poder não apresenta “nada de espantoso”, visto que ele não é simplesmente aquilo que manifesta o desejo, ou o oculta, é também, aquilo que é o objeto do desejo. Além disso, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.³⁹²

Assim, com referência a Michel Foucault, os discursos formulados por Mendonça, responsáveis por elevar os castanhais do sudeste do Pará a uma referência econômica importante para o Estado, traduziram a cultura política de uma época, a da Primeira República. Como anunciado na exposição biográfica a seguir, Deodoro de Mendonça representava uma personalidade política típica de seu tempo. A Primeira República, portanto, foi o lugar de onde partiram os discursos e onde foram determinadas as características das expressões e ações insinuadas pelo líder político. É também o lugar da imaginação social relacionada aos castanhais. Os valores políticos externalizados por Mendonça instituíram os castanhais, dando-lhes uma estrutura peculiar a seu tempo, forjando-os no imaginário social regional. Apadrinhado político por Virgílio Martins Lopes de Mendonça, seu tio, Deodoro de Mendonça investiu em sua formação intelectual tornando-se uma das principais referências do meio político paraense em sua geração. O que estamos defendendo é que o primeiro modelo de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará está relacionada a formação sócio-política de seu mentor, Deodoro de Mendonça.³⁹³

A fim de compreendermos as características dessa influência nos castanhais do sudeste do Pará, anterior a 1930, procuramos conhecer a formação social e política do responsável pela ação. Deodoro Machado de Mendonça nasceu na cidade de Cametá no baixo Tocantins, Pará, em 23 de agosto de 1889. Como estudante, dedicou-se ao curso de humanidades no então Ginásio Paes de Carvalho em Belém, ingressando em seguida, na Faculdade de Direito do Pará, onde bacharelou-se em 1912. Por influência familiar o cametaense acabou por ingressar na política. Mendonça, enquanto político, ainda governaria sua cidade natal no período de 1921 a 1923, quando foi convidado pelo governador paraense Antônio Emiliano de Sousa Castro (1921-1925) para assumir o cargo de Secretário Geral do Estado do Pará, função que também exerceria nos governos seguintes, de Dionísio Ausier Bentes e de Eurico de Freitas Vale. Eleito suplente de deputado federal pelo Pará no pleito de

³⁹² *Idem.*

³⁹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20M.pdf>> ACESSO EM 08 JUN 2015.

1927, Mendonça assumiu o mandato em maio de 1929 e o concluiu com o final da legislatura, em dezembro do mesmo ano. Em março de 1930, foi eleito deputado federal e voltou à Câmara dos Deputados, mas teve o mandato suspenso com o advento da “Revolução de 1930”. Desligado da política, Mendonça passou a dedicar-se à extração e ao comércio de castanha, sendo que o sudeste do Pará foi uma de suas referências. Formado em meio ao clima político da Primeira República (1889 a 1930), como membro das elites do período, aderiu ao movimento Constitucionalista de 1932.³⁹⁴ Deodoro de Mendonça ainda se elegeria mais uma vez deputado federal pelo Pará em outubro de 1934 na legenda da Frente Única Paraense e assumiria o mandato em maio do ano seguinte, quando criou a União Popular para fazer frente ao Partido Liberal, partido da base do “Movimento de 1930”. Porém, com o advento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, seu mandato foi novamente interrompido, as eleições foram suspensas e os partidos foram extintos. Após vencer a resistência de Getúlio Vargas ao seu nome, ainda ocuparia o cargo de Secretário Geral no início da Interventoria paraense de José Carneiro da Gama Malcher (1935-1943).³⁹⁵

As características políticas que se pode aplicar a Mendonça são perceptíveis em suas referências biográficas. De acordo com a bibliografia que trata da Primeira República, elas estão agregadas a uma estrutura tipicamente oligárquica e de auto favorecimento. Convém assinalar, conforme o pesquisador Almir Bueno, que uma oligarquia está constituída de um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, bem organizado e com fortes vínculos entre seus membros e cauteloso na admissão de novos membros. Caracteriza-se como “um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição”.³⁹⁶ Para o historiador Boris Fausto, a política oligárquica da Primeira República foi um estilo difundido pelo território nacional.³⁹⁷ Conforme o pesquisador Reginaldo Vieira, com a República foram eliminados “os chamados partidos anteriormente existentes, sem possibilitar condições e interpondo obstáculos para que novas organizações partidárias fossem criadas”. E continua afirmando, que, excetuando o Partido Comunista não se pode falar em partido político na Primeira República, mas em agrupamentos regionais, representando as oligarquias de cada

³⁹⁴ *Idem.*

³⁹⁵ *Idem.*

³⁹⁶ BUENO, Almir de Carvalho de. **Coronéis e Oligarquias na Primeira República**. Disponível: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli_05.pdf> Acesso em 11 jun 2015. A citação foi atribuída ao trabalho de BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 836.

³⁹⁷ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, 258.

Estado, lideradas por chefes individualistas e desejosos em assaltar a estrutura do Estado brasileiro.³⁹⁸

No entanto, procuraremos não nos atermos ao conceito de oligarquia como fez, por exemplo, a socióloga Marília Ferreira Emmi em seus estudos sobre as *Oligarquias do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Nessa pesquisa, a socióloga tomou como base a identificação de “famílias” ditas oligárquicas e tratou de criticar as suas atitudes relacionadas ao controle territorial e econômico em regiões de castanhais do sudeste do Pará. A tese levantada por Emmi destaca “a dominação política através de grupos locais de famílias latifundiárias [...]”, que por sua vez, instituíram controles do tipo paternalista acompanhado de traços de violência.³⁹⁹ Como referência metodológica, a autora adotou Vitor Nunes Leal e sua pesquisa acerca do coronelismo no interior do Brasil, nomenclatura que agregou o controle político, ideológico, econômico e social em âmbito local. Para a socióloga, as primeiras representações oligárquicas no sudeste do Pará teriam sido assentadas no município de Marabá quando da sua elevação enquanto cidade em 1913. Em Marabá, após sua emancipação, teria sido empossada uma junta governativa com “o tenente-coronel Antônio da Rocha Maia, o Major Quirino Franco de Castro, o Capitão Afro Sampaio, o Coronel João Anastácio de Queiroz, Melchiades Fontenelle e Cândido Raposo”.⁴⁰⁰ E, sucessivamente, grupos de famílias teriam ocupado a região, impondo os mesmos controles: os “Chamon”, os “Vilhena”, os “Monção”, os “Pinheiro”, os “Carneiro”, os “Almeida”, os “Mendonça” e os “Mutran”, são exemplos. Para Emmi, o poder dessas oligarquias em vias de consolidação havia se firmado pela facilidade na apropriação progressiva de terras e capital mercantil no sudeste do Pará.

Nesse debate, levamos em consideração as fontes sugeridas por Emmi, o período em que sua obra foi produzida, na década de 1980, bem como, sua análise precursora acerca da dinâmica política e econômica do sudeste do Pará. Porém, nessa verificação histórica dos castanhais, não visualizamos o controle exercido pelas personagens citadas, nem na década de 1920 e tampouco entre 1930 e 1951. Portanto, não afirmamos a existência de uma oligarquia na região dos castanhais do sudeste paraense nesses períodos. As elites políticas locais agiram sobre os castanhais da região sudeste paraense influenciados por políticas externas. Os grupos que estiveram à frente da política local no sudeste do Pará adotaram concepções que os fizeram

³⁹⁸ VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Partidos políticos brasileiros: Das origens ao princípio da autonomia político-partidária**. Florianópolis: Dissertação apresentada ao Programa de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, p. 83.

³⁹⁹ EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 38.

⁴⁰⁰ EMMI. *Op. Cit.*, p. 35-37.

manter uma estrutura de funcionamento para os castanhais. Explicando de outra forma: a política estadual determinou a local, assim como assinala Mateus Monteiro Lobato. Para o geógrafo amazônico, nos contextos descritos acima, a ocupação da Amazônia constituiu-se em “uma fase desenvolvimentista de forte presença estatal”. Segundo ele, “é dessa forma que a região vai ser incorporada a economia brasileira, causando um processo de reestruturação produtiva”.⁴⁰¹ Outro exemplo foi apresentado pelo religioso Barruel de Lagenest em seus registros sobre a história do município de Marabá, onde argumenta acerca da transposição ideológica do estadual ao local. Em seu livro *Marabá, Cidade do Diamante e da Castanha*, Lagenest ressalta a escassez de policiais na cidade marabaense, justificando o fato a partir do controle estadual dada à obediência “somente ao partido que domina em Belém”. Para Lagenest, a ditadura de um partido manifestava-se em toda a sua hediondez. Assim, “os amigos do partido no poder podem fazer qualquer bandalheira que nunca serão inquietados. Quanto aos inimigos, serão perseguidos e maltratados com crueldade”.⁴⁰²

Já em artigo sobre a *Crise e rearticulação das oligarquias no Pará*, Emmi demonstra entender como oligarquias de Marabá um “grupo controlador dos poderes políticos, econômicos e sociais locais”. Ela reforça essa constatação com o argumento de que o poder local em Marabá estava constituído por grupos de famílias que, em diferentes épocas, obtinham controle político e territorial local. Um controle que, conforme a socióloga se fazia absoluto no município de Marabá, contribuindo para o “controle total das terras que dividiam entre si, impedindo a outros o acesso aos castanhais”.⁴⁰³ Em nossa análise propomos uma estrutura invertida, se fazendo do estadual para o local, como foi dito. Primeiro, predominou um estilo político centrado no patrimonialismo oligárquico de uma dinâmica regional transplantado ao sudeste do Pará por Deodoro de Mendonça entre 1926 e 1930, já apresentado anteriormente. Em seguida, como veremos, emergiu um modelo de caráter nacionalista com o governo de Getúlio Vargas e o movimento nacional de 1930, o que foi adequado aos castanhais por seguidores de Magalhães Barata. Em seguida, emergiu o oposicionismo da União Democrática Nacional (UDN) e suas coligações partidárias, copiado de uma situação nacional e regional para o sudeste do Pará por Nagib Mutran. Esse modelo foi predominante na região sudeste paraense entre 1951 e 1964, como registrado em outro capítulo. É relevante ressaltar que Deodoro de

⁴⁰¹ LOBATAO, Mateus Monteiro. **Reestruturação Produtiva na Amazônia**: contribuições para o debate espacial do sudeste Paraense. Belém: Revista GeoAmazônia, n. 2, v. 01, p. 28 – 41, jan./jun. 2014, p. 30.

⁴⁰² LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da castanha**: estudo sociológico. São Paulo: Anhambi, 1958, p. 82.

⁴⁰³ EMMI, Marília Ferreira e MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Crise e rearticulação das oligarquias no Pará**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 40: 51-68, 1996.

Mendonça não habitava a região de castanhais do sudeste do Pará e, portanto, não era local e exercia uma influência externa por meio de parentes e correligionários na região de castanhais. De igual modo, o líder político estadual Magalhães Barata também manteve na região sudeste do Pará um grupo de fiéis seguidores que se revezaram no governo local. Nagib Mutran, mesmo sendo um representante local, teve suas ações influenciadas por ideologias de fora, quando aceitou a filiação à União Democrática Nacional (UDN) e agiu de acordo com as características propostas por seu estilo político e com o liberalismo econômico predominante no país na década de 1950.



Figura 19: Líderes locais marabaenses em recepção ao Secretário Geral do Estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça, o terceiro sentado da direita para à esquerda e, a esquerda do secretário, o intendente João Anastácio de Queiroz, 1926. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

O conceito de oligarquia tratado aqui, acompanha as características políticas da Primeira República, como já foi mencionado. Mas aparece em nossos argumentos, com um objetivo de mostrar que Deodoro de Mendonça formou-se politicamente sob esses ares. A partir de seu engajamento político, Mendonça formulou seus discursos que influenciaram no modelo de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará. Foi também para desconsiderar o conceito de oligarquia empregado na região de castanhais do sudeste paraense até 1964. O local, nos

castanhais do sudeste do Pará, foi influenciado politicamente e economicamente pela política estadual.

Apresentamos, portanto, o primeiro marco que constituiu a base para a valorização econômica dos castanhais do sudeste do Pará, quando da imposição de um estilo de funcionamento que permaneceu até 1930. Falamos de um período em que a região sudeste do Pará, passou a ser destaque econômico no Estado através de uma intervenção política. Nos referimos ao evento decisivo para a visibilidade da região que foi, como já dito, a visita de Deodoro Machado de Mendonça em 1926 à cidade de Marabá, sudeste do Pará (*Figura 19*), enquanto “representante direto do então governador paraense Dionísio Ausier Bentes”.⁴⁰⁴

Conforme relato oficial, a imagem de Mendonça foi divulgada na região como “o trabalhador mais intransigente e infatigável do progresso da imensa zona tocantina e o mais prestimoso e dedicado amigo dos marabaenses”.⁴⁰⁵ O fato representou a visibilidade dos castanhais do sudeste paraense e a sua elevação enquanto área econômica mais importante do Estado, percebida assim por concepções externas ao lugar, bem como, por grupos políticos locais. A cidade de Marabá teria vivido por ocasião da visita de Mendonça, os dias mais memoráveis de sua vida política, ao receber e homenagear “o ilustre cametaense” com “as saudações afetuosas do doutor Dionísio Bentes, preclaro Governador do Estado”.⁴⁰⁶ Grupos políticos no sudeste paraense, por sua vez, adotaram a concepção de castanhais enquanto economicamente promissores. Os castanhais, então, foram forjados por desejos externos que ditaram sua importância econômica. A forma de recepção ao Secretário Geral na região representou a legitimação das características ditadas à região sudeste do Pará. Conforme registro da chegada de Mendonça a cidade de Marabá

Ao som do hino brasileiro cantado pelos alunos e alunas das escolas públicas, uniformizados militarmente os primeiros e as segundas com trajes verde e amarelo, aos vivas vibrantes e entusiásticos, ao seu nome e ao do preclaro chefe do Estado, desembarcou o doutor Deodoro, vendo-se de prompto cercado por numerosa massa popular que desejava abraçá-lo.⁴⁰⁷

A partir desse fato, ocorrido em meados da década de 1920, os discursos políticos valorizaram os castanhais da região e aceleraram o seu desenvolvimento econômico. Assim, a economia dos castanhais do sudeste paraense representou, pelo menos até 1964, considerando

⁴⁰⁴ VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 77.

⁴⁰⁵ *Idem.*

⁴⁰⁶ *Idem.*

⁴⁰⁷ *Idem.*

algumas interrupções, o principal “sustentáculo das receitas do Estado do Pará”.⁴⁰⁸ Antes da visita de Mendonça ao sudeste do Pará, não existia uma cultura extrativista de exportação na região, apenas uma dinâmica de coleta sem muita importância. As práticas econômicas existentes nos arredores da cidade de Marabá, em 1926, eram propriedades particulares que ainda priorizavam a manutenção de rebanhos bovinos e da lavoura. Pequenas fazendas voltadas à agricultura como, “Quindangues” com 800 hectares à margem esquerda do rio Tocantins; “São José” à esquerda do rio Itacaiúnas com 1.089 hectares. Todas elas pertencentes ao comerciante Uady Moussalem.⁴⁰⁹ Além dos outros comerciantes de gado e porcos, Martinho Motta da Silveira,⁴¹⁰ Kalil Mutran, Nagib Mutran, Antônio Chaves e Uady Moussalem que, juntos, somavam cerca de 3.110 cabeças de gado.⁴¹¹

Em nível estadual, o governador paraense, Eurico de Freitas Vale (1929-1930), anunciava oficialmente que, em nenhum outro momento os castanhais paraenses alcançaram tão elevados valores quanto nos primeiros anos da década de 1920. Segundo o governador Dionísio Bentes (1925-1929), mesmo conhecidos em períodos anteriores, os castanhais apareceram no orçamento da receita como economia insignificante. No Pará, “em 1921, a castanha tomou o primeiro lugar na exportação, constituindo, pela sua grande produção e elevado preço, a principal fonte de receita pública, assim se mantendo até 1924”.⁴¹² Em estatística acerca da produção nos castanhais realizada no governo de Eurico de Freitas Vale (1929-1930), foi anunciado um aumento significativo na produção de castanha e na valorização dos castanhais paraenses entre os anos de 1927 e 1929.⁴¹³

Nos registros de Paulo Kitamura, a ocupação da região sudeste do Pará havia sido acelerada com a descoberta do valor econômico do caucho no início do século XX, e se manteve como prioridade econômica até a década de 1920. A desvalorização do caucho, conforme Kitamura, teria se dado proporcionalmente a valorização dos castanhais, pois a partir de meados de 1920, o caucho “começou a ceder a posição de principal produto da região para a castanha-do-brasil, em função dos bons preços oferecidos no mercado internacional [...]”.⁴¹⁴ Para Marília

⁴⁰⁸ *Idem.*

⁴⁰⁹ Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Seção de Povoamento, Serviço de Imposto Territorial. Município de Marabá exercício de 1935. Belém. Arquivo Público do Estado do Pará.

⁴¹⁰ MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá. Chromo Arte Editora, 1998. p. 92.

⁴¹¹ Documentos da Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Limitada, nos talões de Impostos de Consumo e em fichas da Coletoria de Impostos Territoriais. Belém. Arquivo Público do Estado do Pará.

⁴¹² BENTES, Dionísio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927, Governo do Estado do Pará, p. 115.

⁴¹³ VALE, Eurico de Freitas. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1929, Governo do Estado do Pará, p. 30.

⁴¹⁴ KITAMURA, Paulo Choji e MÜLER, Carlos Hans. **Castanhais nativos de Marabá-Pa: Fatores de deprecação e bases para sua preservação**. Belém. EMBRAPA-CPATU, 1984, pp. 10.

Ferreira Emmi, “a castanha regionalmente usada para a alimentação e o sustento de animais domésticos, embora tendo sua exportação iniciada em 1800, foi no início do século XX que se firmou, possibilitando a formação de novos grupos econômicos e relações sociais de poder na região”.⁴¹⁵ A autora argumenta ainda acerca da prioridade que se deu aos castanhais do Estado, destacando os do sudeste do Pará a partir de meados da década de 1920. Para a socióloga, “enquanto em 1918, [a região] produzia apenas 1,49% do total de castanha do Estado, em 1927 passa a produzir 60% desse total”.⁴¹⁶ Conforme Emmi, esse desenvolvimento contribuiu ainda mais para a visibilidade dos castanhais do sudeste do Pará no período citado. De fato, os castanhais do sudeste do Pará, no alvorecer do século XX, proporcionam uma produção relativamente modesta de castanha no conjunto do Estado e, em meados da década de 1920, a região do Tocantins se tornou conhecida pelas riquezas de seus castanhais. O Tocantins manteve uma produção média de 115.000 hectolitros entre 1925 e 1928 com safras de importância alternadas. A região passou a maior produtora a partir de 1927, ano em que Marabá obteve o primeiro lugar suplantando o maior exportador de castanha até então, o município de Alenquer. Este município no noroeste do Estado, desde o início do século XX havia ganhado destaque no extrativismo da castanha, chegando a exportar em 1900, cerca de 10.844 hectolitros, em 1908 uma média de 30.063, em 1917 exportou um total de 55.524 e em 1919 produziu 52.296 hectolitros.⁴¹⁷ A descoberta dos castanhais do sudeste do Pará deslocou os interesses do Estado paraense e o município de Marabá passou a ser conhecido durante várias décadas como “terra dos castanhais”.⁴¹⁸ Apresentamos a seguir a relação entre o aumento da produtividade de castanha na região do sudeste paraense e a influência política promovida por Deodoro Machado de Mendonça.

3.2. A propagação do latifúndio por Deodoro Machado de Mendonça

Como já defendido, a visibilidade dos castanhais do sudeste paraense foi dada por sujeitos externos, a partir de imposições políticas e do desejo de manter uma estabilidade

⁴¹⁵ EMMI, Marília Ferreira. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 1960.** Paper do NAEA 166, outubro de 2002, p. 03.

⁴¹⁶ EMMI. *Op. Cit.*, p. 02.

⁴¹⁷ MUNIZ, João Palma. **Relatório de verificação local apresentado ao governador Antônio de Souza Castro.** 8ª Secção da Diretoria de Obras Públicas, Belém-Pará, 1921, p. 55.

⁴¹⁸ EMMI, Marília Ferreira. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 1960.** Paper do NAEA 166, outubro de 2002, p. 02.

financeira em uma situação estadual adversa. O governador paraense Dionísio Bentes para cobrir débitos do seu governo, consequência da desvalorização da borracha regional, já se apoiava na economia da castanha,⁴¹⁹ delegando a seu Secretário Geral a função de controlar os castanhais estaduais. Os castanhais do sudeste do Pará foram percebidos enquanto importante fonte de renda durante a crise da borracha amazônica, quando esta “veio avassaladora, a partir de 1910, com uma forte queda de preço, cuja razão básica era a concorrência internacional”.⁴²⁰ Porém, a castanha paraense vinha ganhando destaque no mercado europeu desde o final do século XIX, sobretudo, na Inglaterra e Alemanha. As importações europeias da castanha se acentuaram após a Primeira Guerra Mundial devido à escassez de alimento na Europa, período em que a comercialização do produto paraense para o Velho Continente evoluiu de 13.467 hectolitros em 1890, para 319.318 em 1922.⁴²¹ Eis um dos motivos importantes para a mudança de foco, a visibilidade dos castanhais do sudeste do Pará. Sobre o tema, ressaltou Roberto Santos que, com a desvalorização da borracha, grupos de famílias dependentes do aviamento da borracha e da exploração seringueira, começaram a migrar para outras atividades extrativas. Foram movimentos instantâneos em alguns casos e paulatino em outros. Segundo Santos, já era notado um grande contingente de trabalhadores da borracha investindo no extrativismo da castanha.⁴²² No governo Bentes já era anunciado em mensagem os seus sentimentos de perda relacionados à borracha. Dizia ele que desde quando a borracha do Oriente, pelo seu cuidado químico, tinha desenvolvido uma produção “dez vezes superior ao maior fabrico amazônico”, isso teria concorrido para o decréscimo da produtividade, da exportação e desvalorização da hévea amazônica.⁴²³ Anunciou também na mesma edição que um novo produto substituto da borracha, a castanha, ascendeu como principal receita do Estado no decorrer da década de 1920.⁴²⁴ O escritor Abguar Bastos até caracterizou este processo de mudança comentando que, “quando a borracha entrou em agonia, a castanha saiu do anonimato e tomou conta do mercado (*Ver tabela 2*). A seringa passou a ser o que antes era a castanha: trabalho complementar, auxílio, auxílio”. Abriu-se crédito para a castanha e negou-se para a borracha. A castanha “penetrou no grande ciclo, no ciclo novo, igual em esplendor ao do ouro [...]”.⁴²⁵

⁴¹⁹ BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano, 1824-1929, ensaio histórico**. (Coleção História do Pará, série Arthur Viana). Belém-Pará: Conselho Estadual de Cultura, 1983, pp. 369-370.

⁴²⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, p. 291.

⁴²¹ BORGES. *Op. Cit.*, p. 370.

⁴²² SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980. p. 243.

⁴²³ BENTES, Dionísio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927 pelo Governo do Estado do Pará, p. 113.

⁴²⁴ BENTES. *Op. Cit.*, p. 115.

⁴²⁵ BASTOS, Abguar. **Safra** (Romance). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937, p. 47.

Produtos	Impostos			
	1922	1923	1927	1928
Borracha	7.411:975\$976	1.480:908\$277	1.937:543\$224	942:265\$412
Castanha	8.439:893\$340	2.081:109\$328	1.299:984\$874	2.202:050\$274

Tabela 2. Dados que representam a redução na produção da borracha proporcional ao aumento na produção da castanha no Pará. Fonte: Mensagens de governadores, Antonino de Sousa Castro em 7 de setembro de 1924, p. 33; e Eurico de Freitas Valle, em 7 de setembro de 1929, p. 30. Arquivo Público do Estado do Pará.

A crise da borracha de que fala também o pesquisador Antônio Loureiro se ensaiou em 1910 com a queda de preço no mercado internacional, com isso diminuíram os investimentos estrangeiros na Amazônia. A Inglaterra teria optado, em definitivo, pela inversão de seus recursos nas bem-sucedidas plantações existentes em suas colônias, o que consistia em duro golpe para o futuro econômico amazônico. Aliás, os investimentos ingleses no cultivo da borracha no Oriente já vinham aumentando progressivamente desde 1908. Já a Amazônia era descartada da possibilidade de ter seringais plantados pela falta de recursos próprios vindos do exterior ou do Sul do País, que não os tinha.⁴²⁶ A crise econômica na Amazônia generalizou-se, “aumentada pelos altos juros e sem as arrecadações para o pagamento das amortizações, dos fornecedores e dos funcionários públicos com vários meses de atraso, além da quase falência do comércio [...]”.⁴²⁷ O pesquisador amazônico Cosme Ferreira Filho observa que,

[...] ao relembrar o episódio do deslocamento da produção de borracha para terras asiáticas, não se demore em sovar e malsinar o tal senhor Henry Wickmam, acusando-o de imperdoável crime de haver furtado as sementes da ‘hevea brasiliensis’ para servir aos interesses de sua Majestade Britânica. Essas carpideiras ainda não compreenderam que, tendo a borracha se convertido em matéria-prima essencial ao bem-estar da humanidade, não poderia o mundo ficar escravizado à limitada e imperfeita produção dos seringais nativos da Amazônia. E que, por meios pacíficos ou violentos, mais tarde ou mais cedo, as nações industrializadas que a utilizavam teriam de apoderar-se de suas matrizes. O que deve ser pranteado é a nossa incúria e falta de iniciativa, deixando de formar grandes plantações de seringueiras para neutralizar a tremenda competição que, cinquenta anos mais tarde, viria arrasar a economia extrativa da Amazônia [...].⁴²⁸

Diante da ausência das receitas oriundas da borracha, aumentaram as possibilidades de investimentos nos castanhais do sudeste paraense, visibilizando-os. Essa ação, como já mencionada, coube ao governo de Dionísio Bentes por intermédio de Deodoro de Mendonça. Quanto às medidas políticas responsáveis pelo funcionamento dos castanhais do sudeste

⁴²⁶ LOUREIRO, Antônio José Souto. **A grande crise (1908-1910)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985.

⁴²⁷ LOUREIRO, Antônio José Souto. **Tempos de Esperança - Amazonas (1917-1945)**. Manaus: Sérgio Cardoso, 1994, p. 105.

⁴²⁸ FERREIRA FILHO, Cosme. *Amazônia em Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, p. 155.

paraense, apresentavam concepções patrimonialistas, um estilo característico da Primeira República. Portanto, o processo extrativista nos castanhais da região, pensada como forma de suprir as necessidades econômicas do Pará, foi tomada pelos próprios representantes políticos do Estado, a partir de seus próprios interesses. Foi uma criação daquele momento, meados da década de 1920 e dirigida por apenas um grupo político, o de Dionísio Bentes e Deodoro de Mendonça. Por isso, estes líderes usufruíram de sua criação sem que houvesse uma oposição que questionasse o tratamento dado aos castanhais. Quero dizer que os castanhais do sudeste do Pará foram elevados a destaque econômico regional e nacional. Eles foram tomados como fonte de renda capaz de alimentar as ações governativas e particulares do grupo de Bentes e Mendonça. Reiteramos o fato de não ter sido encontrado em jornais paraenses da década de 1920, contradições ao modelo de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará, instituído por Deodoro de Mendonça.

As lideranças paraenses como, Dionísio Bentes, Deodoro de Mendonça e seus correligionários políticos, foram os mentores da estrutura de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará. Esses indivíduos, enquanto representantes do governo paraense, ocupavam a parte superior da hierarquia social e política do Estado. Por isso, acabaram adquirindo, “em virtude de seus méritos, sua cultura ou sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”.⁴²⁹ Bentes e Mendonça, ocupavam posições-chave na política paraense e dispunham “de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”.⁴³⁰ É, certamente, a partir dessa caracterização de elite política, cedida por Flávio Heinz, que caracterizamos os idealizadores dos castanhais do sudeste do Pará como referência econômica promissora.

Em 1926, com a visibilidade dos castanhais do sudeste do Pará, esses passaram a representar uma nova fonte de renda, intensificando as demarcações legitimadas por regulamentações, como as leis número 1.741 de 1918, que permitia a compra de terras devolutas do Estado, a 1.947 de 1920, que previa o aforamento perpétuo em terras devolutas para indústria extrativas de produtos vegetais,⁴³¹ posteriormente reforçada pela lei 2.491 de 4 de novembro de 1925, que determinou o “aforamento das terras devolutas e arrendamentos a preço fixo anual ou por percentagem sobre a respectiva produção em 10%”.⁴³² Foi em meados da década de

⁴²⁹ HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006, p. 7.

⁴³⁰ HEINZ. *Op. Cit.*, p. 8.

⁴³¹ EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 79.

⁴³² BENTES, Dionísio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927 pelo Governo do Estado do Pará, p. 122.

1920, que se introduziu uma nova forma de controle dos castanhais do sudeste paraense. Tratava-se do arrendamento que era uma espécie de aluguel da terra durante um período de safra. O arrendamento acabou, na prática, com a extração livre e interessou de modo especial aos representantes do governo Bentes, como forma de monopolizar o comércio da castanha. Invertendo a expressão de Marília Emmi, a concessão de arrendamento passava por uma seleção inicial das chefias estaduais. No sudeste do Pará, coube a Deodoro de Mendonça que, naturalmente iriam escolher entre os seus fiéis seguidores, os principais beneficiados.⁴³³



Figura 20: Sessão solene do Conselho Municipal de Marabá e inauguração do retrato de Dionísio Bentes, governador do Estado (1926). Fonte: VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 42.

Com relação às atitudes mais locais, a lei número 67 de 11 de outubro de 1926 dava direito ao intendente municipal em Marabá de criar mecanismos de distribuição de castanhais e recolher os devidos impostos que seriam destinados, quase que a sua totalidade, aos cofres do Estado. A lei de 1926, sancionada pelo representante do executivo em Marabá, João Anastácio

⁴³³ EMMI, Marília Ferreira. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 1960.** Paper do NAEA 166, outubro de 2002, p. 04.

de Queiros, constituiu-se, a nível estadual, uma política descentralizada, pois partia do próprio governo municipal o poder de concessão de castanhais. A lei 67 “autorizava o intendente marabaense a arrendar lotes divididos nos castanhais pertencentes ao patrimônio municipal por preço previamente estipulado e por contrato [...]”.⁴³⁴ Se levados em consideração a relação entre a política estadual e local, perceberemos a influência do governo estadual nos castanhais do sudeste do Pará, como é perceptível na manifestação em favor do governador Dionísio Bentes (*Figura 20*).

Com a visibilidade política da região sudeste do Pará e as práticas de intervenção nos castanhais, foram autorizadas as concessões de arrendamentos no município de Marabá, concedidas, sobretudo, aos extratores já envolvidos com a coleta e exportação da castanha. Mendonça tornou-se o principal detentor de castanhais na região sudeste do Pará seguido do intendente municipal em Marabá, João Anastácio de Queirós. Pelo que consta em documentos, nenhuma reclamação foi registrada diante dos critérios de regulamentação da coleta da castanha estipulada por lideranças ligadas à administração estadual e local, sendo recolhidos os impostos devidos ao centro político do Estado.⁴³⁵ Diante da legitimação do discurso e da regulamentação dos castanhais, de acordo com registros (*Figura 21*), numerosos foram os contratos lavrados que, além de proveito financeiro, “habilitaram o governo paraense ao levantamento de uma organização cadastral necessária a semelhante serviço, muito difícil de obter, apenas pela declaração dos próprios interesses em jogo”.⁴³⁶

Uma situação propícia que contribuiu para a visibilidade dos castanhais do sudeste do Pará e, conseqüentemente, para a legitimação dos discursos proferidos no governo Bentes foi a crescente valorização comercial da castanha, obtida em países da Europa, como Inglaterra e Alemanha e também nos Estados Unidos na América.⁴³⁷ Além da intensificação da utilização de barcos a motor para o escoamento e exportação, já que grande quantidade de motores, alguns com grande capacidade de carga “facilitavam o transporte de gênero a exportar e abriam horizontes nas transações comerciais[...]”.⁴³⁸

Exaltados, os castanhais ganharam em destaque e transformaram o sudeste do Pará em região economicamente promissora e, finalmente, na “terra dos castanhais”. Os principais intermediadores entre os castanhais dessa região e o governo do Estado foram Deodoro de

⁴³⁴ *Idem*.

⁴³⁵ *Jornal Folha do Norte*, 17 de abril de 1926. Número 11.069. Fala do governador Dionísio Bentes.

⁴³⁶ *Idem*.

⁴³⁷ ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975, p.12.

⁴³⁸ VIAGEM ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 27.

Mendonça e João Anastácio de Queiroz, este do Partido Republicano Federal, predominante na Primeira República e, na década de 1920, foi correligionário de Mendonça. Realizando atividades comerciais, Queirós havia chegado ao sudeste do Pará, vindo de Carolina do Maranhão em 1912, como investidor e gerente da empresa extrativa de um comerciante, Messias José de Souza e logo se adequou à cultura extrativista local e ao seu meio político, participando, inclusive, da “Comissão Administrativa de instalação do município de Marabá em 5 de abril de 1913” e governando-o entre 1921-1930.⁴³⁹

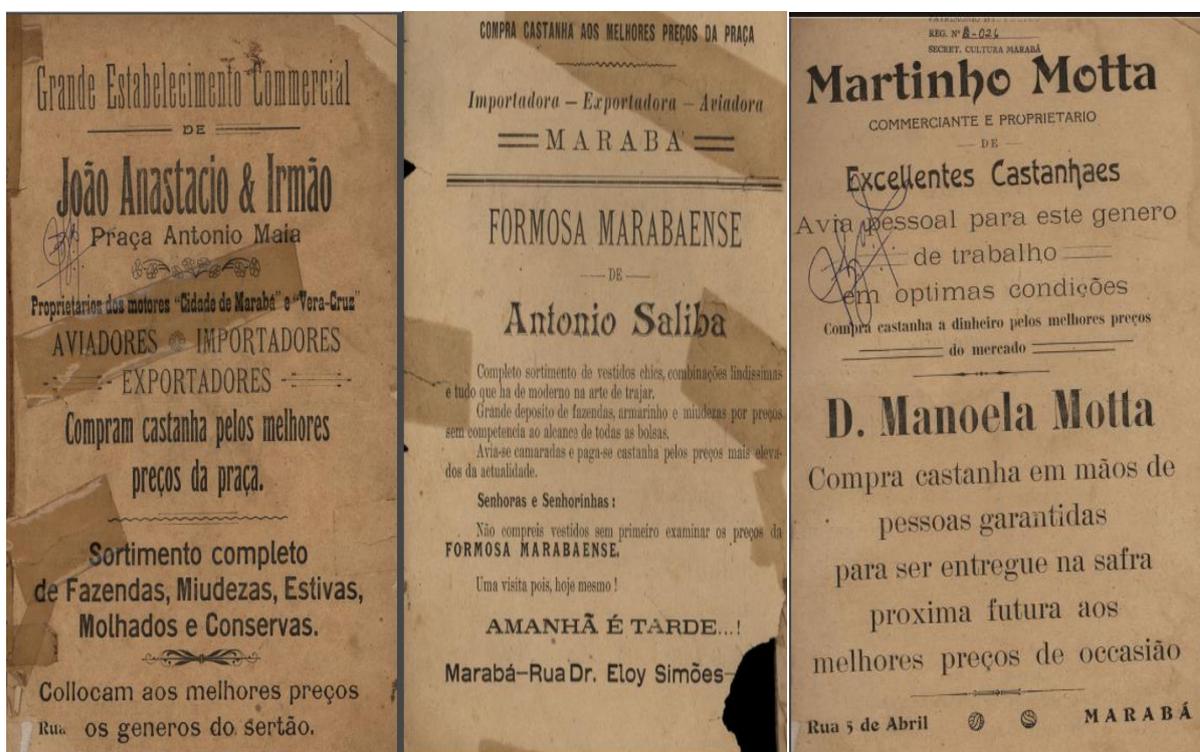


Figura 21: Revista *Marabá*, primeira edição, respectivamente, capa, página 2 e 3. Nas três primeiras páginas, há exposições da dinâmica de aviamento proposta aos castanhais do sudeste do Pará, 1925. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

Não fugindo às características do período, o intendente em Marabá, João Anastácio de Queiroz (1917-1930), passou a acumular terras de castanhais em quantidade significativa como, nas localidades de “Viraçãozinho”, à direita do rio Itacaiúnas, com 2.178 hectares, “Jacundá”, à direita do rio Tocantins com 3.946 hectares, “Mãe Maria”, à direita do rio

⁴³⁹ MARTINS BARROS, Maria Vitória. **A zona castanheira do Médio Tocantins e Vale do Itacaiúnas:** reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia. Universidade Federal do Para, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Marabá – Pará, 1992, p. 56.

Tocantins, com 5.241 hectares, todas para extração da castanha, além da localidade “Burgo”, voltada à agricultura.⁴⁴⁰ Anastácio de Queiroz se tornaria um exemplo das mudanças de posicionamento políticos na conjuntura após 1930, à medida que abandonou o modelo político proposto por Deodoro de Mendonça e se aliou ao Partido Liberal, tornando-se um seguidor de Magalhães Barata e principal referência do baratismo na região de castanhais do sudeste do Pará até sua morte em 1945. Acerca da conjuntura política e seu desenvolvimento após o Movimento de 1930, falaremos adiante.



Figura 22: Visita de Deodoro de Mendonça (o segundo sentado da esquerda para direita) ao castanhal Jenipapo próximo ao núcleo de Marabá e um dos mais produtivos, 1926. Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

A convicção patrimonialista levou Deodoro de Mendonça a controlar os principais castanhais da região sudeste paraense. Assumiu o controle das localidades castanheiras denominadas de “Cedro”, à direita do rio Vermelho com 3.200 hectares; “Cardoso”, à direita do rio Vermelho com 8.712 hectares; “Fortaleza”, à direita do rio Vermelho com 4.356 hectares; “Caititu”, à esquerda do rio Tocantins com 8.712 hectares; “Jenipapo”, à esquerda do rio Tocantins, com 6.666 hectares; “Sororó”, à direita do rio Sororó, com 4.356 hectares e

⁴⁴⁰ Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Secção de Povoamento, Serviço de Imposto Territorial. Município de Marabá exercício de 1935. Arquivo Público do Estado do Pará.

“Taurirzinho”, à direita do rio Itacaiúnas, com 2.178 hectares.⁴⁴¹ A presença de Mendonça como representante do governo paraense na região sudeste do Pará e, sobretudo, a sua visita aos castanhais de difícil acesso (*Figura 22*), demonstra o seu interesse na economia castanheira. Conforme dados do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em Marabá, “uns 10 castanhais, totalizando uma área de 48.795 hectares, passaram nessa época à propriedade privada, através de compra direta ou através de aforamento perpétuo”.⁴⁴²

Antes mesmo de 1927, Deodoro de Mendonça já havia se apropriado de extensos castanhais e, no fim da década de 1920, somente no município de Marabá, o cametaense “apareceu como proprietário de 11 castanhais totalizando 53.556 hectares”, além de 11.779 em nome de empresas ligadas a ele, totalizando 65.535 hectares de terras de castanhais adquiridos por compra. Mendonça passou a controlar o comércio da castanha, as concessões de terras de castanhais através dos arrendamentos, bem como o transporte e o seu recebimento em Marabá e em Belém, ou seja, “tinha exclusividade da compra e exclusividade do transporte, tinha, pois, o controle da circulação dessa mercadoria”.⁴⁴³ A dinâmica de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará pensada e empregada por Deodoro de Mendonça se baseava na sua livre apropriação e controle. Nas palavras da socióloga Marília Emmi, em toda a década de 1920, Mendonça teria exercido um poder no sudeste do Pará e adotado Marabá como centro de controle local. As intervenções de Mendonça nos castanhais do sudeste paraense, se davam por via de parentes e seguidores indicados a alguma atividade política ou econômica. No município de Marabá, os beneficiados com áreas de castanhais entre 1925 e 1930, eram Deodoro de Mendonça e alguns parentes e seguidores políticos como, Cantidiano de Mendonça, José Carneiro Canduru, Lúcia Mendonça Dias, Juvêncio Figueiredo Dias, José Oscar Mendonça Vergolino, Leonel Mendonça Vergolino e Raimundo Machado de Mendonça.⁴⁴⁴ Conforme argumento do pesquisador Ricardo Borges, constituiu-se a influência política regional de Deodoro de Mendonça e a facilidade de negociação e distribuição de propriedades de castanhais no sudeste do Pará entre os seus correligionários.⁴⁴⁵ Em seguida, apresentaremos a emergência de uma ideologia política antagônica à proposta por Deodoro de Mendonça, falamos da política de interferência do Estado paraense promovida por Magalhães Barata.

⁴⁴¹ Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Seção de Povoamento, Serviço de Imposto Territorial. Município de Marabá exercício de 1935. (Arquivo Público do Pará).

⁴⁴² EMMI. *Op. Cit.*, p. 79.

⁴⁴³ EMMI. *Op. Cit.*, p. 83-84.

⁴⁴⁴ EMMI. *Op. Cit.*, p. 85-86.

⁴⁴⁵ BORGES, Antônio. **Negociatas escandalosas**. Rio de Janeiro. Tipografia do Jornal Comércio, 1938, p. 87.

3.3. A política de interferência do Estado sob Magalhães Barata

As discussões levantadas no item anterior procuraram destacar elementos que possibilitaram a emergência, no sudeste do Pará em 1926, de uma estrutura econômica centrada nos castanhais. Foram esses castanhais do sudeste do Pará que, por sua vez, teriam recebido destaque por lideranças políticas formadas por representantes do Estado e influenciados por uma conjuntura nacional específica, a da “Primeira República”. A dinâmica empregada aos castanhais, àquela que ditou as suas regras de funcionamento econômico, social e político teria sido idealizada fora da região de castanhais, por sentimentos e desejos que estiveram adequados a uma situação desfavorável vigente, a perda de receitas oriundas da extração e comércio da borracha. As características do contexto da Velha República teriam sido transplantadas aos espaços dos castanhais por Deodoro Machado de Mendonça, familiares e seguidores. Estes foram os idealizadores primeiros de uma estrutura formal de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará, elevados à base de uma economia “salvadora” das receitas do Estado. A forte influência promovida por Mendonça nos castanhais do sudeste paraense através de seu posicionamento político característico da Primeira República, o posicionou como extrema oposição ao novo perfil político que ascenderia ao poder federal com o “Movimento de 1930”. Portanto, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República, foi instituída uma proposta de governo nacionalista e centralista. O modelo político federal após 1930 influenciaria na dinâmica dos castanhais do sudeste do Pará. Os preceitos governamentais foram imprimidos na região pelo escolhido interventor paraense, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata através de seus correligionários baratistas.

Com a ascensão de Getúlio Vargas como presidente da República, em 1930 e, conseqüentemente, com as políticas elaboradas para o Pará pelo interventor no Estado, Magalhães Barata, foi formada uma visível divisão política regional que influenciou diretamente na reelaboração das estruturas de funcionamento dos castanhais do sudeste paraense. Boris Fausto caracteriza o evento nacional como uma “cisão” que, segundo ele, foi responsável por levar ao fim da Primeira República.⁴⁴⁶ Conforme Fausto, no momento foi gestado um novo tipo de Estado de características distintas do modelo anterior, centralizado e autônomo, com uma economia de industrialização, destaque ao papel político-militar e ao

⁴⁴⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, p. 319.

“trabalhismo”.⁴⁴⁷ Porém, mesmo com a predominância de um novo estilo de governar, a mentalidade oligárquica da Velha República se manteve, embora na maioria das vezes marginal, nos interiores, saudosa das características de seu tempo. Desenvolveram-se oposições recíprocas entre os diferentes elementos político emergentes em 1930 e os anseios governamentais anteriores. Para Fausto, o que houve em 1930 foi uma marginalização do pensamento político anterior, percebida nas atitudes de Getúlio Vargas enquanto governo provisório. Com ações centralizadoras, Vargas, em novembro de 1930, teria assumido não só o poder executivo, mais também o legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Demitiu os governadores estaduais “com exceção do eleito por Minas Gerais” e em seus lugares nomeou “interventores federais” (cargo político por nomeação que substituiu a posição de governador estadual). Com a atitude, teria ignorado o estilo político descentralizado anterior.⁴⁴⁸ O historiador Pere Petit, um dos pesquisadores do período, argumenta acerca da instituição do modelo político de 1930 e do antagonismo formado entre uma política dita “revolucionária” e um modelo “oligárquico” característico da Velha República. Para esse pesquisador amazônico a revolução de 1930 teria trazido de volta ao Pará uma das suas mais importantes lideranças políticas do século XX, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. O então tenente Barata assumiu o cargo de interventor federal do Pará nomeado por Getúlio Vargas em 12 de novembro de 1930. Com isso, não somente afastou as oligarquias do controle governamental paraense, mas foi consolidado seu poder político no Estado, conquistando o apoio de amplos setores das classes populares através de medidas de grande impacto e novas formas de ação política.⁴⁴⁹

Os argumentos de Pere Petit anunciam uma nova fase da política nacional e paraense e apontam uma clara divisão entre dois grupos ideológicos, os representantes do modelo político pré-1930, de perfil patrimonialista *versus* os vitoriosos da “Revolução de 1930”, com propostas renovadoras. Um cisma político que teria sido responsável por construir uma nova dinâmica de governo, bem como novas ações que influenciaram de forma direta nas atitudes políticas da elite no Estado do Pará. Os reflexos da nova dinâmica nacional citada por Pere Petit, possibilitaram a abertura de uma nova fase da economia castanheira no sudeste do Pará. A região sudeste do Pará, em características gerais, passou a ser olhada de dois modos e influenciada por ações políticas rivais, diferente da estrutura de mão única construída por um

⁴⁴⁷ FAUSTO. *Op. Cit.*, p. 327.

⁴⁴⁸ FAUSTO. *Op. Cit.*, p. 333.

⁴⁴⁹ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 126.

único grupo no período anterior a 1930. De um lado, estava o grupo ligado ao líder político Deodoro Machado de Mendonça, defensores de uma política de apropriação dos castanhais sem restrições. De outro lado, ascenderam também no Pará os novos engajamentos políticos instituídos com o “Movimento de 1930”, evento considerado pela pesquisadora Ângela de Castro Gomes como “uma revolução de elites ou revolução pelo alto”.⁴⁵⁰ Esses novos agentes estiveram, como mencionamos, sob as determinações políticas de Joaquim de Magalhães Barata e beneficiados pela nova política de Interventoria, quando a concessão de castanhais passou a ser regulada através de uma política centralizada no governo do Estado. Tão logo foram construídas essas duas noções de castanhais, ascendeu uma disputa pela legitimação dos discursos entre baratistas⁴⁵¹ e os seguidores de Deodoro de Mendonça, estes, partidários da dinâmica dos castanhais montada durante a Primeira República. As disputas políticas iniciadas em 1930, persistiram pelo menos até 1951, com os velhos e novos personagens, se revezando no comando da estrutura de funcionamento dos castanhais.

Barata, em torno do Partido Liberal (PL) representava um dos líderes mais expressivos do “movimento revolucionário de 1930” e Mendonça representava, de certa forma, o status pré-revolucionário. Mendonça, já em 1932, contribuiu para a organização de uma Frente Única Paraense (FUP), junto ao jornalista e coordenador do influente jornal *Folha do Norte*, João Paulo de Albuquerque Maranhão, o qual apresentaremos mais adiante, a fim de fazerem oposição ao PL e à Interventoria barata.⁴⁵² Mendonça, em função de sua formação política que agregava fundamentos característicos da Primeira República, posicionou-se durante a maior parte de sua vida política após 1930 como oposição. A justificativa foi que no período houve um predomínio da política de Interventoria proposta pelo governo de Getúlio Vargas que, por sua vez, investiu contra as ideologias políticas e patrimonialistas anteriores. No Pará, a incumbência de difundir a voz da Revolução ficou a cargo de Magalhães Barata e os correligionários baratistas.

Conhecer o conceito de baratismo será importante nas análises seguintes acerca das características do tratamento dado à região sudeste do Pará e das intervenções nos castanhais e, conseqüentemente, à identificação de sua oposição. Quanto ao conceito de ideologia empregado nesta análise, buscamos referências explicativas em Louis Althusser. Para este, a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência e cada

⁴⁵⁰ GOMES, Ângela de Castro. **Brizola e o trabalhismo**. Anos 90. Revista do PPGH-UFRGS. 2004, vol.11, n.19/20.

⁴⁵¹ Referência aos defensores do modelo político e engajamento propostos por Magalhães Barata.

⁴⁵² RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Alianças político-partidárias no Pará (1889-1940)**. Cadernos Sociologia e Política, Série D\G. Belém, UFPA\CFCH, 1982, pp. 8-9.

grupo dispõe da ideologia que convém a um papel que deve preencher na sociedade de classe.⁴⁵³ Logo, a ideologia apresenta-se enquanto existência material, pois um aparelho ideológico do Estado existe sempre em suas práticas, ou seja, ações materiais dos indivíduos são reflexos das suas ideologias e, portanto, representam relações reais da existência. O baratismo está relacionado às ações históricas ligadas à estrutura de pensamento e às práticas políticas determinadas por Magalhães Barata e os adeptos de seu estilo e concepção políticos. Neste caso, “o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais que vivem”.⁴⁵⁴

Como foram apresentadas, anteriormente, as características biográficas de Deodoro de Mendonça, trazemos agora, a formação social e política de Magalhães Barata, tendo em vista se tratem de perfis políticos e ideológicos antagônicos. Magalhães Barata nasceu em Belém no dia 2 de junho de 1888, passou sua infância em Monte Alegre no Baixo Amazonas. Formou-se militar na escola preparatória de Cadetes de Porto Alegre e Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante-oficial em 1911. Posteriormente foi classificado no 47º Batalhão de Caçadores de Belém e, promovido a segundo-tenente em 1915. Em 1920, Barata foi promovido a primeiro-tenente e transferido para o Rio de Janeiro, quando começou efetivamente o seu engajamento na esfera política. Em 1922, ligou-se ao “movimento tenentista”, dando início à reação ao modelo político vigente na Velha República, o que resultaria na mudança política e governamental nacional e no Pará de 1930.⁴⁵⁵

Após ter sido preso por conspirar contra o governo oligárquico de Antônio Emílio de Souza Castro, Barata participou da revolta constitucionalista de julho de 1924 no Baixo Amazonas. Esse levante foi uma extensão do movimento paulista que se espalhou pelo Rio Grande do Sul e Amazonas. Durante o tempo em que os rebeldes estiveram no controle de Manaus, Barata foi o chefe de polícia. Em tentativa frustrada de manter controle sobre o Médio e Baixo Amazonas o Barata foi novamente preso pelas tropas legalistas do General Meira Barreto e foi conduzido para Belém, de onde fugiu do 28º Batalhão de Caçadores e se refugiou na fronteira com o Uruguai.⁴⁵⁶ Ao retornar clandestinamente para Belém, Barata foi descoberto, novamente preso e enviado ao Rio de Janeiro, de onde também fugiu do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária. Em outubro de 1930, juntou-se às forças revolucionárias que assumiram

⁴⁵³ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 79.

⁴⁵⁴ ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença 1970, p. 82

⁴⁵⁵ CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, UNICAMP, 1991, p. 25.

⁴⁵⁶ Sobre o Movimento Constitucionalista no Baixo Amazonas e a participação de Magalhães Barata, ver: OLIVEIRA, Walter Pinto de. **1932: A Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas**. Contexto, revolta e produção do silêncio. Belém: Paka-Tatu, 2013.

o poder no Pará. Em 11 de novembro Magalhães Barata foi escolhido por outros integrantes do movimento para ocupar a Interventoria no Estado do Pará, após o governador Eurico Vale deixar o governo.⁴⁵⁷

Como já mencionado, o período após 1930, na região sudeste do Pará refletiu uma dinâmica política de caráter antagônico, um modelo antigo *versus* um novo, dois modelos de funcionamento dos castanhais em disputa, uma proposta por Deodoro de Mendonça outra por Magalhães Barata. A consequência de tal antagonismo foi que a política de Magalhães Barata para o sudeste do Pará, como interventor, levou a anulação dos arrendamentos das terras de castanhais concedidas pelos governos estaduais anteriores, conservando-as como serventia pública. Deodoro de Mendonça, como o principal detentor de castanhais da região do Tocantins paraense, acabou tendo seus territórios confiscados pelas novas políticas de Interventoria no Pará.⁴⁵⁸ De acordo com a pesquisadora Michele Rocha Silva, em âmbito nacional houve claramente no pós-1930, a emergência de dois grupos políticos opostos. Neste caso, foram justamente as concepções políticas que se refletiram na região sudeste do Pará e proporcionaram pensamentos e discursos distintos acerca dos seus castanhais. Magalhães Barata opunha-se às características dos governos estaduais anteriores a 1930 e investiu contra eles. Porém, a formação política de Deodoro Machado de Mendonça, como apresentada em biografia anteriormente, estava associada aos referidos governos. Conforme Michele Rocha Silva:

A intervenção de Magalhães Barata legitimava os ideais revolucionários que, por sua vez, norteavam as ações desse governo, imprimindo o discurso ideológico de ‘restauração’ e ‘saneamento’ das estruturas políticas do Estado. Por meio de decretos, instituiu o programa de reformas que visavam desarticular as velhas bases de poder e desmontar a máquina administrativa das gestões anteriores. Nesse sentido, Barata anulou concessões de terras de grandes latifúndios nas zonas de castanhais e seringais, confiscou bens dos ex-governadores Dionísio Bentes, Eurico Vale e Antônio Emiliano de Souza Castro, sob alegação de (que) esses haviam lesado os cofres públicos no período quando dirigiam o Estado.⁴⁵⁹

As ações da Interventoria de Magalhães Barata contrariavam e combatiam radicalmente o pensamento patrimonialista responsável por dar visibilidade e manter uma estrutura de funcionamento dos castanhais do sudeste do Pará na década de 1920. Por isso, ele visou criar mecanismos de reestruturação da política dos castanhais e pensou novas dinâmicas

⁴⁵⁷ *Idem.*

⁴⁵⁸ PETIT. *Op. Cit.*, p. 194.

⁴⁵⁹ SILVA, Michele Rocha. **Para serem atendidas:** Cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 15.

para seus funcionamentos. Com o discurso de manter controle sobre os territórios de castanhais, Barata criou a “Inspetoria de Minas e Castanhais” acompanhada de uma legislação específica que tratou de regular as ações em torno da produtividade da castanha e das concessões de terras nas localidades castanheiras do Estado. O regulamento determinado pela Inspetoria em 1931 rezava que a concessão de terras nas regiões produtoras de castanha passariam a ser, a partir da Lei, somente por via de arrendamento temporário. Este permaneceu até 1954, período final do governo paraense de Zacarias de Assunção (1951-1955), quando já criada a lei de nº 913 em 4 de dezembro, que autorizou novamente o aforamento perpétuo.⁴⁶⁰ Sobre este período falaremos mais adiante.

Para compreendermos as políticas destinadas aos castanhais do sudeste do Pará, em sua estrutura territorial e dinâmica de funcionamento é pertinente analisarmos o próprio Decreto de número 416, assinado em 10 de julho de 1931. Essa iniciativa da Inspetoria determinava que “o Capitão Interventor Federal do Estado do Pará”, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, nomeado pelo governo Provisório da República, Getúlio Dorneles Vargas, passasse a levar em consideração que minas de ouro e castanhais fossem os pontos capitais da administração do governo revolucionário. Determinava então o decreto 416 o investimento na defesa do patrimônio das terras do Estado, os quais foram supostamente descurados pelos governos constitucionais da Velha República, sujeitos à ganância de aventureiros. Os castanhais estiveram, conforme a Inspetoria, entregues “aos cabos eleitorais, a título precário de aforamento, sem a fórmula regular da enfiteuse”. A Inspetoria, no intuito de regular e controlar as concessões de terras de castanhais, autorizava a criação de um protocolo para registro de documentos que chegassem à sede em Belém. Esse órgão regulador, tratava também de decretar que os requerimentos de compra de castanhais, conversão de aforamento em venda provisória ou definitiva e revalidação de títulos de discriminação de terras aforadas deveriam ser dirigidos à Interventoria que, por sua vez, intermediaria às regulamentações e possíveis deferimentos.⁴⁶¹ Através da Inspetoria, os castanhais do sudeste do Pará receberam as influências baratistas e funcionaram economicamente orientados por ela.

Em nossa análise e, de acordo com os embates políticos, o modelo proposto aos castanhais do sudeste do Pará determinado pela Interventoria de Magalhães Barata possibilitou, como reação, o surgimento e desenvolvimento do machadismo na região, corrente política

⁴⁶⁰ Jornais *A Safra e Marabá*, partindo da análise da rivalidade entre baratistas e antibaratistas em torno das concessões de castanhais e da credibilidade política no sudeste do Pará.

⁴⁶¹ Decreto nº 416, de 10 de julho de 1931 (DOE 12/07/1931). Criação da Inspetoria de Minas e Castanhais. Em: <file:///C:/Users/St/AppData/Local/Temp/PA%20Decreto%20n%C2%BA%20416.%20de%2010%20de%20julho%20de%201931.doc-2.htm> Acesso em 23 jun 2015.

caracterizada pelo desejo de Deodoro de Mendonça em reaver os castanhais perdidos em consequência da política inaugurada em 1930. Além de tudo, o sentimento machadista constituía-se pela pretensão de manter nos castanhais uma economia aberta, livre de burocracias e, obviamente contrário à política baratista. Afinal, o controle radical e a desapropriação dos castanhais da região tocantina pela política de Barata se fez perceptível nos vários artigos legislativos da Inspetoria de Minas e Castanhais, dentre eles:

Art. 9º - Os processos de compra e discriminações de terras de castanhais e outros da mesma natureza serão, depois de preenchidas as formalidades regulamentares e devidamente examinados pela Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, revistos pela Inspetoria de Minas e Castanhais, que os fará conclusos com o seu parecer ao interventor, que decidirá com despacho final. [...] Art. 11 - Fica instituído e obrigatório o registro das terras adquiridas por terceiros, por qualquer meio de aquisição legal, que tenham por fundamento títulos provisórios de venda, títulos de posses registradas, e ainda não legitimadas, títulos definitivos de venda e de legitimação, quaisquer outros títulos legais de domínio e bem assim os memoriais das medições e demarcações judiciárias aprovadas por sentença passada em julgado.⁴⁶²

Os castanhais idealizados por Magalhães Barata, além de regulamentados assumiram uma característica mais democrática. Com a legislação baratista passaram a ser priorizadas, embora com regras de concessões, as reservas populares, localidades específicas para os castanheiros, e os castanhais de servidão pública, comumente denominados de “castanhais do povo”. Por outro lado, dificultava a apropriação e acúmulo de propriedades de terras de castanhais, cujas concessões passaram a ser concretizadas diretamente pela Interventoria. O exemplo de tal argumento pode ser encontrado em novo Decreto assinado sob o número 1.014 e sancionado em 7 de julho de 1933. Esse outro Decreto passou a dar nova regulamentação ao serviço de locação de castanhais nas terras devolutas do Estado, arrendáveis por intermédio da Inspetoria de Minas e Castanhais. Propunha o Decreto que o então Major Interventor Federal no Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, com o intuito de beneficiar ao castanheiro, conforme o regulamento citado, “até então à mercê das imposições e especulações dos capitalistas regionais”, determinou às prefeituras em regiões castanheiras a realização de serviços preliminares de arrendamento de castanhais. Nesse caso, a Interventoria no Estado do Pará delegava aos municípios em regiões castanheiras as concessões temporárias dos castanhais de servidão pública para a coleta da castanha, incluindo o controle de concessões mediante matrícula, destinados à coleta livre cedida aos castanheiros. A cobrança ou não das referidas matrículas ficaria ao critério das respectivas prefeituras.⁴⁶³

⁴⁶² *Idem.*

⁴⁶³ *Idem.*

O novo Decreto da Inspetoria regulamentava as regiões de castanhais a partir de um conjunto de determinações que dificultava apropriações aleatórias. A Interventoria de Magalhães Barata procurou empregar nas regiões castanheiras, entre elas o sudeste do Pará, um mecanismo de controle para difusão da ideologia “revolucionária”. Para obter melhor controle sobre posses de terras e reconhecimento dos solicitantes, os requerimentos de arrendamento de castanhais deveriam ser “assinados individualmente pelos interessados e não por firmas comerciais e procuradores. Tais documentos precisariam ser, imediatamente, endereçados ao Interventor Federal do Estado” em prazos estipulados no espaço de “10 de julho a 10 de agosto (de cada ano), devendo ser entregues ao prefeito municipal”. Não poderiam mais, conforme o novo decreto, ser concedidos a nenhum arrendatário “mais de dois lotes de terras de uma légua quadrada, cada um, cumprindo-se a disposição estadual no artigo 1º, § 1º do Decreto nº 397, de 25 de junho de 1931”. Passou a ser exigido pela Interventoria de Barata que os requerimentos de arrendamentos de castanhais do Estado fossem preenchidos adequadamente, contendo o respectivo nome, idade, naturalidade, profissão, além de documentos comprobatórios de domicílio na região “há mais de dois anos”.⁴⁶⁴ Além de descrição do local exato dos castanhais, extensão aproximada, produção média anual, precisando o requerente estar quite com a fazenda municipal e estadual. A Interventoria estadual passou a ditar as regras de concessão de territórios castanheiros, quem deveria ter acesso a eles, como deveriam ser concedidos e sob que circunstâncias. De acordo com o pesquisador Alfredo Kingo Oyama Homma, o trabalho com os castanhais do sudeste paraense, “antes da instituição da Lei de Terras (pela Inspetoria), em 1930, era livre, predominando um tipo de extrativismo expedicionário, deslocando-se apenas na época da safra”.⁴⁶⁵ E ainda argumenta Oyama Homma, o

Decreto 377, de 25 de junho de 1931, extinguiu o sistema de aforamento, que vigorou por menos de dois anos, até que o Decreto 1.014, de 7 de junho de 1933, regulamentou o Serviço de Legalização de Castanhais. O Decreto 1.049, de 19 de agosto de 1933 consolidou toda a legislação anterior, fazendo vigorar o Regulamento de Terras do Estado do Pará, até 15 de janeiro de 1966 [...].⁴⁶⁶

Portanto, ficou determinada, no Decreto de 1933, a formação de um grupo por município composto pelo prefeito, promotor público e inspetor agrícola a fim de examinar os processos de arrendamento e encaminhá-los a Interventoria do Estado. Aos lavradores com dois anos de residência no Pará e efetivo trabalho nos castanhais ficou assegurado o direito de

⁴⁶⁴ *Idem.*

⁴⁶⁵ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **As Políticas Públicas como indutora da “Morte Anunciada” dos Castanhais no Sudeste Paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000, p. 07.

⁴⁶⁶ *Idem.*

preferência aos arrendamentos e gratuidade nos contratos. Nos castanhais de servidão pública e nos particulares tornava-se obrigatório o registro do castanheiro, sendo também vedada a matrícula a pessoas estranhas à região que não estivessem de acordo com o que propunha o citado Decreto.⁴⁶⁷ Além de tudo, foram delegadas às prefeituras das regiões de castanhais a função de concessão, controle e regulamentação das ditas áreas devolutas que fossem destinadas aos castanheiros, exigindo a identificação dos interessados em matrículas realizadas a cada período de safra, como explicita os artigos seguintes:

Art. 15 - Instituirão os prefeitos da região indicada a matrícula obrigatória de todo o pessoal empregado na extração de castanha, quer dos terrenos devolutos, quer de propriedade particular, a qual poderá ser exigida quando o castanheiro seguir para o castanhal. A matrícula deve conter o nome, idade, estado civil, salário ou condições de locação dos trabalhadores empregados pelo arrendatário ou proprietário de terras, devendo o prefeito extrair uma relação de todo o pessoal que entrar para os castanhais a fim de enviar, com os esclarecimentos indicados, ao promotor público da comarca, que é o chefe da Assistência Judiciária local. Art. 16 - Providenciarão os prefeitos municipais no sentido de ser organizada estatística exata da produção da castanha de suas Prefeituras, com a declaração da que provém das terras devolutas, de propriedade particular, dos terrenos patrimoniais e de servidão pública. Essa estatística deve ser enviada diretamente à Inspetoria de Minas e Castanhais, a fim de facilitar o controle das guias referentes à cobrança do imposto a pagar na Recebedoria de Rendas do Estado, em cotejo com os dados existentes na referida Inspetoria.⁴⁶⁸

Os decretos sancionados no governo de Magalhães Barata fazem parte da forma de administração que foi historicamente montada na região sudeste do Pará desde a década de 1920, conforme mostrado no primeiro capítulo. Tais intervenções estiveram relacionadas a forma como alguns representantes políticos pensaram os castanhais, ora enquanto propriedade pública ora como propriedade particular, o que foi de fato determinante na formação social e política da região e na sua dinâmica econômica. Antes de 1930, os castanhais do sudeste do Pará foram pensados, como vimos, enquanto propriedade do governo, não pública, quando líderes políticos patrimonialistas legitimaram a apropriação territorial livre, através de Deodoro Machado de Mendonça. Porém, desde 1930, os castanhais passaram a ser idealizados enquanto estrutura a ser regulada e suas práticas econômicas controladas por mecanismos políticos de Estado, permanecendo assim pelo menos até 1951. A primeira formação de castanhais está adequada ao estilo oligárquico da Primeira República, o segundo ao princípio populista do após 1930, imprimidos por Magalhães Barata e o baratismo.

⁴⁶⁷ Decreto nº 416, de 10 de julho de 1931 (DOE 12/07/1931). Criação da Inspetoria de Minas e Castanhais. Em: <file:///C:/Users/St/AppData/Local/Temp/PA%20Decreto%20n%C2%BA%201.014,%20de%2007%20de%20juho%20de%201933.doc-1.htm > Acesso em 23 jun 2015.

⁴⁶⁸ *Idem.*

Os efeitos da legislação de Magalhães Barata aos castanhais entre 1930 e 1935, determinaram sua dinâmica de funcionamento. Quanto a isso, um decreto assinado por Magalhães Barata em 1943 e anunciado no Diário Oficial do Estado, relembra o evento que identificou uma forma de funcionamento dos castanhais arquitetada pelo líder político paraense. Conforme a publicação com o título “História no Diário Oficial: Magalhães Barata”, teria sido no dia 31 de outubro de 1958 a assinatura de um Decreto de nº. 2.625, pelo então interventor Magalhães Barata, que daria nova regulamentação ao Serviço de Cadastro Rural do Estado. A ação foi apenas uma repetição do que havia sido praticado em 1931 e início da década de 1940, justamente quando das ascensões de Barata ao governo do Pará. O conteúdo do “Diário” esclarece que, com a sanção do decreto,

o Estado manteria o Serviço de Cadastro Rural, que teria por sede um recinto, compatível com o desdobramento de suas atribuições, no Palácio do governo, de conformidade com o Decreto nº. 3.594/1943, que instituiu o referido serviço em consequência da extinção da antiga Inspetoria de Minas e Castanhais”. O decreto também determinava que toda a movimentação do serviço público atinente às terras do Estado, trabalhadas na exploração da indústria extrativa vegetal, seria orientada pela Chefia do Cadastro Rural. O decreto, entre outras disposições, também determinava que todo o movimento de expediente do [Serviço de Cadastro Rural], relativo a cessão temporária de terras, da indústria extrativa vegetal, e os processos referentes a aforamento, teria sua tramitação, para despacho final, pela Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação.⁴⁶⁹

Com a regulamentação dos castanhais ao estilo baratista, a apropriação passou a estar submetida a uma dinâmica de concessão, exigindo que os interessados em arrendar castanhais enviassem requerimentos diretamente ao governo do Estado, em processo que se dava via Prefeituras Municipais. Nessa política de concessão, os arrendatários eram selecionados, pois os requerentes passavam por avaliação do executivo estadual antes de conceder ou negar os pedidos.⁴⁷⁰ Conforme regulamentação, a extração de castanhas nos castanhais dos patrimônios de propriedade municipal ou de servidão pública só deveria ser permitida pelos prefeitos a cada ano de safra, visando, com essa providência, não prejudicar os agricultores-castanheiros nos seus serviços rurais. A infração deste artigo obrigaria o infrator a perder para o município toda a castanha que por ventura houvesse extraído nas terras das respectivas prefeituras antes da data prefixada para o serviço.⁴⁷¹ Neste capítulo apresentamos

⁴⁶⁹ República Federativa do Brasil, Estado do Pará. Diário Oficial, nº 31. 705. Belém-Pará, sexta-feira, 09 de julho de 2010.

⁴⁷⁰ Requerimentos de arrendamentos e liberação de castanhais para arrendatários. (Arquivo Público de Itupiranga)

⁴⁷¹ Decreto nº 416, de 10 de julho de 1931 (DOE 12/07/1931). Criação da Inspetoria de Minas e Castanhais. Disponível Em: <file:///C:/Users/St/AppData/Local/Temp/PA%20Decreto%20n%C2%BA%201.014,%20de%2007%20de%20julho%20de%201933.doc-1.htm > Acesso em 23 jun 2015.

os argumentos fundamentais para a compreensão do processo político desenvolvido a partir de 1930. A ascensão econômica dos castanhais e o controle de sua economia no sudeste paraense, promovido por Deodoro de Mendonça. Além disso, trouxemos à tona o movimento político responsável por colocar no governo paraense, como interventor, Magalhães Barata. Foram duas personagens, duas ideologias e dois engajamentos políticos antagônicos que ditaram o ritmo da política partidária até início de 1960. Vejamos, portanto, os efeitos desse antagonismo na política estadual e seus reflexos nos castanhais do sudeste paraense a partir de 1943, segunda Interventoria de Barata, até 1951, com a ascensão política do antibaratismo ao governo do Pará.

CAPÍTULO IV - Os castanhais após o Estado Novo

O quarto capítulo apresenta uma proposta de análise política do Estado do Pará entre o período de transição do Estado Novo para democracia e o início da década de 1960. Assim, chamamos a atenção para as intervenções políticas que, por sua vez, influenciaram diretamente nas dinâmicas econômicas, sociais e, sobretudo políticas dos castanhais do sudeste do Pará. Para tanto, além da produção bibliográfica acerca do período, na esteira da história política e ciência política, propomos um estudo referente às disputas retóricas apresentadas nos grandes jornais paraenses da época, bem como os seus impactos e influências na região de castanhais do sudeste paraense. Para uma melhor análise das tramas políticas do período, nos atemos aos novos conceitos sugeridos pela Nova História Política, sobretudo, o que propõe uma de suas ramificações amparada pela Antropologia, a cultura política. Seguindo nesse sentido, tratamos, em primeiro plano, das articulações partidárias de representantes estadonovistas no Pará, manifestadas perante a iminência do regime democrático, em 1945. À frente do movimento de transição apresentamos Magalhães Barata e suas tramas de adequação ao regime seguinte: nomeações de prefeitos e fundação do Partido Social Democrático (PSD) na versão paraense, bem como a difusão da imagem do líder pessedista e de seus correligionários pelas diversas regiões do Estado. Neste caso, a máquina administrativa e os instrumentos característicos do Estado Novo legitimaram às ações de Barata diante de uma oposição ainda desestruturada e em ascensão, como os partidários da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP). O reflexo dessa dinâmica no sudeste do Pará foi a disseminação do baratismo e da ideologia pessedista, junto ao nacionalismo, o paternalismo e a noção de interiorização do progresso. O principal meio para a difusão dos discursos de Magalhães Barata e de seus seguidores no sudeste paraense, foi o jornal marabense e estadonovista *Marabá*, veículo criado em 1945 para a disseminação das pretensões baratistas na região.

No âmbito estadual, a vitória dos pessedistas nas primeiras eleições ao governo paraense em 1947, derrotando udenistas e pessepistas intensificou as disputas políticas e partidárias que se estenderiam até 1951, quando da derrota de Barata em eleições suplementares. Posicionaram-se de um lado os partidários de Barata adeptos do PSD e, de outro, adeptos dos outros partidos sob a égide da UDN e PSP. Estes uniram-se em torno de uma Coligação Democrática Paraense. Os líderes Alexandre Zacarias de Assunção, Deodoro de

Mendonça e João Paulo de Albuquerque Maranhão compunham as bases da oposição. Nos chamaram a atenção, naquele período, os embates retóricos possibilitados pelos jornais. *O Liberal*, como veículo baratista, e *Folha do Norte*, como o instrumento difusor dos discursos oposicionistas. A região de castanhais do sudeste do Pará, por sua vez, sentiu os efeitos também desses confrontos retóricos. Apontamos a publicação em final de 1947, do primeiro jornal oposicionista no sudeste do Pará, *O Progressista*, veículo dos partidários do PSP em Marabá. Porém, a existência efêmera do jornal pessepista abriu possibilidade para a criação do semanário *A Safra*, coordenado pelo então antibaratista e líder da UDN local, Nagib Mutran. Este permaneceria como oposição ao sistema político baratista empregado aos castanhais do sudeste paraense. O oposicionismo atribuído a Nagib Mutran e correligionários udenistas denominamos nagibismo. Estes associaram seus discursos políticos e eleitorais de oposição ao que pretendiam enquanto forma ideal de funcionamento dos castanhais. Defendemos que, tanto o machadismo quanto o nagibismo que fizeram oposição às políticas de Barata, proporcionaram com isso, uma constante valorização dos castanhais, à medida que os desejavam e os propagavam como principal economia do Estado, uma espécie de “ouro pardo”. No Pará, projetos políticos pensados durante o período do Estado Novo foram implantados no interior do Estado, mesmo após o fim do regime ditatorial em 1945. No sudeste paraense os projetos estadonovistas foram visualizados nos discursos de difusão do progresso e modernização e nos acordos bilaterais com os Estados Unidos, heranças da “Batalha da Borracha”.⁴⁷²

⁴⁷² Segundo Isabel Cristina Martins Guillen, em artigo intitulado **A batalha da borracha: Propaganda política e migração nordestina Para a Amazônia durante o Estado Novo**, a migração de trabalhadores nordestinos para a Amazônia durante o Estado Novo (1937-1945), promoveu a “Batalha da Borracha”. Ela foi organizada como uma campanha nacional, que resultou em uma série de acordos firmados entre o presidente brasileiro, Getúlio Vargas, e o governo dos Estados Unidos (os Acordos de Washington), que objetivavam aumentar a produção de matérias primas estratégicas (a borracha) para o esforço de guerra.

4.1. As oligarquias estaduais e o fim do Estado Novo

Segundo o historiador Boris Fausto, o Estado Novo caracterizou-se por um regime político autoritário, implantado no Brasil no dia dez de novembro de 1937, pelo então presidente do país, Getúlio Vargas. Com a intervenção política, foram cerceados os movimentos populares e reprimidos os comunistas, além de dissolver o congresso nacional.⁴⁷³ Conforme argumentos de Fausto, além de autoritário, o Estado Novo teria assumido posturas modernizadoras com pretensões de durabilidade. Porém, “seu tempo de vida acabou sendo curto, pois não chegou a oito anos”.⁴⁷⁴ Quanto ao que teria promovido o fim do regime estadonovista, Fausto aponta alguns elementos políticos fundamentais. O primeiro, está relacionado à imagem do país no contexto internacional, o fato de o governo Vargas aderir à Segunda Guerra Mundial ao lado das democracias liberais e, ao mesmo tempo, sustentar em seu governo uma política de exceção; O segundo, diz respeito às indiferenças de seu próprio grupo político, com relação à continuidade do regime; Outros elementos políticos que teriam ocasionado à crise do Estado Novo, incluem-se os movimentos estudantis contrários à manutenção da política varguista, além da reação da imprensa brasileira à censura. Além de tudo, argumenta Fausto, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre agosto de 1942 e maio de 1945, havia deixado um saldo de 454 brasileiros mortos em combate na Itália. Assim, “a volta dos ‘pracinhas’ da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Brasil, teria causado grande entusiasmo popular, contribuindo para acelerar as pressões pela democratização do país”.⁴⁷⁵ Segundo Fausto, a deposição de Getúlio Vargas da presidência da República só aconteceria em final de 1945, em razão de uma crise política causada pela nomeação do irmão do presidente, Benjamim Vargas, como chefe de polícia do Distrito Federal. Portanto, esse conjunto de fatores, teria resultado em uma crise política que colocaria um fim no regime estadonovista.⁴⁷⁶ O objetivo em estudarmos o processo de transição política, do Estado Novo para o regime democrático, será verificarmos, na conjuntura da época, as tramas políticas, as articulações e os preparativos para a adequação às exigências de um novo regime. Estamos propondo, além de tudo, um estudo sobre as continuidades e interrupções dos elementos políticos estadonovistas no decorrer do regime democrático seguinte, até início da década de 1960. Com isso, propomos uma verificação dos resultados das tramas políticas e partidárias nacionais e, sobretudo,

⁴⁷³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, p. 364-365.

⁴⁷⁴ FAUSTO, *Op. Cit.*, p. 382.

⁴⁷⁵ FAUSTO, *Op. Cit.*, p. 381-382.

⁴⁷⁶ FAUSTO, *Op. Cit.*, p. 388.

estaduais e seus reflexos na região sudeste do Pará. Para tanto, investimos num estudo sobre os novos e velhos elementos das culturas políticas no referido período de transição. Às estratégias, articulações e anseios de grupos partidários reelaborados entre o final do regime estadonovista e o início do período democrático em 1946.

A partir desse quadro de transição, ressalta Fausto, no dia 28 de fevereiro de 1945, o presidente Vargas teria baixado o “Ato Adicional à carta de 1937, fixando, entre outros pontos, um prazo de noventa dias para a marcação da data das eleições gerais.”⁴⁷⁷ Conforme análise eleitoral realizada pela historiadora Luciana Ghiggi, pressionado pela oposição ao seu governo, “Vargas editou a Lei Constitucional número 09 em 28 de fevereiro de 1945, convocando eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas”.⁴⁷⁸ Conforme essa primeira medida, foi publicado o Decreto número 7.586/1945, regulamentando o alistamento eleitoral e as eleições em si. A redação do novo Código Eleitoral foi coordenada pelo então ministro da justiça e ex-interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães. O documento discorria sobre cinco itens fundamentais: alistamento simples, voto secreto, justiça eleitoral, apuração rápida e imediata e as competências dos partidos nacionais.⁴⁷⁹ A regulamentação eleitoral fez com que os partidos nascentes tivessem suas propostas expandidas para novos espaços de influência, dentro do processo de redemocratização desencadeado – ao menos, em parte – pelo decreto supracitado. Segundo José Queiróz Carneiro, Magalhães Barata, enquanto líder político no poder, se articulou a fim de adequar-se à nova situação política pós-1945.⁴⁸⁰ A ação se deu com a iminência do regime político democrática que, por sua vez, passava a exigir uma capacidade de convencimento eleitoral, uma boa imagem política e discurso alinhado. Assim, Magalhães Barata, ainda como interventor, investiu no interior do Pará, exemplificando a sua região sudeste. O investimento de Barata no sudeste paraense, adquiriu um sentido de continuidade do projeto varguista, aquele pensado para a Amazônia nos últimos anos do regime estadonovista.⁴⁸¹

Para tratarmos da dinâmica política desenvolvida nos castanhais do sudeste paraense, achamos pertinente tomarmos como referência a metodologia proposta pelo

⁴⁷⁷ FAUSTO, *Op. Cit.*, p. 383-384.

⁴⁷⁸ GHIGGI, Luciana. **Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, p. 20.

⁴⁷⁹ *Idem.*

⁴⁸⁰ CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará.** Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, UNICAMP, 1991, p. 34.

⁴⁸¹ SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos espaços vazios no governo Vargas:** do discurso do rio Amazonas à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, p. 124.

historiador francês René Rémond, a qual oferece possibilidade de uma visão bem mais ampla neste campo. A obra de Rémond destaca às novas formas de análise da política, campo no qual para ele, não há mais lugar para abordagens tradicionais. A velha política, cujas análises concentravam-se, quase exclusivamente, em grandes personalidades perderam força. Com isso, os movimentos democráticos, as estruturas partidárias, as constituições ideológicas, as ações e representações políticas, a interpretação das atitudes políticas individuais e coletivas e suas contextualizações tornaram-se elementos importantes para a história social.⁴⁸²

A Nova História Política proposta por Rémond encontra-se atrelada à base de pensamento responsável por impulsionar novas perspectivas historiográficas, tendo como um dos expoentes o historiador francês Jacques Le Goff. Os investimentos na renovação historiográfica, iniciada nos anos de 1970, representaram o momento em que Le Goff sugeria também uma história política renovada, no caso dele, tratava-se de estudos medievais, onde enfatizava uma estrutura atrelada ao campo da antropologia histórica, uma perspectiva defendida desde os fundadores dos *Annales*. A Nova História, proposta por Le Goff, caminhou em direção a duas linhas historiográficas acerca do político, a saber: uma, cuja ênfase direcionava-se a um modelo de história social do político, tendo nas instituições, nas elites do poder e nas sociedades políticas temas centrais de estudo, e procurando um diálogo mais próximo com a Sociologia e a Ciência Política; e outra, com mecanismos de percepção histórica herdadas dos precursores dos *Annales*. Neste caso, o político surge a partir da História Cultural, temas como cerimônias, gestos, discursos, símbolos, entre outros, são tratados como objeto principal e o diálogo com a Antropologia é privilegiado.⁴⁸³

Tendo em vista os caminhos que pretendemos trilhar com o nosso trabalho, as propostas de pesquisa e objetos levantados pelo Nova História Política se fazem pertinentes à medida em que discutimos as relações de poder político e partidário desenvolvido na região sudeste do Pará em torno da estrutura de funcionamento econômico dos seus castanhais. Vale lembrar, a título de exemplo, os argumentos do historiador Francisco Falcon, quando afirmou que história e poder são como irmãos siameses e que separá-los é difícil. Neste caso, olhar para alguns sem sentir a presença desse outro constitui situação quase impossível. Para Falcon, a história da humanidade é condição *sine qua non* que se manifeste por meio de duas maneiras

⁴⁸² RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 15.

⁴⁸³ LIMA, Douglas Mota Xavier. **Jacques Le Goff e a História Política da Idade Média**. Revista Brathair. Número 16, 02, 2016.

de ver a questão das relações entre a história e o poder. Falamos do olhar que busca detectar e verificar as diversas formas de representação do poder na história.⁴⁸⁴

Além disso, o historiador José D'Assunção Barros destaca as fortes evidências nas interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica, ou, sobretudo, a História Social.⁴⁸⁵ Dentre esses campos pretendemos tomar também como destaque a História Cultural que cedeu elementos metodológicos à História Política, como às simbologias subjacentes aos discursos e práticas políticas, além disso, a metodologia antropológica passou a contribuir com a formação de uma nova vertente historiográfica do político, a Cultura Política.

Partiram dessa perspectiva a dedicação aos valores simbólicos existentes em ações protagonizadas no meio político, identificando-os e interpretando seus respectivos significados. Para melhor embasar nossos estudos acerca da estrutura política montada em torno dos castanhais do sudeste do Pará, nos reportamos também à pesquisa desenvolvida pelo cientista político Lucio Remuzat Rennó Junior, já que a proposta defendida por ele, aponta como principal objetivo nos estudo da Cultura Política a importância dos valores, “sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político”.⁴⁸⁶ Os argumentos de Rennó acerca do objeto da Cultura Política ganham forma nos diálogos com a obra *The Civic Culture* dos cientistas políticos norte-americanos Gabriel Abraham Almond e Sidnei Verba, os quais definem Cultura Política como propriamente o “conjunto de orientações subjetivas de determinada população”. Inclui, obviamente, enquanto objeto de conhecimento, as crenças, sentimentos e compromissos com valores e realidades políticos.⁴⁸⁷

Conforme esse ponto de vista, os meios de comunicação contribuem com um papel central de certos aspectos da Cultura Política, contribuindo para reforçar a influência no aspecto cognitivo e determinar atitudes e comportamentos.⁴⁸⁸ Outros argumentos que tratam da Cultura Política e que casam com o que pretendemos mostrar no sudeste do Pará, são os do historiador Serge Berstein. Para ele, a análise cultural do político está inscrita na renovação da História Política, esta operada sob a inspiração de René Rémond. Falamos de um quadro de investigação calcada na explicação de comportamentos políticos de que a Cultura Política surgiu, oferecendo

⁴⁸⁴ FALCON, Francisco. História e Poder. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61.

⁴⁸⁵ BARROS, José D'Assunção. **História Política, discurso e imaginário**: Aspectos de uma interface. Revista de História SECULUM (12). João Pessoa, jan./jun. 2005, p. 129.

⁴⁸⁶ RENNÓ JUNIOR, Lucio Remuzat. **Teoria da Cultura Política**: Vícios e Virtudes. BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998, p. 71.

⁴⁸⁷ *Idem*.

⁴⁸⁸ RENNÓ JUNIOR. *Op. Cit.*, p. 72.

respostas bem mais satisfatórias enquanto resultados de pesquisa. Berstein trabalha com a proposta de que Cultura Política é “uma espécie de código ou um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. Destaca, portanto, o papel das representações políticas e do caráter plural das culturas políticas em um dado momento e lugar histórico.⁴⁸⁹

Entre as mudanças políticas ocorridas no país a partir de 1945, estarão referendadas no decorrer desse capítulo, a fundação de partidos políticos, a oficialização de ideologias partidárias, a reorganização de grupos políticos e, conseqüentemente, as buscas por influências locais e regionais. Tudo isso, seguidos das regulamentações eleitorais, já apresentadas, e da criação e rearticulação de jornais impressos engajados. Estamos defendendo, que esses acontecimentos constituíram-se em fatores de preparação, em vista da possibilidade de atuarem politicamente dentro de uma nova conjuntura, onde manter ou conseguir privilégios estava relacionado ao poder de convencimento popular e à visibilidade dos agentes políticos. Assim, a constante busca pelo controle territorial regional, por parte de grupos políticos nascentes, fez da região de castanhais do sudeste do Pará um dos alvos dessas pretensões gestadas na iminência do período democrático, durante o último ano do regime estadonovista. No Pará, foram ações, primeiramente, protagonizadas pelo baratismo e o pessedismo, seguidas pela sua oposição, sobretudo, o Partido Social Progressista (PSP) e a União Democrática Nacional (UDN).⁴⁹⁰

O fato de Getúlio Vargas, em nível nacional e Magalhães Barata no Pará, terem sido os principais responsáveis nas articulações de passagem do Estado Novo para o novo regime, explica a manutenção de seus respectivos grupos de apoio no poder, na medida em que se processava a abertura em 1945. Mesmo com o Estado Novo chegando ao fim, a sua estrutura foi aproveitada no novo arcabouço institucional, já que antes de ser deposto, Getúlio Vargas produziu instrumentos jurídicos e instituições públicas concebidos conforme a lógica estadonovista. Segundo Fausto, na articulação política promovida pelo governo Vargas no fim do Estado Novo, estão incluídas a instituição de um novo código eleitoral e a criação de dois partidos políticos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).⁴⁹¹ De acordo com a historiadora Maria do Carmo Campello Souza, na passagem ao regime democrático, Getúlio manteve-se como interlocutor-chave; e justamente esta posição

⁴⁸⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-350.

⁴⁹⁰ CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, UNICAMP, 1991, p. 34.

⁴⁹¹ FAUSTO, *Op. Cit.*, p. 385.

teria facultado ao getulismo a possibilidade de adotar as medidas necessárias para a manutenção de sua máquina, “assentada nas Interventorias e já, então, enraizada nos Estados e municípios”.⁴⁹² Com a democracia instaurada e o fim do Estado Novo, não houve uma substituição significativa do varguismo, tampouco sepultou-se a burocracia vigente no Estado, “a redemocratização foi conduzida pela elite política que detinha o poder durante o Estado Novo, e sob sua direção foi promovida a implantação de um sistema pluripartidário [...]”.⁴⁹³

Segundo a cientista política e historiadora Lucia Hippólito, na trama política brasileira de 1945, os interventores se utilizaram da máquina do Estado para fundar o Partido Social Democrático, o PSD. O partido foi fundado por elementos estreitamente vinculados à administração do Estado Novo: interventores, ministros, funcionários públicos e adquiriu condições ímpares para se organizar em todos os Estados, vencer as eleições presidenciais em 1945 e conquistar a maioria das cadeiras parlamentares.⁴⁹⁴ Nesse sentido, conforme o historiador José Queiroz Carneiro, Magalhães Barata, além de dar vida à versão paraense do PSD, valeu-se dos prefeitos por ele nomeados para difundir as propostas do seu grupo político pelo interior do Estado. Segundo Carneiro, desde os primeiros momentos de sua existência, o Partido Social Democrático paraense esteve intimamente ligado à personalidade de Magalhães Barata. A princípio em função da Interventoria, pois tomou a frente da “articulação oficial para a fundação do partido, por delegação de Vargas”.⁴⁹⁵ Como bem argumenta Lucia Hippolito, no Brasil de 1945, emergiu um PSD gerado não espontaneamente, mas como uma deliberação dos correligionários de Vargas, a fim de criar instrumentos que lhes permitissem operar na transição para um regime democrático. Segundo ela, o PSD como um partido produzido por interventores nomeados criou seu prestígio e força na prática eleitoral, atividades parlamentares e na participação nos diferentes níveis do executivo. Para Hippolito, o PSD constituiu-se em um partido de quadros que adotou posturas de partido de massa, esse partido adaptou-se aos novos tempos inaugurados por uma nova constituição em 1946.⁴⁹⁶

Assegurando os direitos básicos de liberdade, propriedade e segurança individual, a Constituição Federal foi aprovada no dia 18 de setembro de 1946. Ela garantia o direito de livre expressão, a inviolabilidade do sigilo de correspondências e da liberdade de livre

⁴⁹² SOUZA, Maria do Carmo Campelo. **Estado e Partidos políticos no Brasil, 1930 a 1964**. 1ª Ed. São Paulo. Aufa-Omega, 1976, p. 106.

⁴⁹³ GHIGGI, Luciana. **Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, p. 14.

⁴⁹⁴ HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 68.

⁴⁹⁵ CARNEIRO, *Op. Cit.*, p. 34.

⁴⁹⁶ HIPPOLITO. *Op. Cit.*, p. 55.

associação (para fins lícitos) e a proteção dos direitos do cidadão independente de suas convicções religiosas, filosóficas ou políticas. Restituía o equilíbrio dos três poderes, além de trazer de volta as eleições diretas para presidente e governadores (e também seus vices, de modo independente), deputados federais, senadores e assembleias legislativas.⁴⁹⁷ O mandato presidencial foi fixado em cinco anos, e foi mantida a proibição da reeleição para cargos executivos. As atribuições do Congresso foram fortalecidas, principalmente as que diziam respeito à inspeção das ações do executivo. Foi restaurado o princípio federalista, estabelecendo-se a divisão de atribuições entre a união, os Estados e os municípios. No que se refere ao voto, a nova constituição ampliou a obrigatoriedade do voto feminino, antes restrita às mulheres que exercessem cargo público remunerado.⁴⁹⁸ Defendemos, portanto, que a criação do PSD, contribuiu para a adequação dos remanescentes do Estado Novo nas exigências democráticas, para que continuassem a desfrutar, tanto em nível federal quanto em âmbito estadual, dos benefícios do poder. Segundo José Queiróz Carneiro, nesse contexto de transição, Magalhães Barata teve à sua disposição um conjunto de fatores oficiais, incluindo “auxiliares diretos, indiretos e os intendentess”.⁴⁹⁹ Formou-se, portanto, a estrutura necessária que daria suporte à disseminação dos princípios baratistas pelo interior do Pará, sendo a região sudeste um exemplo disso.

Sobre o contexto nacional e a dinâmica política estadual em período de transição vivenciado em 1945, o historiador Pere Petit também destacou que imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e o afastamento de Getúlio Vargas da Presidência da República, Magalhães Barata foi também destituído do cargo de interventor federal. Porém, no dia 1º de maio de 1945, Barata havia liderado a fundação da seção paraense do Partido Social Democrático (PSD) como, aliás, fizeram boa parte dos interventores nomeados por Getúlio Vargas em outros Estados. Assim, ficam subjacentes aos argumentos do historiador Pettit que a política de Magalhães Barata teve ampla vantagem, justamente em função do tempo de organização partidária, uma vez que o PSD herdou a proposta política baratista instituída em 1943. A situação de controle facilitou a difusão do pessedismo, e com ele o baratismo pelo

⁴⁹⁷ **As Constituições do Brasil**. Supremo Tribunal Federal, Brasília, Out. 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=97174>>. Data de acesso: 18 de julho de 2016.

⁴⁹⁸ FREIRE, Américo. **Dois governos: 1945-1950, a constituição de 1946**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>>. Data de acesso: 18 de julho de 2016.

⁴⁹⁹ CARNEIRO. *Op. Cit.*, p. 34.

interior do Pará.⁵⁰⁰ Outro fator importante sobre a difusão ideológica pessedista durante o processo eleitoral no Brasil em época de transição do Estado Novo para o regime democrático, segundo Boris Fausto, foi a eleição para presidente da República de Eurico Gaspar Dutra do Partido Social Democrático. Na ocasião, derrotando seu mais forte opositor, o brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Nacional, UDN, com uma margem expressiva de votos, 55% a 35% respectivamente. A eleição de Dutra teria sido uma demonstração de força da “máquina eleitoral montada pelo PSD a partir dos interventores” e da prática conhecida como populista.⁵⁰¹

Acerca da transição política de 1945, Lucia Hippolito também deu a sua contribuição argumentando que “pela primeira vez na história do Brasil foram criados e fortalecidos partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado”. Logo nos primeiros resultados do processo político eleitoral pode ser notado que o “PSD deu o tom da política brasileira do período”.⁵⁰² De acordo com a análise de Jorge Ferreira, as eleições, com o fim do Estado Novo se tornaram sistemáticas e periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo nos planos federal, estadual e municipal. Essa dinâmica eleitoral, segundo o historiador, contribuiu para “consolidar um sistema partidário nacional que expressava as diversas correntes de opinião do eleitorado”.⁵⁰³

A ambição de Magalhães Barata, em 1945, foi expressa em jornal do período que descreveu a solenidade de fundação do PSD. A oficialização do grupo político baratista representava a percepção de um futuro já determinado por Vargas, daí a urgência de agir primeiro e organizar-se para a nova conjuntura, chefiando a maioria absoluta das forças políticas do Estado. Com a orientação política traçada ao país pelo presidente Getúlio Vargas e seus auxiliares de administração, o coronel Barata, instaurando a convenção do PSD no Pará, abriria, conforme a concepção baratista, um período novo na vida política paraense. Na visão de Barata, o novo projeto político constituiria em nova entidade partidária de característica democrática e de legitimidade, com relação ao que pleiteava o Estado brasileiro. Para eles, era hora de redefinir uma diretriz política serena, progressista e patriótica.⁵⁰⁴ As referências do pesquisador francês Serge Berstein acerca da constituição dos partidos políticos tornaram-se

⁵⁰⁰ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964.** Belém: Belém: Paka-Tatu, 2003, pp. 128-129.

⁵⁰¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, p. 398.

⁵⁰² HIPPOLITO. *Op. Cit.*, p. 41.

⁵⁰³ FERREIRA, Jorge. **1946-1964: a experiência democrática no Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a01v1428.pdf>>. Acessado em: 16 set. 2015, p. 12.

⁵⁰⁴ Jornal **A Vanguarda.** Belém, 30 de abril de 1945.

úteis para a análise também em outros ambientes como o sudeste do Pará. Para Berstein “refletindo sobre a natureza dos partidos políticos e sua função na sociedade política contemporânea eles levaram os historiadores a se interrogarem sobre o significado da existência e o papel dos partidos na pequena fatia histórica que lhe diz respeito”, do final do século XIX até os dias atuais.⁵⁰⁵ Concordamos que partidos políticos “são associações de indivíduos com a finalidade de disputar eleições e, por esse meio, vir a colocar os seus membros no poder”.⁵⁰⁶ Com base nessa referência, verificamos que muitos componentes do Partido Liberal, partido dos apoiadores do Movimento de 1930, uniram-se em torno da ideologia do Partido Social Democrático após sua oficialização em 1945, tendo como maior expoente no Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. O PSD, fundado em 17 de julho de 1945, começou a “ser organizado primeiro nos Estados, sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros”.⁵⁰⁷

Do ponto de vista da sua origem, comenta Lucia Hippolito, “o PSD corresponde perfeitamente ao partido criado de fora para dentro, formado no fim do Estado Novo e composto basicamente pelos interventores nomeados por Vargas”. Conforme Hippolito, o partido teria fornecido à elite política, que havia se consolidado nos Estados durante a ditadura estadonovista, uma possibilidade de sobreviver num regime democrático.⁵⁰⁸ De acordo com argumento do cientista político Rogério Schmitt:

O Partido Social Democrático (PSD) foi o maior no Brasil ao longo de toda a Terceira República (1945 a 1964), elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional em todos os pleitos que disputou. A origem do partido esteve ligada à máquina administrativa do Estado Novo, especialmente aos interventores então nomeados por Vargas nos Estados.⁵⁰⁹

Com a difusão da ideologia pessedista para o interior paraense, os primeiros adeptos do partido foram surgindo no sudeste paraense, inicialmente, Antônio Vilhena de Souza e João Anastácio de Queiroz. O primeiro foi um fiel baratista, nomeado prefeito de Marabá por Magalhães Barata em 1945 e eleito em 1950, tratava-se de um influente pessedista local. O

⁵⁰⁵ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 60.

⁵⁰⁶ SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005, p. 10.

⁵⁰⁷ HIPPOLITO, Lúcia. **Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004.

⁵⁰⁸ HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 47.

⁵⁰⁹ SCHMITT. *Op. Cit.*, p. 14.

segundo foi um remanescente do regime patrimonialista ligado a Deodoro de Mendonça e um dos maiores detentores de castanhais no período que antecedeu 1930. Com a ascensão do getulismo e por interesses territoriais, Queiroz aliou-se ao Partido Liberal apoiando as lideranças baratistas da capital paraense após a “Revolução de 1930”. Tornou-se um líder pessedista na região sudeste paraense, prefeito de Marabá por nomeação na segunda Interventoria de Barata (1943-1945) e permaneceu assim até o seu falecimento em final de 1945.⁵¹⁰ O pessedismo local em Marabá organizou-se para as eleições municipais de 11 de janeiro de 1948 com Alfredo Rodrigues de Monção para prefeito. Ele seria eleito e governaria Marabá até 1950, com Antônio Vilhena para vice, seguidos dos candidatos a vereador: Sérvulo Ferreira de Brito, Antônio do Rego Filho, José Martins Ferreira, Pedro Marinho de Oliveira, Manoel Brito de Almeida e José Bandeira de Souza (Figura 23).⁵¹¹

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
Secção do Pará
DIRETORIO MUNICIPAL DE MARABÁ

Exaltação!
Ao povo do Sertão Paraense!
Marabaenses probos!

Recebei, antes, em primeiro plano, a nossa admiração e o prazer do nosso agradecimento profundo, porque demonstrastes, com a expressão do civismo e da ordem, a melhor educação de populi-dade e o mais alto princípio do patriotismo, em vindo, coadjuvando ao esforço do alistamento eleitoral deste rincão do Pará.

Marabaenses dignos!

Os humildes representantes do P. S. D., nesta terra admirada e querida, pelo trabalho honesto e forte, pelo desvelar às vicissitudes naturais, estimando a coragem do cabelo da gleba hospiteira e recebendo com agrado o coadjuvante das gentes de outras partes tanto e mais elevadas; dizemos, nós, os humildes representantes do P. S. D., que, aqui, nesta exaltação justíssima, salemos boasas a quantos de vós que contribuísteis, voluntariamente, para a verdadeira supremacia do alistamento de que o nosso Partido se fizera arauto do credo e selo instrumento democrático em bem da Pátria!

Marabaenses distintos!

O Partido Social Democrático, por seu diretório Municipal de Marabá, como corolário de esboço próprio de retribuição de vossa votanda de auxílio, quer e vem dar-vos, de público, os elogios e as felicitações e incentivos de eleição obtida neste município, em tão curto espaço de tempo, não obstante as fadigas que se não ceibe conceber com os ensinamentos das aulas de superioridade no mister da eleição eleitoral mais altas.

Condições do P. S. D.!

Apenas estimas de parabéns, porque, digo-se a verdade, a relação que adiante aparecerá, vai estabelecer o confronto e a diferença dos esforços dos Partidos em luta no alistamento neste município, esclarecendo, assim, o direito eleitoral de nossa estimada população, na cidade e nos distritos, com a devida veia:

P. S. D.	2434	eleitores alistados e inscritos
U. D. N.	435	eleitores alistados e inscritos
P. S. P.	272	eleitores alistados e inscritos

Por aí, senhores eleitores, se vê, claramente, patentemente, que, no próximo pleito do voto livre, a 2 de dezembro deste ano, para candidatura ao supremo posto de Presidente da República do Brasil as urnas de liberdade e de soso sufrágio, estrondosamente, o nome insigne do Excmo. Sr. general Eurico Gaspar Dutra, figura ilustre e mais alta do glorioso Exército Brasileiro!

SALVE! BRASIL PODEROSO!

Diretorio do P.S.D. - Marabá

Agostinho Vilhena de Souza	Felipe Marinho de Oliveira
Sérvulo Ferreira de Brito	Joaquim Carneiro de Carvalho
Ambrósio Franco	Antônio do Rego Filho
Alfredo Monção	Antônio Ribeiro de Souza
José Martins Ferreira	José Bandeira de Souza
Pedro Ribeiro de Souza	Álvaro Barros Lima

Figura 23: Jornal *Marabá*, 6 de outubro de 1945, p. 3. Além da “Exaltação ao povo do sertão paraense!”, apresenta o diretório de Partido Social Democrático em Marabá e seus membros: Antônio Vilhena de Souza, Sérvulo Ferreira de Brito, Ambrósio Franco, Alfredo Monção, José Martins Ferreira, Pedro Ribeiro de Souza, Pedro Marinho de Oliveira, Joaquim Carneiro de Carvalho, Antônio do Rego Filho, José Bandeira de Souza e Álvaro Barros Lima. Fonte: Arquivo Público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

⁵¹⁰ Jornal *Marabá*. Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, p. 1.

⁵¹¹ Jornal *O Progressista*. Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1948, p. 4.

Na instância estadual, Deodoro de Mendonça se manteve na oposição aos baratistas, filiando-se ao Partido Social Progressista (PSP), em 1946. O PSP que se constituiu na quarta maior legenda da “Terceira República”, foi criado justamente em 1946, tornando-se “um partido com uma base eleitoral muito concentrada regionalmente [...]”. Constituiu-se por uma corrente nacionalista e reformista e por um grupo tradicional clientelista.⁵¹² Deodoro de Mendonça, enquanto líder pessepista regional e influente nos castanhais, conservou no sudeste do Pará alguns membros de sua família e seguidores que ficaram responsáveis por fundarem e coordenarem o PSP em Marabá como, José Oscar de Mendonça Vergolino, Leonel Mendonça Vergolino e Plínio Pinheiro, em campanha iniciada em final de 1947.⁵¹³ Nas candidaturas às eleições de 1948, concorreu pelo PSP para prefeito, Demostenes Ayres Azevedo, Leonel Mendonça Vergolino para vice, seguidos dos candidatos a vereador: Plínio Pinheiro, Antônio Araújo Chaves, Antônio Araújo Sampaio, Raimundo Fernando Oliveira e Walter Sampaio.⁵¹⁴

No ano decisivo de 1945 foi criado e oficializado outro partido que se destacaria no meio político nacional, regional e no sudeste do Pará até 1964. Boris Fausto aponta que a antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais do início da década de 1930, formou em abril de 1945, a União Democrática Nacional (UDN).⁵¹⁵ Com base nesta concepção política, uma outra estrutura de funcionamento pensada para os castanhais do sudeste do Pará no após 1945, foi proposta e reivindicada pela liderança local no sudeste do Pará, Nagib Mutran.⁵¹⁶ Mutran, originário de uma extensa família libanesa, havia se instalado no Maranhão nos primeiros anos do século XX, na cidade de Grajaú e, na década de 1920, com os pais, irmãos e tios migrou para o sudeste do Pará onde passou a investir na coleta e comércio da castanha no entorno da cidade de Marabá. Conforme pesquisa da socióloga Marília Emmi, a trajetória dos Mutran iniciou como modestos aviados nas décadas de 1920 e 1930,

[...] passando depois eles mesmos a aviadores e posicionando-se na política local do lado oposto ao de seus antigos patrões. Aparecem, posteriormente, em fins da década de 40, como grandes compradores de castanha, donos de barcos que transportava o produto e depois como exportadores. Através da compra ou da apropriação de castanhais de pequenos e médios castanheiros presos a eles por dívidas comerciais, vão concentrando a propriedade da terra dos castanhais. Desde os anos 50 a família tentou deter o controle do poder local que ao mesmo tempo em que consagraria sua força econômica, facilitaria ainda a expansão de seus castanhais.⁵¹⁷

⁵¹² SCHMITT. *Op. Cit.*, p. 14.

⁵¹³ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, p. 1.

⁵¹⁴ Jornal *O Progressista*. Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1948, p. 4.

⁵¹⁵ FAUSTO. *Op. Cit.*, p. 385.

⁵¹⁶ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.54.

⁵¹⁷ EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 96-97.

A nova legalização dos arrendamentos e descentralização dos castanhais, introduzida durante o governo paraense de José Carneiro da Gama Malcher (1935-1943) havia colocado Nagib Mutran em destaque. Segundo Marília Emmi, de simples aviador passou a maior comprador e exportador de castanha, chegando a influente político regional em fins da década de 1940. Porém, durante a Interventoria de Malcher, reitera Emmi, foi Deodoro de Mendonça quem manteve influências na região de castanhais, contribuindo com respectivas indicações de prefeitos em Marabá. No período, favoreceu parentes e aliados na política marabaense, sendo o principal deles, José Oscar de Mendonça Vergolino, que governou o município marabaense entre 1939 e 1943. Ainda com relação à pesquisa de Emmi, além de Mendonça Vergolino, outros anteriores a ele como, Carlos Augusto Mendonça, Francisco de Souza Ramos e Augusto de Figueiredo Dias. Embora os castanhais não tenham tido grande destaque no período, em função do envolvimento dos maiores compradores na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Estados Unidos e Inglaterra, foi um período de apropriações de territórios castanheiros por grupos regionais e locais.⁵¹⁸

De acordo com mensagem do governador do Estado, José Carneiro da Gama Malcher, em seu período no governo, houve constante assistência aos serviços de arrendamento de castanhais do Estado, o que aumentou a quantidade de locações em Marabá e Alenquer. Além de permitir a concessão de arrendamentos de castanhais para a exploração extrativa da castanha, o que com Magalhães Barata era negado. Conforme mensagem, o desenvolvimento durante a administração de Malcher resultou da prioridade dada ao serviço de arrendamento de terras castanheiras.⁵¹⁹ A agilidade nos serviços de medição teria permitido melhor fiscalização e rapidez no processo de arrendamento e, conseqüentemente, maior receita ao Estado. Com isso, o serviço de arrendamento alcançou outros territórios, sendo os mais importantes os de Marabá, Alenquer, Óbidos e Oriximiná. Com relação aos castanhais de Marabá, ainda havia muitos territórios a ocupar e alguns foram ocupados sem registros, o que, segundo a mensagem, permitiu aos proprietários ampliarem áreas muito superiores às suas.⁵²⁰ Somente em 1935 foram trabalhadas 2.398 guias de arrendamento, sendo que 1.778 referentes a castanhais do Estado e 620 de propriedades particulares.⁵²¹

Durante o governo de Malcher, além de Deodoro de Mendonça, Nagib Mutran também dedicou suas ações comerciais à compra e exportação da castanha e, em função do

⁵¹⁸ EMMI. *Op. Cit.*, p. 95.

⁵¹⁹ MALCHER, José Carneiro da Gama. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Pará**. Em 16 de julho de 1936, p. 77.

⁵²⁰ MALCHER. *Op. Cit.*, p. 76.

⁵²¹ MALCHER. *Op. Cit.*, p. 77.

destaque econômico adquirido com a prática comercial, ingressou no meio político, filiando-se, no contexto pós-1945, à União Democrática Nacional (UDN). Mutran, fundou com o apoio do então deputado federal udenista Epílogo de Campos, o diretório municipal do partido na cidade de Marabá, do qual se fez presidente.⁵²² O fato de Mutran ter sido o maior comprador de castanha, registrado entre 1935 e 1949,⁵²³ o teria levado ao investimento na carreira política, chegando a prefeito de Marabá em 1958 e deputado estadual em 1962, como um representante da UDN local.⁵²⁴ Ele tornou-se uma referência local de oposição à estrutura empregada pelos baratistas aos castanhais no sudeste do Pará até 1951, quando foi eleito Zacarias de Assunção para governador do Pará, ligado a seu partido.

Para compreendermos o posicionamento político de Nagib Mutran, com relação ao sudeste do Pará e como concebia o funcionamento dos castanhais da região, buscamos entender a ideologia udenista adotada por ele. Lucia Hippolito, autora de *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira* e *Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro*, afirma que a “União Democrática Nacional (UDN) nasceu em 7 de abril de 1945, como frente de oposição à ditadura do Estado Novo”, defendendo um modelo político democrático.⁵²⁵ A definição de Hippolito é que a UDN “reunia as oligarquias apeadas do poder pela Revolução de 30, aliados de Getúlio Vargas que passaram para a oposição a partir de 1932 até 1937, participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945, grupos liberais nos Estados e as esquerdas”.⁵²⁶ A UDN foi o único dos maiores partidos brasileiros, existente entre 1945 e 1964, “que não possuía vínculo com as estruturas remanescentes do Estado Novo, adotando uma plataforma liberal”.⁵²⁷

Quanto as características udenistas, elas expressavam a necessidade de a política brasileira construir uma oposição e uma preocupação “em demarcar este território como principal finalidade da União Democrática”; daí o slogan udenista divulgado no boletim do partido: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.⁵²⁸ O termo expunha um claro perfil do udenismo, expressão que definia a forma de agir politicamente dos filiados à UDN e, cujas características básicas centravam-se no liberalismo e no anticomunismo. Agregava-se a ele uma

⁵²² MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá. Chromo Arte Editora, 1998, p. 78.

⁵²³ *Jornal A Safra* ano II, Marabá – Pará, 30 de junho de 1949, número 64, página 3.

⁵²⁴ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 197-198.

⁵²⁵ HIPPOLITO, Lúcia. **Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.21-47, jan./dez. 2004.

⁵²⁶ *Idem*.

⁵²⁷ SCHMITT. *Op. Cit.*, p. 16.

⁵²⁸ LAMBLET, Luciana. **A UDN, o inimigo e a vigilância: Uma proposta de análise historiográfica**. Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2013, v. 16, n. 16, p. 07.

postura conservadora e moralista. Na área do debate econômico, porém, a UDN defendia o interesse dos proprietários de terra e da indústria ligada ao capital estrangeiro, adotando dessa maneira uma plataforma elitista o que a afastava do discurso populista ou do interesse de classes mais baixas.⁵²⁹ Durante o período de 1945 e 1965, período da existência da UDN, seu maior expoente nacional foi o jornalista Carlos Lacerda. Segundo o historiador Edgard Luiz de Barros, este era um

[...] ex-militante da juventude comunista na década de 1930 (filho do opositorista e revolucionários de 1922, 1924 e 1930 Maurício de Lacerda), que se tornaria o mais furioso dos inimigos públicos da esquerda no Brasil. Através do jornal *Tribuna da Imprensa* (fundado por ele em 1949), Lacerda defenderia suas bandeiras conservadoras e golpistas de modo implacável e sempre exacerbado.⁵³⁰

Como já foi mencionado, no governo paraense de José Carneiro da Gama Malcher, um dos que se tornaria udenista quando da criação do partido em 1945, os castanhais foram usados para reforçar sua aliança com os antibaratistas, além de Deodoro de Mendonça, um grupo de seguidores em Marabá como, Nagib Mutran, José Oscar Mendonça Vergolino, Leonel Mendonça Vergolino e Plínio Pinheiro.⁵³¹ As intervenções de Magalhães Barata no controle de territórios e sua influência eleitoral instituiu uma rivalidade política, pelo menos até os primeiros meses de 1951, com a perda de prestígio regional do baratismo, quando os seus opositores reassumiram o controle dos castanhais do sudeste paraense.

Em subitem a seguir, argumentamos acerca das intervenções políticas no sudeste do Pará que se deram por baratistas em seus discursos, sendo eles veiculados por um periódico impresso denominado *Marabá*, em forma de concepções de progresso e integração de uma região pouco povoada e desprovida de projetos políticos. O discurso baratista proferido no semanário *Marabá* deixou transparecer o interesse em inseminar na região sudeste do Pará o pensamento político empregado no Estado durante o regime estadonovista. A disseminação sistemática do discurso baratista em 1945 na região de castanhais, através do *Marabá*, inibiu a instalação de outros veículos de oposição compatíveis, pois somente após a sua desativação, em final de 1946, outros jornais puderam atuar e apresentar ideologias contrárias. O baratismo

⁵²⁹ LAMBLET. *Op. Cit.*, p. 01 – 12. Argumentos extraídos dos seguintes documentos: LACERDA, Carlos. **A UDN na encruzilhada**. Rio, 1961. Arquivo Nacional; *Tribuna da Imprensa*. Ano 1950. Arquivo Nacional; *Boletim UDN*, Ano I. Arquivo UDN, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/16/1_LucianaLamblet_140613_VF.pdf> Acesso em 10 jun 2015.

⁵³⁰ BARROS, Edgard Luís de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto. Coleção Repensado a História, 1997, p. 25.

⁵³¹ BORGES, Antônio. **Negociatas escandalosas**. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio, 1938, p. 14. Se refere à concessão das terras de castanhais nas proximidades da Ilha de Ipixuna, denominado de “castanhais dos índios” a Nagib Mutran em 1936, pelo então governador do Pará José Malcher.

foi apresentado ao sudeste do Pará pelo jornal *Marabá* de duas formas importantes: uma preventiva, que estava relacionada ao fato de ser a primeira personagem política a implantar suas ideologias na região após a abertura e, outra, continuísta, pelo fato de manter no período após 1945, elementos característicos do Estado Novo. Sobre o jornal *Marabá* falaremos depois.

Para o estudo das ações dos baratistas desenvolvidas na região de castanhais do sudeste do Pará, fazemos referência ao historiador francês Pierre Rosanvallon. Segundo ele, “o objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”.⁵³² Os baratistas agiram com o intuito de arrebatar o sudeste do Pará, usando os instrumentos que possuíam em mãos, o poder político e a capacidade de influência. Como está registrado a seguir, tratou-se, assim, de um investimento de mão única, sem reações declaradas. Por isso, o baratismo, em particular, e o pessedismo, no geral, obtiveram tantos resultados positivos no processo eleitoral em 1946 e 1947. De fato, o PSD tornou-se a principal sigla partidária até 1964 na região, tudo indica que a primeira impressão foi a que ficou.

4.2. A reorganização do baratismo após 1945

Como mostrado em item anterior, Magalhães Barata, enquanto representante de um governo de características ditatoriais, o Estado Novo, precisou adequar-se às novas exigências eleitorais de um novo regime político de caráter democrático. Assim, para se manter no poder, Barata e seus seguidores baratistas, investiram na criação de instrumentos para a obtenção de votos. Exemplo disso, foi a criação do jornal *Marabá*. Cuidamos, portanto, em analisar a influência baratista no sudeste do Pará e a importância do periódico *Marabá* no processo de difusão das imagens e discursos de Magalhães Barata na região. O jornal *Marabá* foi fundado no município de mesmo nome, em janeiro de 1945, como um periódico de orientação política para circulação na região sudeste do Pará, sob a responsabilidade editorial de Antônio Vilhena de Souza. Sua direção estava a cargo do jornalista João Correa da Rocha, tendo o advogado José Cursino de Azevedo como editor chefe e Mario Mazzini como redator secretário.⁵³³ Uma

⁵³² ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, n. 30, 1995, p. 16.

⁵³³ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 8 de dezembro de 1945, n. 1, p. 4.

pequena folha, medindo 40cm x 28cm, contando entre quatro e oito páginas, era um jornal de publicação aos sábados e vendido anualmente por 35 cruzeiros, semestralmente por 20 cruzeiros e por 1 cruzeiro o número avulso. Era um semanário de tendência baratista e de caráter predominantemente político, com poucos anúncios nacionais e globais. Destacava em suas edições, anúncios comerciais e intensos julgamentos sobre a região de castanhais do sudeste do Pará. A classe política, intelectual e comerciante, sobretudo dos núcleos urbanos de Marabá e Itupiranga, representavam os principais leitores do semanário baratista, independente de posicionamento político.⁵³⁴



Figura 24: A primeira página do Jornal *Marabá*, 13 de janeiro de 1946. Ratifica a candidatura do então senador Magalhães Barata ao governo do Estado do Pará. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Conforme sua equipe editorial, o jornal estava sendo circulado em um lugar carente de organização política. Por ser uma região economicamente importante, ela precisaria de progresso. Uma região como o sudeste do Pará necessitaria de alguém com pulso firme e ideias interessantes para administrá-la. E os editores do *Marabá* apresentaram à região, Magalhães

⁵³⁴ Com base nos protocolos de doações à Fundação Casa da Cultura de Marabá, às coleções doadas do jornal são originárias de indivíduos abastados e lideranças políticas de posicionamento partidário diferente, residentes nas cidades de Marabá e Itupiranga, o que determina definir o principal público leitor do veículo.

Barata. As ações panfletárias promovidas no *Marabá* expunham, em 1945 e 1946, Magalhães Barata como o candidato natural do PSD a governador do Pará (*Figura 24*). O jornal assumiu a função de apresentar a campanha eleitoral do então interventor paraense ao sudeste do Pará. Porém, as pretensões do interventor com relação ao governo do Estado foram frustradas em função de um impedimento que o jornal antibaratista *Folha do Norte* fez questão de lembrar sob o título “Inelegíveis os interventores da ditadura”:

Declarou-nos o senhor Otávio Mangabeira que ficou definitivamente assentado que os interventores da ditadura são inelegíveis para as próximas eleições estaduais. As disposições transitórias que regiam essa inelegibilidade serão mencionadas em um capítulo especial, separado da constituição, para evitar que mencione medidas que poderiam, no futuro, serem interpretadas como de punição ou hostilidades a determinadas pessoas. Foram assim conciliados os pontos de vista do PSD e UDN.⁵³⁵

A manchete referia-se ao projeto de lei nº 49 elaborado pela Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 1946, referente às eleições que ocorreriam em 19 de janeiro de 1947. Em seu artigo terceiro determinava a inelegibilidade nas respectivas disputas para os governos estaduais, entre outros, “os que até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido a função de Presidente da República ou, nos respectivos Estados, embora interinamente, a função de governador ou interventor”, além dos secretários de Estado, os comandantes de regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados e os chefes do Ministério Público que estivessem no exercício do cargo nos dois meses antes da eleição.⁵³⁶

Porém, mesmo impedido de concorrer às eleições de 19 de janeiro de 1947, por força do referido veto oficial, imposto aos ex-interventores, os baratistas transferiram ao sudeste do Pará, por via do jornal *Marabá*, alguns projetos políticos do Estado Novo.⁵³⁷ O *Marabá* funcionou como um instrumento doutrinário, pensado para um lugar considerado politicamente inexplorado.⁵³⁸ Portanto, o periódico marabaense representou a “voz de Magalhães Barata” e, ao que parece, foi criado para inseminar a imagem do líder político paraense na região de castanhais. Conforme a coordenação do *Marabá*, o jornal estava nascendo em uma nova terra,⁵³⁹ com um propósito de implantar políticas que guiarium a região no caminho do

⁵³⁵ Jornal *Folha do Norte*, 8 de agosto de 1946.

⁵³⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei número 49. Dispõe sobre às eleições de 19 de janeiro de 1947. Rio de Janeiro, 1946, p. 34.

⁵³⁷ CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, UNICAMP, 1991, p. 67.

⁵³⁸ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 11 de agosto de 1945, n. 5, p. 3. Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

⁵³⁹ Faz referência a uma região ainda carente de orientações político-partidárias.

progresso, “abrindo nova senda para a perfeição do caráter da sua gente”, anunciava.⁵⁴⁰ O discurso veiculado pelo jornal baratista no sudeste do Pará propunha uma continuidade da intervenção do Estado em matéria de incentivo à mobilidade da fronteira, incorporando amplos “espaços vazios”, e da reunião dos diversos núcleos demográficos isolados. Para tal fim, a ideologia da fronteira ou bandeirantismo⁵⁴¹, teve um papel fundamental.⁵⁴² Através do jornal *Marabá*, os baratistas avançaram nos espaços do sudeste do Pará, alcançaram seus habitantes através dos discursos, implementaram seu modelo político e incorporaram aquela região de fronteira ao espaço nacional.

Através do periódico *Marabá*, os baratistas veicularam a imagem de Magalhães Barata no sudeste do Pará, como o “salvador” da região, o político “inquestionável”. De acordo com as proposições metodológicas da historiadora Claudine Haroche, a ação baratista tratou-se de uma política exercida continuamente e frequentemente discreta, “pelo exercício de uma dominação silenciosa, pelos rituais dos corpos, das posturas, dos olhares e expressões”.⁵⁴³ A partir da percepção desse método, destacamos as técnicas contidas nos discursos baratistas que tratam das formas de visualização de Magalhães Barata, difundidas pelo jornal *Marabá*.

E, ao que parece, os discursos e ações políticos de Magalhães Barata, desde a sua ascensão à Interventoria paraense em 1930, se sustentaram nos feitos do passado. Com relação a essa colocação recorreremos à pesquisa desenvolvida pela historiadora Edilza Joana Fontes sobre a política paraense na conjuntura nacional de 1930 a 1935, quando fez referência à memória atribuída ao então interventor do Pará. Para Fontes, o interventor paraense se utilizou do passado no seu presente como estratégia na disputa pela sucessão política. Para a pesquisadora, as memórias construídas possibilitaram a visualização da cultura política do início dos anos 1930 no Pará.⁵⁴⁴ Conforme a historiadora,

Para complementar esta cultura política era necessário realizar uma leitura do passado, na qual os revolucionários de 1930, os tenentes, eram sujeitos que promoviam a transformação. Criou-se, neste discurso, um passado heroico, que colocava em pontos díspares outros sujeitos como as oligarquias, os partidos políticos, o liberalismo e a

⁵⁴⁰ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 11 de agosto de 1945, n. 5, p. 3. Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.

⁵⁴¹ É uma referência ao movimento de expansão territorial ocorrido no Brasil do Período Colonial dos séculos XVI e XVII. A ocupação da fronteira é o elemento central para o uso da nomenclatura.

⁵⁴² SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos espaços vazios no governo Vargas:** do discurso do rio Amazonas à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

⁵⁴³ HAROCHE, Claudine. O trabalho do poder político sobre os sentimentos e os corpos: fazer amar, fazer respeitar o rei na monarquia absoluta do século XVII”. In: **Da palavra ao gesto**. Campinas: Papirus, 1998, p. 52. A pesquisa de Haroche chama a atenção para os ritos desenvolvidos nas relações de poder e submissão em sociedade e política do Antigo Regime e suas relações com o respeito e a obediência de cada um com o monarca e monarquia.

⁵⁴⁴ FONTES, Edilza Joana Oliveira. **Cultura E Política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935)**. *Revista Estudos Políticos*, n.7, 2013, p. 135.

constituente de 1934, estabelecendo uma leitura do passado que divide em períodos a história da república no Brasil, entre a República Velha e o Estado Novo.⁵⁴⁵

Para Fontes, o interventor Magalhães Barata, pretendendo se manter no governo do Pará alimentou seus discursos exaltando a sua formação histórica e militarista, associando disciplina e lealdade ao sentimento nacional, e por isso se considerava o mais qualificado para governar. Conforme discurso do interventor, a formação que recebeu no exército teria sido o escudo para lutar contra os maus políticos. Além do mais, havia se apresentado como participante dos movimentos militares dos anos 1920 e 1930, um tenente, se colocando como um homem do exército brasileiro com participação na política. Por isso, a sua missão como revolucionário sempre foi conservar-se nesse meio em obediência à revolução, por amor à pátria e por fidelidade aos seus ideais.⁵⁴⁶

Edilza Fontes notou que Magalhães Barata possuía uma visão do processo histórico em curso, tratava-se de uma luta entre os revolucionários militares contra os representantes das oligarquias estaduais e seus aliados, que seriam os traidores dos ideários da Revolução de 1930.⁵⁴⁷ O interventor teria trabalhado dentro de uma cultura histórica que delimitava um espaço de representação da nacionalidade e que teria na utilização do passado a sua chave-mestra. Nos discursos de Magalhães Barata que expressavam eventos heroicos do passado, Edilza Fontes percebeu a construção de lugares de memória, como uma tentativa de legitimar as pretensões políticas do interventor. Os sentimentos nacionalistas, de bondade, inteligência, bravura e delicadeza teriam feito a Revolução de 1930. Assim, também teria sido vista uma cultura política em construção que enfrentava “disputas políticas locais, onde vários grupos querem o controle do aparelho do Estado para consolidar-se e efetivar suas práticas”.⁵⁴⁸ A memória política do interventor, portanto, pode ser analisada a partir da tentativa de “construção de uma cultura política, que pressupõe uma dada leitura do passado feita por militares na história do Brasil”.⁵⁴⁹ Para Edilza Fontes, a construção das memórias dos anos 1930 no Pará na narrativa do interventor é um documento “extraído diretamente ‘do presente’, dos dias de confronto de abril de 1935, no Estado e, portanto, configura-se como um relato cujo principal atributo é uma autenticidade de origem”.⁵⁵⁰

⁵⁴⁵ FONTES. *Op. Cit.*, p. 146.

⁵⁴⁶ *Idem.*

⁵⁴⁷ FONTES. *Op. Cit.*, p. 136.

⁵⁴⁸ *Idem.*

⁵⁴⁹ FONTES. *Op. Cit.*, p. 141.

⁵⁵⁰ FONTES. *Op. Cit.*, p. 143.

Foi o jornal baratista *Marabá* o veículo de difusão, no Sudeste do Pará dessa imagem de Magalhães Barata. A ação deixou transparecer uma dinâmica política que se mostrava emergente, uma tentativa de controle territorial e difusão ideológica pela região por parte dos seguidores locais do interventor Barata. Os discursos proferidos através do periódico procuravam plantar na região de castanhais imagens recheadas de características de uma tradição política fincada em 1930. Os baratistas entendiam o passado de Barata como a experiência coletiva dos vencedores de 1930. Por isso, a leitura que eles tinham do passado justificaria o presente e o lugar destinado aos vencedores. Assim, o passado “vitorioso” teria dado ao Barata e seguidores legitimidade para governar.⁵⁵¹

Também em análise histórica de Magalhães Barata, a historiadora Rita Ester Bezerra Loureiro verificou em publicação de jornais e em entrevistas a predominância de uma *Memória da Perfeição*, na qual os grupos políticos e pessoas que tiveram uma relação direta com Magalhães Barata, trataram de apontá-lo como uma personagem importante no cenário político paraense. Para tanto, somente era dito o que contribuiria para engrandecer a imagem do ex-interventor e instituir a noção de um homem público ideal.⁵⁵² De modo semelhante, a imagem e história de Magalhães Barata apresentadas ao sudeste do Pará precisavam estar cercadas de honrarias e simbologias de poder. Assim, os baratistas procuravam desenvolver com os ritos dos discursos, formas de imaginar e ver Magalhães Barata. O trabalho que os coordenadores do *Marabá* executaram na região empregou um conjunto de técnicas que envolveu comportamentos e atitudes adequados perante a imagem apresentada do líder pessedista. As recomendações, fundamentalmente, insistiam na importância de uma etiqueta política e na necessidade de impor uma certa distância do líder representado, a fim de fazer respeitar a dignidade inerente a sua, supostamente, inquestionável função política. Criar um espaço politicamente aceitável para colocar Barata no centro era uma das constantes ações dos anunciantes baratistas. Uma personalidade histórica recriada no presente, cercada por um conjunto de honrarias e apresentada pelo *Marabá*. Uma metodologia que expunha em destaque as letras maiúsculas que seu nome figurava no meio de textos caixa baixa, JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA.⁵⁵³

Em poema elaborado pelo editor do *Marabá*, José Cursino de Azevedo, o “Cajado”, de título “Honra ao mérito”, ilustra uma das características do chefe pessedista divulgadas pelo

⁵⁵¹ FONTES. *Op. Cit.*, p. 144-145.

⁵⁵² LOUREIRO, Rita Ester Bezerra. **Memória da perfeição: Lembrança, história e herança de Magalhães Barata.** Monografia apresentada ao curso de Graduação em História. Belém. Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p. 12.

⁵⁵³ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, n. 3, p. 1.

jornal baratista marabaense. Ela revelava uma das formas em que Barata era apresentado ao sudeste do Pará, como um “artista de renome”, “herói”, “valente”, grande de alma e coração e que precisava “ser cantado pela voz da história” como o “gênio do direito”. O texto foi uma dedicatória ao aniversário do interventor Barata em dia 2 de junho de 1945, pronunciada “pelo menino Antônio Lira, aluno do grupo escolar” e apresentado no salão nobre da prefeitura municipal de Marabá, em sessão solene.⁵⁵⁴ Dizia o poema que:

Os homens de mais alto sentimento
E perfeição de artista de renome,
Os que precisam ler com o sentimento,
Na grandeza sublime de seu nome.

O manuscrito da maior verdade,
Com as letras do seu templo soletrando
Ordem, trabalho, paz, tranquilidade,
E tudo que elas vão lhes ensinar;

Estes homens, assim, que pelo povo
E pela Pátria se dedicam tanto,
Que animam a vida num ideal mais novo,
Plantando uma ventura em cada canto;

Estes homens, assim, heróis, valentes,
Homens que todo um povo lhes congraca,
Homens de têmpera, homens eloquentes,
De uma alma grande e cora o sem ja a;

Estes homens merecem ter a glória
Pela sua virtude esplendorosa,
E ser cantado pela voz da história,
Como a grande figura luminosa

Do verdadeiro gênio do direito
Que a justiça da lei o aplaude e o acata!
Assim subindo vai nesse conceito,
O BRAVO CORONEL JOAQUIM BARATA!!!⁵⁵⁵

O *Marabá* expunha no sudeste do Pará, a imagem de um vencedor, personalidade cujo nome sempre fora “grandemente ovacionado” pelo povo, enquanto um soldado valente, “o GRANDE BARATA, redentor da terra paraense”, o “organizador do trabalho sadio e progressista”, o “democrata de alma e cora o”.⁵⁵⁶ Os baratistas no sudeste do Pará apresentavam o que consideravam ser uma “nova era da política paraense”. Com o intuito de

⁵⁵⁴ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 1 de setembro de 1945, n. 8, p. 3.

⁵⁵⁵ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 1 de setembro de 1945, n. 8, p. 1. Poema recitado em 2 de junho de 1945 como homenagem a Magalhães Barata, Interventor Federal, na Câmara Municipal de Marabá em comemora o ao seu aniversário.

⁵⁵⁶ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, n. 3, p. 1.

tocar a família no sudeste do Pará, os colonista do periódico *Marabá*, propunham que todos da região fizessem uso do “retrato do ilustre patricio, grandes e pequenos, ricos e pobres, gente de todas as castas”, que fizessem questão de possuí-lo e colocá-lo, com orgulho, no lugar de honra na sala de visitas.⁵⁵⁷



Figura 25: Capa do jornal *Marabá*, 15 de setembro de 1945. Anuncia a visita à Marabá do interventor paraense Magalhães Barata. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

A conduta baratista do princípio e da moral estão contidas nos preparativos da visita do interventor paraense à região sudeste do Pará (*Figura 25*). Em portaria baixada as vésperas da chegada do líder pessedista paraense a Marabá pelo então delegado de polícia Tenente Raimundo Fonseca, foram percebidos os anseios de “ordem e disciplina”. Segundo manchete

⁵⁵⁷ *Idem*.

do *Marabá*, alguém de “tamanho grandeza” não deveria ser recepcionado de qualquer forma. Por isso, um lugar compatível teria que ser construído, um lugar que estivesse de acordo com a grandiosidade do visitante. Dizia a portaria que

tendo em vista a necessidade de se tornar negativo um excedente da pletera de entusiasmo que por certo atingirá a todos concidadãos nos dias 7, 8 e 9 em que passará entre nós o nosso extremado Chefe, amigo e insigne Governante, Sua Excelência Sr. Coronel Magalhães Barata, Digníssimo interventor federal no Estado, (que estará em) visita aos seus íntimos [...] resolve: A partir das (8) horas do aludido dia (7), até às (10) horas do dia (9), tudo do corrente, fica proibido a venda de cachaça e seus derivados. E ameaçava que “os infratores da determinação supra, serão punidos de acordo com a portaria número 6 de 15 de janeiro de 1945, do Departamento de Segurança Pública”.⁵⁵⁸

Para o pesquisador Amílcar de Souza Martins esta política disciplinadora no Pará havia encontrado “terreno sob a forte influência da primeira Interventoria de Magalhães Barata, inaugurada a partir de 12 de novembro de 1930”.⁵⁵⁹ Representando o governo revolucionário, Magalhães Barata, como interventor, teria instituído uma série de instrumentos de controle da vida dos cidadãos chegando a ponto de deflagrar diligências destinadas a perseguir os consumidores de bebidas alcoólicas, especialmente os consumidores da “cachacinha”.⁵⁶⁰ A região sudeste do Pará, especialmente em Marabá, teria vivido um momento atípico no dia da chegada de Barata. O semanário, em edição especial, argumentava que “nunca Marabá viveu um dia tão cheio de vibração cívica, como o da chegada a esta cidade do Excelentíssimo Senhor Coronel Joaquin de Magalhães Cardoso Barata, Interventor Federal no Estado” (*Figura 26*).⁵⁶¹ O impressionismo jornalístico do periódico mostrava que nas primeiras horas do dia 8, “grande massa popular” aguardava pelo encontro de Sua Excelência, o Barata. Anunciaram os editores do *Marabá* que os “alunos do Grupo escolar formavam um ‘V’ por onde Sua Excelência deveria passar pelo vértice”. Ao mesmo tempo cantavam canções patrióticas, enquanto “o povo, em geral, verdadeiramente empolgado no seu maior ardor cívico, davam vivas ao ilustre visitante, atirando-lhes flores”.⁵⁶²

Os adjetivos: novo, promissor e salvador foram relacionados ao Barata, confirmando o modelo político proposto por Getúlio Vargas enquanto características de

⁵⁵⁸ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 8 de setembro de 1945, n. 9, p. 4.

⁵⁵⁹ MARTINS SOBRINHO, Amílcar de Souza. **Bebedores, comerciantes e prostitutas:** Um estudo sobre as políticas de controle social na primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930 a 1935). IV encontro estadual de História, ANPUH-BA. Histórias, Sujeitos, Saberes e Práticas. Julho de 2008, p. 03.

⁵⁶⁰ MARTINS SOBRINHO. *Op. Cit.*, p. 03.

⁵⁶¹ Jornal *Marabá*, Marabá-Pará, 15 de setembro de 1945, n. 10, p. 1.

⁵⁶² *Idem.*

governo e condutas revolucionárias a serem difundidas pelos interiores do país. De acordo com o pesquisador Amilcar de Souza Martins Sobrinho, a política varguista, no período entre 1930 e 1935, se revela pela articulação de forças repressivas e persuasivas, integradoras dos planos físico, econômico e simbólico. Tal modelo foi desenvolvido como políticas indispensáveis para sedimentar os interesses de grupos empresariais e governamentais, então ideológica e politicamente hegemônicos.⁵⁶³



Figura 26: Capa do Jornal *Marabá*, Marabá, 08 de setembro de 1945. Apresenta ao sudeste do Pará, o interventor paraense Magalhães Barata. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura.

No sudeste do Pará a política varguista era percebida nos discursos baratistas através das páginas do *Marabá*. Portanto, caracterizando uma intencionalidade com relação a

⁵⁶³ MARTINS SOBRINHO. *Op. Cit.*, p. 01.

transpor valores a um lugar tido como desprovido deles, o sudeste do Pará foi o alvo dessa pretensão. O posicionamento determinava que “o povo eram os que trabalhavam por distinção aos que estavam fora: os desempregados, os mendigos, os criminosos ou os subversivos, em suma, os marginais [...]”.⁵⁶⁴ O caráter político centralizador tornou-se lema nos discursos proferidos no jornal local pró-Barata, pois era divulgado que o líder paraense chegaria ao sudeste do Pará para estimular os bons e verberar os maus. Assim como antes, fomentar o trabalho e castigar a inércia, pregar a verdade e destronar a mentira, enfim, traçar a “linha para o bem, para o grande e para o belo”.⁵⁶⁵ A transposição do comportamento partidário de Barata dos seus dois primeiros governos de interventor para o período de maior liberdade de imprensa e articulação política, mostra como uma ideologia “atravessa regimes e gerações adaptando-se constantemente às condições de uma conjuntura cambiante, e conservando ao mesmo tempo uma sólida tradição”, conforme Berstein.⁵⁶⁶

Nos discursos de legitimação do poder protagonizados pelo interventor paraense em 1935, verificados por Edilza Fontes e discutidos anteriormente, constituiu em processo de construção de uma cultura política durante o Estado Novo e teve sua germinação durante os primeiros anos da década de 1930. Ao que tudo indica, havia a construção de uma cultura política expressa por meio dos comportamentos políticos de atores sociais, individuais e coletivos, que expressavam seus pontos de vista nos embates eleitorais, dos anos de 1934 e 1935.⁵⁶⁷ Como complemento desta cultura política foi preciso realizar uma leitura do passado, na qual os revolucionários de 1930, os tenentes, não só eram sujeitos que promoviam a transformação. Foi estabelecido uma leitura do passado que divide em períodos a história da República no Brasil, entre a Primeira República e o Estado Novo. Essas leituras, por sua vez acabaram construindo o enredo da narrativa elaborada por Magalhães Barata e certos baratistas em suas memórias, numa história que dialoga com uma cultura política que veio a se consolidar como uma cultura histórica do Estado Novo.⁵⁶⁸ As lembranças de Magalhães Barata foram repetidas nos discursos baratistas na passagem do Estado Novo para o regime democrático no sudeste do Pará. Conforme argumento baratista publicado no *Marabá*:

[...] mais uma página fulgurante de alegria que para jubilo de nossas almas, estamos abrindo sobre nosso horizonte de amanhã, para revivermos os encantos de suas saudades, os felizes momentos vividos no presente. Finalmente será o baluarte

⁵⁶⁴ GOMES, Ângela. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005, p. 231.

⁵⁶⁵ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 14 de julho de 1945, n. 1, p. 2, (Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura).

⁵⁶⁶ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.59.

⁵⁶⁷ FONTES. *Op. Cit.*, p. 145.

⁵⁶⁸ FONTES. *Op. Cit.*, p. 146.

inderrogável onde acastelaremos a garantia dos nossos Direitos e a Liberdade dos nossos Ideais. Estas são, em princípio, as diretrizes da nossa finalidade. E agora, com um pleito merecido de reconhecimento, vamos gravar no bronze eterno da gratidão, pela simpática e confiante acolhida que estamos merecendo, as nossas congratulações e os protestos de nossa admiração ao Laborioso Povo Marabaense, cujo passado tão novo, e já tão glorioso, é o imperativo do sacerdócio de tão belos e promissores auspícios. Para, a frente pois!⁵⁶⁹

A maior visibilidade dos castanhais do sudeste paraense após a Segunda Guerra Mundial foi também uma razão para os baratistas da região apresentarem Magalhães Barata ao público votante do sudeste do Pará nas eleições a partir de 1945. O motivo para isso, foi que, desde o início de sua primeira Interventoria (1930-1935), foram criadas expectativas em torno da produtividade da castanha como potencial substituta da borracha na Amazônia. Tal afirmativa, já foi exemplificada através da criação da Inspetoria de Minas e Castanhais. Em governo seguinte, através da separata do relatório elaborado em 1944 e apresentado ao presidente da República, o interventor novamente expressou interesse na economia dos castanhais. Conforme Barata, a economia paraense, na expectativa de a borracha não manter o preço pretendido, a solução foi o investimento no fator de compensação e equilíbrio que a castanha havia sido para a economia do Estado.⁵⁷⁰

A separata do relatório produzida por Barata, ainda contempla a preocupação do governo revolucionário no Pará com a publicidade da castanha paraense, “não só nos Estados Unidos da América do Norte, como nosso melhor mercado, e na Europa, mas também no Brasil, para dilatar o seu consumo e assegurar maior expansão à nossa produção”. Em 1933, por exemplo, mesmo concorrendo com produtos similares, a castanha paraense descascada passou a ter melhor aceitação por parte do consumidor estadunidense, europeu e brasileiro. Naquele ano, conforme o relatório, foram exportados 2.983.388 quilos de castanha beneficiada com destino a Liverpool, 289.716; Londres, 27.480; Hamburgo, 21.980; Rotterdam, 12.420; Havre, 600; Trieste, 30; New Yoke, 1.853. 550; Boston, 216.450; Los Angeles 157.650; Montreal, 103.200; Filadélfia, 103.350; São Francisco, 46.080; Toronto, 80.130; Vancouver, 16.800; Halifax, 12.000; Seattle, 4.050; Portland, 3.000; Rio de Janeiro, 14.454; Santos, 13.020; Porto Alegre, 2.040; Maranhão, 1.474; Ceará, 983; Recife, 627; Antonina, 550; Pelotas, 300; Jão Pessoa, 254; Rio Grande, 240 e Maceió, 60 quilos. Cuidamos, portanto, da extensão do mercado universal da castanha antes do denominado acordo de Washington, firmado entre os governos

⁵⁶⁹ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 21 de julho de 1945, n. 2, p. 2.

⁵⁷⁰ BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso (Interventor Federal). **Separata do Relatório apresentado ao Presidente da República**. Belém-Pará, 1944, p. 43. Sobre o período entre 1942 e 1944 e os desafios do processo cultivo da seringueira na Amazônia, ver: GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

brasileiros e estadunidense para a exploração da borracha amazônica, durante a intitulada "Batalha da Borracha".⁵⁷¹ Para a organização da propaganda foi baixado o decreto de número 1.318, em 25 de junho de 1934, objetivando a criação de um serviço permanente a cargo da Diretoria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, custeada pelo governo do Estado e pelos municípios produtores. Porém, a dinâmica de propagandas e exportação da castanha paraense sofreu decréscimo em função dos interesses bélicos na Segunda Guerra Mundial, já mencionado.⁵⁷²



Figura 27: Capa do jornal Marabá em edição de 22 de setembro de 1945 (à esquerda), anuncia o fim da Batalha da Borracha e o início da campanha da castanha. A capa do Jornal Marabá em edição de 20 de outubro de 1945 (à direita), anuncia o acordo comercial entre o interventor no Pará Magalhães Barata e os norte-americanos para a exportação da castanha paraense. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

No relatório publicado em 1944, novamente como interventor federal no Pará, Magalhães Barata comunicava que, em 1942, apesar das dificuldades de navegação para o

⁵⁷¹ Idem.
⁵⁷² BARATA. Op. Cit., p. 44.

exterior, ainda foram exportados 132.779 hectolitros, ou 6.640 toneladas, e, em 1943, 28.755 com 1.438 toneladas. Deste montante, ainda permaneceram em depósitos do interior as produções de 1942 e 1943, sem possibilidades de escoamento devido ao “colapso da navegação” para os países beligerantes. Neste momento, coube à intervenção dos Estados Unidos através da “Rubber Development Corporation que, como contribuição ao esforço de guerra, indenizou aos possuidores de estoque”, pagando quinze cruzeiro o hectolitro e os isentando de contribuição fiscal, evitando maiores prejuízos.⁵⁷³

Com o fim do conflito mundial, em edição de 20 de outubro de 1945, o jornal *Marabá* fez referência a um novo valor atribuído aos castanhais, com o título “Liberada a castanha do Pará” (*Figura 27*)⁵⁷⁴. Mas, explicitando seu real objetivo, colocou no centro o Barata, homenageando-o como o beneficiado, quem realmente deveria estar à frente do novo movimento econômico dos castanhais do sudeste paraense. Conforme publicação no *Marabá*, naquele momento era Barata quem representava a prosperidade regional. Neste anúncio foi estampado, em capa do *Marabá*, que o Coronel Magalhães Barata, então interventor federal, havia recebido um telegrama de Washington, capital dos Estados Unidos, anunciando que a castanha paraense teria “livre acesso ao mercado” daquele país. No anúncio ficou subentendido, levando em consideração o papel do *Marabá* na divulgação da economia da castanha, uma dupla convocatória: coletores de castanha, “venham aos castanhais”⁵⁷⁵ e adotem a política do Barata! Outra edição apresentou o título: “Terminou a Batalha da Borracha e começou a Campanha da Castanha” (*Figura 27*),⁵⁷⁶ seguidas da fundação de empresas e estruturas de navegação disponíveis para os interessados em coletar a amêndoa. Desta vez, o jornal apresentava uma nova fase econômica dos castanhais e aconselhava a migração de trabalhadores da borracha para a região castanheira. Os castanhais foram representados, nos discursos baratistas como a principal economia regional, “a espinha dorsal da região sudeste paraense”.⁵⁷⁷ Porém, o seu funcionamento econômico se daria a partir de uma dinâmica já preestabelecida e oriunda do regime estadonovista, a influência norte-americana continuaria sendo adotada, herdada das políticas de extração e exportação da borracha amazônicas mantidas entre o governo varguista e os Estados Unidos.

⁵⁷³ BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso (Interventor Federal). *Relatório ao presidente da República*. Prestação de Contas. Belém-Pará, 1944, p. 43.

⁵⁷⁴ Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 20 de outubro de 1945, n. 15, p. 2.

⁵⁷⁵ *Idem*.

⁵⁷⁶ *Idem*.

⁵⁷⁷ *Idem*.

Sobre as afirmativas anteriores, em 1947, a oposição os antibaratistas em Marabá já expressavam indignação com relação à submissão da castanha paraense ao comércio estadunidense. Além de reivindicarem a ampla comercialização do produto e sua exportação para outros países, faziam críticas à nova política econômica mantida pelos baratistas, através do seguinte alerta: “Nós não temos mercados. Só podemos vender para os americanos. Estes compram quando querem e por quanto querem”.⁵⁷⁸ Portanto, nos referimos a uma continuidade nas relações econômicas mantidas no Estado Novo, já que o baratismo manteve, oficialmente, a economia dos castanhais fiel ao mercado estadunidense. A prioridade dada à exportação de castanha para os Estados Unidos constituiu uma herança política da “Batalha da Borracha”⁵⁷⁹ e dos acordos econômicos para a extração da borracha amazônica durante a Segunda Guerra Mundial. Os Acordos de Washington (*Figura 28*), firmados em março de 1942, “previam o incremento da produção de borracha no velho esquema: ampliação da atividade extrativa, com base no recrutamento de mão-de-obra no Nordeste do Brasil”.⁵⁸⁰ Disponibilizava aos Estados Unidos, contudo, “seus recursos em matérias primas vitais ao esforço bélico, inclusive a borracha”.⁵⁸¹

A cultura política do Estado Novo, protagonizada pelo extrativismo da borracha e influências estadunidenses permaneceu predominante na economia da castanha paraense até a derrota eleitoral do baratismo em 1951. De acordo com a historiadora Verônica Secreto, a ocupação efetiva do território brasileiro com ações de patriotismo foi um dos lemas do regime estadonovista e a propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia. Esta alcançou dimensão nacional, quando a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil. Além da esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nela, era o norte, especialmente os Estados do Pará e do Amazonas. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo.⁵⁸²

⁵⁷⁸ Jornal *O Progressista*. Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1947, p. 4.

⁵⁷⁹ SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos espaços vazios no governo Vargas:** do discurso do rio Amazonas à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135, p. 124.

⁵⁸⁰ *Idem*.

⁵⁸¹ BOUHID, Waldir. **Amazônia e Desenvolvimento.** Coleção Araújo Lima. Rio de Janeiro: Representação da SPVEA. 1959.

⁵⁸² SECRETO. *Op. Cit.*, p. 125.

Outras continuidades dos elementos estadonovistas, na transição de 1945 para o regime democrático, foram observadas nas pretensões dos seguidores de Barata com relação aos castanhais do sudeste do Pará, como as metas de integração e influências territoriais propostas pela denominada “Marcha para o Oeste”.⁵⁸³ Os baratistas investiram na região sudeste do Pará para obter o controle político sobre ela, como mais uma região de influência, e o fez sem abdicar de estilos característicos do período estadonovista, como as ações de integração do interior do Estado.⁵⁸⁴



Figura 28: Capa do jornal Marabá, 6 de outubro de 1945. Em destaque “O acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

⁵⁸³ Durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas empreendeu a chamada Marcha para o Oeste em 1938, diante da situação deixada pelo governo da Primeira República, em que a economia e a população estavam concentradas nas regiões litorâneas do Sul e Sudeste. Sendo assim, as regiões do Centro-Oeste e Norte não integravam o Brasil, faziam parte do interior inabitável com pouquíssima população. Para Vargas, a Marcha se caracterizava pelo seu “verdadeiro sentido de brasilidade”.

⁵⁸⁴ Jornal Marabá, Marabá, Pará, 14 de julho de 1945, n. 1, p. 1.

Para a pesquisadora Dulce Portilho Maciel, a “Marcha” foi proposta em consonância com a cultura autoritária e centralizadora vigente no país entre 1937 e 1945, o Estado Novo. Nesse período, o governo Vargas havia investido numa campanha de teor extremamente nacionalista. Segundo Maciel, acompanhado por várias medidas, algumas em conjunto com governos estaduais, o projeto de Vargas objetivava promover o povoamento e a ocupação econômica de regiões do interior do país até então escassamente povoadas e precariamente integradas às áreas litorâneas brasileiras. Dentre essas pretensões de integração entre Estado e território como, projetos de colonização planejada e migração dirigida, o maior destaque foi a Fundação Brasil Central (*Figura 29*). O investimento partia da concepção de que as áreas eram semipovoadas e economicamente mal aproveitadas e, portanto, elas deveriam ser “ocupadas por noções mais capacitadas”, seguidas da exploração de suas potencialidades econômicas.⁵⁸⁵



Figura 29: Página 5 do jornal *Marabá*, 22 de setembro de 1945, p. 5. Em manchete o Interventor Federal Magalhães Barata cede, através do decreto 4.785 de 9 de julho de 1945, terras devolutas do Estado do Pará à Fundação Brasil Central. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura.

⁵⁸⁵ MACIEL, Dulce Portilho. **Aragarças (1943-1968):** a moderna urbe na rota para o oeste. *Revista Plurais*. Anápolis, v. 1, n.4, 2006, p. 4-5.

Com relação ao projeto de Marcha para o Oeste, o sociólogo Otávio Guilherme Velho faz uma análise do discurso do então presidente Getúlio Vargas proferido em 1940, com o intuito de apontar os diversos elementos ideológicos relacionados ao Centro-Oeste e a Amazônia contidos nele. Conforme Velho, a exposição varguista deixou transparecer à noção de espaços vazios e atrasados, carentes de progresso político, econômico e social e caracterizados de “ilhas econômicas”.⁵⁸⁶ O argumento varguista, apresentado por Velho, partia da concepção de “unidade nacional” e procurava se sustentar no discurso da “integração”. Expunha, portanto, a necessidade de desenvolver uma cruzada em busca do interior desconhecido e o princípio da unidade territorial constituiria o verdadeiro sentido da brasilidade.⁵⁸⁷ Conforme apontamentos de Velho, no discurso de Vargas, o Oeste Brasileiro era apresentado como um vasto espaço despovoado que não atingira o “necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de ‘medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes”. O objetivo do governo estadonovista, nestes casos, seria encaminhar esses investimentos aos referidos “espaços vazios” e dotá-los de densidade demográfica e desenvolvimento industrial.⁵⁸⁸ Em parte do discurso de Vargas, dizia que:

Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.⁵⁸⁹

Tendo em vista o período em que foi gestada a concepção de Marcha para o Oeste, durante o Estado Novo, defendemos a sua aplicação no Pará e exemplificamos a sua região sudeste. Assim, mesmo com o advento do regime democrático em fins de 1945, Barata e seus correligionários baratistas continuaram expressando em seus discursos as pretensões do Estado para a intervenção no interior em uma marcha em direção ao Oeste brasileiro, munido de um sentido de colonização e ocupação de fronteiras.⁵⁹⁰ O projeto estadonovista foi percebido no sudeste do Pará nos discursos baratistas que estiveram de acordo com as pretensões da

⁵⁸⁶ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1979, p. 138. Faz referência ao discurso de Getúlio Vargas. **As Diretrizes da Nova Política do Brasil**, Ed. José Olympio, sem data.

⁵⁸⁷ *Idem*.

⁵⁸⁸ *Idem*.

⁵⁸⁹ *Idem*.

⁵⁹⁰ MAIA, João Marcelo Ehlert. **As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, p. 622.

Fundação Brasil Central, órgão criado pelo Decreto 5.878 em 4 de outubro de 1943. A Fundação constituiu-se em uma empresa estatal, cuja principal finalidade era desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental, visando iniciativas em um território considerado vasto e ignoto, mal delimitado pela geografia oficial, mas visto como fonte potencial de riqueza e desenvolvimento. Sua pretensão mais importante foi a de manter a relação entre Estado e Território no processo histórico da formação nacional.⁵⁹¹ Na relação entre poder político e territórios foram evidenciadas “constantes negociações que envolvia a cessão de terras estaduais para Fundação Brasil Central, condição primordial para a implementação do projeto” (*Figura 30*).⁵⁹² A relação entre Magalhães Barata e a ideia expansionista da Fundação Brasil Central, foi ressaltada pela socióloga Violeta Refkalefsky Loureiro, conforme ela, em 1945 o então interventor do Pará, General Magalhães Barata, transferiu mediante decreto, 50 milhões de hectares situados nas 2 margens do rio Tocantins (subindo pela margem direita do Tocantins em direção ao Maranhão, até o limite com aquele Estado e pela margem esquerda até alcançar a foz do Araguaia e seguindo o Araguaia até os limites do Estado do Mato Grosso). Na observação de Loureiro, tratava-se de uma extensa faixa de terras marginais a rios importantes, transferida à Fundação Brasil Central, que as deveria relocar no mercado, loteadas, para o projeto de colonização agrícola.⁵⁹³

Outro investimento que esteve sob a administração da Fundação Brasil Central foi a Estrada de Ferro Tocantins, no período de 1944 a 1967, quando a instituição foi extinta. A Estrada de Ferro Tocantins estava localizada no sudeste do Pará, ao longo das cachoeiras do rio Tocantins, entre Tucuruí e Itupiranga. A ferrovia, ao longo desse tempo, “ligou economicamente as regiões banhadas pela bacia Araguaia-Tocantins – dos Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso –, possibilitando o comércio entre estas regiões e a cidade de Belém”.⁵⁹⁴

É importante ressaltar que os discursos baratistas no sudeste paraense, pondo em relevo os termos “desbravamento”, “penetração em nova região”, “região ainda moça”, estiveram adequados ao conceito de “neobandeirantismo” que, para o historiador João Marcelo Ehlert Maia, havia se tornado a marca das práticas estatais desenvolvidas pela Fundação Brasil

⁵⁹¹ MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, Território e Imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro, FGV, 2012. A expansão territorial proposta pela Fundação Brasil Central objetivava a unificação das regiões e a centralização do controle político e econômico.

⁵⁹² MAIA, João Marcelo Ehlert. **As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, p. 630.

⁵⁹³ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992, p. 57. (Coleção Amazônia, nº 1)

⁵⁹⁴ MACIEL. *Op. Cit.*, p. 10.

Central. Para o pesquisador, o conceito está relacionado à forma pela qual os atores envolvidos nas suas burocracias “concebiam a produção do Estado naquele contexto histórico por intermédio de modos de imaginação espacial da Nação. Neste caso, recorrendo ao exemplo do bandeirantismo clássico”, a concepção se valia do espírito aventureiro e expansão estatal. A essência das ações desenvolvidas pela Fundação estava ligada a uma ideia que, por sua vez, associava ao processo de construção nacional a uma descoberta do Brasil, tido como território a ser desbravado.⁵⁹⁵ Os discursos e categorias que proporcionaram a existência de um “neobandeirantismo” se sustentavam no julgamento que se fazia do Oeste brasileiro, tido como um lugar sem desenvolvimento.



Figura 30: Página 4 do jornal Marabá, 6 de outubro de 1945, p. 4. Em destaque o comercial da Fundação Brasil Central e seu projeto de integração da região sudeste do Pará ao centro político-comercial brasileiro, exemplificando a Estrada de Ferro Tocantins. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

⁵⁹⁵ MAIA. *Op. Cit.*, p. 631.

A pesquisadora Maria Verônica Secreto também fez alusão ao projeto de interiorização proposto pela política varguista da década de 1940. Segundo ela, no caso do Estado Novo, a sua geração de ideias fez parte de um discurso hegemônico articulado nos mínimos detalhes. Porém, os referidos discursos “retomam ideias arraigadas no imaginário das classes médias urbanas como as de ingenuidade, autenticidade, simplicidade e paciência do homem rural”. Os discursos gerados pelo Estado em torno da concepção de “Marcha para o Oeste” foram acolhidos favoravelmente por que esta satisfizes as expectativas e reproduziu ideias há muito consensuais, ou seja, respondeu às expectativas urbanas do que devia ser o campo e às expectativas rurais do que devia ser a cidade. Os discursos constituíram um meio para corrigir o mito dos “dois Brasis”.⁵⁹⁶ A Fundação Brasil Central como resultado da Marcha para o Oeste, foi extinta em dezembro de 1967, porém, o seu modelo de ocupação de fronteira serviu de referência para a intervenção política e a dinamização econômica do sudeste do Pará a partir de 1945. Assim, os baratistas à frente do Partido Social Democrático local, com o suporte do jornal *Marabá*, inseminaram na região o fator político responsável por alimentar as disputas pelas propriedades de castanhais. Como apresentado no próximo item, quando os partidos de oposição, União Democrática Nacional e o Partido Social Progressista, foram fundados no sudeste do Pará, o baratismo e o pessedismo já havia sido instalado na região. Os embates políticos da capital do Pará foram expandidos para o interior do Estado e a sua região sudeste foi exemplo claro disso.

No espaço político do sudeste do Pará, o jornal *Marabá*, que veiculou a imagem de Magalhães Barata e as pretensões baratistas de “integrar” o interior do Estado, teve uma existência efêmera. Suas primeiras edições foram publicadas no mês de janeiro de 1945 e suas últimas em setembro de 1946. A extinção do semanário do sudeste paraense *Marabá* se deu pela necessidade dos baratistas em criar um jornal de maior alcance, em Belém do Pará, o diário *O Liberal*. À medida em que um desapareceu o outro foi criado, com uma diferença de pouca mais de um mês (*Figura 31*). O *Marabá* foi fundado no sudeste do Pará, sobretudo, para a divulgação da campanha eleitoral de Magalhães Barata ao governo do Estado, visando às eleições de 1947. Ao ser impugnada a sua candidatura, *O Liberal* foi uma alternativa na divulgação da campanha de seu substituto, Luis Geolás de Moura Carvalho e de outros pessedistas. O jornal *O Liberal* nasceu em 15 de novembro de 1946, criado pelo próprio Moura

⁵⁹⁶ SECRETO. *Op. Cit.*, p. 122. Visivelmente, os discursos em torno do projeto de Marcha para o Oeste, determinava a existência de um Brasil moderno, conhecido e, politicamente integrado ao poder central, compostas pelas regiões sul, sudeste e nordeste. O outro Brasil, estava representado pelas regiões Centro-oeste e Amazônia, tidas como desconhecidas, sem desenvolvimento e à parte.

Carvalho “e outros nomes para ser um órgão de propaganda dos membros do Partido Social Democrático, chefiado por Magalhães Barata”.⁵⁹⁷



Figura 31: À esquerda, capa do jornal Marabá em edição de 27 de janeiro de 1946. Já se preparava o campo eleitoral no sudeste do Pará para a eleição de Magalhães Barata, mostrando o objetivo político de sua criação. À direita capa do jornal O Liberal em edição de 18 de janeiro de 1947. Ela destaca o líder pessedista, porém, como apoio à candidatura de Moura Carvalho ao governo do Pará. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

O diário baratista estadual O Liberal possibilitou o diálogo com às diversas lideranças do PSD nas várias cidades do interior paraense, cujas publicações eram registradas no jornal em forma de “telegramas recebidos pelo senador Magalhães Barata”, onde eram divulgadas as notícias acerca do andamento da campanha pessedista nos diversos municípios paraenses.⁵⁹⁸ Assim como o Marabá, outros jornais de apoio ao baratismo também existiram

⁵⁹⁷ SEIXAS, Netília Silva dos Anjos e CASTRO Avelina Oliveira de. **História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. UFOP, Ouro Preto. Minas Gerais, 30 de maio a 1º de junho de 2013.

⁵⁹⁸ Jornal O Liberal, 03 jan. 1947, p. 3.

no período de redemocratização, a partir de 1945, tendo em vista a relevância dos periódicos partidários impressos na corrida eleitoral e territorial. Um exemplo é o semanário de Bragança, *Jornal do Caeté*, criado em 1946 e existente até 1952. Mesmo com poucas informações acerca do jornal bragantino, contidas em *O Liberal*, é perceptível o posicionamento de seus editores, quando tratam da fidelidade ao Barata e ao PSD.⁵⁹⁹ Porém, o *Marabá* se diferencia tanto do *Jornal do Caeté* quanto de *O Liberal* pelo fato de ter sido um jornal do Estado Novo e, portanto, seu conteúdo preocupava-se, especialmente, com a divulgação dos representantes políticos no poder e suas respectivas ações presentes e passadas, não apresentando discursos de oposição. Por isso, o *Jornal do Caeté*, *O Liberal* e o *Marabá*, embora sendo jornais baratistas, eles apresentavam algumas diferenças em suas publicações que, certamente, estavam relacionadas ao tempo e circunstâncias de suas respectivas circulações. Tanto o *Jornal do Caeté* quanto *O Liberal* nasceram num contexto democrático, a partir de 1946. Nesse período, eram possíveis os embates políticos com uma oposição já formada e fortalecida, além do fato de seus editores gozarem de maior liberdade de expressão e publicação. A seguir trechos de uma publicação do *Jornal do Caeté*:

Foi Magalhães Barata quem resolveu o nosso angustioso problema. Trabalhou sem canseiras. Não houve lugarejo algum no Pará onde ele não escutasse as necessidades [...] Foi um verdadeiro salvador ou redentor! Está escrito e resolvido: Bragança é PSD com Moura Carvalho para seu governo, porque é candidato de Magalhães Barata!⁶⁰⁰

A inexistência de jornais de oposição no sudeste do Pará em tempo de atuação do *Marabá* (1945-1946), pode ser explicada através de determinadas situações. Uma delas foi devido ao controle político estadonovista, seja em nível federal ou estadual. E outra que, por ter sido fundado no Estado Novo, o *Marabá* estava amparado pelos órgãos de controle do governo de Barata até 1945. Os grupos políticos de oposição só se (re)organizaram após a reforma eleitoral de 1946, como já apresentado. A justificativa para tal argumento se encontra na pesquisa de Maria Verônica Secreto. Segundo a historiadora, no primeiro governo de Vargas (1930 a 1945), surgiram órgãos oficiais de propaganda que objetivaram também o controle e a repressão de ideias contrárias ou consideradas ameaçadoras ao regime varguista. Com a instituição do Estado Novo, foi criada, em 1939, uma peça fundamental para a manutenção do regime: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, que se ocupava não só do controle dos meios de comunicação, mas também da censura, difusão e divulgação de mensagens propagandistas. A partir de 1940 o DIP

⁵⁹⁹ *Jornal O Liberal*, 09 jan. 1947, p. 2.

⁶⁰⁰ *Idem*.

teve seu poder ampliado, com a instalação “em cada Estado do país, de um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), como uma tentativa de centralizar e coordenar a propaganda, auxiliando nas entidades sociais sobre a propaganda nacional [...]”.⁶⁰¹

Por isso, o fato de o *Marabá* ter sido um jornal do Estado Novo, seus editores fomentavam semanalmente imagens, ações e características de Magalhães Barata. Apresentavam grandes feitos, destacando em manchetes sensacionalistas, a trajetória política do líder pessedista. O *Marabá* ainda encampava uma campanha eleitoral na região sudeste paraense em nome do próprio Barata, visando ao governo do Estado. Na retórica produzida pelo semanário marabaense predominavam as características baratistas, porém, sem expressar embates políticos em suas linguagens. Já o diário *O Liberal*, além de divulgar os projetos pessedistas, destacava a imagem de Barata e de seus respectivos representantes e hostilizava, incansavelmente, as ideologias de oposição. O veículo criado pelos baratistas no sudeste do Pará, o semanário *Marabá*, tratou, em seus primeiros investimentos, de lançar seus discursos inspirados na visão de um engrandecimento futuro das terras de castanhais e de seus habitantes.⁶⁰²

O jornal *O Liberal*, caracterizou-se pelo envolvimento em disputas políticas desde seu nascimento e, portanto, expunha em suas publicações mecanismos de defesa e de ataque em relação às atitudes de oposição a Magalhães Barata e aos seguidores do PSD. Além de tudo, trabalhava com a memória relacionada à situação política de 1930. Para o jornal pessedista estadual, os baratistas e o povo seriam “um ombro a ombro, desde 1930, marchando desassombradamente numa só cadência e desfraldando uma só bandeira, a bandeira da vitória”.⁶⁰³ Em suas publicações são perceptíveis as pretensões do jornal belenense quanto ao investimento no fortalecimento da companhia do escolhido de Barata para substituí-lo como candidato ao governo paraense, Moura Carvalho. A isso, contrariava o jornal *Folha do Norte*. Por outro lado, *O Liberal* em anúncio da sua primeira edição veiculava:

Queremos, porém, bem alto salientar que não nos anima nenhum intuito de nos nivelar a certa imprensa desta terra, isto é, de imitar-lhe a conduta odiosa e os processos torpes de campanha mesquinha, vazada em estilo desrespeitoso e baixo.⁶⁰⁴

No contexto estadual após 1946, as disputas políticas se refletiram nos jornais impressos, criando um confronto direto e diário, com ataques que não poupavam ofensas à

⁶⁰¹ SECRETO. *Op. Cit.*, p. 124.

⁶⁰² Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 14 de julho de 1945, n. 1, p. 2.

⁶⁰³ Jornal *O Liberal*, 03 jan. 1947, p. 2.

⁶⁰⁴ Jornal *O Liberal*, 15 nov. 1946, capa.

honra e à moral dos seus concorrentes em uma tentativa de desqualificá-los. No contexto pré-eleitoral para 1947, os baratistas do PSD, através do jornal *O Liberal*, procuravam deixar claro quem eram seus adversários políticos, divulgando seus nomes e lhes impondo características antipopulares e até pejorativas. Em forma de poema, divulgaram os baratistas há dois dias da eleição de 19 de janeiro, “o cordão dos derrotados”:

No cordão dos derrotados
vai na gente o ‘redentor’,
uns gemendo outros calados,
mas, todos sentido a dor.

Tangendo um harpa de ferro,
vai o Paulo Maranhão.
Cunduru vai dando berro
só porque ficou na mão.

Deodoro, Miudinho,
vai frio que nem sorvete,
soluçando, coitadinha,
na sua voz de falsete.

Passa o cordão tristemente,
a murmurar com cansaço:
‘morreu, morreu, minha gente,
o nosso homem de aço...’

Vai o cortejo apagado,
sem mais aquele capricho,
vai a passo e desolado,
rumo ao forno do lixo!⁶⁰⁵

Nesse jogo de ofensas, “sempre que a *Folha do Norte*, da família de Paulo Maranhão, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), publicava alguma reportagem criticando Magalhães Barata ou qualquer político ou amigo do PSD, a resposta era publicada de forma furiosa na edição da tarde do dia seguinte”.⁶⁰⁶ De um lado, os editores do *Folha do Norte* buscavam, em suas publicações, enfraquecer a popularidade e a patente militar de Magalhães Barata, publicando frases de ofensas em caixa alta: “A fanfarronada do senhor Barata na cidade maravilhosa”, que, eleito senador da República, o ex-interventor havia comentado em um grupo de amigos só ser candidato ao governo do Estado pela falta de outra pessoa, mas que já estava cansado de governar o Pará.⁶⁰⁷ O “Espantelho dos Baratas”,⁶⁰⁸ “O

⁶⁰⁵ Jornal *O Liberal*, 17 jan. 1947, p. 3.

⁶⁰⁶ SEIXAS, Netília Silva dos Anjos e CASTRO Avelina Oliveira de. **História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. UFOP, Ouro Preto. Minas Gerais, 30 de maio a 1º de junho de 2013, p. 3.

⁶⁰⁷ Jornal *Folha do Norte*, 6 de janeiro de 1946.

⁶⁰⁸ Jornal *Folha do Norte*, 18 de julho de 1946.

senador irresponsável insulta a Assembleia Constituinte”;⁶⁰⁹ “O candidato fantoche”,⁶¹⁰ fazendo referência a Moura Carvalho, escolhido por Barata como candidato ao governo paraense. Além de tudo, vangloriava o nome do candidato das oposições Zacarias de Assunção nestes termos: “Homenagem ao General Zacarias de Assunção”;⁶¹¹ “Honra e gratidão aos que sabem compreender e servir o povo, como o General Assunção”;⁶¹² “Grande banquete em homenagem ao General Zacarias de Assunção”;⁶¹³ o “General Assunção é o candidato das oposições”;⁶¹⁴ “A excursão do General Assunção ao Tocantins”.⁶¹⁵ Do lado contrário, os editores de *O Liberal* (re)agiam, como no texto do próprio Magalhães Barata, líder do PSD, com o título “Revide a dois canalhas”:

Minha atitude, porém, está tomada. Não sou dos que por timidez ou insegurança, arrepiam caminho, ao sopro pestilencial dos 'canos de esgoto da 1º de março'... Podem, assim, o velho escriba crapuloso da 'Folha do Norte' e seu filho João, ainda mais objeto do que aquele, exercer contra mim o seu ódio impotente, os achincalhes, em que são useiros e veseiros, não me desviarão do rumo traçado.⁶¹⁶

Outra referência explicativa é que no contexto político brasileiro, após 1945, ser comunista estava relacionado à subversão, termo usado por baratistas e antibaratistas, numa tentativa de desqualificar a companha dos respectivos adversários e, ao mesmo tempo, conquistar os votos da comunidade católica. A representação do comunismo nas disputas políticas são observadas na ilustração a seguir (*Figura 32*).

A rivalidade expressa nos jornais regionais *O Liberal* (*Figura 33*) e *Folha do Norte*, percebida entre 1946 e 1951, sempre esteve relacionada ao posicionamento político de seus principais coordenadores do período, Magalhães Barata e João Paulo de Albuquerque Maranhão. Tanto que, a partir do nascimento de *O Liberal*, ficou clara a disputa pelo governo do Pará entre o candidato dos oposicionistas Deodoro de Mendonça e Paulo Maranhão, Zacarias de Assunção, e o candidato de Magalhães Barata, Moura Carvalho. De modo geral, a trajetória do jornalista e político Paulo Maranhão esteve historicamente cruzada às atuações políticas de Magalhães Barata. Em 1924, Maranhão foi eleito deputado federal pelo Pará e reeleito em 1927. Porém, em outubro de 1930, perdeu o mandato devido às mudanças políticas naquele ano,

⁶⁰⁹ Jornal *Folha do Norte*, 15 de setembro de 1946.

⁶¹⁰ Jornal *Folha do Norte*, 1 de novembro de 1946.

⁶¹¹ Jornal *Folha do Norte*, 13 de janeiro de 1946.

⁶¹² Jornal *Folha do Norte*, 17 de janeiro de 1946.

⁶¹³ Jornal *Folha do Norte*, 18 de janeiro de 1946.

⁶¹⁴ Jornal *Folha do Norte*, 2 de julho de 1946.

⁶¹⁵ Jornal *Folha do Norte*, 5 de novembro de 1946.

⁶¹⁶ Jornal *O Liberal*, 19 nov. 1946, p. 3

quando os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Nessa época, o jornal de Maranhão, a *Folha do Norte* passou a sofrer perseguições. Em 1934, a Interventoria paraense de Magalhães Barata mandou prender Paulo Maranhão e deportar seu filho, João Maranhão, que era gerente do jornal. Após a queda de Magalhães Barata em 1935, a situação política readquiriu certa estabilidade, mas em 1943, quando Barata retornou ao Pará como interventor, mandou prender novamente Paulo Maranhão. Porém, naquele mesmo período, por ordem de Vargas, aconteceu a restituição do jornal a Paulo Maranhão, o qual, mesmo assim, continuou a sofrer perseguições.

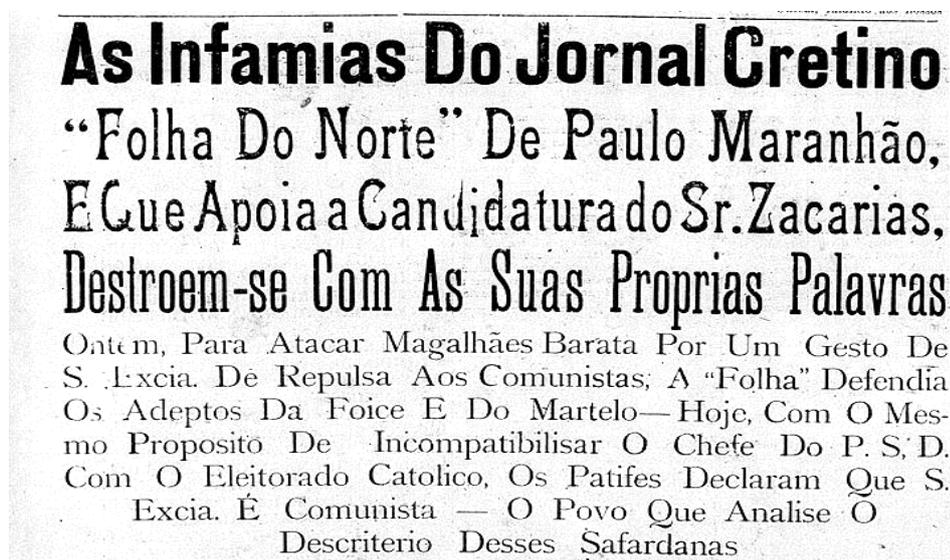


Figura 32: Jornal *O Liberal* e os usos da representação comunista após 1945. Publicação de 18 de janeiro de 1947. Fonte: Biblioteca digital.

Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, e a deposição de Magalhães Barata, Paulo Maranhão candidatou-se ao Senado pelo Pará no pleito suplementar de janeiro de 1947, na legenda do Partido Social Progressista (PSP), mas foi derrotado por José Augusto Meira Dantas, do Partido Social Democrático (PSD). Na campanha eleitoral para o governo do Estado em 1950, moveu forte oposição a Magalhães Barata através da *Folha do Norte*, conseguindo com que este fosse derrotado por Alexandre Zacarias de Assunção, do qual falaremos adiante. Nesse mesmo pleito, elegeu-se deputado federal pelo Pará na legenda da denominada Coligação Democrática Paraense. Nas eleições de outubro de 1954 candidatou-se novamente ao Senado pelo Pará na legenda do PSP, mas foi derrotado por Magalhães Barata.

Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1955 e, em outubro desse mesmo ano, Magalhães Barata foi reeleito governador do Pará, continuando a sofrer forte oposição por parte de Paulo Maranhão através da *Folha*.⁶¹⁷



Figura 33: Capa e página 3 do jornal *O Liberal*, em sua primeira publicação. Às repetidas imagens de Magalhães Barata e a oficialização do apoio ao Major Moura Carvalho, em 15 novembro, 1946. Fonte: Biblioteca digital.

Como já mencionado, as manifestações políticas desenvolvidas no sudeste do Pará a partir de 1945, estiveram relacionadas à dinâmica partidária percebida na região metropolitana em Belém. As ações baratistas no sudeste paraense, se deram de forma consciente e planejada, adequada ao ritmo da cultura política nacional daquela época de transição. O momento de passagem do Estado Novo para o regime democrático exigiu que houvessem ações rápidas para a apresentação de propostas. Neste caso, Barata adotou a estratégia de mostrar-se primeiro à

617 Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARANH%C3%83O,%20Paulo.pdf>> Acesso em 04 jul 2016.

região. O periódico *Marabá*, como meio de difusão do baratismo no sudeste paraense, foi desativado no final de 1946, após as sucessivas vitórias nacionais e regionais do baratismo e pessedismo nas eleições de dezembro de 1945 para senadores, deputados e presidente da República. O jornal *Marabá*, como observamos, foi substituído pelo diário de alcance estadual, *O Liberal*, já que nas edições deste, foram reservados espaços para a publicação das lideranças pessedistas dos diversos municípios do Estado. O investimento em regiões ainda desprovidas de bases políticas no interior paraense, como o sudeste do Pará, gerou frutos a Magalhães Barata em particular e para o Partido Social Democrático (PSD) em geral. O cargo no Senado Federal foi conquistado pelo líder pessedista, Magalhães Barata, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, com 61.906 votos e Álvaro Adolfo da Silveira, do mesmo partido, com 61.733. Nessas eleições, Barata manteve uma distância significativa dos seus adversários mais votados como Agostinho de Menezes Monteiro da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Popular Sindicalista (PPS), com 39.432, e José Carneiro da Gama Malcher, pelos mesmos partidos, com 38.772.⁶¹⁸

Em 19 de janeiro de 1947, foi eleito governador do Pará, o pessedista Luiz Geolás de Moura Carvalho, indicado e apoiado por Magalhães Barata, com uma margem expressiva de votos em relação ao pessepista Zacarias de Assunção, de 68.302 a 46.427.⁶¹⁹ Nas eleições municipais paraenses, realizadas em 1947 e 1948, o PSD elegeu 51 prefeitos, 48 vices e 199 vereadores, seguido de apenas 3 prefeitos, 4 vices e 46 vereadores eleitos pela Coligação entre UDN, PSP e o Partido Social Trabalhista (PST).⁶²⁰ Em Marabá, elegeu-se, em 11 de janeiro de 1948, Alfredo Monção pelo PSD, derrotando os planos do udenista Nagib Mutran e do pessepista Oscar Mendonça Vergolino. Conforme Boris Fausto, as eleições do período mostraram claramente como a máquina política montada pelo Estado Novo com o objetivo de apoiar a ditadura, podia ser também muito eficiente para captar votos, sob regime democrático”.⁶²¹ Perante o expansionismo do Partido Social Democrático pelo Brasil, a partir de sua emergência em 1945, desenvolveu-se grupos oposicionistas ativos e sólidos. No Pará, as disputas retóricas de dois grupos políticos antagônicos, o grupo de Magalhães Barata *versus* o grupo de Zacarias de Assunção circularam, sobretudo, em dois jornais diários: *O Liberal* e o *Folha do Norte*. Tratamos, agora, da reorganização de grupos políticos de oposição aos baratistas e, cujo inimigo comum, era Magalhães Barata.

⁶¹⁸ PODER JUDICIÁRIO. Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Resultados das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém-Pará, 2008, p.15-18.

⁶¹⁹ *Idem*.

⁶²⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados Estatísticos: Eleições Federal, estadual e municipal realizadas no Brasil realizadas a partir de 1945**. Biblioteca Digital, 1950.

⁶²¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, 399.

4.3. O antibaratismo estadual

No Pará, às significativas vitórias do PSD nas eleições estaduais e municipais determinaram novas articulações da oposição antibaratista. Em situação estadual, os demais partidos políticos uniram-se em torno de uma Coligação Democrática Paraense contra os partidários pessedistas no Estado do Pará. Os efeitos do oposicionismo estadual se deram na região sudeste do Pará em forma de uma Coligação Democrática Marabaense não oficializada. Tratamos, em seguida, de apresentar a organização antibaratista estadual paraense e seus efeitos no sudeste do Pará a partir das eleições para governador do Estado e municipais de 1947 até 1951.

Durante o período de transição, entre 1945 e 1946, uma oposição ao PSD se reorganizou e constituiu partidos políticos autônomos, dentre eles, a UDN e PSP, inclusive com lançamentos de candidaturas “às eleições municipais em 1947”.⁶²² Nesse período, uma rivalidade declarada renasceu e permaneceu acalorada no cenário político paraense, quando um binarismo partidário ditou os ritmos da política no Pará entre 1947 e 1951. Refiro-me ao ano de 1947 pelo fato de o PSD já ter eleito Moura Carvalho para governador do Estado do Pará nas eleições de 19 de janeiro daquele ano, derrotando o candidato de oposição Zacarias de Assunção. O fato foi atribuído, como já mencionado, aos usos da máquina administrativa por Magalhães Barata e à criação, fortalecimento e difusão do PSD estadual. No entanto, não é nossa pretensão aprofundar a discussão acerca da rivalidade desenvolvida entre baratistas e antibaratistas em contexto estadual, mas tratarmos de sua existência como uma contraposição na região dos castanhais do sudeste do Pará. É incontestável a existência de uma extrema disputa política e partidária no Pará entre 1947 e 1951. Esta foi denunciada na imprensa da época, sobretudo nos registros de *O Liberal* e na *Folha do Norte*. Também é inegável a capacidade de difusão de uma cultura política por todo o Estado, promovida por baratistas e antibaratistas durante as campanhas eleitorais para governador paraense entre 1947 e 1951.

Partimos, neste momento, de uma metodologia de análise da dinâmica política estadual paraense, as personagens e seus discursos, seguidos das influências proporcionadas pela trama na região de castanhais do sudeste do Pará. No âmbito estadual, a reorganização da oposição antibaratista no Pará, após a vitória de Moura Carvalho nas eleições de 1947, visava à participação na corrida eleitoral para o governador paraense nas eleições seguintes marcadas

⁶²² LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina**. Dissertação Apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1985, p. 55.

para 1950. Para tanto, trataram do fortalecimento, a partir de então, dos partidos de representações antibaratistas que mantiveram como referências a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP). Os referidos partidos políticos apresentavam as suas lideranças estaduais como Zacarias de Assunção, Deodoro de Mendonça, Epílogo de Campos e João Paulo de Albuquerque Maranhão. Quanto ao último citado, ganha em destaque pelo fato de ter sido um histórico inimigo de Magalhães Barata e então proprietário do jornal *Folha do Norte*, apresentado a seguir. O jornal de Maranhão tornou-se o veículo mais importante para os discursos de oposição ao pessedismo baratista.

Com relação à existência e características do *Folha do Norte*, tratava-se de um velho veículo, cuja fundação estava datada do final do século XIX, especificamente em janeiro de 1896, criado por Enéas Martins e Cypriano Santos. O jornal *Folha do Norte* havia sido oposição à política promovida pelo então intendente em Belém, Antônio Lemos do Partido Republicano Paraense e apoiou o Partido Republicano Federal, chefiado, na época, por Lauro Sodré.⁶²³ Desde a sua criação, a *Folha* como era popularmente chamada, esteve envolvida na política paraense, “geralmente atuando contra o governo dominante”.⁶²⁴ Com a instituição do baratismo no Pará, em 1930, os editores da *Folha* foram apoiados pela organização da Junta Comercial Paraense e, em função disso, conseguiram manter o jornal em funcionamento, mesmo com os inúmeros boicotes promovidos pela Interventoria de Magalhães Barata. As sucessivas ações repressivas de Barata contra o *Folha do Norte* delimitaram as rivalidades entre os coordenadores do jornal e os correligionários baratistas.⁶²⁵

Visando às eleições em 1950, a oposição antibaratista estadual, assim como o havia feito durante a campanha eleitoral para as eleições de 1947, escolheu Alexandre Zacarias de Assunção como candidato a governador do Pará e, neste caso, o udenista João Prisco dos Santos para vice. Suas candidaturas, contudo, foram apoiadas por Paulo Maranhão, candidato também ao senado federal, além de outros que se lançaram aos cargos de deputados, como Epílogo de Campos, Agostinho Monteiro, Deodoro de Mendonça, João Botelho e Virgínio Santa Rosa.⁶²⁶ Zacarias de Assunção teria sido escolhido novamente como candidato a governador do Pará pelos opositores do baratismo, por ele ser um militar de alta patente e, por isso, supostamente

⁶²³ SEIXAS. *Op. Cit.*, p. 05.

⁶²⁴ MESQUITA, Luís. **Assunção x Barata**: Uma relação de política e mídia que mobilizou a Amazônia. Lisboa. Chiado Editora, 2013, p. 76.

⁶²⁵ PINTO, Lúcio Flávio. **As eleições de 1950**. Belém-Pa: UNAMA, 29 set. 2012. Entrevista feita por Luís Paulo Soares Mesquita.

⁶²⁶ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de janeiro de 1949, n. 41, p. 1.

capaz de arregimentar certos apoios necessários para enfrentar a máquina oficial.⁶²⁷ Além de tudo, Assunção era outro inimigo pessoal de Barata e, portanto, um nome capaz de unir a oposição numa causa comum e derrotar o líder pessedista paraense nas eleições de 1950. Porém, em função das sucessivas vitórias nas eleições de 1945, 1947 e 1948, o PSD entrou como franco favorito, ainda mais, tendo o Senador Magalhães Barata como seu candidato natural. Os partidos opositoristas sabendo da influência do PSD de outrora, trataram de unir a oposição. Para tanto, aglutinaram diversos partidos políticos existentes no Pará em uma Coligação e posicionaram à frente, como candidato ao governo paraense, Alexandre Zacarias de Assunção. Quanto a Assunção, ele já havia sido derrotado nas eleições ocorridas em 19 de janeiro de 1947 pelo candidato do PSD, o pessedista Moura Carvalho.⁶²⁸ Na corrida eleitoral para o executivo paraense, Magalhães Barata pretendia reafirmar o seu poder, sendo eleito pelo voto popular. Enquanto isso, Zacarias de Assunção visava expandir sua influência política, pretendendo alcançar um status maior na política nacional. Constituiu-se, naquele momento, um confronto entre o capital político de Barata e o capital financeiro de Assunção. Neste ponto, o candidato do PSD havia instituído influências políticas tão forte no Pará que foi preciso uma intensa mobilização e a junção de vários partidos políticos para que o candidato da oposição, Zacarias de Assunção, vencesse as eleições.⁶²⁹

Tratando da rivalidade eleitoral no Pará, surgida a partir de 1947, o pesquisador Luís Mesquita salienta que, para derrotar Barata, toda uma estrutura eleitoral comandada por Zacarias Assunção foi mobilizada. Vários partidos de oposição se uniram a ele e assim foi idealizada e oficializada uma Coligação Democrática Paraense, se aproveitando dos interesses financeiros e políticos almejados pelos membros da Junta Comercial Paraense.⁶³⁰ A Coligação regional passou a ser formada, principalmente, pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Social Progressista (PSP). Compunha a Coligação um conjunto de políticos aliados que visavam enquanto objetivo primeiro vencer Magalhães Barata nas eleições de 1950, após a concretização do fato ela seria desfeita, como veremos. A Coligação Democrática Paraense foi uma organização idealizada no contexto da campanha eleitoral para governador do Estado do Pará, a partir de 1946, porém, essa formação enquanto estratégia política só foi oficializada em 1950 pelo Código Eleitoral

⁶²⁷ CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, UNICAMP, 1991, p. 73.

⁶²⁸ SIQUEIRA, Edir Veiga. **Formato e evolução do sistema partidário, eleitoral e parlamentar do Pará: uma análise comparada (1945-62 e 1986-98)**, Belém. (Dissertação de mestrado em Ciência Política, convênio UFPA/IUPERJ, 1999).

⁶²⁹ MESQUITA. *Op. Cit.*, p. 99.

⁶³⁰ MESQUITA. *Op. Cit.*, p. 103.

legislado para as eleições daquele ano. O Código Eleitoral supracitado tratava de regular a organização e as atividades dos partidos políticos na dinâmica eleitoral. Conforme o artigo 140 do Código, ficaria “permitida a aliança de dois ou mais partidos políticos, para o fim do registro e da eleição de um ou mais candidatos comuns, no círculo nacional, estadual ou municipal”.⁶³¹

Se por um lado, os antibaratistas estaduais tentavam desfazer os vestígios políticos construídos pelo Barata, por outro, trabalharam como remodeladores da imagem de Zacarias de Assunção, colocando-a sob constante revisão. A estratégia oposicionista da Coligação, nas palavras de Roger Chartier, está relacionado a um conhecimento mediato que “faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”.⁶³² Nessa perspectiva da análise histórica, as categorias intelectuais e psicológicas são historicamente produzidas pelas práticas políticas articuladas, que constroem ou reconstróem as suas figuras. Na verdade, nos referimos às demarcações, bem como aos esquemas que as modelam no intuito de repensar uma relação social postulada e identificada com o real. A imagem de Assunção foi difundida regionalmente como representando a solução para os supostos problemas criados pelo baratismo, apresentado como sendo o “general da redenção”. Essa representação do candidato da Coligação precisava ser mantida e, por isso, estava sendo constantemente remodelada, refeita e defendida. Tratava-se de uma estratégia adotada pelos componentes da Coligação, rebatendo os ataques ao general coligado. Por isso, a oposição estava sempre munida de argumentos prontos para defendê-lo e, por outro lado, divulgar a imagem de um candidato acima de qualquer suspeita.

As manchetes veiculadas pelo jornal baratista *O Liberal*⁶³³ eram as mais combatidas, em função de seus editores estarem sempre exaltando a imagem de Magalhães Barata e desconsiderando a oposição coligada ao Assunção. Algumas dessas disputas retóricas podem ser argumentadas. Com relação à afirmativa, nos referimos a exemplo relacionado ao objeto de estudo em questão, os discursos em torno das formas em que Assunção foi recepcionado na região sudeste do Pará em 17 julho de 1949. Quanto ao uso, por diversas vezes ininterrupto do semanário *A Safra*, para essa análise política estadual, está relacionado aos apontamentos do processo político paraense expressos a partir da região de castanhais do

⁶³¹ GHIGGI, Luciana. **Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014, p. 32.

⁶³² CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural entre práticas e representações**. Coleção Memória e Sociedade. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 20.

⁶³³ Barata tinha em suas mãos a força da máquina administrativa, visto que o Governador Moura Carvalho era seu aliado, e, desde novembro de 1947, passou a ter o seu próprio veículo de imprensa, o jornal *O Liberal* - cujo nome foi uma alusão ao seu antigo partido dos anos 1930, o PL (Partido Liberal).

sudeste paraense. Foi uma tentativa de mostrar que as disputas políticas entre baratistas e antibaratistas não se limitaram à região metropolitana de Belém, mas que elas contaminaram o interior paraense. Eram personagens que se posicionavam de um lado ou de outro e que defendiam seus posicionamentos. Tomamos como exemplo para essa afirmativa, os discursos produzidos em torno das visitas dos dois candidatos à cidade de Marabá. O evento foi tomado pelos dois grupos como possibilidade de ataque ao respectivo oponente. O fato foi tomado pelos grupos rivais, baratistas e antibaratistas, como elemento de disputa. De um lado os correligionários de Magalhães Barata anunciavam em *O Liberal* que Zacarias de Assunção havia sido recebido por uma meia dúzia de pessoas e sua presença na cidade de Marabá só teria se dado porque estava à “procura de conquistar uma loira do PSD”. Mas quando da sua chegada àquela cidade, teria sido recebido com vaias, anunciavam com indignação os colunistas do jornal oposicionista local *A Safra*. Ainda sobre a publicação veiculada em *O Liberal* e questionada pelas lideranças coligadas marabaenses.⁶³⁴ Assim, o clima de disputa política desenvolvido na região metropolitana de Belém passou a ser repetido no interior. No caso do sudeste do Pará, não precisava se deslocar até a capital para perceber a dita rivalidade, era imediatamente perceptível, embora desenvolvida com outros personagens, como veremos no item seguinte.

Com relação às referidas disputas políticas e partidárias no Pará, o jornalista Lúcio Flávio Pinto sugere que a política do Pará sempre foi de caráter bipolar: um grupo no poder e outro fora dele. Assim, quem estava na oposição “usava todos os meios para derrubar quem estava no poder”. Sempre se tratou, conforme Lúcio Pinto, de uma política sem terceira via. Somente um grupo à favor e outro contra.⁶³⁵ Não fugindo à essa regra, os adeptos da Coligação tratavam de tecer seus argumentos em favor de Assunção, rebatendo o que consideravam imperfeições e atribuindo à imagem do candidato coligado características políticas socialmente aceitas. Mais cedo ou mais tarde, os contra-ataques sempre se confirmavam, ao mesmo tempo em que mencionavam uma retórica de defesa. No caso da publicação de *O Liberal* mencionada anteriormente por *A Safra*, o discurso tecido pela oposição foi que a cidade de Marabá teria presenciado uma grande e estrondosa recepção ao senhor Zacarias de Assunção durante sua visita cordial àquela cidade. Já os baratistas, reagia a oposição, estariam presenciando horas amargas de seu líder Magalhães Barata, que encontrava-se vivendo oprimido e sequestrado, segundo consta, pela “conluia do Diabo”. Para os editores de *A Safra*, a matéria teria causado não só repulsa, mas também, pena e desprezo. E que a reportagem publicada em *O Liberal* não

⁶³⁴ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 2.

⁶³⁵ PINTO, Lúcio Flávio. **As eleições de 1950**. Belém: UNAMA, 29 SET 2012.

passava de infeliz e mentirosa, de um baixo jornal que, quebrando as regras jornalísticas, teria demonstrado deslealdade contra a pessoa do intitulado brasileiro que todo o mundo paraense tinha como seu futuro governador.⁶³⁶

Para o historiador Luís Mesquita, ficou claro a intenção dos periódicos, *O Liberal e Folha do Norte* em exaltar a imagem pública de seus candidatos em detrimento do respectivo adversário.⁶³⁷ Conforme a rivalidade política e metodologias do discurso, os governistas apenas mostravam um ato de desespero atacando Assunção. Naquela situação de campanha eleitoral, Barata e baratistas se encontravam em situação agonizante, vendo o seu “falso prestígio descer de águas a baixo, rumo ao charco pútrido do ostracismo. A divulgação dos coligados anunciava que Barata e seus seguidores estariam vendo desaparecer para sempre a pretensão egoísta, de querer por toda a vida continuar no mando, no quero e faço porque posso”.⁶³⁸ Na oportunidade, ainda teria conquistado para o “seu cordão muita gente em Marabá, inclusive essa loira que andava desacorçoada das hostes rebeldes do PSD”, quem o repórter havia esquecido ou ficou envergonhado de citar o nome. Sobre a cabeça do General, ela seria “um campo de concentração onde permaneciam os belos e formais sentimentos de moralidade, decência e respeito às Leis Constitucionais do Pará”.⁶³⁹ Acerca dessa proposta de análise das campanhas eleitorais para as eleições de 1950, Luís Mesquita também verificou identidades duplicadas com relação à prática do jornalista. Houve, segundo o historiador, uma “interposição social”. À medida que um jornalista relatava uma notícia tendenciosa sobre Zacarias de Assunção estaria agindo como um baratista e não como jornalista. Logo, o contrário também se fazia verdadeiro. A identidade partidária acabava se sobrepondo a outra, a jornalística. Além de tudo, prevalecia o conflito entre identidade e imagem. A identidade passava a ser moldada a fim de gerar uma imagem pública que agradasse o eleitor. De um lado, a identidade representava aquilo que o candidato era, de outro, a imagem procurava mostrar aquilo que o candidato pretendia ser.⁶⁴⁰

Abandonar o discurso em torno de uma personalidade pública e investir no privado, constituía em outra estratégia para a preparação da imagem de Assunção. De acordo com a retórica proposta pelos partidários da Coligação Democrática Paraense, o líder coligado seria um “exemplar chefe de família, um bom filho” e “bom brasileiro”, logo, faria também um bom governo. Os mecanismos de convencimento propostos pelos antibaratistas também cuidavam

⁶³⁶ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 2.

⁶³⁷ MESQUITA, Luís. **Assunção x Barata**: Uma relação de política e mídia que mobilizou a Amazônia. Lisboa. Chiado Editora, 2013, p. 40.

⁶³⁸ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 2.

⁶³⁹ *Idem*.

⁶⁴⁰ MESQUITA. *Op. Cit.*, p. 72-73.

das formas em que os nomes dos líderes eram divulgados. Se de um lado, na disputa eleitoral, os “zacaristas”⁶⁴¹ estaduais usavam simplesmente, os termos “Barata” e “baratismo” referindo-se ao líder pessedista paraense e aos seus seguidores, de outro, acrescentavam o termo General ao nome de Zacarias de Assunção, como por exemplo: “o General da redenção do Pará” (Figura 34).⁶⁴²



Figura 34: Página 1 do jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 10 de outubro de 1950, p. 1. Apresenta Zacarias de Assunção em campanha, com o lema “em marcha para a vitória”. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

A relação entre os discursos atribuídos ao Zacarias de Assunção e os castanhais estava nas propostas de maior liberdade no processo de apropriação dos territórios castanhais. Sobre essa afirmativa, dizia Assunção que a “laboriosa” população do Pará merecia “a

⁶⁴¹ Faz referência aos filiados dos diversos partidos que compuseram a Coligação Democrática Paraense e que, por sua vez, apoiou a campanha de Alexandre Zacarias de Assunção.

⁶⁴² Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de junho de 1949, n. 64, p. 3.

tranquilidade e o progresso” que há tanto tempo estariam sendo perturbados exatamente por aqueles que os deveriam garantir.⁶⁴³ Eis a dinâmica da disputa. E assim como fazia *O Liberal* com a imagem de Barata, a *Folha do Norte* procurava fazer com Assunção, divulgando seus discursos proferidos e exaltando às respectivas imagens. Tratava-se de uma referência cultural retórica propiciada pelos veículos de comunicação impressos. Na campanha eleitoral para as eleições de 1950, argumenta o historiador Carlos Roque que “não se respeitava a honra de ninguém, o deboche era a tônica das discussões entre baratistas e coligações”, na região metropolitana de Belém ou nas cidades do interior.⁶⁴⁴

Assim, durante as campanhas para as eleições de 1950, houve uma verdadeira e acirrada disputa política pelo governo do Pará. Desenvolveu-se nesse Estado uma campanha marcada por confusões principalmente no interior. Tratava-se de um radicalismo, onde os eleitores estavam divididos em baratistas e antibaratistas.⁶⁴⁵ Natália Silva dos Anjos Seixas também apresenta outra característica interessante da atuação do *Folha do Norte* como veículo oposicionista, refere-se à capacidade de seus editores em adequar a linguagem ao modelo político vigente, de acordo com as inovações de cada período.⁶⁴⁶ Sobre esse argumento, acrescenta Luís Mesquita, que, através do diário *Folha do Norte*, ligado ao contexto da época, temos a seguinte conclusão: os jornais impressos associados a uma certa liberdade de expressão influenciaram, em grande medida, nas eleições para governador paraense de 1950. O destaque, quanto às técnicas jornalísticas, foi o mecanismo de “enquadramento”.⁶⁴⁷ Para compreender essas divergências, conforme a historiadora Natália Silva, é imprescindível o estabelecimento de um paralelo entre os diários *O Liberal* e *Folha do Norte*.⁶⁴⁸ Segundo Mesquita, tanto *O Liberal*, quanto o *Folha do Norte* constituíam-se enquanto jornais tendenciosos, havia parcialidade em ambos. Cuidavam sempre de enaltecer ou ofuscar os candidatos conforme o que lhes convinham, exaltando as conquistas e isentando as falhas fazendo o oposto em relação a seus opositores.⁶⁴⁹

Na campanha eleitoral para governador do Pará de 1950, a oposição estadual ao baratismo desenvolveu diversas denúncias usando jornais. Faziam referência a supostas

⁶⁴³ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, n. 67, p. 1-2.

⁶⁴⁴ ROQUE, Carlos. Artigo publicado no jornal *A província do Pará*, 14.09.1999, p. 2. Disponível em: <<http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/con50eleicoes.htm>>. Acesso em 11. Dez. 2017.

⁶⁴⁵ *Idem*.

⁶⁴⁶ SEIXAS, Natália Silva dos Anjos. **As eleições de 1950**. Belém: UNAMA, 19 Set. 2012. Entrevista feita por Luís Paulo Soares Mesquita.

⁶⁴⁷ MESQUITA. *Op. Cit.*, p. 100. Ao tratar do enquadramento, em nossa análise, diz-se do fato de supervalorizar ou “enquadrar” determinado evento ou notícia em detrimento de outros.

⁶⁴⁸ SEIXAS, Natália Silva dos Anjos. **Os primeiros passos do colonismo social no Pará: A Folha do Norte e a Província do Pará**. UFPA, 2011.

⁶⁴⁹ MESQUITA. *Op. Cit.*, p. 101.

agressões ao direito de propriedade. Pois, conforme a crítica expressa em discurso da oposição, o então governador pessedista paraense Moura Carvalho seguia distribuindo terras do Estado.⁶⁵⁰ E conforme a crítica de campanha eleitoral dos oposicionistas estaduais, não haviam indícios de legalidade nas concessões de terras. Até mesmo com relação à distribuição de matrículas para o trabalho em castanhais do Estado constituía uma farsa, não passando de invenções do PSD. Por isso mesmo, difundiam um discurso sedutor afirmando que o bem prevaleceria no final e o mal seria extinto. Ou seja, às ações políticas do baratismo seriam anuladas com a chegada de Zacarias de Assunção ao governo paraense. Os argumentos eram críticas oposicionistas características do impulso de campanha eleitoral. Buscavam, com isso, desqualificar supostas contribuições baratistas na economia paraense. Em seus discursos os oposicionistas faziam uso da estrutura montada pelos correligionários de Barata em torno dos castanhais paraenses, alegando displicência e concessões aleatórias. Dizia a oposição estadual que:

Os arrendamentos foram forjados as ocultas, sem indícios, apenas aparente de legalidade. São, por isso mesmo, arrendamentos nulos, insustentáveis, por isso que, arranjados pelo Coletor Estadual, com o beneplácito desse governo que temos no Estado, feriram o direito dos (seus) habitantes. E porque são falsos, negais, nulos certamente que serão submetidos a revisão pelo governo constitucional do Pará, quando assumir o senhor General Alexandre Zacarias de Assunção.

Não passa também de uma farsa, a distribuição de matrículas para os castanhais da área de servidão pública: consta que esses castanhais estão sendo trabalhados por extratores que estarão na obrigação de entregar a castanha que venha a extrair a dois comerciantes figurões do PSD. Enquanto isso, a demora de distribuição de Matrículas, pelas Prefeituras, para os castanhais do patrimônio [...] vai prejudicando também o homem pobre que precisa trabalhar com liberdade e vantagens. Os castanheiros extratores devem organizar-se, num bloco sólido, para defenderem-se, assim, de seus crônicos exploradores.⁶⁵¹

As manifestações e expressões políticas características das lideranças partidárias estaduais, porém manifestadas por via do jornal marabaense *A Safra*, um semanário que apresentaremos no subitem seguinte. Tratava-se de um veículo de comunicação para a difusão das pretensões oposicionistas no sudeste do Pará. A oposição estadual falava ao sudeste do Para por via de *A Safra*. As formas de manifestações eleitorais dos antibaratistas paraenses, disseminadas a partir do sudeste do Pará estavam relacionadas aos interesses em enfraquecer os pessedistas, lançando constantes críticas às manifestações dos seguidores de Barata em campanha. Assim, a oposição ao Barata no sudeste do Pará cumpria um papel importante naquela campanha eleitoral para as eleições estaduais de 1950. Transmitia ao sudeste paraense

⁶⁵⁰ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de março de 1950, n. 95, p. 1.

⁶⁵¹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 dezembro de 1950, n. 130, p. 1.

as angústias da oposição às políticas governamentais vigentes. As estratégias eleitorais consistiam em narrar possíveis “fraquezas” e atitudes ditas inadequadas e associadas aos correligionários baratistas. Uma delas constituiu-se numa oposição sustentada nas constantes denúncias de aversão popular manifestada pelo próprio Barata. A imagem política do candidato do PSD era o principal alvo dessa investida. Uma estratégia política era tratar de apresentar um Barata já derrotado nas eleições e sem forças para prosseguir em campanha. Os discursos da oposição estadual proferidos no jornal local de oposição *A Safra* buscavam, insistentemente, a desqualificação da campanha de Barata na região. Um dos exemplos dizia que após ter iniciado com entusiasmo a campanha eleitoral de 1950, o então senador Barata teria passado a estar acompanhado de um “séquito, onde estavam médicos, dentistas e até barbeiros para tosquiarem alguns caboclos ingênuos”.⁶⁵²

As formas de campanha da Coligação estadual difundidas no sudeste do Pará era também procurar mostrar uma suposta aversão ao “caboclo”⁶⁵³ apresentada por Barata. Tratava-se de uma tentativa de inverter os discursos populistas proferidos por Barata e baratistas. Os coligados apresentavam um Barata indiferente com relação ao “caboclo”.⁶⁵⁴ De modo geral, as estratégias eleitorais usadas pela oposição atibaratista consistiam em dissolver qualquer princípio simbólico benéfico atrelado a Magalhães Barata. Com o intuito de exemplificarmos esse argumento tomamos novamente, como fonte principal, o semanário marabaense *A Safra* afim de termos uma visão da dinâmica política estadual através do ponto de vista expresso do local, da região de castanhais do sudeste do Pará. Uma dessas investidas dizia que, logo após seu primeiro contato com o interior, o senador Barata teria investindo em viajar a Paris. A viagem para a Europa teria acontecido após visitas ao interior. Por isso, segundo a oposição o líder pessedista teria arrumado sua bagagem e voado ao Rio de Janeiro, e de lá atravessado o Atlântico em direção a Paris. Após o seu regresso, Barata, conforme a oposição, teria se recolhido. O anúncio da oposição estadual foi que “Depois de Paris... O silêncio... Que é que houve com Barata”? No discurso, já se faziam três meses desde o retorno do senador da capital francesa e nada de retornar ao Pará. Que terá acontecido?. O enunciado demonstra convicção acerca do isolamento de Barata em plena campanha eleitoral, fazendo os seguintes

⁶⁵² Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de março de 1949, n. 95, p. 1.

⁶⁵³ O termo “caboclo” está posto na citação expressando um sentido genérico, pois se refere às populações do interior paraense: ribeirinhos, camponeses, coletores e não aos fatores étnicos que dizem respeito aos descendentes de índios com europeus. Para o estudo das várias concepções de caboclo, ver: ARENZ, Karl Heinz. **Anticaboclisto**: Revista de Estudos de Cultura. Nº 03. set. dez. 2015.

questionamentos: Teria sido “nojo desse Pará escangalhado por ele mesmo, após ter estado, por tantos dias, no ambiente requintado, grã-fino e maravilhoso de Paris?” Ou teria sido “receio de uma vaia como a que recebeu frente ao General Assunção, na sua última visita a esta Marabá?”⁶⁵⁵

Nos discursos políticos em plena campanha eleitoral para governador do Pará, os dissidentes da Coligação Estadual procuraram desfazer qualquer influência ideológica baratista. Expressavam sempre preocupação com as provocações dos correligionários de Barata e procuravam rebatê-las. Uma marchinha de carnaval adaptada e publicada por baratistas em *O Liberal*: “Só porque o pinto fez cocô no chão jogaram cocô do pinto na careca do Assumpção”.⁶⁵⁶ O pessoal da Coligação resolveu dar o troco, readaptando a mesma música e publicando no *Folha do Norte*: “Só porque o pinto fez cocô na lata, jogaram o cocô do pinto na cabeça do Barata”.⁶⁵⁷

Outro exemplo relevante foi a manchete publicadas no jornal *O Liberal*, que se referia ao candidato de oposição Zacarias de Assunção como “um candidato forasteiro”⁶⁵⁸ por não ter nascido no Estado do Pará, o que gerou uma reação imediata por parte da Coligação. A reação dos opositores de Barata procurou mostrar que tal “dístico batido e inexpressivo do baratismo à guisa de campanha a candidatura do general Assunção, visava convencer o povo de que o ilustre brasileiro é um intruso” no território paraense por não ser filho do Estado. Conforme os zacaristas, a manchete de *O Liberal* era além de falsa, odiosa, pois ao ser feita estaria condenando grande soma de brasileiros então residentes e trabalhadores no Pará.⁶⁵⁹ E procurava deixar claro que não seria só por isso. Acontece que a frase, “o candidato forasteiro”, pronunciada pelos baratistas e dirigida a Zacarias de Assunção, seria um contrassenso, porque, conforme os antibaratistas, se levado em consideração esse fator, os maiorais do PSD do Pará seriam quase todos forasteiros: o governador Moura Carvalho era carioca; os senadores Álvaro Adolfo e Augusto Meira, como o vice-governador Teixeira Gueiros e o deputado Aníbal Duarte eram nordestinos”.⁶⁶⁰ Asseguravam os opositores baratistas que Lameira Bitencourt nem sequer era brasileiro nato, havia nascido em Portugal. De acordo com a retaliação dos coligados:

Poderiam, no entanto, os baratistas argumentarem que, apesar de não paraenses, esses trunfos do pessedismo, residem desde muito no Pará, mas e o deputado José Ribas,

⁶⁵⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de março de 1949, n. 95, p. 1.

⁶⁵⁶ ROQUE, Carlos. Artigo publicado no jornal *A província do Pará*, 14.09.1999, p. 2. Disponível em: <<http://www.oparanasondasradio.ufpa.br/con50eleicoes.htm>>. Acesso em 11. Dez. 2017.

⁶⁵⁷ *Idem*.

⁶⁵⁸ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de julho de 1950, n. 107, p. 4.

⁶⁵⁹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de julho de 1950, número 107, página 4.

⁶⁶⁰ *Idem*.

que nunca veio ao Estado? E não é só. A começar de amanhã, 3, o Estado, Passará a ser governado pelo senhor Bouhid, que é paulista e veio ao Pará pelo mesmo tempo em que o General Zacarias de Assunção foi nomeado comandante da Segunda Região Militar, quando, pela sua conduta, conquistou a confiança do povo paraense. Assim, se a candidatura da Coligação é uma 'candidatura forasteira', todo o gango barata-pessedista, nada mais é do que um saco de gatos imigrantes.⁶⁶¹

Por outro lado, como estratégia para promover o repúdio ao baratismo, a Coligação investiu também no humor. Como reflexo das disputas políticas no sudeste do Pará, diziam os coligados locais que o senhor Agenor Almeida, cidadão marabaense, havia colocado sua casa a venda e comunicava aos interessados na compra que só o fez em função da “necessidade de mudar-se para qualquer parte do mundo, onde a justiça dos homens seria mais cometida aos desmensurados”.⁶⁶² O enunciado constituiu-se numa apresentação da situação política no sudeste do Pará na visão dos oposicionistas, caracterizada pelo controle das instituições por baratistas. O término da manchete concluiu a justificativa da ação: “antes que o feitiço lhe pegue, expõe a venda: uma barraca coberta com palhas e toda tampada de barro, situada na vila pacífica do Amapá”.⁶⁶³ O anúncio fazia alusão à denúncia de que às “vozes da câmara estadual haviam revelado já estarem cansadas das contínuas denúncias de arbitrariedades praticadas no Pará, pelo governo orientado pelo senhor Magalhães Barata”.⁶⁶⁴

Outro exemplo foi representado através de “A história dos Pombos”. O conto se tratava de um mecanismo utilizado para divulgar, de forma engraçada, os conflitos e a desunião no interior do PSD. Conforme denúncia da oposição, a família pessedista havia entrado numa fase aguda de desentendimento no Estado do Pará e, por isso, encontrava-se enfraquecida. O desacordo teria ocorrido em função da expulsão do integrante Rodolfo Chermont, punido por ter provocado “um início de luta corporal com Armando Corrêa, da prefeitura de Belém”. Acrescentava, além de tudo, o caso do senhor Aníbal Duarte, deputado Federal e cunhado de Barata, cujas atitudes nos últimos dias teriam sido de franca rebeldia contra o “Chefão”.⁶⁶⁵ Tratava-se de uma crítica ao posicionamento de Barata, apresentado como pombo velho, sempre autoritário e se sobrepondo aos demais pessedistas no Pará. As características apresentadas acerca de Barata eram a ambição, e o espírito de uma pessoa não confiável. Dizia alguns trechos do conto udenista:

Novidades, comadre?

⁶⁶¹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de julho de 1950, p. 4.

⁶⁶² Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de julho de 1950, n. 107, p. 4.

⁶⁶³ *Idem*.

⁶⁶⁴ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 10 de abril de 1949, n. 54, p. 1.

⁶⁶⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.

_ Tudo velho. Só o caso dos pombos [...] Ora, aconteceu que o Pombo velho ficou mais roxo ainda com a atitude insólita do Pombo de ligação. O Pombo Velho dar as bicadas para ver os outros pombos se humilharem, aos pés do bicho. E o Pombo de ligação faz aquela desfeita, banca o duro. Aí o Pombo velho, apesar de roxo, de despeito, refletiu: - Ora, o Joaquim das Promessas é, como dizia o velho Lauro Sodré, burro e teimoso. Mas, bem que ele pode desconfiar de eu, que já desmantelei o Partido dele aqui, estou no firme propósito de liquidar de vez com ele, pois que tenho contado os meus dias de chefe e pouco se me dá que ele e o seu prestígio vão para as profundas. Tenho meu papo cheio, é verdade, mas há essas encrencas de coletorias e outras, e é capaz de Quiçá Peitão me dar um contravapor. O melhor é reunir o pombal para deliberar. E foi o que fez, comadre. Convocou os Pombos para um concílio.

Compareceram todos os pombos.

Tolo como um pinguim na praia o Pombo velho disse dos fins da convocação. Pediu a palavra o Pombo Tira Dentes. Disse que muito embora o Pombo negro berrasse lá do microfone de canoa de couro que a família pessedista é uma família unida, o que se via era o contrário. Por isso, lembrando Noé e sua Arca, pedia que o Pombo velho mandasse um Pombo, o Pombo da paz, levar um raminho de Oliveira ao Pombo de ligação. E assim foi. O Pombo da paz foi... E dizem que as pazes foram celebradas.

_ De modo, comadre, que agora está a casa quieta com o povo dentro [...]

[...] O Pombo velho é do barulho e é guloso. Empinado que nem um caburé encima de cupim, ficou de olho no grão de milho dos outros pombos. E... Nhame...! Sapecou o bico no outro grão de milho [...].⁶⁶⁶

Em o “Senador, o boi e a carroça”, também investiam os udenistas locais contra a imagem do candidato pessedista. Neste conto, os udenistas ilustraram o poder de mando de Barata e suas atitudes autoritárias sobre seus correligionários. As decisões de Barata perante os outros pessedistas eram levadas ao extremo e as ações de seus comandados aparentavam o ridículo, pois sob os mandos de Barata se submetiam a prática insanas. Conforme o enunciado:

Acontece cada coisa!... Estava o coronel no auge de sua apoplética arenga, toda ela vasada em termos de melhor saber cucarachico, com surras, rabos, latas, fundos rasgados e outras coisas mais, quando a carroça da carne, puxada por um boi paciente e forçado, seguindo o seu itinerário rotineiro, ia passando pelo local onde se realizava a decepção, perdão, a recepção da ‘família’ ao seu papai-grande. Para que? O coronel mandou, de repente, as favas a compostura de um senador, o acatamento aos seus correligionários e gritou com o rancor de um feitor de escravos: Para esta m...da! Volta isso para trás! Já! O deputado Buohid esqueceu-se de sua qualidade de parlamentar e foi o primeiro a correr e entrar em luta com o boi e a carroça. Cena quixotesca! O boi que não distingue bem o deputado de um vaqueiro, relutou... Balburdia... D. Quixote não oferecia melhor espetáculo. Pena é que não estivesse presente o cineasta Luxardo para guardar na película de sua câmera o episódio. Palavra que seria um desses filmes sucesso de bilheteria.⁶⁶⁷

As investidas oposicionistas que atacavam diretamente a pessoa de Magalhães Barata e de seus colaboradores baratistas partiam das principais lideranças políticas estaduais ligadas à campanha de Zacarias de Assunção. O grupo coligado desenvolvia, portanto, uma oposição cujo objetivo era a desqualificação de qualquer ação dos pessedistas, a inversão de

⁶⁶⁶ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 1.

⁶⁶⁷ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, n. 73, p. 3.

seus discursos e desmitificação de suas simbologias históricas. Na linguagem de campanha dos coligados estaduais propunha a desconstrução dos feitos e créditos atribuídos a Barata e baratistas. Os erros dos baratistas eram sempre especulados ao extremo, revelando as manifestações políticas e seus interlocutores em diversas situações na capital paraense e nos respectivos municípios do interior. Por ser assim, esses traços oposicionistas dos coligados estaduais durante a campanha eleitoral para 1950, se diferenciavam das estratégias e expressões empregadas pelo grupo coligado no sudeste do Pará na mesma campanha. Apresentamos, portanto, essa peculiaridade dos discursos políticos dos coligados em campanha na região de castanhais do sudeste do Pará, as políticas empregadas aos castanhais por Nagib Mutran e, conseqüentemente, os fatores contribuintes para o declínio econômico dos castanhais da região.

CAPÍTULO V - Disputas políticas e declínio econômico

Como mencionado no capítulo anterior, até o final de 1946, o jornal baratista *Marabá* circulou predominante no sudeste do Pará. As primeiras manifestações oposicionistas expressas em jornais na região, aconteceram somente no final de 1947. O primeiro foi *O Progressista*, um jornal coordenado por adeptos do Partido Social Progressista (PSP) e pelos correligionários de Deodoro de Mendonça. Após o rápido desaparecimento de *O Progressista*, o grupo político do comerciante Nagib Mutran, criou o periódico *A Safra*. Entre os dois jornais citados, *A Safra* foi o mais consistente, por ter sido transformado no principal veículo dos discursos de oposição ao baratismo na região. Com mais de quatro anos de existência, *A Safra* veiculou às reivindicações, os anseios, as pretensões e os desejos da oposição local com relação aos castanhais do sudeste do Pará. O desaparecimento do periódico *A Safra*, esteve relacionado à eleição do general Zacarias de Assunção em 1951, apoiado por Mutran. Nessa eleição, Magalhães Barata foi o derrotado. Portanto, com o baratismo fora do poder, o jornal de Mutran passou a não ter mais sentido.

A estrutura antibaratista organizada no sudeste do Pará, em 1947, desapareceu em 1951, após a derrota de Magalhães Barata nas eleições para o governo do Pará. A eleição de Zacarias de Assunção enquanto representante antibaratista, deu início a uma nova dinâmica política e econômica na região. Os líderes antibaratistas locais, chefiados por Nagib Mutran, mudaram a política dos castanhais e a dinâmica de produção e exportação da castanha. Por sua vez, os planos federais de “valorização econômica da Amazônia”, implementados a partir de 1950, acabaram contribuindo com a nova dinâmica empregada aos castanhais. A apropriação constante e facilitada da propriedade da terra, enfraqueceu, sucessivamente, a prática extrativista, provocando o declínio econômico dos castanhais no sudeste do Pará. Além disso, as dificuldades no processo de coleta, escoamento e comercialização da castanha contribuíram, em grande medida, para a substituição da economia dos castanhais pela agropecuária na região.

No sudeste do Pará, novas políticas foram implementadas nos castanhais: apoios logísticos, novas regras de aforamento e abertura comercial internacional. Porém, a cultura extrativista na região foi mais ameaçada durante o terceiro governo de Magalhães Barata, quando este foi eleito pelo voto em 1956, permanecendo até a sua morte em 1959. Sugerimos, portanto, uma caminhada rápida em sentido contrário ao extrativismo, influenciada pela Política de Metas do governo pessedista Juscelino Kubitschek (1955-1960). De forma irreversível, o extrativismo da castanha foi sendo substituído pela agropecuária a partir de 1960, a qual

angariou maior apoio financeiro governamental. Além disso, acrescentavam ao modelo econômico dos castanhais outras fragilidades, algumas de caráter natural, outras de caráter político ou econômico. No entanto, os pilares de sustentação dos castanhais mais importantes foram as disputas políticas, pois ao serem desejados pelas oposições, se atribuíram a eles grande valor, a grande riqueza regional.

A vitória dos coligados nas eleições estaduais suplementares de 1951⁶⁶⁸, seguida da implementação de políticas federais patrocinadas pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, tornaram possíveis outras formas de funcionamento dos castanhais, novas possibilidades de ocupação e conquistas de novos mercados. Estes projetos, portanto, haviam historicamente sido cobranças do líder político local Nagib Mutran que, após a vitória eleitoral da Coligação Democrática Paraense, comandaria as mudanças na região de castanhais do sudeste paraense. A vitória dos coligados determinou o fim da estrutura de oposição montada no sudeste do Pará desde 1947, o nagibismo como proposta política e econômica e *A Safra* como meio de disseminação dos seus discursos. A região de castanhais passou a sofrer influências do Plano de Metas proposto pelo presidente da República Juscelino Kubitschek (1955-1960), com ênfase na urbanização, industrialização e infraestrutura em transporte com suporte do capital internacional. As consequências observadas no sudeste do Pará foram as ocupações dos castanhais por pecuaristas e a substituição acelerada da prática extrativista.

Além de tudo, atendo-nos ao outro lado dos discursos, verificamos que grande parte da produção bibliográfica que trata da economia do castanhal no sudeste do Pará, apresenta uma noção de destaque. Sustentada na ideia de que por muito tempo a castanha foi tida como produto importante e, por isso, mantido sob o controle do governo paraense. Os castanhais do sudeste paraense aparecem como principais geradores de tributos ao governo do Estado e exaltados como principal fonte de renda regional. Porém, subjacente ao seu desenvolvimento produtivo, a castanha não passou de uma incógnita a cada período de safra. Se os castanhais e

⁶⁶⁸ PODER JUDICIÁRIO. Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Resultados das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém-Pará, 2008. Devido a incompatibilidade entre eleitores inscritos e os que votaram de fato nas eleições para governador do Estado do Pará em 1950, quando disputaram, Magalhães Barata e Zacarias de Assunção, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado, determinou eleições suplementares para o ano seguinte. Foram inscritos 277.692 eleitores para as eleições paraenses de 1950, enquanto que votaram apenas 194.738 para governador e 192.147 para senador, deputado federal e deputado estadual. Diante do resultado da eleição para o cargo de governador do Estado (General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, 93.287 votos e General Alexandre Zacarias de Assunção, 92.992 votos), o Tribunal designou o dia 28 de janeiro para a realização de eleição suplementar. Esta foi realizada em 28.01.1951. Eleição suplementar para senador realizadas em 25.03.1951. Foi realizada eleição em 17 seções, com o seguinte resultado: General Alexandre Zacarias de Assunção, 1.313 voto; General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, 920 votos; em branco, 04 votos; anulados, 29 votos; não apurados, 63 votos. Total: 2.329 votos.

sua atividade de coleta no sudeste do Pará desapareceram completamente, foi porque possuíam fraquezas. A partir da década de 1960, a produtividade da castanha começou a declinar na região perante novas economias, como a agropecuária, por exemplo. No decorrer da história econômica da castanha os sujeitos envolvidos nela não puderam intervir nos elementos naturais para estabilizar sua produção. Afinal, muitos entraves à produtividade da castanha foram imposições da natureza, como a ausência de chuvas durante a floração. Sem castanha não havia safra. Alguns problemas não menos influentes eram de natureza política, como preço, medição, concorrência e beneficiamento. Um conjunto de elementos adversos levou à desvalorização econômica. A sua representação simbólica foi extinta, os castanhais foram dizimados e não deixaram muitos vestígios na região, onde ainda permanecem nos livros de história, em manifestações folclóricas e nas lembranças dos poucos que viveram o período.

5.1. As articulações antibaratistas no Sudeste do Pará

No período de transição política vivenciado no Brasil a partir de 1945, as diferentes tendências partidárias dependiam, em grande medida, de jornais impressos. Assim, a corrida por influência política com o final do Estado Novo adotou os meios de comunicação que estabeleceram suas próprias escalas de valores. A possibilidade de difusão dos discursos e imagens políticas proporcionados por periódicos impressos criou, visivelmente, regiões de disputas. Ganham destaque os jornais impressos de propriedade partidária, cujo intuito era a difusão de propostas e imagens políticas. O período de transição em 1945, conheceu a emergência de interesses distintos representados em sucessivos periódicos, particulares, políticos e de classe. Então, o ato de criar jornais constituiu em uma “forma de elevar a uma alta potência o interesse que tinham indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações”.⁶⁶⁹ Nesse sentido, de acordo com a metodologia de pesquisa proposta pela pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro, com o fim de um período de censura como o Estado Novo, a tendência seria a de multiplicar e diversificar as publicações. O jornalismo desenvolvido na referida situação adquiriu tendências profundamente ideológicas, militantes e panfletárias. Assim, o seu objetivo, antes mesmo de informar, era o de tomar posição, exacerbar a militância, tendo em vista à mobilização dos leitores.⁶⁷⁰

Segundo o cientista político José Antônio Lavareda, no Brasil, após o fim do Estado Novo, “quase toda a imprensa tinha uma clara orientação política”, funcionando a partir de uma determinada ótica e orientação.⁶⁷¹ O processo de difusão da mídia teria sido impulsionado por um contexto de redemocratização política, bem como, pela ascensão tecnológica vivenciada no Brasil a partir de 1945, fundamentais para a consolidação de um jornalismo empresarial e a diversificação desses meios na esfera pública nacional. Os usos dos jornais impressos funcionaram, sobretudo, “difundindo uma agenda de discussão política, social e cultural, que ia além da informação neutra e objetiva, mas alimentava e contribuía para a formação da opinião pública nacional”.⁶⁷² Porém, embora o jornal apresentasse uma leitura como sendo um retrato

⁶⁶⁹ MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009, p. 75.

⁶⁷⁰ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A imprensa da Independência e do Primeiro Reinado: engajamento e mercado**. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 de maio a 2 de junho de 2007, p. 02.

⁶⁷¹ LAVAREDA, José Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991, p. 129.

⁶⁷² SOUZA, Renato João de. **Da informação à representação: O papel do jornal escrito mineiro nos anos 1963 e 1964**. Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012, p. 70.

do real, “essa leitura (era) um discurso, uma representação do real lido, a partir do olhar e da cultura política daqueles que a produziram”.⁶⁷³



Figura 35: Jornal *O Progressista*, em edição de dezembro de 1947. No anúncio de capa retrata a campanha eleitoral do Partido Social Progressista ao governo em Marabá e região de castanhais, com o título "Campanha da Liberdade: vitoriosa excursão da caravana de propaganda do PSP". Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

As características jornalísticas argumentadas acima, foram vivenciadas no Pará a partir de 1945 e, sobretudo, nas áreas metropolitanas de Belém, mas com influências claras na região sudeste do Estado. Na capital paraense, como já dito, as manifestações partidárias estiveram explícitas nos jornais diários *Folha do Norte*, um veículo de comunicação de cunho oposicionista no período entre 1945 e 1950, e *O Liberal*, um meio para difusão dos discursos de situação. Os conteúdos de tendências udenista e pessepista produzidos pela *Folha do Norte*,

⁶⁷³ SOUZA. *Op. Cit.*, p. 69.

e os do caráter pessedista publicados em *O Liberal*, demonstram, em grande medida, as pretensões e pensamentos políticos desenvolvidos no Estado do Pará no período referido. Ao mesmo tempo, no sudeste do Pará, os embates políticos foram sendo protagonizados por líderes políticos locais, embora, com o mesmo antagonismo partidário percebidos em âmbito estadual. Os periódicos de oposição ao regime baratista criados a partir de 1947 por representantes da UDN e do PSP locais, foram *A Safra* e *O Progressista*. Através destes jornais, os discursos antibaratistas de líderes estaduais e locais foram disseminados na região, porém, assumindo uma característica adequada à situação econômica vigente no sudeste do Pará, a produtividade e comércio da castanha.

Na região de castanhais do sudeste paraense o lançamento de um jornal de tendência oposicionista só aconteceria em final de 1947, mais de um ano depois da desativação do semanário *Marabá*. O primeiro a ser criado na cidade de Marabá foi o jornal *O Progressista* (*Figura 35*), veículo para a propagação dos discursos eleitorais dos representantes do Partido Social Progressista (PSP) na região de castanhais. *O Progressista* foi criado pela cúpula pessepista local em Marabá, formada pelas lideranças políticas adeptas do machadismo.⁶⁷⁴ Tratavam-se de indivíduos políticos coligados no sudeste do Pará que haviam perdido possibilidades de controle comercial e territorial nos castanhais em função da política baratista concretizada em 1930 e mantida a partir de 1943. Eis a explicação do antagonismo político instituído no sudeste do Pará no após 1930. A disputa alcançou sua relevância em 1946 durante as campanhas eleitorais para o governo paraense e entre 1947 e 1951, durante a corrida eleitoral também para o governo do Estado, visando às eleições programadas para 1950.

A organização da oposição antibaratista na região sudeste paraense foi também verificada nas duas únicas edições do jornal *O Progressista*, uma de dezembro de 1947 e outra de janeiro de 1948. A maior parte do conteúdo de *O Progressista* tratava da divulgação das campanhas eleitorais dos candidatos do PSP à prefeitura e à câmara do município de Marabá, visando às eleições de 11 de janeiro de 1948. Criado em vésperas eleitorais, *O Progressista* apresentou seus candidatos nas várias localidades existentes no sudeste do Pará como, em Itupiranga, Vila do Tauiry, Ipixuna e Jacundá. Além de tudo, *O Progressista* tratava da divulgação dos respectivos projetos de governo para os castanhais e sempre apresentando aguerrida oposição ao pessedismo e ao baratismo na região sudeste paraense. Nos discursos proferidos no jornal do PSP são visíveis às preocupações com o funcionamento dos castanhais e as reivindicações com relação a acessibilidade a eles e a livre comercialização da castanha.⁶⁷⁵

⁶⁷⁴ Jornal *O Progressista*. Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1948, p. 1.

⁶⁷⁵ Jornal *O Progressista*. Marabá, Pará, dezembro de 1947 e janeiro de 1948.

A fim de combater a ideologia política e econômica do Partido Social Democrático e como instrumento para a difusão do antibaratismo no sudeste do Pará, foi criado também o jornal de tendências udenistas *A Safra* (Figura 36), coordenado, sobretudo, por Nagib Mutran e com sede na cidade de Marabá. Suas primeiras edições começaram a ser publicadas em abril de 1948, desenvolvendo uma luta incansável contra a política baratista e tornando uma das principais armas nas articulações políticas na região de castanhais do sudeste paraense, persistindo até setembro de 1951.⁶⁷⁶ Medindo 40cm x 30cm, o semanário *A Safra* constituiu-se enquanto propriedade e responsabilidade de Demostenes Azevedo e Nagib Mutran, tendo como secretário Augusto Bastos Morbach, com redação e oficina localizadas na rua Antônio Maia, Marabá, Pará.⁶⁷⁷ Tudo indica que *A Safra* funcionou como uma continuidade de *O Progressista*, pois, embora tenha sido um jornal de tendências udenistas, *A Safra* processou uma fusão da oposição ao baratismo em torno de si na região de castanhais. Também abriu espaço aos discursos de personalidades políticas estaduais como Deodoro de Mendonça, Zacarias de Assunção, Epílogo de Campos. Os editores do semanário também abriam espaços para os próprios pessepistas locais como, Plínio Pinheiro e José Oscar de Mendonça Vergolino, onde veicularam suas pretensões através do jornal de Nagib Mutran. Através do semanário *A Safra* os castanhais e sua economia ecoaram continuamente na região, como uma solução para equilibrar a receita pública e sinônimo de progresso. Os usos do jornal estiveram relacionados à sustentação da economia castanheira, pois era o veículo usado para se falar deles, para expressar os sentimentos de aquisição e de proposições acerca de seu funcionamento.⁶⁷⁸

A oposição antibaratista através de *A Safra* elevou os castanhais em seus discursos e os mantiveram como economia almejada e porque não dizer desejada. As últimas edições de *A Safra* foram notadas no final de 1951, completando cerca de quatro anos de existência. A sua desativação foi concretizada no período de ascensão ao governo do Pará de Zacarias de Assunção, quando oficializada a derrota do baratismo nas eleições estaduais suplementares de 1951. Na ocasião do seu nascimento, já havia uma disseminação do discurso pessedista no sudeste paraense, a política de Barata havia chegado na frente. O semanário foi usado

⁶⁷⁶ BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. **Entre as urnas e as togas: Justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/86)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Belém. UFPA/IFCH, 2012, p. 34.

⁶⁷⁷ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, p. 2.

⁶⁷⁸ Os usos por vezes ininterruptos do jornal semanário *A Safra* como fonte, se justiça no fato de tratarmos das manifestações oposicionistas ou antibaratistas na região sudeste do Pará. Neste caso, *A Safra* perdurou entre 1947 e 1952 como o principal, senão o único jornal de oposição à política baratista nessa região. Portanto, o jornal de Nagib Mutran foi, justamente, quem nos forneceu as principais expressões políticas e as mais necessárias para concluirmos nossa proposta. Tratam-se das manifestações antibaratistas expressas a partir da região de castanhais do sudeste do Pará.

claramente numa tentativa de desconstrução das ações do então governo de Luís Geolás de Moura Carvalho do Partido Social Democrático na região sudeste paraense. Suas publicações trataram de anular as ações dos seguidores da política de Magalhães Barata e contrariar a forma de funcionamento dos castanhaiis vigente.



Figura 36: Capa do jornal A Safra, 4 de abril de 1948. Em sua primeira edição expressa o discurso “Em defesa do povo” e contra o baratismo no sudeste do Pará. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Outra observação a ser feita é que posteriormente ao desaparecimento do semanário Marabá apareceu o jornal A Safra, este último, uma espécie de extensão da política oposicionista estadual ao baratismo pessedista pregado através do jornal Folha do Norte de Belém. Um ponto a ser destacado é que não houveram confrontos diretos entre os coordenadores dos dois jornais marabaenses Marabá e A Safra. Os editores do jornal A Safra

investiram em mecanismos políticos a fim de desfazerem em seu tempo o que os criadores do *Marabá* haviam feito em tempo imediatamente anterior e para combaterem as regulações dos castanhais propostas pela política baratista ainda em voga. Os questionamentos propostos pelos editores de *A Safra*, pelo fato de combaterem à política dos baratistas desenvolvida nos castanhais, resinificaram o valor da castanha na região. O combate ao baratismo fazendo uso dos castanhais na produção dos discursos manteve a economia da castanha como a mais importante do Pará até 1951, quando da ascensão do oposicionismo atibaratista ao governo do Estado.

Em edição de 4 de abril de 1948 os colunistas de *A Safra* anunciavam a que veio. Com o título “Em defesa do povo” apresentaram um conjunto de mazelas na cidade de Marabá e atribuíam a culpa “aos Baratas e seus favoritos que anos seguidos lideraram livremente com os negócios públicos, como amigos dos castanhais do Estado”.⁶⁷⁹ Enquanto o jornal *Marabá* havia priorizado a conquista dos votos para as eleições de 1945, para o Senado Federal e para o governo do Pará que aconteceria o ano de 1947, *A Safra* foi criada em 1948 com o objetivo de veicular uma oposição para a desconstrução histórica do baratismo local e sua influência no modelo de funcionamento dos castanhais. O passado de Barata, justamente o que era mais estimado pelas campanhas baratistas, se tornou o alvo dos coordenadores de *A Safra*, tendo à frente como principal referência de oposição, Nagib Mutran. Diante dessa dinâmica, o jornal *A Safra*, constituiu-se em veículo para difusão dos discursos de oposição em período de campanhas eleitorais. Quando consumada a vitória do candidato oposicionista Zacarias de Assunção, em 1951, o semanário foi desativado. Se levada em consideração as características de extrema oposição mantida pelo jornal udenista marabaense e as circunstâncias em que fora criado, veremos que a sua existência não faria mais sentido, já que seus principais opositores políticos haviam sido derrotados na região de castanhais e o que seus mentores reivindicavam, eles já haviam conquistado.

Com relação ao desenvolvimento oposicionista na conjuntura política do após 1945, em contexto nacional, a pesquisadora Sônia Pereira Laus cita a União Democrática Nacional (UDN) que, segundo ela, foi quem mais contrariou a estrutura vigente. A UDN já teria nascido com o perfil de oposição e sob a égide do liberalismo da burguesia nacional, que em sua formação uniu características antagônicas como: “as oligarquias destronadas com a Revolução de 30; os antigos aliados de Getúlio Vargas marginalizados depois de 1930 ou de 37; [...] e os

⁶⁷⁹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 04 de abril de 1948 (capa).

grupos liberais com forte identificação regional”.⁶⁸⁰ A formação política brasileira entre 1947 e 1964 e a difusão de seus modelos ideológicos pelos setores regionais, como o caso do posicionamento udenista colocado aqui em questão, constituem em fatores concretos na sociedade contemporânea. Sobre esta reflexão argumenta René Rémond, que os movimentos políticos se organizam em torno do Estado e se estruturam em função dele: “o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal objeto das competições”.⁶⁸¹

Organizou-se, portanto, uma política de oposição transferida do modelo nacional e regional para a região sudeste do Pará, quando da criação do diretório da UDN no município de Marabá, pelo seu primeiro presidente local, Nagib Mutran. Já em 1945, em contexto nacional, a oposição udenista se fazia aguerrida, “presente e atuante no plenário e nas tribunas do Congresso, fiscalizando e criticando os atos do executivo [...]”. Até 1964 a União Democrática Nacional assumiu um comportamento de um partido político de oposição.⁶⁸² Nos anos após 1945 os principais opositores de Vargas se agregaram em torno da União Democrática Nacional (UDN), crítica ferrenha da política trabalhista e de seu fundador Getúlio Vargas.⁶⁸³

Outro fator político-cultural nacional transferido ao sudeste do Pará foi a utilização de jornal impresso para a disseminação da ideologia oposicionista, o udenismo nacional por exemplo, contava com o jornal *Tribuna da Imprensa*, um periódico que “se transformou em uma verdadeira trincheira contra os dois principais inimigos da UDN: o nacionalismo varguista e o comunismo”.⁶⁸⁴ É importante ressaltar que procuramos não limitar aqui o udenismo a uma característica oposicionista, pois é sabido da sua complexidade, bem como de sua importância para compreensão da cultura política brasileira entre 1945 e 1964. A historiadora política Maria Vitória Benevides, por exemplo, que dedicou seus estudos em desvendar às características das ações udenistas, salienta que a UDN embora tenha surgido como movimento organizou-se

⁶⁸⁰ LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina**. Dissertação Apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1985, p. 44.

⁶⁸¹ RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 20.

⁶⁸² HIPOLITO, Lúcia. **Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.21-47, jan./dez. 2004.

⁶⁸³ SILVA, Diego Carvalho. **Caminhos da redemocratização: Alguns apontamentos da política do pós-guerra em Pernambuco (1945-1946)**. Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 10/ Dezembro, 2014, p. 288.

⁶⁸⁴ LAMBLET, Luciana. **A UDN, o inimigo e a vigilância: Uma proposta de análise historiográfica**. Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2013, v. 16, n. 16, p. 01 – 12. Argumentos extraídos dos seguintes documentos: LACERDA, Carlos. **A UDN na encruzilhada**. Rio, 1961. Arquivo Nacional; *Tribuna da Imprensa*. Ano 1950. Arquivo Nacional; *Boletim UDN*, Ano I. Arquivo UDN, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfocoque/files/16/1_LucianaLamblet_140613_VF.pdf>. Acessado em: 10 jun, 2015.

como partido, e não apenas como uma facção em luta pelo poder ou um grupo de pressão.⁶⁸⁵ Como partido, veio a constituir-se enquanto estrutura permanente, se burocratizando e estendendo seus princípios ideológicos em nível municipal em todos os Estados do país. Ainda de acordo com Benevides, apesar da aura insofismavelmente elitista da UDN, através de seus políticos mais realistas, sempre revelou pretensões expansionistas nos meios populares, conseguindo, muitas vezes, graças a malabarismos de princípios, ora aproximando-se de inimigos históricos como o PTB, ora das características populistas. A ideia em destaque é que “mais do que um movimento ou um grupo de pressão, um partido visa atingir, diretamente, o exercício do poder”.⁶⁸⁶ No caso da União Democrática Nacional:

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas as mais pragmáticas, reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da ‘eterna vigilância’. Foi, portanto, como um movimento – ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional, oficialmente fundada a sete de abril de 1945 [...].⁶⁸⁷

Complexidade à parte, o caráter oposicionista da UDN está sendo levado em consideração em função do observado no sudeste do Pará, como um reflexo da dinâmica udenista nacional e estadual. Na região sudeste paraense, Nagib Mutran, além de ter adotado a ideologia udenista e, com ela, fortes características de oposição, se posicionou à frente do jornal *A Safra*, tratando de coordenar e difundir os discursos de oposição ao modelo político empregado aos castanhais por baratistas na região. Conforme recomendações de adesão udenistas, nas palavras de Maria Vitória Benevides:

Quero ser udenista, por isto não quero ser nacionalista nem simpatizante do comunismo, nem capitalista, nem anticapitalista, quero ser um homem livre, que não se deixa aprisionar por ‘slogans’ e se reserva o direito de observar objetivamente cada problema e adotar a solução que, em cada caso se imponha o interesse público – conforme recomenda o programa da UDN.⁶⁸⁸

No sudeste do Pará, ao lado desse liberalismo udenista e do oposicionismo presente como um fator externo à região, foi exposto por Nagib Mutran o desejo de controlar a economia dos castanhais. Além de tudo, Mutran expressava uma grande preocupação em manter a sua dinâmica de exportação de castanha e reclamava possibilidades de apropriação e ampliação da

⁶⁸⁵ BENEVIDES, Maria Vitória. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David Verge (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 93.

⁶⁸⁶ *Idem*.

⁶⁸⁷ BENEVIDES. *Op. Cit.*, p. 95.

⁶⁸⁸ LAMBLET. *Op. Cit.*, p. 01 – 12.

coleta, uma exposição subjetiva e histórica. O líder marabaense havia sido um dos maiores beneficiados pela estrutura de arrendamento e comercialização da castanha na região tocantina. O desejo de readquirir os benefícios de tempos anteriores fez Nagib Mutran posicionar-se diante de uma situação adversa, à política baratista. Por isso, o sentimento de ter possuído e não mais dispor do que tinha, o estimulou a tomar atitudes agressivas dentro do âmbito político, mas como tentativa de recuperar o benefício perdido e conseguir outros.⁶⁸⁹ Os anseios com relação à posse e ao controle econômico e territorial dos castanhais, no sentido de recuperar privilégios constituiu o nagibismo. As ações desse movimento acabaram por particularizar a política local, no que diz respeito aos discursos extremamente atrelados às práticas em torno da coleta e exportação da castanha e aos benefícios/malefícios relacionados aos castanhais do sudeste paraense. Ressaltamos então, que a existência do sentimento nagibista esteve fortemente relacionada à permanência da política de controle dos castanhais mantida pelos baratistas, quando esta desapareceu, aquele também deixou de existir. A busca de Mutran e coligados pelo controle dos castanhais estimulou os constantes discursos denunciando, sobretudo, a ausência de políticas que beneficiassem os castanhais, reivindicando também liberdades de apropriação dos mesmos e a abertura de novos mercados para a castanha paraense que superassem os norte-americanos.⁶⁹⁰ A crítica do movimento nagibista ao modelo político empregado aos castanhais pelos baratistas acabou por alavancar e sustentar a economia dos castanhais como muito importante. Em geral, tratou-se do desejo de conseguir o domínio econômico dos castanhais, quando foram sugeridas novas possibilidades para seu funcionamento. Se falou mais dos castanhais, foram também mais citados em artigos de jornais e revistas lançados por uma oposição ansiosa por conseguir privilégios. Os discursos da oposição alavancaram os castanhais e sustentaram a sua economia como essencial à região.

Às reivindicações de Nagib Mutran com relação ao controle político, territorial e econômico dos castanhais, mantidos pelos governos baratistas, não significou que o líder udenista esteve excluído da dinâmica econômica da castanha no sudeste do Pará. Mutran havia perdido espaço e influência políticos nos castanhais de Marabá durante a segunda Interventoria de Magalhães Barata e no decorrer dos governos pessedistas locais e paraense até 1951. Em Marabá, João Anastácio de Queirós (1943-1945), Antônio Vilhena (1945), Alfredo Monção (1947-1950) e estadual, Moura Carvalho (1947-1950). Porém, ganhou quando Itupiranga se

⁶⁸⁹ O argumento se refere ao posicionamento de Nagib Mutran como oposição a Magalhães Barata e, portanto, está relacionado aos frequentes ataques ao baratismo apresentados por via de *A Safra* após sua fundação em 1947, durante as campanhas eleitorais para o governo do Pará em 1950. Os discursos de Mutran se diferenciavam por estarem associados aos castanhais e a empresa da castanha.

⁶⁹⁰ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.

tornou oficialmente um município paraense, pela lei número 63, de 31 de dezembro de 1947, sendo desmembrado de Marabá. A mesma lei também criou a cidade de Tucuruí, desmembrando-a, assim como havia sido Marabá em 1913, do então imenso território do município de Baião.⁶⁹¹ O desmembramento de Itupiranga tratou-se de estratégia política desenvolvida por lideranças pessepistas na região, ansiosos por novos territórios para a exploração e comercialização da castanha, já que a região do rio Itacaiúnas em Marabá estava sob o domínio político pessedista. Contudo, o comércio da castanha oriunda dos territórios itupiranguenses foi controlado predominantemente pelo grupo de Nagib Mutran. Os dados sobre esse controle aparecem nas guias de embarque de castanha e em seus respectivos requerimentos, liberados pela prefeitura de Itupiranga entre 1948 e 1950. Aparecem como influentes comerciantes de castanha, além de Nagib Mutran, Benedito Mutran; Antônio Saliba; Nagib Chamon; Pedro Carneiro; Bichara June; Salvador Chamon; Antônio Saliba e Companhia; Raimundo Aguida; Tufi Mutran; José Soares; José Mendonça Vergolino e Irmão, além de Almeida e Irmão.⁶⁹²

O controle comercial dos nagibistas em Itupiranga após emancipação relaciona-se ao posicionamento político de seu primeiro prefeito eleito, Gentil de Moraes Bitencourt Cohen, um ex-correligionário baratista. Gentil Cohen havia sido prefeito do município de Baião, nomeado por Magalhães Barata no decorrer da primeira Interventoria paraense (1931-1935),⁶⁹³ mas na época do processo de emancipação de Itupiranga, em 1947, havia se tornado antibaratista por questões pessoais. Gentil Cohen, culpava Barata pela morte de sua esposa e, por isso, encontrava-se residindo na pequena comunidade de Jatobal e desacreditado na política.⁶⁹⁴ Mesmo assim, Gentil Cohen foi convencido a filiar-se ao PSP, posicionamento partidário também seguido pelo líder político local Antônio Braga e Chaves, nomeado como vice na chapa pessepista. Gentil Cohen e Braga e Chaves, com o apoio dos correligionários de Deodoro de Mendonça em Marabá, os representantes do PSP Marabaense, José Oscar de Mendonça Vergolino e Leonel Mendonça Vergolino, conseguiram derrotar nas urnas os candidatos do PSD. Na corrida eleitoral em Itupiranga, os pessedistas tratavam-se de José Júlio da Silva, para prefeito e Domingos Wolff de Maria Pinto para vice.⁶⁹⁵

⁶⁹¹ TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: Dos fortes à criação dos Municípios.** Revista ACT Geográfica, ano II, n. 3, jan/jun, 2008, p. 79.

⁶⁹² Prefeitura Municipal de Itupiranga. Guias de Embarque de castanha e seus requerimento, entre 1948 e 1950.

⁶⁹³ Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1935, p. 1.

⁶⁹⁴ CHAVES, Antônio Braga e. **Do Lago Vermelho a Itupiranga: uma história para crianças.** Itupiranga. 1990, p. 76. A comunidade de Jatobal localizava-se abaixo da sede de Itupiranga, um dos extremos da Estrada de Ferro Tocantins.

⁶⁹⁵ CHAVES. *Op. Cit.*, p. 84-85.

A rivalidade entre baratistas e antibaratistas também se instalou no recém emancipado Itupiranga, percebida nas disputas eleitorais entre PSD e PSP. Na campanha eleitoral para os primeiros cargos elegíveis daquele município, os pessedistas mesmo sendo derrotados para os cargos no executivo, elegeram maior número para o legislativo: Raimundo Ferreira Lemos; Manoel Lopes Pedra; Albertina Azevedo Barreiros, tendo como suplente José Ferreira Alencar. Pelo PSP, foi eleito Fortunato Soares e, como suplentes, Antônio Simões da Costa; Otávio Alves de Souza e Francisco Franco Machado.⁶⁹⁶ Com a emancipação, novos castanhais foram descobertos e explorados, delimitadas novas áreas de servidão pública para a coleta de castanha e oficializado os limites para as ações extrativistas, respeitando os territórios dos outros municípios de entorno, sobretudo Marabá, cuja economia castanheira também era prioridade.⁶⁹⁷ Os castanhais de Itupiranga, por isso, foram tomados de assalto e seu comércio controlado pelo grupo oposicionista e coligado na região.

A eleição dos pessepistas em Itupiranga tornou-se favorável ao presidente da UDN em Marabá, Nagib Mutran e a seus correligionários. Estes assumiram o controle comercial quase que total da castanha itupiranguense. O fato está sendo atribuído a aliança política mantida, em Marabá, entre o líder udenista e os correligionários de Deodoro de Mendonça. Os representantes do diretório do PSP marabaense foram contribuintes diretos na eleição dos candidatos ao poder executivo em Itupiranga após emancipação. Outro fator explicativo apresentado nas guias de embarque e em seus requerimentos dizem respeito aos registros de castanha extraída e comercializada pelo grupo do Mutran. Naquele período, após emancipação de Itupiranga, toda a sua acastanha comercializada havia sido extraída nos castanhais de servidão pública. Estes, eram os castanhais que estavam sob o controle político e territorial do poder executivo municipal, tendo em vista que a dinâmica de arrendamento estava submetida ao controle político do executivo estadual, sob o julgo baratista. Os documentos referentes à dinâmica econômica da castanha em Itupiranga não nos apresentam dados relacionados à propriedade da terra ou arrendamentos por parte dos correligionários de Nagib Mutran, apenas o controle sobre a compra e escoamento de castanha.⁶⁹⁸ Os registros explicam, de certa forma, a existência dessas outras atitudes de Nagib Mutran e seguidores. Nos referimos às reivindicações com relação a ampliação dos territórios de coleta, com o discurso de que os castanhais teriam que ser entregues aos castanheiros para a dinamização econômica da

⁶⁹⁶ CHAVES. *Op. Cit.*, p. 85.

⁶⁹⁷ CHAVES. *Op. Cit.*, p. 77.

⁶⁹⁸ Prefeitura Municipal de Itupiranga. Guias de Embarque de castanha e seus requerimento, entre 1948 e 1950.

castanha. Para esse grupo, cuja fonte de riqueza era a comercialização de castanha, quanto maior o número de castanheiro maior quantidade do produto seria extraído e comercializado.⁶⁹⁹

A presença de Nagib Mutran, correligionários e parentes em praticamente todos os registros referentes à compra e ao escoamento da castanha extraída em território itupiranguense, entre 1949 e 1951, explica os seus envolvimento na dinâmica dos castanhais do sudeste do Pará naquele período. Os registros de aforamento e seus respectivos requerimentos protocolados em Itupiranga revelam que nas listas dos arrendatários de castanhais não constavam nomes dos correligionários de Nagib Mutran ou Deodoro de Mendonça. Constavam apenas e, sobretudo, o nome dos representantes políticos locais e de familiares: Antônio Braga e Chaves; Jaime Pimentel; Pedro Ribeiro de Souza; José Soares; Manoel Lopes Pedra; Domingos Wolff e Salomão Gomes Ferreira.⁷⁰⁰ Foi possibilitado aos correligionários de Mutran o monopólio da compra e escoamento da castanha, faltava-lhes, portanto, a posse dos territórios de castanhais e a influência no mercado de exportação. Tal situação só seria alcançada com o governo de Zacarias de Assunção e a derrota de Magalhães Barata a partir de 1951, como será apresentada no item seguinte.

Na análise dos discursos e posicionamentos políticos em torno dos castanhais do sudeste do Pará, verificamos a existência de um distanciamento entre o programa político de Mutran e as circunstâncias que o originavam, ou seja, percebemos uma passagem do domínio do concreto para o discurso caracterizada por linguagens codificadas. Os discursos de Mutran revelaram uma duplicidade em relação ao seu posicionamento social. Se por um lado explicitava o nagibismo, quando agregava uma particularidade econômica, uma subjetividade que deixava transparecer ações práticas e concretas do cotidiano, como a preocupação com o sistema de arrendamento de castanhais e as benfeitorias em torno deles como uma histórica fonte de lucro. Por outro, expressava o udenismo, um posicionamento ideológico partidário que nutria os discursos e as representações e determinava um posicionamento diante dos oponentes, normalmente a agressividade política. Neste caso do sudeste paraense, em favor do liberalismo e contrário ao pessedismo baratista então vigentes nos governos municipal em Marabá, paraense e federal. A referência metodológica que propõe uma análise diferenciada entre político e ideologia partidária é atribuída a Serge Berstein, pois segundo ele, a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso e das representações especulativas. Segundo o pesquisador político francês “é precisamente uma das

⁶⁹⁹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

⁷⁰⁰ Procuradoria Fiscal do Estado do Pará. Licença especial para exploração de gêneros nativos, 1949.

tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso”.⁷⁰¹

Os nagibistas, portanto, expuseram suas características oposicionistas, ocuparam-se de acusar os governos pessedistas que, segundo eles, se encontravam desorientados e sendo guiados pelas pretensões baratistas presentes nos diversos cargos públicos, justamente de onde partiam as concessões de castanhais.⁷⁰² Os ataques ao baratismo eram proferidos sempre com um tom de indignação e citando os castanhais e economia da castanha. Para os adeptos do nagibismo, às ações de Magalhães Barata tratavam-se de uma “despudoradas políticas” que haviam se tornado “fontes de lucros fáceis para os exploradores no fraquíssimo governo do senhor Moura Carvalho”.⁷⁰³ Indivíduos abastados de Marabá ligados a Nagib Mutran faziam questão de reclamar liberdade de apropriação, pois encontravam dificuldades para a aquisição de territórios de castanhal na política baratista, já que o decreto de número 416 de 10 de julho de 1931, que havia regulamentado a Inspeção de Minas e Castanhais, assinado por Barata e, novamente em vigor, determinava em seu artigo décimo que:

O pedido de arrendamento de castanhais deve ser individual e feito anual e impreterivelmente, no período que decorrer de 10 de julho a 10 de setembro. § 1º - A nenhum arrendatário poderá ser concedido mais de dois lotes de terras, de uma légua quadrada cada um, respeitada a disposição estatuída no art. 1º § 1º do Decreto nº 397, de 25 de junho de 1931. § 2º - Os requerimentos de arrendamentos de castanhais devem cingir-se à expressão da verdade e conter as seguintes indicações: Prefeitura Municipal em que estiver situado; a) Situação local a mais exata possível; Limites, confrontações e nomes dos confinantes; d) Sinais naturais ou artificiais que lhe servirem de referência ou limites; Extensão aproximada da frente e dos fundos[...]⁷⁰⁴

Outra característica da oposição nagibista estava nas constantes denúncias de “despreocupações” com a economia dos castanhais por parte do governador do Estado e alimentavam seus discursos a partir do desejo de assumir esse controle. De acordo com o movimento nagibista, os castanhais constituíam-se em símbolos de riqueza regional e precisariam ser usados, trabalhados e explorados para o progresso regional e não limitados, como propunha a política baratista. As reclamações de Mutran focavam supostas negligências com relação ao tratamento dirigido à economia da castanha, bem como na falta de investimento que possibilitasse o funcionamento econômico dos castanhais. Segundo Mutran, “nem o

⁷⁰¹ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 60-61.

⁷⁰² *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.

⁷⁰³ *Idem*.

⁷⁰⁴ Decreto nº 416, de 10 de julho de 1931 (DOE 12/07/1931). Criação da Inspeção de Minas e Castanhais. Em: <file:///C:/Users/St/AppData/Local/Temp/PA%20Decreto%20n%C2%BA%20416,%20de%2010%20de%20julho%20de%201931.doc-2.htm>. Acessado em: 23 jun. 2015.

governo do Estado, nem o Federal ou Municipal em Marabá, jamais fizeram o menor esforço” para dinamizar a produtividade regional. Pelo contrário, a economia dos castanhais sempre foi colocada em segundo plano pela política de Barata.⁷⁰⁵ Porém, fazia-se oportunista quando da cobrança de pesados impostos. Os castanhais estariam ociosos e inutilizados nas mãos de baratistas que, conforme Mutran, não aviavam um só castanheiro, não possuíam uma canoa e pretendiam ficar com o produto dos que trabalhavam. Essa seria para o sentimento nagibista, a concepção do direito e de justiça do que intitulava “afilhadismo baratista”.⁷⁰⁶

As reivindicações de Mutran reportam ao passado quando manifestam sentimento relacionado a um tempo de livre apropriação e controle comercial dos castanhais de Marabá. Assim, para o movimento nagibista, o Pará e Marabá haviam historicamente sido desfigurados por baratistas, já que a economia considerada por esse grupo local, como fundamental, a dos castanhais, não foi levada a sério. Os discursos dos seguidores de Mutran miravam o passado, procuravam apagar da memória local qualquer possibilidade de eficiência política baratista que havia sido implantado na região como últimas ações do Estado Novo. Conforme discursos nagibistas, os maus tratos regionais permaneciam “desde a escolha do então tenente Barata em 1930 e nenhuma assistência foi dada ao castanheiro e ao lavrador, continuando as coisas nesses setores, iguais ou piores do que antes”. Os castanhais teriam permanecido ativos e de pé, mas “servindo aos interesses de um tal Carvalho, de mesma camarilha”, quem os seguidores de Mutran o intitulava inimigo número um de Marabá.⁷⁰⁷ Os posicionamentos eram sustentados pelo desejo de que os castanhais da região marabaense deveriam ser novamente destinados aos “castanhais”.⁷⁰⁸ Assim, a oposição nagibista tratava a economia da castanha como essencial para o desenvolvimento do sudeste do Pará e, por isso, essas pretensões reproduziam um valor simbólico relacionado aos castanhais da região, como representação de riqueza, o “ouro pardo”.

Defendemos, portanto, uma duplicidade em torno da personalidade de Nagib Mutran, o econômico e o político. O econômico estava nas características herdadas de tempos anteriores, como comerciante de castanha e detentor de castanhais, um costume que o colocou enquanto um comandante político e econômico da região sudeste paraense. O fator político era expresso através da fidelidade partidária udenista, bem como, a um estilo de atuação local. Uniu-se o comerciante de castanha ao político, o nagibista ao udenista e um não anulou o outro. Nagib Mutran havia escolhido a característica udenista em função de aproximações ideológicas:

⁷⁰⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.

⁷⁰⁶ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.

⁷⁰⁷ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 dezembro de 1950, p. 4.

⁷⁰⁸ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

o “liberalismo” e a “elitização econômica” são exemplos. O posicionamento nagibista se centrou na importância a ser dada à economia, apropriação e valorização dos castanhais enquanto principal referência econômica na região sudeste paraense.

Sobretudo, a cada expectativa de safra na região de castanhais, os nagibistas mostravam suas preocupações em combater o sistema baratista de arrendamento temporário e regulado e, por conta disso, o udenista convocava todos da administração pública municipal marabaense em defesa dos “falsos amigos do povo”. Afirmava o político Mutran que milhões de cruzeiros arrecadados teriam sido esbanjados sem que tenha trazido o menor benefício à região de castanhais e a seus habitantes. Tudo isso, devido à falta de fiscalização do povo por intermédio dos seus representantes. E convocava os habitantes regionais a, literalmente, “desbaratarem a região”⁷⁰⁹, investindo em uma “cruzada de saneamento na esfera administrativa”, no sentido de defender o erário público. Tratava-se de salvar os castanhais dos baratistas, denominado pelos nagibistas de inimigos do povo ou “amigos do sangue do povo”.⁷¹⁰

Em situação estadual, durante os cinco anos após a redemocratização em 1945, a *Folha do Norte* foi o principal porta voz da oposição ao governo pessedista em Belém. Essa dinâmica oposicionista acabou por se estender para outras localidades no interior paraense. Na região sudeste do Pará, por exemplo, lideranças locais em Marabá como, Nagib Mutran, José Mendonça Vergolino, Augusto Bastos Morbach e Demostenes Azevedo haviam sido influenciados pelo mesmo posicionamento político antibaratista estadual. Como já foi dito, o grupo estadual chegou a oficializar em 1950, a Coligação Democrática Paraense, composta por um conjunto de partidos políticos sob a orientação da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP). Era um grupo coordenado, respectivamente, por Zacarias de Assunção e Deodoro de Mendonça. As influências desse modelo de coligação estadual também se deram no âmbito local. Em Marabá, a Coligação se organizou com os seguintes partidos e seus respectivos líderes: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com Álvaro de Barros Lima; Partido Social Progressista (PSP) com José Oscar Mendonça Vergolino; União Democrática Nacional (UDN) com Nagib Mutran e Partido Social Trabalhista (PST) com Basílio Miguel dos Santos. Com eles, foi idealizada, naquele momento, uma Coligação Democrática Marabaense. A finalidade da Coligação local era constituir, em conjunto, a oposição local ao pessedismo, a final, o Partido Social Democrático e o baratismo tornaram, para esse grupo, ideologias a serem desconstruídas na região sudeste paraense.⁷¹¹

⁷⁰⁹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 11 de julho de 1948, n. 20, p. 1.

⁷¹⁰ *Idem*.

⁷¹¹ Jornal *A Safra* ano II, Marabá – Pará, 17 de julho de 1949, número 67, página 1-2.

De outro lado, estavam formadas as representações estaduais ligadas ao PSD como, Magalhães Barata, Luis Geolás de Moura Carvalho e correligionários pessedistas, colocados em destaque pelo jornal *O Liberal*. Os representantes desse modelo político também estiveram presentes em Marabá e região sudeste do Pará. Tratavam-se de João Anastácio de Queiroz, José Cursino de Azevedo, Alfredo Monção, Antônio Vilhena de Souza, João Correa da Rocha, Mario Mazzini, Pedro Ribeiro de Souza, Pedro Marinho de Oliveira, Sérvulo Ferreira de Brito, José Bandeira de Souza, Joaquim Carneiro de Carvalho, Antônio do Rego Filho e Álvaro de Barros Lima. Esta é também uma definição do historiador Pere Petit que, ao pesquisar a região, argumentou que em Marabá haviam se constituído duas posições políticas importantes, de um lado os Mutran e um grupo de incentivadores ao antibaratismo. De outro, os defensores de Barata, posicionados nas ideologias partidárias pessedistas.⁷¹²

Durante o período eleitoral para as eleições de 1950, a oposição intensificou seus discursos para a desconstrução da imagem do líder pessedista paraense Magalhães Barata. Essas investidas políticas, naturalmente, supervalorizaram a economia da castanha e os castanhais da região sudeste paraense à medida que afloraram os desejos de controlá-los. A leitura e interpretação do período nos permite a visualização das forças políticas que são tendências constituídas no interior dos grupos que participavam ou aspiravam ao poder.⁷¹³ No sudeste do Pará, por exemplo, às expressões eleitorais estiveram fortemente relacionadas às características do lugar dos castanhais. Os discursos antibaratistas propagados pelo jornal *A Safra* denunciavam possíveis “mazelas” e “descasos” com relação aos castanhais da região; a inutilização dos castanhais; a falta de apoio aos castanheiros e verbas de amparo à coleta e escoamento; falta de regulamentação nas medidas; queda de preços. Às críticas oposicionistas acabavam criando expectativas em torno dos castanhais e de sua economia. A ideia expressa pela oposição era de que a região oferecia a maior riqueza da Amazônia, no entanto, não era permitida a sua exploração.

Os argumentos eleitorais dos nagibistas expressaram às representações de suas angústias, ou seja, a impossibilidade em ter acesso à economia que, segundo seus anseios, traria progresso à região. No decorrer da campanha antibaratista no sudeste do Pará, o que se viu foi a utilização dos castanhais enquanto arma política. Conforme esse discurso, a região só teria progresso com o amplo funcionamento dos castanhais, mas para tanto, era preciso mudar o

⁷¹² PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, pp. 197-198.

⁷¹³ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 62.

governo. A sugestão, portanto, era a proposta pela Coligação Democrática Paraense. Caracterizou-se, nesse sentido, uma adequação dos discursos político estaduais à dinâmica vigente no sudeste do Pará. Permanecia o posicionamento eleitoral dos nagibistas que investiam no combate ao modelo político baratista direcionado aos castanhais. Buscava, com isso, desqualificar as ações de Magalhães Barata e de baratistas locais relacionadas à dinâmica econômica da castanha e a ausência de cuidados com os castanhais. Essa linguagem política no sudeste do Pará expressava claramente a disputa pelo controle dos castanhais. Os castanhais em desuso se tornaram linguagens eleitorais do antibaratismo no sudeste do Pará. Assim, os discursos de oposição exaltavam os castanhais, mantinha-os sempre citados e a sua economia em destaque.

Os anseios da oposição nagibista em controlar os castanhais foram os responsáveis pela sustentação da economia da castanha como representação de riqueza, entre 1947 e 1951. Às expressões oposicionistas do nagibismo na região sudeste do Pará se deram paralelas aos posicionamentos eleitorais dos componentes da Coligação Democrática estadual, mas com manifestações diferentes. Em outros espaços, a oposição desenvolvida pelos componentes da Coligação Democrática Paraense investiram suas estratégias e discursos eleitorais diretamente na desconstrução político-simbólica da personalidade, ações e imagem de Barata e baratistas, associando-as ao pejorativo e denegrindo-as.

As características retóricas empregadas pelo nagibismo no sudeste do Pará tratavam-se de manifestações reivindicatórias, quando reclamavam o controle econômico e territorial dos castanhais. Assim, combatiam diretamente a estrutura burocrática baratista que limitava o acesso aos castanhais. Atacavam a imagem de Barata e baratistas enquanto líderes regionais e contribuía, ao seu modo, com a campanha eleitoral antibaratista a partir da região sudeste paraense. Como estratégia de campanha os componentes da Coligação Marabaense associaram seus discursos à voz do povo e contra supostas opressões promovidas pelo baratismo, àquela considerada por eles como a principal economia do sudeste paraense. Eles se posicionavam como agentes de libertação do domínio pessedista. Os discursos dessa oposição no sudeste paraense eram elaborados não apenas no intuito de defenderem interesses dos coligados, ora pretensões políticas ora econômicas, partiam também para o ataque bem ao estilo udenista. No decorrer das campanhas eleitorais para as eleições estaduais de 1950, as retóricas políticas rivais estiveram escancaradas e ultrapassaram as representações textuais, criando simbologias que expunham esse antagonismo. A título de exemplo, uma “anedota” publicada em *A Safra Ilustrada* com tom humorístico destacou a rivalidade política nos castanhais do sudeste do Pará entre 1947 e 1951. Representados por papagaios falantes, a charge justapõe os

apoiadores do antibaratismo e componentes da Coligação Democrática Marabaense contrariando os correligionários de Barata. Os dizeres das aves refletem os discursos. (Figura 37)

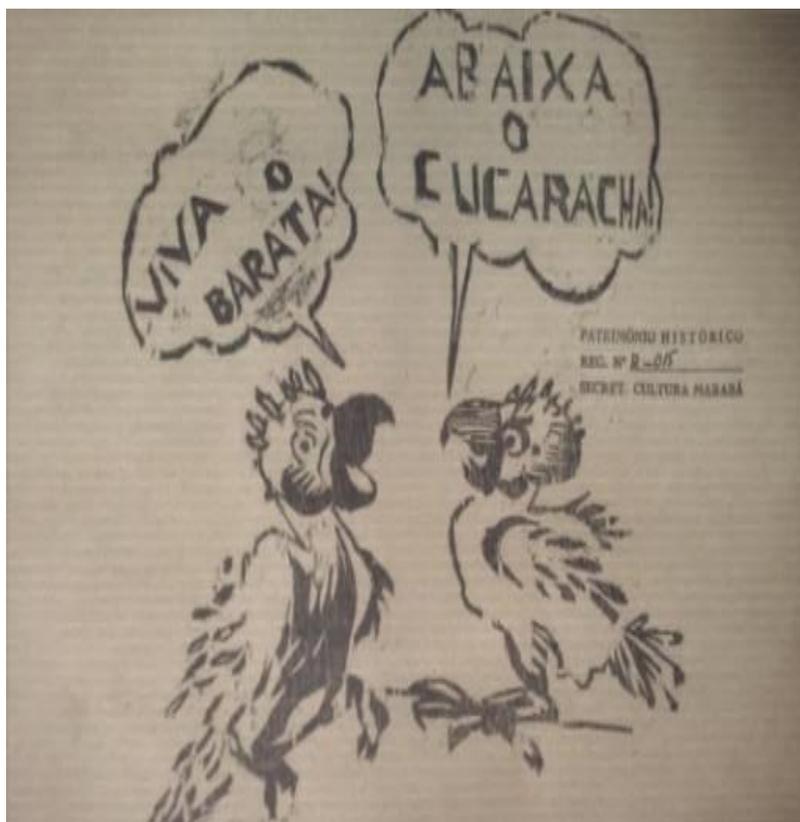


Figura 37: Imagem extraída do Jornal *A Safra Ilustrada*. Marabá, Pará, janeiro de 1951, n. 04. Uma representação da rivalidade entre grupos de tendências baratistas e antibaratistas. Com o título *Os dois louros de Marabá* a “anedota” ilustra os embates retóricos entre duas ideologias políticas na região de castanhais do sudeste do Pará, reflexo das disputas eleitorais estaduais. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

A oposição ao baratismo intensificou os seus discursos nas manchetes de *A Safra*, através das quais convocavam o eleitorado marabaense a preparar-se para a escolha de um novo governador do Pará que viesse dar maior importância à economia da castanha. De acordo com o discurso veiculado no Jornal, todos os votantes deveriam levar conscientes o seu voto, nunca em obediência ao “Tuchaua da aldeia”⁷¹⁴ – uma referência feita a Magalhães Barata. Deveria ser de acordo com os preceitos republicanos, às exigências do Estado de Direito e em prol do município de Marabá, imbuídos na formação de “governos democráticos honestos e

⁷¹⁴ “Tuchaua”, que originalmente se escreve com X, “Tuxaua”) tem origem indígena vinda do Tupi-Guarani que significa “Aquele que manda”.

trabalhadores” em referência aos candidatos das Coligações estadual e local.⁷¹⁵ Os editores do periódico udenista, ao divulgarem suas orientações políticas, convocavam os eleitores da região a se desprenderem do passado e agirem com liberdade, assim como caboclos⁷¹⁶ que não querem continuar sendo propriedades de ninguém.⁷¹⁷ Os discursos de oposição ao baratismo era a regra a ser seguida pelos editores do jornal *A Safra*, a exaltação aos candidatos coligados era o lema e às referências aos castanhais era uma constante, como propunha uma manchete: “Não vá atrás de conversa fiada, vote na Coligação Democrática, defensora dos castanhais”.⁷¹⁸ Quanto a dinâmica política estadual, afirmou o cientista político Jean Guilherme Guimarães Bittencourt, que no Pará “a oposição cerrou fileiras contra Magalhães Barata e o pessedismo, reconfigurando o quadro de polarização política observado durante as duas Interventorias anteriores de Barata (1930-35 e 1943-45)”.⁷¹⁹ Sobre esse contexto, conforme manchete publicada no jornal belenense *Folha do Norte*, havia reafirmado “o General Zacarias de Assunção a decisão inabalável de derrubar o baratismo sem desfalecimentos nem concessões”.⁷²⁰

Já no sudeste do Pará, assim como em contexto estadual, o antibaratismo apareceu logo nas primeiras edições de *A Safra*. Com o título “O batismo de Nagib Mutran” (*Figura 38*), um enunciado de capa divulgava o batismo de um novo barco-motor realizado pelo “Reverendo Frei Boaventura, novo vigário dominicano, ora nesta cidade de Marabá, que oficiou o cerimonial católico”.⁷²¹ O batismo do barco com o nome do líder udenista acabou por expressar um sentido metafórico, pois o evento estava relacionado ao empenho de Nagib Mutran à frente de *A Safra* e do princípio e intensificação do movimento político local contra o baratismo através da imprensa.⁷²² O batismo do barco “Nagib Mutran” anunciava a junção entre o comerciante de castanha e o político, foi a união da oposição no sudeste do Pará, o soar do gongo, a oficialização de um investimento oposicionista radical contra os baratistas e sua política de controle e monitoramento de terras e, por conseguinte, em favor da livre apropriação dos castanhais do sudeste do Pará.

Sobretudo após a inauguração do jornal *A Safra*, o jogo político de ataques ao baratismo se desenhou na região de castanhais. Os discursos udenistas proferidos no jornal

⁷¹⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 1.

⁷¹⁶ Designação dada no Brasil para o indivíduo que foi gerado do cruzamento entre índio e branco. Porém, o termo usado pelos editores do jornal *A Safra* faz referência a valores agregados à população do interior paraense, de que todo caboclo preza pela sua liberdade.

⁷¹⁷ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 1.

⁷¹⁸ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.

⁷¹⁹ BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. **Justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/1986)**. Belém. Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas da UFPA, 2012, p. 12.

⁷²⁰ Jornal *Folha do Norte*. Edição de 6 de janeiro de 1950.

⁷²¹ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de abril de 1948, n. 10, p. 1.

⁷²² Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de abril de 1948, n. 10, p. 1.

oposicionista passaram a negar a ideia de prosperidade regional e, ao contrário dos discursos governistas, o sudeste do Pará apresentava-se como uma região em crise, na qual o desemprego, a ignorância e a fome constituiriam uma realidade, situação atribuída aos governos baratasistas até então. Anunciava os editores de *A Safra* que, “enquanto por estes cafundós do Brasil os estômagos se lamentam, despertando o instinto de conservação nas igrejas, lê-se o sermão da montanha”, os governos e “coveiros da democracia arranjam para si mesmos um aumento de subsídios”.⁷²³ Na região, conforme os antibaratasistas, o povo morria de maleita e de analfabetismo, enquanto aumentava “o valor do selo de educação e saúde”, o café subia “assustadoramente, o tecido também, o querosene, o açúcar, a carne, o pão de cada dia já não é para todas as bocas, a maioria dos pés só tem direito a tamanquinhos vagabundos”.⁷²⁴

O BATISMO DO NAGIB MUTRAN
O NOVO E POSSANTE BARCO-MOTOR DA FLO-
TILHA TOCANTINA
Um Agradavel Passeio Fluvial!
-OUTRAS NOTAS-

Na manhã de 21 de Abril, o novo barco-motor da flotilha Tocantina, o Nagib Mutran, realizou o seu batismo no rio Tocantins, sob a presidência do Sr. João de Deus, Governador do Estado. O novo barco-motor, construído pelo Sr. João de Deus, é o primeiro do seu tipo construído no Brasil. O novo barco-motor, construído pelo Sr. João de Deus, é o primeiro do seu tipo construído no Brasil.

O Passeio Fluvial
Sabado, os convidados, para bordo do Nagib Mutran, o barco de 100 HP, para o rio Tocantins, o barco de 100 HP, para o rio Tocantins.

A SAFRA
A SAFRA, que se encontra em Marabá, apresenta-se como um dos melhores produtos do Estado. A SAFRA, que se encontra em Marabá, apresenta-se como um dos melhores produtos do Estado.

Um Esforço propagandista do Cristal
O Sr. Francisco Mello, diretor da Indústria de Cristal, realizou um esforço propagandista para a venda do cristal em Marabá.

O Dr. Chefe de Polícia Agradece-nos
Nossa comissão de redação, dirigida pelo Sr. Paulo de Faria, agradece ao Sr. Chefe de Polícia a atenção dispensada durante o processo de batismo do barco.

FESTA No Grupo Escolar
No final do dia 18 de Abril, o Grupo Escolar realizou uma festa em homenagem ao batismo do barco-motor.

A Executiva Estadual do PSD em Belém, escolheu a chapa para o cargo de deputado estadual em ITUPIRANGA
A Executiva Estadual do PSD em Belém, escolheu a chapa para o cargo de deputado estadual em Itupiranga.

José Olympio Contente & Cia. Ltd.
Importadores e Exportadores de produtos de primeira qualidade.

Viajantes
Representação da Agência de Viagens, com serviços de transporte e hospedagem para viajantes.

Contribuição para a construção do templo
A comunidade de Marabá contribuiu para a construção do templo da Igreja Católica.

Figura 38: Jornal *Marabá* em 25 de abril de 1948, anunciando o “batismo” do barco de Nagib Mutran. O batismo de barcos ou simplesmente, o fato de nomeá-los, caracteriza-se como um costume que esteve associado à política empregada aos castanhais, devido à necessidade de registrá-los durante o processo de escoamento da castanha. Tanto os agentes envolvidos com a coleta e transporte da castanha, quanto seus respectivos barcos precisavam estar registrados para maior controle dos governos municipais e estaduais durante o processo produtivo da castanha. Fonte: Arquivo público de Marabá. Fundação Casa da Cultura de Marabá.

⁷²³ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 2 de janeiro de 1949, n. 41, p. 3.
⁷²⁴ *Idem*.

Também para o nagibismo, a produção de castanha tinha tudo para ter êxito, com grande aceitação no exterior, não fosse a alta percentagem de amêndoas estragadas. Neste caso, atribui-se a culpa ao poder público que na região não havia compreendido ainda a necessidade de amparar a indústria extrativa da castanha” e, por isso, a negligenciava.⁷²⁵ O poder público, baratista, teria “se limitado apenas a cobrar os impostos que, direta ou indiretamente, incidem sobre a valiosa amêndoa, além de fazer política de cambalacho com os castanhais”.⁷²⁶ Quanto às sucessivas reivindicações e questionamentos que se tornaram características da oposição nagibista, estão exemplificados a seguir.

Os discursos de Augusto Bastos Morbach orientavam os eleitores locais a apoiarem, nas eleições de 1950, os projetos políticos que viessem estimular a coleta da castanha e a facilitar a concessão de castanhais. Como nagibista e secretário de *A Safra*, por sinal intitulado *Semanário a serviço do povo castanheiro*, Morbach se posicionava contrário ao projeto baratista e clamava pela utilização dos castanhais. Seus argumentos partiam em defesa dos coletores de castanha, colocando-os como legítimos castanheiros que estariam sendo prejudicados pela política baratista. O discurso constituiu uma das peculiaridades nagibistas no sudeste do Pará, exemplificando com o imperativo: “precisamos aumentar as áreas patrimoniais que a política baratista está diminuindo, vendendo”.⁷²⁷

Outra característica eleitoral nagibista consistia em posicionar-se no lugar do castanheiro, falar em nome dele, isto é, dos tarabalhadores que supostamente desejavam os castanhais e se sentiam impedidos pelos baratistas de trabalhar. Segundo os coordenadores de *A Safra*:

A CASTANHA, o ouro pardo das nossas matas atingiu o preço máximo, jamais verificado em tempo algum. Em Marabá agente custa crer que um hectolitro de castanha tenha ultrapassado a casa de 300 cruzeiros. Contudo, a maioria do pessoal extrator, a maioria de castanheiros, aquele que vai para o castanhal, que enfrenta a lama, a cobra, o índio, febre, a fome, o mais completo desconforto, esse quase não se beneficiou dessa extraordinária alta da castanha. O produto que ele colheu sobre a chuva e o sol, que trouxe as costas como uma besta humana, vai dar conforto, dinheiro, gozos a outros. A ele não! Ele, coitado, mal pode pagar a aviação e tirar um saldo miserável. Não será exagero dizer que, quase a totalidade dos castanheiros extratores, não recebeu mais por hectolitro, entregue ao patrão do que 50 cruzeiros. Precisamos ir ao encontro desses escravos brancos, precisamos aumentar as áreas patrimoniais que a política baratista está diminuindo, vendendo.⁷²⁸ Precisamos lutar para que venham estabelecimentos de créditos, que por sua vez, deem chances aos arrendatários ou proprietários de castanhais, a fazerem suas safras com menos sujeições de financiamentos particulares condicionados a ‘venda na folha’, por preço

⁷²⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 11 de junho de 1950, n. 104, p. 3.

⁷²⁶ *Idem*.

⁷²⁷ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

⁷²⁸ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

baixo ou a entrega do produto antes que o produtor se capacite dos rumos que vai tomar o mercado castanheiro.⁷²⁹

Para os nagibistas, a política imposta por Barata e baratistas no Estado e no sudeste paraense não passava de uma estrutura autoritária e antidemocrática que mantinha influências nos diversos setores do serviço público a fim de manipular funcionários a agirem de acordo com suas determinações. As ações dos seguidores de Barata sempre vetaram as decisões políticas quando não eram de seu agrado, em formais desrespeitos aos sagrados direitos constitucionais. Tudo isso seria porque parte dos poderes estaria nas mãos daqueles que Magalhães Barata teria forjado “com a argamassa da ditadura, os quais jamais serão fieis aos postulados democráticos”.⁷³⁰ Com relação ao Barata e seguidores, os nagibistas os intitulavam de autoritários e desobedientes as leis brasileiras, como propõe o anúncio seguinte veiculado pelo jornal *A Safra*:

Também pudera, pois Vossa Excelência os doutrinou tão bem em coisas absurdas quando de suas ‘santas Missões’, desde sua primeira Interventoria, quando com as garras aduncas do poder discricionário, Vossa Excelência sancionava seus desejos, devorando a liberdade de qualquer cidadão sem mais nem menos. Para não ir longe, basta lembrar o caso de Antônio Borges Leal, cidadão de idoneidade comprovada, que Vossa Excelência mandou prender seis vezes, quando de sua primeira Interventoria, pelo simples fato de clamar contra seus erros administrativos. Agora, senador, que ocupa um lugar entre os democratas na alta câmara do país, vamos pôr termo a este estado de coisas. Em vez de Vossa Excelência procurar tampar o sol com peneiras, tomando o tempo do senado, a dar explicações lacônicas, alimentando e procurando encobrir os absurdos constantemente cometidos no Pará. É preferível, pelo menos que Vossa Excelência aconselhe sua gente a adquirir o livrinho chamado ‘Constituição dos Estados Unidos do Brasil’, pois afirmo que sua gente, inclusive prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, delegados, promotores etc., com raras exceções, conhece a Carta Magna do país.⁷³¹

Assim, estiveram incluídos nas características nagibistas um conjunto de antigos proprietários de castanhais e coordenadores econômicos da castanha que haviam percebido nas eleições de 1950 uma possibilidade de reconquistarem os benefícios perdidos e de reempregarem uma política favorável às suas pretensões. Os discursos publicados em *A Safra* pelo machadista José Oscar de Mendonça Vergolino, representante do PSP em Marabá, revelaram o esforço de adequar as reivindicações de seu partido às características nagibistas, ora reivindicando maior facilidade na aquisição de arrendamentos de castanhais, ora tecendo críticas aos colaboradores de Barata. Às críticas de Vergolino direcionavam-se ao sistema baratista de concessão de castanhais e o método de arrendamento provisório que se efetuava

⁷²⁹ *Idem.*

⁷³⁰ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 19 de junho de 1949, n. 63, p. 2.

⁷³¹ *Idem.*

através de requerimentos oficiais anuais junto ao governo do Estado. Diante disso, além de condenar o corporativismo baratista, reclamava liberdade de apropriação de castanhais e um novo modelo de concessão. O desabafo foi dirigido ao candidato de oposição para o governo do Pará, Zacarias de Assunção, manifestando a este o seu apoio eleitoral. Para Vergolino, pairava sobre a região de castanhais um clima de infelicidade e insegurança proporcionadas pelo autoritarismo de Magalhães Barata e baratistas. O anunciante, além de reivindicar liberdade de apropriação dos castanhais, atribuía as mazelas da economia regional diretamente aos correligionários do Barata. Conforme Vergolino:

O governo de um Estado pobre e maltratado, só pode estimular em Vossa Excelência os sentimentos de abnegação, únicos, sem injustiças, que podem esclarecer o sacrifício evidente de maiores vantagens para, com o seu nome, a sua presença e o seu trabalho vir ajudar a recompor o desajustamento das coisas públicas neste infeliz pedaço do Brasil. Não lhe digo certamente novidades senhor General, quando afirmo que o maior sofrimento diz respeito a triste e prolongada dominação do senhor Magalhães Barata. As demissões, as transferências impossíveis de obedecer, prisões agressões, sevícias e assassinatos, tributação desigual e cobranças escorchantes, privilégios para os correligionários e perseguição para os desafetos. Esse é o clima em que a custo respiramos para continuar lutando pela vida... Marabá, sr. General, é um dos municípios onde maior a influência do poder público se faz sentir sobre a economia popular. A castanha é o produto base, tanto para o governo como para os particulares. E a quase totalidade dos castanhais pertencem ao Estado, em regime de licenciamentos anuais aos exploradores. O critério destas licenças deveria logicamente ser o respeito pelo ocupante, pelo beneficiador e, sobretudo, pelo desbravador da terra. Hoje não há qualquer critério, e a distribuição passou a ser decidida pelo servilismo, pela adesão negociada, pelo ostensivo favoritismo.⁷³²

O nagibismo na dinâmica eleitoral falava dos castanhais, valendo-se do seu histórico enquanto principal economia do Pará e procurando convencer os interessados no trabalho da castanha a desprezarem os baratistas e votarem nos candidatos da Coligação. Essas pretensões acabavam alimentando as principais argumentações dessa outra forma de manifestar oposição na região sudeste paraense. Fazendo uso de *A Safra*, veículo comum aos componentes da oposição local, Deodoro Machado de Mendonça proferia os seus discursos no mesmo sentido, argumentando que na política dos castanhais Magalhães Barata seria o distribuidor (*Figura 39*). Para Mendonça, o fato representava “um capítulo vergonhoso da história do governo do Pará”.⁷³³ Quando fazia uso da oportunidade, Mendonça direcionava fortes críticas ao então governo pessedista do Estado do Pará, Moura Carvalho, que estaria deixando de cumprir com suas prerrogativas de “chefe do executivo em favor do senador-polícia Joaquim Barata no caso dos arrendamentos de castanhais”.⁷³⁴

⁷³² Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 de julho de 1949, p. 2.

⁷³³ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.

⁷³⁴ *Idem*.

Os castanhais, segundo Deodoro de Mendonça, haviam se tornado armas políticas outrora meio mascaradas, mas que no momento, se revelava um poderoso instrumento baratista. Anunciava Mendonça que cabia ao governador Moura Carvalho proceder livre de sujeições, liberando os arrendamentos de castanhais, pois a política possedista teria abdicado em favor do “inimigo do povo”. Para Mendonça, os castanhais tinham sido transformados, mais do que nunca em instrumentos de submersão, ou Moura Carvalho se “despersonalizava” e desfazia o baratismo na região ou não haveriam castanhais para trabalhar.⁷³⁵



Figura 39: Deodoro Machado de Mendonça. O tema de seu comentário trata da “Política dos castanhais, Barata é o distribuidor, capítulo vergonhoso da história do governo do Pará” e “Boicotada a verba destinada à limpeza dos igarapés”. Fonte: Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949 (capa), Fundação Casa da Cultura de Marabá.

As manifestações expressas em *A Safra* pelas lideranças nagibistas e seguidores mostram que um grupo de antigos beneficiados dos castanhais se mostravam desprovidos de

⁷³⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.

suas fontes de renda e, por isso, posicionavam-se ao lado dos candidatos da Coligação Democrática Paraense, expressando seus mais fortes anseios na corrida eleitoral para 1950. A fala de Deodoro de Mendonça nos proporciona um exemplo dessa afirmativa, sobretudo quando faz menção a uma mudança de comando político nos castanhais nas referidas eleições:

Mas não adianta, os dias do baratismo estão contados e, uma safra de castanha perdida não matará os homens de caráter, os que tem hombridade e coragem de lutar e trabalhar. As indecorosas sociedades político-comerciais de hoje que, com máscara de ferro permite que um ou dois se assenhem de até 11 castanhais há de ser desfeita quando o povo de Marabá, hoje esclarecido e cientificado da patifaria que se tem sustentado no seu voto, pôr ponto final nessa comédia indecente, repudiando os candidatos da traição, os baratistas no pleito de 1950.⁷³⁶

A frente nagibista na campanha eleitoral para as eleições estaduais de 1950 deixou claro seu objetivo: o domínio dos castanhais e seu controle econômico. Para os aliados de Mutran, os castanhais deveriam ser entregues ao controle de “homens independentes e capazes” que pudessem desenvolver a prática econômica da castanha. Para tanto, precisariam derrotar os vestígios do Barata e do baratismo na região. Conforme reivindicações do movimento nagibista:

A política dos castanhais dá-se hoje, para tomar amanhã, de acordo com os caprichos de qualquer chefe político. Os igarapés sem nenhuma limpeza marginal, que venha contribuir para maior facilidade de navegação e conseqüente barateamento do frete. A medida viciada desde os locais de extração até os armazéns desta praça, o não trato dado a castanha extraída, o que permite a sua mais rápida deterioração, somando tudo isso, ao financiamento da venda na folha, constituem as causas locais do fracasso do comércio castanheiro. E, acima de tudo, a política de arrocho econômico dos norte-americanos, os verdugos do povo brasileiro, graças ao seu domínio sobre o governo dócil do senhor Dutra. Que fazer? Se lemos nos jornais que todos os produtos brasileiros, que poderiam ou estão sendo industrializados, estão lançados no index dos magnatas do dólar e condenados a continuarem sendo apenas matéria prima para as indústrias do Polvo do Norte? Que fazer? Lutar, lutar para tirar o Brasil, em 1950, do poder dos capitalistas e entrega-lo a homens independentes e capazes!⁷³⁷

Os desejos de ter acesso aos castanhais e a indignação com relação à política baratista no sudeste do Pará possibilitaram os ataques ao Barata vindos de todos os lados, oriundos dos antibaratistas. O machadista Plínio Pinheiro, por exemplo, atacava a imagem de Barata e dos baratistas, destacando em seus discursos a existência de uma política da omissão com relação aos castanhais. Conforme Pinheiro, “no regime constitucional democrático, é dever dos homens públicos unirem-se para lutarem pelo engrandecimento da nação”. A boa política só se faria “empregando o máximo de suas energias, para que tudo se processasse dentro da órbita democrática”.⁷³⁸ Através do discurso de Pinheiro é possível verificar a angústia do grupo

⁷³⁶ *Idem.*

⁷³⁷ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.

⁷³⁸ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 19 de junho de 1949, n. 63, p. 2.

machadista por não ser atendido pelo governo. Em dois anos de regime constitucional, o “pão continua chochando a moda velha”, situação acompanhada das “prisões absurdas”, “espancamentos”, “criações de cargos com fins protecionistas” e “desvirtuamento do erário público”.⁷³⁹ Plínio Pinheiro reclamava contra o que caracterizava como “o vírus pestilento de Baltazar”, e que teria sido semeado pelo interior do Estado, sugando as últimas energias de um povo combalido.⁷⁴⁰ Os discursos eleitorais do movimento nagibista e machadista falavam em nome dos castanheiros expropriados orientando-os a aderirem às propostas da Coligação e contrariarem o baratismo:

Aos espoliados castanheiros, que a sua atitude não deverá ser de indiferença a campanha eleitoral desse ano. Que não deve cair na sedução desses fraseados insinceros, demagógicos, falsos dos cabos eleitorais de partidos políticos. Deve o eleitor pobre exigir, antes de tudo, o programa dos partidos políticos para Marabá, e o formal compromisso dos candidatos, sobre a execução desses programas. Advirto ao eleitor pobre que, perdida essa oportunidade, ele só terá outra em 1955! A nossa oportunidade, portanto, é essa. Aproveitem!⁷⁴¹

A imposição dos discursos oposicionistas imprimidos pela oposição antibaratista escancarou-se no decorrer das campanhas eleitorais para as eleições de 1950. E anunciava através de *A Safra* que ainda perdurava na consciência do povo as atitudes “covardes e degradantes, nódoa de lama pútrida”, que teria assinalado “a indesejável estadia do senhor Magalhães Barata nesta cidade” de Marabá. Em artigo, a Coligação local atribuía tal retaliação ao ódio provocado pela decepção de Barata com a frustrada recepção, nula e insignificante no sudeste do Pará e pela consagração popular do General Alexandre Zacarias de Assunção na região.⁷⁴²

À medida que se aproximavam as eleições, os ataques veiculados por *A Safra* passaram a não medir palavras a serem usadas na desconstrução da imagem de Barata, do pessedismo e baratismo. No passado, conforme anúncio, Barata “havia cometido, com a cumplicidade de seus desprezíveis asseclas, um crime em grande estilo nazista contra o povo de Marabá”.⁷⁴³ Neste caso, os editores do jornal expunha a indignação da oposição local, em relação à prisão e ao sequestro infligidos pela polícia de Barata a um membro da oposição política local, Domingos Pacheco. Em manchete, alegava que “o povo altivo e indignado mostrou a sua repulsa ao truculento soba”.⁷⁴⁴ Assim, mesmo recorrendo ao “senhor Deodoro

⁷³⁹ *Idem.*

⁷⁴⁰ *Idem.*

⁷⁴¹ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

⁷⁴² *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, n. 67, p. 1.

⁷⁴³ *Idem.*

⁷⁴⁴ *Idem.*

de Mendonça e às autoridades federais” não obteve êxito no pedido de soltura, pois foi alegado que, mesmo na repartição federal “o germe do baratismo também está inoculado na pessoa do chefe da mesma”. Magalhães Barata teria deixado Marabá fazendo permanecer o prisioneiro incomunicável. Diante dessa atitude, o povo de Marabá e região estaria “desaprovando o senhor senador” e, que até a imprensa carioca tratou de se ocupar das violências do baratismo em Marabá. Para os udenistas, a violência promovida pela polícia de Barata teria mudado o cenário da cidade marabaense, merecendo protestos dos representantes oposicionistas.⁷⁴⁵

Não se intimidando nem com as autoridades jurídicas, a oposição ao pessedismo, através de *A Safra*, promoveu outros ataques. Desta vez, acusava o baratista José Cursino, então promotor da região de Marabá, de estar agindo de acordo com os anseios do coronel Barata, anunciando que:

Temos certeza de que, derrubando o baratismo, desentulhando o governo do nosso Estado dessa malta de subservientes de Barata, o senhor Cursino desocupará a promotoria pública, onde, trocando a sua missão de defensor da Justiça Pública pela de simples politiquero. Nem sequer aquilo que o senhor Mario Mazzini diz ser uma das grandes criações do seu chefe Barata, a assistência judiciária, soube, aparentemente, exercer. Que o digam os lavradores da Novilha e os castanheiros ao fim da safra da castanha, nos ajustes de contas com os patrões espertos! E é só! O assunto está encerrado.⁷⁴⁶

O furor dos antibaratistas na prática de desfazer as ações baratistas, sobretudo na campanha eleitoral para as eleições de 1950, chega ao extremo, cobrindo assassinato e atribuindo a ação aos seguidores de Barata. Conforme o jornal udenista, José Cursino de Azevedo, promotor público da comarca de Marabá e o senhor Pedro Carneiro, candidato a vereador naquele município, ambos seguidores de Magalhães Barata, teriam sido responsáveis pela morte do popular Liduino Soares de Almeida. Tanto Cursino quanto Carneiro haviam organizado uma passeata do PSD em Marabá, porém, ao passar em frente à sede da Coligação Democrática Paraense, assistiram “aos vivas ao General Assunção e a Nagib Mutran” e teriam presenciado o povo pronunciando: “É Assunção, Barata não! É Nagib, Vilhena não! [...] Zacarias de Assunção, a marcha para a vitória!”⁷⁴⁷ Frente à manifestação pessedista, Liduino Soares teria respondido ao insulto de um policial, o sargento Alfredo Neves, acompanhante de Cursinho no movimento pró-Barata e teria sido “morto ali mesmo no meio da multidão” pelo mesmo Neves. Liduino, por fazer parte do grupo de seguidores udenistas, os antibaratistas

⁷⁴⁵ *Idem.*

⁷⁴⁶ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 3.

⁷⁴⁷ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 17 de setembro de 1950, n. 118, p. 3.

atacaram, elevando o tom dos discursos dirigidos aos seus opositores, responsabilizando-os pelo referido crime. Segundo a manchete de *A Safra*:

JOSÉ CURSINO DE AZEVEDO, expulso do Maranhão e de Goiás, pelos atos baixos que praticou, somente num regime como o baratismo, poderia achar guarida e ser autoridade! A morte de Liduino foi causada por ele, José Cursino, o autor da ridícula passeata que motivou o desfecho sangrento de que resultou o assassínio frio e covarde de um popular. A vitória da COLIGAÇÃO será a entrega da Promotoria a um homem digno, a um homem que tenha noção de responsabilidade, que saiba honrar tão importante e digna função, a de órgão da justiça pública. No sorriso simiesco desse crápula brilha a dentuça de um covarde agressor dos homens livres! Expulsemos da Promotoria que deslustra, elegendo Zacarias de Assunção governador do Estado.⁷⁴⁸

A oposição direcionava o anúncio convocando “seus iguais, o povo”, para vingarem a morte de um par, votando em Zacarias de Assunção e punindo os baratistas com a derrota nas urnas, “substituindo-os por homens dignos[...], contra os assassinos do trabalhador, o voto do trabalhador”.⁷⁴⁹ O discurso udenista, portanto, se utilizou da morte de Liduino para convocar às eleições, a vingança contra os assassinos seria o voto em Assunção e a derrota de Barata e baratistas. Para os coordenadores de *A Safra*, mataram um trabalhador e, por isso, todos os outros precisavam agir em favor da Coligação, o veredito do povo seria ignorar os baratistas nas eleições de 1950, conforme discurso:

CASTANHEIRO, operário, trabalhador da enxada, arrendador de castanha, marinheiro, proletário de Marabá. O sangue de Liduino Soares de Almeida, o companheiro abatido pelas balas assassinas do sicário baratista Alfredo Neves, pede vingança! Mas a vingança nossa será a derrota do baratismo nas urnas. O nosso voto será a arma mais terrível contra os bandidos do situacionismo. Porque a vitória da Coligação será a libertação do Pará e de Marabá do julgo desses criminosos. Vitoriosa a Coligação, os cargos públicos de responsabilidade irão para as mãos dos homens dignos e, esses criminosos políticos, serão julgados pelo tribunal popular! ÀS URNAS, PROLETÁRIOS! ÀS URNAS UNIDOS NUM SÓ IDEAL: EXPULSAR DO PARÁ O BARATISMO NEFANDO E SÓRDIDO!⁷⁵⁰

O fato teria sido divulgado pelo jornal *A Safra* três dias após a publicação, pela *Folha do Norte*⁷⁵¹ na capital paraense, da morte de um estudante secundarista durante confrontos entre manifestantes udenistas e a polícia estadual.⁷⁵² A oposição teria, de imediato, acusado os baratistas pela fatalidade. As publicações tratavam-se de uma utilização política do fato, já que o velório do rapaz foi também explorado ao máximo do ponto de vista eleitoral, coroando a imagem de truculência que a oposição vinha tentando associar à figura de Barata e

⁷⁴⁸ *Idem.*

⁷⁴⁹ *Idem.*

⁷⁵⁰ *Jornal A Safra*, Marabá, Pará, 17 de setembro de 1950, n. 118, p. 3.

⁷⁵¹ Nos referimos a uma propriedade do jornalista Paulo Maranhão, desafeto declarado de Barata.

⁷⁵² O argumento faz referência à morte do estudante Osvaldo de Caldas Brito, em manifestação em Belém, conforme a *Folha do Norte*, contra o baratismo e em favor de Assunção.

de seus correligionários por meio das manchetes.⁷⁵³ Segundo manchete da *Folha do Norte* acerca da cobertura do cortejo fúnebre:

Incompatível multidão acompanha o pequeno mártir a sua última morada. Como decorreu o comovente enterro da mais recente vítima do baratismo – diante do túmulo de Osvaldo de Caldas Brito diversos oradores se fizeram ouvir – acompanhou todo o préstimo fúnebre o General Assunção.⁷⁵⁴

Já com referência ao acontecimento em Marabá, as primeiras reações jurídicas contra o Promotor José Cursino de Azevedo haviam feito o mesmo mudar seu posicionamento partidário. O “Cajado” já tinha demonstrado arrependimento por ter se “conluiado com os baratistas”, alegando ter sido vítima da política. Um “popular repórter” de *A Safra* havia revelado “ter assistido os primeiros berros do ‘Cajado’ no terraço da prefeitura” e o caracterizava de “locutor do PSD, o promotor transviado, o urdidor de golpes e provocações”. E conclui: “Quem espalha ventos, colhe tempestades, foi o que fez ‘Cajado’”.⁷⁵⁵

Quanto aos resultados das eleições para governador do Pará em 1950, o General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (PSD) acabou acumulando 93.287 votos, contra 92.992 votos do opositorista General Alexandre Zacarias de Assunção da Coligação Democrática Paraense. Por conta desse resultado, o Tribunal Regional Eleitoral designou para o dia 28 de janeiro, do ano seguinte, a realização de eleições suplementares para o mesmo cargo. Nas eleições suplementares constituiu-se a derrota de Magalhães Barata com diferença de cerca de 582 votos: Assunção, com 94.794 votos e Barata com 94.212. Ficou caracterizada a vitória das lideranças políticas unidas em torno da Coligação.⁷⁵⁶ Os efeitos políticos e econômicos nos castanhais do sudeste do Pará foram sentidos ao longo da nova administração estadual e federal como veremos a seguir.

5.2. A promoção do comércio livre por Nagib Mutran

Segundo informações contidas no jornal *A Safra*, mesmo com a eleição de Antônio Vilhena de Souza do Partido Social Democrático (PSD) à prefeitura municipal de Marabá em

⁷⁵³ BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. **Justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/1986)**. Belém. Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas da UFPA, 2012, p. 36.

⁷⁵⁴ Jornal *Folha do Norte*. 16 de setembro de 1950.

⁷⁵⁵ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 10 de outubro de 1950, número 12, p. 1.

⁷⁵⁶ PODER JUDICIÁRIO. Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Resultados das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém-Pará, 2008, p. 24.

1950, o real favorecido político foi Nagib Mutran com seus projetos para os castanhais do sudeste paraense. Em função do grande empenho em favor de Zacarias de Assunção nas eleições estaduais daquele ano, Nagib Mutran adquiriu o direito a indicar nomes para o provimento de cargos públicos estaduais no município de Marabá. A lista de nomes indicados foi orientada pelo próprio governador Assunção, que recomendou a inclusão de indivíduos “de todas as facções partidárias que constituíram a Coligação Democrática” local. Porém, os nomes indicados aos cargos públicos estaduais em Marabá compunham o grupo de Nagib Mutran, deixando de fora os correligionários de Deodoro de Mendonça: José Oscar de Mendonça Vergolino e Plínio Pinheiro, por exemplo. Entre as indicações de Mutran aos principais cargos da receita estadual no sudeste do Pará estavam Augusto Bastos Morbach e Alfredo José Chuquia para Coletores de Rendas do Estado, além de Francisco Souza Ramos e João Maria Barros, respectivamente para adjunto de promotor e escrivão da Coletoria de Rendas do Pará.⁷⁵⁷ Assim, as intervenções de Mutran na política do sudeste do Pará, sob o consentimento do então governo do Estado Zacarias de Assunção, criaram as possibilidades necessárias para reestruturação dos castanhais da região. A mudança na estrutura de funcionamento dos castanhais se deu de acordo com o modelo reivindicado por Mutran durante todo o período de influência baratista. Tratava-se da promoção do livre comércio da castanha e apropriação de castanhais.

Perante todas essas mudanças que favoreceram à indústria dos castanhais fora instituído, logo em 1951, o órgão fiscalizador: a Frente Democrática de Marabá. A instituição foi pensada para o município a fim de compelir o governo estadual e a administração municipal “a tomarem atitudes e decisões concretas quanto a adoção do hectolitro legal como única medida no processo de compra e venda da castanha”.⁷⁵⁸ A legislação tratava-se de um estímulo à produção da amêndoa, tendo em vista ser uma reivindicação antiga dos seus produtores, o uso da medida padrão do hectolitro. O que estava em questão não era o simples desejo de combater o sistema de medidas que excedia o hectolitro, prática rotineira na região, mas a necessidade de elevar o índice de coleta e exportação de castanha. A Frente Democrática, além de tudo, reivindicava a devolução dos castanhais de servidão pública diretamente aos castanheiros extratores residentes nas respectivas áreas; determinava a obrigatoriedade de pagamento, pelos padrões, de no mínimo 50% do valor do hectolitro aos castanheiros extratores. Além de tudo, a Frente Democrática reivindicava junto ao governo do Pará “a desapropriação, por utilidade pública de todos os castanhais de propriedade do Estado localizados às margens dos rios

⁷⁵⁷ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 3 de abril de 1951, p. 4.

⁷⁵⁸ Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 5 de junho de 1951, p. 4.

Tocantins e Itacaiúnas” e, conseqüentemente, a anulação das concessões de terras de castanhais realizadas próximas à sede municipal e distrital de Marabá.⁷⁵⁹

Com o consentimento do governo estadual, Mutran passou a intervir na dinâmica de produção dos castanhais da região, quando possibilitou a criação do Fundo de Assistência a Castanha, em 1953. O Fundo consistia em uma permanente reserva financeira para assessoramento na coleta da castanha e apoio à sua logística. Conforme o proposto nos artigos do referido projeto, estava estabelecido a partir da sua promulgação, a criação de reserva financeira para o investimento na produtividade da castanha. A proposta apresentada destinaria 10% da tributação da castanha à melhora de “suas condições de transporte, beneficiamento, comércio e industrialização”.⁷⁶⁰ O poder executivo municipal ficava autorizado a movimentar esse fundo com serviço de desobstrução de rios, igarapés e construção de estradas a fim de facilitar o acesso aos castanhais de exploração, bem como, o escoamento da castanha. O prefeito municipal na região de castanhais também passaria a ter autonomia para articular-se com os serviços federais, levando em conta o amparo, defesa e fomento da produção de castanha. Ficariam responsáveis às Secretarias de Estado de Economia e Finanças, Terras e Viação em apresentarem, em no máximo 60 dias, a partir da promulgação da legislação, um plano de aplicação do fundo de assistência à castanha.⁷⁶¹

Com Zacarias de Assunção no governo paraense foram atendidas, não necessariamente as reivindicações dos membros da Coligação Democrática Marabaense, mas em especial às pretensões de Nagib Mutran com relação aos castanhais do sudeste do Pará. Um dos maiores exemplos desse favorecimento foi a Lei 913 de 1954, sancionada por Assunção possibilitando mudanças nas regras de concessão e aquisição das terras de castanhais. A Lei 913 tornou oficial a apropriação de terras mediante o “aforamento perpétuo, o que havia sido extinto em 1930, com a instituição da Interventoria de Magalhães Barata. Ela também garantiu a apropriação real e permanente dos castanhais, justamente o que faltava ao Mutran e correligionários para dirigirem a economia castanheira no sudeste paraense.

Com a lei 913, a área máxima de arrendamento foi aumentada para sete mil hectares, podendo ser ampliada para dez mil hectares quando se referia aos comerciantes que beneficiavam o produto nas regiões de castanhais do Pará. A lei 913 ampliou o prazo de arrendamento para cinco anos, com direito a renovação na forma de aforamento perpétuo”.⁷⁶²

⁷⁵⁹ *Idem.*

⁷⁶⁰ Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, maio de 1956, n. 1 p. 05.

⁷⁶¹ *Idem.*

⁷⁶² KITAMURA, Paulo Choji e MÜLER, Carlos Hans. **Castanhais nativos de Marabá-Pa: Fatores de depredação e bases para sua preservação.** Belém. EMBRAPA-CPATU, 1984, p. 14.

Com essa legislação poucos lotes não foram adquiridos no sudeste do Pará, “por empresários regionais e sob a dominação de castanhais de serventia pública”, já que a 913 dava prioridade aos arrendatários anteriores.⁷⁶³ Em Marabá e localidades vizinhas, por exemplo, “uns 10 castanhais, totalizando uma área de 48.795 hectares passaram, nessa época, à propriedade privada, através de compra direta ou através de aforamento”.⁷⁶⁴

Com a vitória da Coligação Democrática Paraense nas eleições suplementares em 1951, os castanhais foram cada vez mais sendo apropriados pelos reais interessados na economia da castanha no sudeste paraense. O resultado foi o controle dos castanhais e a sua reestruturação econômica, porém, o município de Marabá continuou enquanto principal referência econômica na produção da castanha, descrita assim pela mídia local e regional. Com novas intervenções a produção de castanha na região sudeste do Pará chegou a mais de 50% de toda a produção estadual. Dos 13.775.950 quilos produzidos no ano de 1954 em todo o Estado, 7.407.300 correspondeu a produção no sudeste paraense.⁷⁶⁵ A apropriação intensa e, imediatamente após a posse de Assunção de vastas áreas de castanhais, mostrou ainda uma importância dada aos territórios da castanha.

Assim, a partir de 1951, constituiu-se uma nova etapa na produção dos discursos no sudeste do Pará. A região foi direcionada a outros anseios políticos e econômicos. Com novas lideranças políticas no sudeste do Pará, indivíduos bem conhecidos no comércio da castanha e na apropriação de castanhais, como os que compunha grupo político de Nagib Mutran, romperam com o modelo uno de exportação da castanha para os Estados Unidos, o que havia sido mantido com os baratistas. Foram abertas possibilidades de investimentos em outros mercados, como o inglês, por exemplo. Conforme registro do jornal *A Província do Pará*:

A Associação Comercial do Pará recebeu telegrama oficial, por ter sido liberada pelo governo inglês de toda e qualquer quantidade de castanha da Amazônia [...] apesar de ter sido ventilado no parlamento britânico que verificou pelas informações de departamentos técnicos, conter a nossa castanha abundância de vitamina A e B, particularmente indicada para a alimentação das crianças e por isso determinou que fosse liberada a importação desse produto.⁷⁶⁶

A reabertura do mercado inglês e também alemão à exportação da castanha, feita a partir de 1950, teve como objetivo libertar os exportadores de castanha do Pará de uma

⁷⁶³ ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975, p. 13.

⁷⁶⁴ EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 79.

⁷⁶⁵ Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, maio de 1953, n. 2 p. 01.

⁷⁶⁶ Jornal *A Província do Pará*, 07 de março de 1950, p. 16.

situação de submissão comercial. Já que desde 1945, Magalhães Barata havia permitido a continuidade do acordo de Washington que havia sido firmado entre o governo brasileiro e norte-americano a fim de manter uma relação de compra e venda da borracha amazônica. Ou seja, no decorrer dos governos baratasistas os exportadores de castanha do Pará estiveram submissos ao mercado dos Estados Unidos da América do Norte.⁷⁶⁷ Assim, os estadunidenses assumiam uma posição privilegiada na fixação dos preços do produto, o que desvalorizava cada vez mais, concorrendo com tantos outros problemas determinantes para o decréscimo econômico paraense. As mudanças nas rotas de exportação fizeram com que “da noite para o dia a tabela de venda da castanha (subisse) de 150 cruzeiros para 400 e 500”.⁷⁶⁸



Figura 40: Revista *Itatocan*, primeira edição em outubro de 1952 (capa). Fonte: Fundação Casa da Cultura de Marabá.

De acordo com a revista local *Itatocan* (Figura 40), com base nas fontes do então Departamento Estadual de Estatística, no ano de 1954 o Estado do Pará estava dividido em oito

⁷⁶⁷ Jornal *A Província do Pará*, 07 de março de 1950, p. 07

⁷⁶⁸ Jornal *A Província do Pará*, 07 de março de 1950, p. 07

prioritárias zonas produtoras de castanha: Guajarina, Marajó, Tocantina, Itacaiúnas, Planalto, Xingu, Baixo Amazonas e Tapajós. O total da produção de castanha atingido por essas zonas foi de 13.775.950 quilos, totalizando um valor comercial de Cr\$ 139.358.798,00 (cento e trinta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e setecentos e noventa e oito cruzeiros). Dessas somas, a zona do Itacaiúnas compreendendo apenas os municípios do sudeste paraense de Marabá e Itupiranga, foram responsáveis por mais de 50% da produção, extraindo 7.407.300 quilos. Dessa quantidade 498.100 quilos foram produzidos por Itupiranga.⁷⁶⁹ Trezentos e vinte e sete despachos e viagens de barcos-motores castanheiros, em 1952, tiveram origem nos territórios de Marabá com destino aos portos de Tucuruí e Belém. Foram somados cerca de 62.158 hectolitros de castanha, rendendo ao município marabaense 1.148.937,30 (Um milhão cento e quarente e oito mil novecentos e trinta e sete cruzeiros e trinta centavos).⁷⁷⁰

Ainda com relação às mudanças promovidas aos castanhais do sudeste do Pará, imprimidas pela nova administração estadual a partir de 1951, segundo dados da então Contadoria da Prefeitura de Marabá, o município exportou no ano de 1955, 152.390 hectolitros de castanha. Esse aumento da coleta e exportação do produto resultou em “aproximadamente 9.143.400 quilos”, no valor comercial de Cr\$ 95.553.551 (noventa e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e quinhentos e cinquenta e um cruzeiros), ou seja, produziu “1.736.100 a mais em relação ao ano anterior, “superando o ano de 1954, em Cr\$ 21.490.937” (vinte e um milhões, quatrocentos e noventa mil e novecentos trinta e sete cruzeiros). As maiores empresas exportadoras em 1955 foram: Nelito e Cia., com 24.191 hectolitros; Nagib Mutran e Cia., com 14.970; Benjamin Mutran, com 12.214; Nilce Gonçalves Chuquia, com 10.507; Pedro Carneiro e Cia., com 10.207; Antônio Saliba e Cia., com 8.652; José Vergolino e Irmão, com 6.786; Nagib Chamon, com 6.422; Silvio Abade, com 5.873; José Ribamar Ribeiro Lopes, com 5.813 hectolitros.⁷⁷¹ Em 1964, os Mutran e correligionários apareciam como principais latifundiários da castanha, comandando cerca de 131.332 hectares de terras aforadas pelo Estado, “o que correspondia a 21,4% da área total aforada no município de Marabá e entorno”.⁷⁷²

Os comerciantes de castanha que mais apareceram nas guias de embarque e nos seus respectivos requerimentos, entre o final da década de 1940 e meados de 1950, foram os irmãos Nagib e Benedito Mutran que, em 1952 e 1953 movimentaram juntos 7.821 hectolitros de castanha, além de Tufi Mutran, Antônio Saliba e Companhia, Nagib Chamon, Pedro

⁷⁶⁹ Revista *Itatocan*. Marabá, Pará, maio de 1955, n. 2, p. 01.

⁷⁷⁰ Revista *Itatocan*. Marabá, Pará, maio de 1952, n. 2, p. 22.

⁷⁷¹ Revista *Itatocan*. Marabá, Pará, maio de 1955, n. 2, p. 01.

⁷⁷² *Idem*.

Carneiro, Bichara June.⁷⁷³ Desde os anos de 1950, sobretudo os Mutran tentaram deter o controle do poder local e, ao mesmo tempo em que consagraria sua força econômica, facilitaria ainda a expansão de seus castanhais.⁷⁷⁴ A liberdade na apropriação de castanhais, portanto, havia se tornado fato consumado na região sudeste do Pará. As reivindicações de Nagib Mutran foram atendidas e amparadas por legislações estaduais e municipais, como já apresentado. Com isso, os sentimentos nostálgicos sobre a economia da castanha que caracterizavam o nagibismo se desfizeram, pois não se tratava mais de desejar benefícios do passado, a apropriação e controle econômico dos castanhais tornou-se realidade. Porém, o aumento da produtividade da castanha se deu paralelo à sucessiva desconstrução do valor simbólico empregado aos castanhais da região pelos anseios políticos oposicionistas e seus veículos de comunicação. Àqueles percebidos no decorrer do domínio político baratista. O que percebemos no período após 1951 foi o sucessivo controle econômico dos castanhais do sudeste do Pará pelo grupo de Mutran, seguido de uma acomodação com relação a valorização da castanha como representação de riqueza. No momento, não houveram outros grupos que desejassem e exaltassem os castanhais da região a ponto de associá-los a “ouro pardo”. Com isso, aos poucos os castanhais do sudeste do paraense foram deixando os noticiários, mesmo com efetiva produtividade. Tudo isso, pela falta de uma oposição que questionasse a sua vigente estrutura de funcionamento, lhes propusesse outros modelos políticos e os elevasse como principal economia regional. Os castanhais do sudeste do Pará, antes insistentemente ecoados através das mídias oposicionistas como representação de grandes riquezas, haviam se constituído restritos ao controle de um grupo conformado com suas conquistas e, por isso, foram silenciados.

As bases de dados para os argumentos sobre a elevação econômica dos castanhais após as eleições de 1951, foram tomadas de registros publicados em periódicos da época. Levando em consideração que, de fato, as publicações estaduais e do sudeste paraense, de 1945 até 1964, expuseram a dinâmica político do referido período. Entre 1945 e 1951, às publicações retrataram uma conjuntura cujas características estiveram repletas de rivalidades políticas em função da corrida por espaço e também de influência promovida por ideologias partidárias e grupos políticos recém-formados, além da procura de domínios eleitorais. Entre 1951 e 1964, as oposições políticas no sudeste paraense não aparecem na imprensa local e, portanto, às publicações do período ratificam isso. A revista *Itatocan*, por exemplo, lançada em outubro de 1952 e extinta em 1956, representou um conjunto de vozes políticas e econômicas, além de

⁷⁷³ Ofício número 44, da Prefeitura Municipal de Itupiranga para o coletor das rendas federais em Marabá, informações enviadas em 3 de julho de 1953.

⁷⁷⁴ EMMI. *Op. Cit.*, p. 96-97.

opiniões oriundas de agentes antes rivais, mas que passaram a ser apresentados pela revista apenas associados às benfeitorias na região de castanhais. O mensário *Itatocan* constituiu-se em publicações ecléticas, patrocinadas por comerciantes abastados em Marabá e Itupiranga e personalidades políticas de diferentes partidos. A característica panfletária da revista construiu uma dinâmica de exaltação dos aspectos e acontecimentos, sobretudo de Marabá e Itupiranga. As publicações de *Itatocan* eram expressas em forma de poemas, feitos políticos, econômico, comerciais, lazer, esporte, religião, eventos culturais e abertos elogios aos seus patrocinadores.

À primeira vista, uma revista que priorizava em suas publicações o público do sudeste paraense, os projetos de infraestrutura em uma tentativa de mostrar um suposto progresso. Sem restrições visíveis a *Itatocan* abriu espaço, tanto para indivíduos outrora correligionários de Magalhães Barata, quanto para os comerciantes de castanha ligados à superada Coligação política local. Dizia-se de um “magazine periódico” dirigido pelo jornalista e comerciante em Marabá Augusto Bastos Morbach, ex-secretário do jornal *A Safra*, porém, em seu jornal, eram cedidos espaços ao advogado José Cursino de Azevedo e ao jornalista João Correa da Rocha, estes outrora editores do jornal baratista *Marabá*. O nome *Itatocan* foi uma alusão à bacia hidrográfica Tocantins-Itacaiúnas que, conforme os seus criadores, teria sido a responsável pelo povoamento do sudeste paraense e pelo desenvolvimento da região.

Outro fator contribuinte para a mudança política e econômica dos castanhais do sudeste paraense foi o fato de o governo de Zacarias de Assunção (1951-1955) desenvolver-se paralelo às novas políticas pensadas para a intervenção em territórios amazônicos. O marco dessas pretensões foram os pronunciamentos do então presidente da República, Getúlio Vargas em governo de 1950 a 1954. Dizia ele em 1951 que, “todos os aspectos da vida amazônica tem que ser disciplinados em um conjunto, que há de ser o Plano de Valorização da Amazônia”. Tratava-se, segundo Vargas, de uma obra técnica, cujo planejamento exigia a mobilização de especialistas bancados com fundos estaduais e federais.⁷⁷⁵ Com relação ao extremo norte, fundamentada na economia extrativa mereceria incentivos e medidas de amparo a produção de castanha, por exemplo. Para tanto, o Banco de Crédito da Amazônia constituiria em órgão financeiro por excelência do empreendimento.⁷⁷⁶ Propunha-se, em princípio, a constituição de um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinadas a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de

⁷⁷⁵ VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Subsídios para seu planejamento. Relatório e principais contribuições da Conferência Técnica sobre Valorização Econômica da Amazônia. Rio de Janeiro, 1954, p. 3.

⁷⁷⁶ VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Subsídios para seu planejamento. Relatório e principais contribuições da Conferência Técnica sobre Valorização Econômica da Amazônia. Rio de Janeiro, 1954, p. 7.

troca. O plano caracterizava-se em ação expansionista, as bases políticas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O Plano previa o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação visando maior produtividade no trabalho e maior rendimento líquido, além do apoio à produção extrativa da floresta tendo em vista às peculiaridades econômicas locais.⁷⁷⁷

As pretensões do projeto para a integração de territórios amazônicos superavam os aspectos políticos e territoriais, visavam também, o desenvolvimento de políticas migratórias, observando as correntes de população que mais convinham à cada local. Tudo isso, a fim de estabelecer a “regeneração física e social das populações da região pela alimentação, a saúde, a educação e o ensino”. O Plano visava a construção de núcleos rurais permanentes e o desenvolvimento da produção econômica.⁷⁷⁸ Porém, em um longo prazo, o esforço para povoar e desenvolver a Amazônia deveria se fazer não mais no sentido extrativista, uma característica do passado, e sim sob a forma de núcleos populacionais com tarefas sedentárias, priorizando as vias de locomoção, seja fluviais ou terrestres.⁷⁷⁹

A perspectiva expansionista pensada para o interior paraense persistiu no período posterior ao governo de Assunção, desta vez com Magalhães Barata (1956-1959), empossado como governador do Estado em 10 de junho de 1956, conforme anunciou o jornal *A Notícia* (Figura 41).⁷⁸⁰ O quinzenário marabaense que noticiou a posse do governador Barata ao sudeste paraense foi uma criação do comerciante e jornalista João Corrêa da Rocha. Acreditamos que, por ser uma característica do período, o jornal *A Notícia* não expunha posicionamento político partidário. Pelo contrário, unia em suas publicações textos escritos por diversas lideranças na região de castanhais. O perfil de suas publicações estavam relacionados à exposição e exaltação da infraestrutura, sobretudo, da cidade de Marabá, o comércio de exportação local, além da reivindicação de benefícios estruturais para aquele município. Tanto o quinzenário *A Notícia* quanto o mensário *Itatocan* são representações de um período sem significativas disputas políticas que se assemelhassem ao período de 1945 a 1951. Nas publicações verificadas estiveram em destaque, predominantemente, a apresentação da região sudeste paraense, destacando os personagens contribuintes com o desenvolvimento local e criticando os que haviam deixado de contribuir.

⁷⁷⁷ PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. *Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953*. Belém-Pará, 1960, p. 3.

⁷⁷⁸ PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. *Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953*. Belém-Pará, 1960, p. 4.

⁷⁷⁹ SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. *Curso de Planejamento Regional*. Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1955, p. 20-21.

⁷⁸⁰ Jornal *A Notícia*. Marabá, Pará, 10 de junho de 1956, p. 1.

A nova conjuntura política iniciada em 1956, apresentava Magalhães Barata que, depois de quase 26 anos em que havia iniciado a sua primeira Interventoria, novamente reassumia o cargo de governador do Estado do Pará no dia dez de junho daquele ano, após ter vencido nas urnas o candidato udenista Epílogo de Campos.⁷⁸¹ Magalhães Barata, personagem de uma trajetória política que teve início com a primeira Interventoria paraense, entre 1930 a 1935, indicado para o cargo novamente como interventor, entre 1943 e 1945, foi eleito em 1955 e empossado no ano seguinte, se mantendo no governo paraense até sua morte em 29 de março de 1959.⁷⁸²



Figura 41:Jornal *A Notícia*, propriedade do jornalista João Corrêa da Rocha. Marabá, de 10 de junho de 1956 (capa). Anuncia a posse, como governador paraense, do “General Magalhães Barata”. Fonte: Fundação Casa da Cultura de Marabá.

⁷⁸¹ QUINTILIANO, Aylton. **Grão-Pará: Resenha histórica.** Belém, 1963, p. 214.

⁷⁸² DIÁRIO OFICIAL. República Federativa do Brasil – Estado do Pará. **A História no Diário Oficial.** Ano CXIX, número 31.753. Belém-Pará, quinta-feira 16 de setembro De 2010.

O fato de nos reportarmos ao terceiro mandato de Barata à frente do governo paraense está relacionado a nossa pretensão em analisar o tratamento dado à região de castanhais do sudeste do Pará naquele período posterior ao governo de Assunção. Além de tudo, relacionar o terceiro governo de Barata com o domínio dos territórios de castanhais e economia da castanha que se seguiram com Nagib Mutran. Verificamos, que não houveram interrupções nos projetos empregados à região a partir de 1951. Logo, o intervencionismo baratista, característica dos outros governos do Barata não foi verificado nos castanhais. Assim, procuramos conhecer a dinâmica de funcionamento dos castanhais a partir da interpretação das atitudes de Barata para com a região, enquanto governador. Verificamos de início que este terceiro governo estava imerso em um contexto político peculiar, mais concretamente, no projeto desenvolvimentista do governo federal sob a égide do também pessedista Juscelino Kubitschek (1955-1960).⁷⁸³ A base para o funcionamento do projeto era o capital privado nacional e internacional. Diante da constatação, levantamos algumas indagações: Qual seria a relação entre o governo de Barata e a “política de metas” de Kubitschek? Barata teria se comportado diferente em seu terceiro governo? Como os castanhais do sudeste do Pará funcionaram no terceiro governo de Barata a ponto de favorecer o expansionismo de Mutran?

No seu terceiro governo como tudo indica, Magalhães Barata optou por desenvolvê-lo de acordo com a política vigente em nível nacional, seguindo o modelo desenvolvimentista proposto pelo governo de Juscelino Kubitschek. Segundo o pesquisador Aylton Quintiliano, o projeto de Kubitschek tratou de dar ênfase a urbanização, industrialização e infraestrutura em transporte com suporte do capital internacional. Para ele, trilhando os caminhos do desenvolvimento sugerido pelo presidente da República, Barata procurou realizar, com a ajuda da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, vários empreendimentos no Estado. As ações desse último governo de Barata caracterizaram-se pelo investimento em novas formas de produção econômica, como agricultura e pecuária, além do abandono à tradição extrativista no Estado paraense.⁷⁸⁴ De acordo com o que demonstra o historiador Pere Petit, o período foi marcado pelo projeto de integração da região norte que consistia nas concessões de terras devolutas pelo governo do Pará aos grandes proprietários. A atitude objetivava a implementação da agricultura e pecuária, fato este em constante evolução entre a segunda metade da década de 1950 e início de 1960.⁷⁸⁵

⁷⁸³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995, p. 425.

⁷⁸⁴ QUINTILIANO. *Op. Cit.*, p. 214.

⁷⁸⁵ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 74.

De acordo com Otávio Guilherme Velho, o aumento da produção agrícola e pecuária na região sudeste do Pará, constituiu-se em um fenômeno do qual a abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010) foi uma medida importante para seu reconhecimento como “frente de expansão”.⁷⁸⁶

A relação entre as atitudes políticas de Barata nesse terceiro governo e o Plano de Metas⁷⁸⁷ de Juscelino Kubitschek revela uma mudança na personalidade política do líder pessedista paraense. A falta de intervenção de Barata na região sudeste do Pará impactou na dinâmica social e espacial dos seus castanhais. O comportamento de Barata em seu terceiro governo, favoreceu às pretensões de Nagib Mutran com relação a posse contínua de terras de castanhais e livre comércio da castanha. Se o modelo econômico predominante no período entre 1956 e 1960 foi o desenvolvimentismo como as características apresentavam, entre outras, a integração da Amazônia, então esteve de acordo com as reivindicações de Nagib Mutran, seus seguidores e coligados políticos locais. Tanto é, que a conjuntura político do período coincidiu com a eleição do líder udenista à prefeitura da cidade de Marabá em 1958, superando o candidato pessedista Marin de Queiroz. O governo de Mutran permaneceu até 1962, justamente quando foi também eleito deputado estadual. Porém, acusado de corrupção, Mutran teve seu mandato e direitos políticos cassados e, por isso, impedido de atuar diretamente na política estadual.⁷⁸⁸ As influências de Mutran e de seu grupo no sudeste do Pará no decorrer da década de 1950, revelam que não houveram intervenções significativas de Barata na região de castanhais durante seu terceiro governo. Este governo que se mostrou inerte com relação aos castanhais e diferente dos anteriores. Conforme José Queirós Carneiro, durante seu terceiro governo, Barata teria estado à frente das articulações eleitorais do PSD regionais e nacionais.⁷⁸⁹ Lucia Hippolito, por sua vez, argumenta acerca de uma cisão na estrutura do partido, entre os “raposas”, representações das oligarquias regionais e os “reformistas” ou “ala moça”, defensores de uma renovação nos métodos políticos pessedistas. Com relação a essa última característica, os posicionamentos visavam uma adequação “às novas realidades que começavam a despontar no país na segunda metade de 1950”.⁷⁹⁰ Magalhães Barata e Kubitschek faziam parte desta.⁷⁹¹ Ainda segundo Hippolito, em 1958 o pessedismo teria sofrido

⁷⁸⁶ VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. p. 118.

⁷⁸⁷ O plano político-econômico consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infraestrutura rodoviária, hidrelétrica, aeroportuária e industrial.

⁷⁸⁸ PETIT. *Op. Cit.* p. 197-198.

⁷⁸⁹ CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, UNICAMP, 1991, p. 100.

⁷⁹⁰ HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 201.

⁷⁹¹ Jornal *O Liberal*, 03 jan. 1947 (capa).

uma série de derrotas na Câmara e no Senado, além de ter tido fraco desempenho nas eleições para os governos estaduais, sendo derrotado em Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina e Pará.⁷⁹²

O envolvimento de Magalhães Barata nas estratégias políticas do PSD e a sua descaracterização enquanto baratista contribuíram, ao que parece, para um número reduzido de pesquisas relacionadas ao seu terceiro governo. O que temos percebido é que há uma hierarquização nos enfoques referentes à trajetória política de Barata, sendo dada uma maior ênfase à sua primeira Interventoria, seguido de menor interesse pela segunda e de um silêncio quase que total quando a reflexão se refere ao perfil e comportamentos do líder pessedista entre 1956 e a sua morte em 1959. E, se tratando da segunda metade da década de 1950, a estratégia de desenvolvimento proposta por Kubitschek apresentava uma nova dinâmica para o país. De acordo com a pesquisa de Otávio Soares Dulci, com relação ao que pode ter influenciado também no comportamento político de Barata, o novo aspecto político nacional representou uma alteração crucial nas bases do populismo. Por isso, na medida em que a interiorização das decisões econômicas deixava de inspirar as diretrizes do Estado, “o nacionalismo getulista, um dos esteios da aliança no poder, já não encontrava correspondência no plano concreto”.⁷⁹³

Conforme argumenta José Queirós Carneiro, foi com o apoio de Juscelino Kubitschek e, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, que Magalhães Barata procurou imprimir ao Pará “uma administração compatível com os novos tempos”.⁷⁹⁴ Na interpretação de Queirós Carneiro, Barata envolveu-se ao extremo com as causas políticas do Partido Social Democrático, em indicações e campanhas para a prefeitura de Belém e cadeiras parlamentares federais e estaduais, o que também teria feito fluir no território paraense os projetos modernizadores do então governo central.⁷⁹⁵

Ainda sobre a conjuntura política em análise, o historiador Boris Fausto analisou o governo de Juscelino Kubitschek, partindo do Plano de Metas pensado para diversos setores do país. O programa tratava de pesados investimentos nos setores energéticos, de transportes, alimentação, indústria de base e a construção de Brasília. A dinâmica empregada sintetizava uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada e o capital estrangeiro, a fim de promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Com isso, conforme Fausto, o termo nacional-desenvolvimentismo teria substituído o nacionalismo

⁷⁹² HIPOLITO. *Op. Cit.*, p. 235-236.

⁷⁹³ DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986, p. 142.

⁷⁹⁴ CARNEIRO. *Op. Cit.*, p. 102.

⁷⁹⁵ CARNEIRO. *Op. Cit.*, p. 99.

característico dos governos Vargas e barata. O Plano de Metas acabou tendo resultados impressionantes, sobretudo no setor industrial, defende Fausto. No período entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial cresceu em 80% e, entre 1957 e 1961, o Produto Interno Bruto – PIB, teria tido um resultado três vezes maior do que no resto da América Latina.⁷⁹⁶

A política federal que engendrou, de certa forma, o desenvolvimento industrial e energético, a urbanização, o fortalecimento das camadas médias, a modernização administrativa e a “descoronelização” da prática política repercutiu na região de castanhais do sudeste do Pará através do investimento em agricultura e, sobretudo, na pecuária. O investimento em pastos e em campos para cultivo se deram às custas da derrubada e queima da floresta. Conforme Violeta Refkalefsky Loureiro, entre 1956 e 1965, um total de 250 castanhais com dimensões de 3.600 hectares cada um, haviam sido concedidos a empreendedores nacionais e internacionais. Assim, defende Loureiro, ao lado de milhares de trabalhadores, produtores diretos, uma minoria privilegiada “concentrou em suas mãos enorme riqueza natural e social que lhe foi transferida gratuitamente pelo Estado, após confiscá-la da população mais pobre”.⁷⁹⁷ A possibilidade de integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional, proporcionado pela “abertura da estrada Belém-Brasília provocou uma forte pressão sobre as terras amazônicas, em especial sobre o Pará, Estado que se transformaria em porta de entrada para a região”. Sob a pressão dos grupos econômicos, o governo estadual teria acelerado as concessões de terras públicas disponíveis.⁷⁹⁸

Com a legitimação do controle ininterrupto de territórios de castanhais por parte de grupos abastados da região ou não, acelerou um processo de transferência de terras públicas e devolutas ao controle de particulares e, conseqüentemente, os diversos usos de recursos naturais. A apropriação legal dos castanhais com a Lei 913 de 1954, através de aforamentos aumentou sucessivamente na segunda metade da década de 1950, justamente durante o terceiro governo de Magalhães Barata. Isso demonstra a associação à política desenvolvimentista vigente. É de fato incontestável a relação entre a mudança de postura econômica na região sudeste do Pará a partir de meados da década de 1950, com o processo de integração da região amazônica ao centro-oeste e sudeste do país. Conforme o pesquisador José Jonas Almeida, em pesquisa acerca da cidade de Marabá e sob os impactos dos projetos governamentais em sua região, surgiram reflexos mais imediatos em função da abertura da Belém-Brasília, a partir da segunda metade de 1950. Com o barateamento de mercadorias, diminuiu a dependência em

⁷⁹⁶ FAUSTO. *Op. Cit.*, p. 425-27.

⁷⁹⁷ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992, p. 53.

⁷⁹⁸ LOUREIRO. *Op. Cit.*, p. 56.

relação à Belém e aumentou a influência comercial do centro-sul. Essa nova dinâmica estabelecida na região, a partir da década de 1950, teve reflexos no processo de ocupação do espaço urbano de Marabá, uma vez que a área situada dentro do seu espaço caminhava para um processo de esgotamento. Tal fato é explicado também pelo crescimento da população e pela chegada de migrantes.⁷⁹⁹

Com o anúncio da construção da Belém-Brasília muitos empresários de outras regiões começaram a comprar terras que ficavam às margens da rodovia. Latifundiários paraenses, temendo perder o controle sobre os castanhais pressionaram o governo do Estado a lhes transferir a posse dos castanhais nativos através de um contrato de aforamento perpétuo, no que foram prontamente atendidos.⁸⁰⁰ Até então, as grandes extensões de terras onde se exploravam produtos extrativos eram terras relativamente livres, ainda que houvesse disputa sobre sua posse. Com a cessão de castanhais e outras áreas de terra, o Estado transferiu para a elite local no sudeste do Pará, grupos econômicos nacionais e estrangeiros um incalculável patrimônio social. Os beneficiários passaram a acumular grande poder político em decorrência da apropriação privada da terra e de seus componentes. Este controle foi paulatinamente ampliado para além dos castanhais e dos trabalhadores coletores de castanha, fortalecendo, sob o aval do Estado, o poder político de investidores regionais. Conforme o economista Gilberto Marques, “de 1959 a 1963 o governo paraense concedeu 1.575 títulos de propriedade de terra, totalizando 5.646.375 hectares”.⁸⁰¹

Para o pesquisador José Jonas de Almeida, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia serviu de modelo para a elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, apresentado ao Congresso Nacional em 1955. Esse primeiro plano da SPVEA (1955-1959) tinha como objetivo promover o desenvolvimento regional por meio de metas expressas na Lei de número 1.806 de 06 de janeiro de 1953. Segundo ele, havia a intenção de criar núcleos populacionais, estimulando a colonização da região, sobretudo em áreas rurais, como o sudeste do Pará, com vocação para se formar centros de produção agropecuária. Neste sentido, reitera Almeida, a construção de rodovias revelava-se como uma necessidade para a quebra do isolamento físico da região. Assim, com o esgotamento do modelo extrativista os projetos governamentais no Pará foram direcionados a buscarem um novo modelo econômico para a região, priorizando a colonização através da produção agrícola e pecuária, justamente

⁷⁹⁹ ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, 2008, p. 53.

⁸⁰⁰ LOUREIRO. *Op. Cit.*, p. 56.

⁸⁰¹ MARQUES, Gilberto S. **SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento amazônico (1953-1966)**. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 34, 2013, p. 163-198.

para onde foi destinado maior orçamento para fim de abastecimento alimentar da região sudeste paraense, por exemplo. Assim, “diferente das políticas propostas até os anos 1940, aqui não se propõe nem a recuperação nem a racionalização ou modernização do extrativismo, mas a sua superação”.⁸⁰²

Nas palavras do historiador Pere Petit, nesse plano foram definidas vinte e sete zonas no território da Amazônia Legal, as que eram economicamente recuperáveis. Regiões que ao mesmo tempo representassem zonas politicamente estratégicas para a defesa de fronteira e para a unidade nacional. Foram também apresentados seis setores aos quais a ação da SPVEA daria prioridade através do incentivo à produção agrícola e pecuária com o intuito de conseguir autossuficiência alimentar; incentivo à produção industrial com base nas matérias-primas existentes na região; implantação de um sistema de créditos bancários para os pequenos produtores com o intuito de extinguir o sistema de aviação; ampliação da rede rodoviária conseguindo a ligação terrestre entre a região e o sul e oeste do País, além da construção de estrada para unir o Pará e o Maranhão; “[...] saneamento básico, abastecimento de água, campanhas preventivas contra as doenças transmissíveis; educação e cultura”.⁸⁰³

Os reflexos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia nos castanhais do sudeste do Pará, na segunda metade da década de 1950, estiveram relacionados às concepções de progresso inseminadas por novos discursos e com base em novas práticas econômicas. Novos eventos econômicos e políticos de referência nacional, como a agricultura e pecuária, foram seguidos pelos sucessivos desinteresses relacionados aos castanhais e ao comércio da castanha no sudeste paraense. A valorização da propriedade da terra em função de sua proximidade com rodovias – enquanto importantes corredores de exportação – a sucessiva dinamização do seu processo produtivo, estimulou sua apropriação e, por conseguinte, a “pecuarização” da região sudeste do Pará. Neste interstício, a “população urbana de Marabá teve um grande crescimento entre 1950 e 1960, passando de 4.920 para 8.772 habitantes”.⁸⁰⁴

Os castanhais do sudeste do Pará na segunda metade da década de 1950, com Magalhães Barata no governo do Estado, seguiram ritmos de apropriação territorial iniciado naquela década, oficializada com a Lei número 913 de 1954, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e favorecido pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Conforme Almeida,

⁸⁰² SPVEA. **Política de desenvolvimento da Amazônia** - vol. 1: Balanço de atividades, vol. 2: Nova política de desenvolvimento. Belém: SPVEA, 1955, 34.

⁸⁰³ PETIT. *Op. Cit.*, p. 197-198.

⁸⁰⁴ ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP. São Paulo, 2008, p. 61.

as ações desenvolvimentistas: plano de integração da Amazônia, a prioridade financeira atribuída ao setor agropecuário e a nova legislação dos castanhais transformaram, definitivamente, a estrutura econômica da região. O extrativismo da castanha foi sucessivamente sendo abandonado. Até porque, as grandes disputas pela influência e domínio dos castanhais haviam decrescido. Com isso, os discursos oposicionistas que por muito tempo supervalorizaram a economia da castanha foram silenciados e os castanhais sucessivamente desvalorizados. Vejamos, portanto, como se deu o declínio dos castanhais do sudeste do Pará.

5.3. O declínio dos castanhais nos anos 1960

A produtividade da castanha representou a viga mestra das economias municipais de Marabá, nos anos 1926 a 1939, 1945 a 1960 e de Itupiranga, nos anos de 1948 à década de 1960. Além de ter fornecido uma base de contribuição muito valiosa para o orçamento do Estado, considerando os limites do período. Ela também angariou “preciosas divisas estrangeiras para o depauperado organismo econômico da nação”, embora tenha apresentado constantes fracassos. Em avaliação feita por especialistas econômicos e comerciantes da castanha divulgados no jornal marabaense *A Notícia*, ficou constatada que a deficiência em seu comércio estava relacionada, não tanto ao seu preço, que foi, em grande medida, compensador se relacionado ao período, “mas pelo decréscimo vultuosíssimo e imprevisível no volume de produção. Neste caso, a produção de castanha não correspondeu, em hipótese alguma, às esperanças dos extratores e exportadores”.⁸⁰⁵

Segundo informações cedidas pelos principais interessados no comércio castanheiro de Marabá, a safra referente ao ano de 1955, por exemplo, representou apenas cerca de 35% do volume normal de produção por safra. Quando investigadas as causas de tão brusca diminuição, os editores do jornal *A Notícia* procuraram ouvir a opinião dos técnicos em exportação de castanhas. A constatação foi que a queda de produtividade estava associada a fatores climáticos desfavoráveis, quando a sensível ausência de chuvas prejudicou de maneira irreparável a floração das castanheiras e, cujas amêndoas deveriam ser colhidas justamente na safra vigente. O desconhecimento do fenômeno fez com que, em diversos períodos, fossem

⁸⁰⁵ Jornal *A Notícia*. Ano II, Marabá-Pará, 06 de maio de 1956, número 05.

reconhecidas a triste realidade.⁸⁰⁶ A economia da castanha acabou gerando, definitivamente, desconfiança, seja nos coletores e comerciantes, seja nos importadores do produto.

Os pontos fracos da economia dos castanhais foram expressos em diversos meios de comunicação. Embora em período após o recorte escolhido para essa pesquisa encontramos, no jornal *Notícias de Marabá* o título: “Estaremos assistido o fim do império da castanha?”.⁸⁰⁷ Mas, que nos esclarece algumas situações de angústia vividas, constantemente, pelos empreendedores da castanha. O anúncio é de 1975, mas que faz referência aos cinco primeiros anos da década de 1960. Tratava-se, portanto, de uma situação de regresso econômico da castanha no sudeste do Pará. O argumento trazia no referido periódico marabaense a castanha como produto inerente a história de Marabá, mas que esteve sempre a “mercê das ofertas, nem sempre compensadoras dos dois únicos importadores em grande escala” da castanha, Estados Unidos e Inglaterra.⁸⁰⁸ Discorre também que a partir do início de 1960 as dificuldades na coleta e o decréscimo nos lucros se tornaram mais frequentes. Uma das justificativas para o decréscimo no valor da castanha, apontada no jornal, foi a alta do petróleo, pois o evento havia promovido um efeito extremamente negativo, provocado pela crise petrolífera que culminaria em 1973. A múltipla consequência promovida pela alta do petróleo, incluindo os altos custos por parte dos importadores estrangeiros, causou impactos violentos e difíceis de serem absorvidos pela frágil indústria castanheira no sudeste paraense. Portanto, o jornal transmite um visível descrédito na coleta da castanha, o que certamente afetou a produção e seu valor enquanto produto útil, interessante e adequado. Consequentemente, em função da redução no volume de importação estrangeira da castanha, promoveu desânimos nos exportadores brasileiros que reduziram a coleta. Conforme anúncio no jornal *Notícias de Marabá*, os importadores estrangeiros acoçados pela crise generalizada e suas imprevisíveis consequências, retraíram-se e se fizeram de rogados só aceitando importar castanha a preços vis, já que não compensava sequer o custo da extração do produto. O descrédito na economia castanheira acabou causando verdadeiro pânico entre extratores e exportadores, que no final de 1960 tiveram que arcar com o ônus de pesados prejuízos decorrentes de preços aviltados obtidos pelas sucessivas safras.⁸⁰⁹

Os argumentos citados no periódico *Notícias de Marabá*, em caráter conclusivo, afirma que as terras de castanhais, cuja extensão chegava a mais de 70% do território do

⁸⁰⁶ Jornal *A Notícia*. Ano II, Marabá-Pará, 06 de maio de 1956, número 05.

⁸⁰⁷ Jornal *Notícias de Marabá*. Ano IV. Marabá-Pará, 7 de abril de 1975, número 31.

⁸⁰⁸ Jornal *Notícias de Marabá*. Ano IV. Marabá-Pará, 7 de abril de 1975, número 31.

⁸⁰⁹ Jornal *Notícias de Marabá*. Ano IV. Marabá-Pará, 7 de abril de 1975, número 31.

município de Marabá, todas possuíam alto índice de fertilidade. Portanto, poderiam “ser transformadas, posteriormente, de produtoras de castanha para outras práticas econômicas de alta rentabilidade”, como a pecuária, por exemplo.⁸¹⁰ Os argumentos contidos no jornal, nos fornece uma compreensão significativa acerca da desconstrução da cultura de valorização econômica da castanha e, conseqüentemente, a desvalorização dos castanhais do sudeste do Pará. Por conta disso, até houveram manifestações em defesa da continuidade da prática extrativa da castanha, quando seus exportadores se mostraram dispostos a recorrer aos poderes competentes, com o argumento de que seria um momento passageiro em que a indústria extrativa da castanha havia sido agravada por uma crise decorrente do preço. No momento não compensava a despesa de extração e transporte, mas ansiavam por melhoras.⁸¹¹

Outro acontecimento importante acerca da fragmentação na produção da castanha no sudeste paraense está no fato de sua economia de exportação não ter sido linear desde sua valorização na década de 1920, pois ela perdeu em importância depois das safras de 1941-42, reiniciando apenas em 1945. O que promoveu essa lacuna histórica no processo econômico da castanha foi o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que devido ao “Acordo de Washington” a prioridade fora dada à produtividade de borracha. Na época, os dois países interessados, Estados Unidos e Inglaterra, concordaram em que a castanha do Pará constituía um produto não essencial”. Portanto, em razão disso, “não lhe foi dada preferência nos transportes”, conseqüentemente, a sua importação foi praticamente eliminada naquele período.⁸¹²

Com relação ao processo histórico de aceitação da castanha enquanto produto de qualidade, o mercado estadunidense já havia determinado condições para a aceitação do produto amazônico. No que diz respeito ao descascamento da castanha do Pará, que teve início em 1905, como uma função dos importadores, foi interrompida em 1926, quando o mercado internacional determinou que essa operação deveria ser realizada no mercado de origem por um custo inferior. A partir de então, “praticamente todas as castanhas do Pará importadas pelos Estados Unidos (foram) descascadas no Brasil”. A maior parte da castanha do Pará com casca passou a ser vendida a consumidores individuais pelos empórios, armazéns e outros canais semelhantes. A justificativa que responsabilizava o mercado de origem pelo descascamento das amêndoas era que 75% das castanhas descascadas destinava-se às indústrias de panificação,

⁸¹⁰ Jornal *Notícias de Marabá*. Ano IV. Marabá-Pará, 7 de abril de 1975, número 31.

⁸¹¹ Jornal *A Safra*. Marabá – Pará, 05 de março de 1950, número 93, página 4.

⁸¹² Jornal *A província do Pará*, Terça-feira, 09 de maio de 1950, página 08.

doces e confeitos, sorvetes e salgados”.⁸¹³ O problema da castanha no mercado norte-americano estava sendo manifestada pelos principais importadores do produto, quando reclamavam das influências dos preços no volume das importações: o comércio de seus antecedentes nos Estados Unidos, da percentagem de deterioração” e da necessidade de aumentar o consumo.⁸¹⁴

As lideranças castanheiras no sudeste do Pará, por exemplo, registraram no jornal marabaense *A Safra*, com matéria intitulada, “No mercado e na praça: castanha, mercado inseguro”, que o financiamento das safras sucessivas a 1947 congelaram muito capital. Os fregueses que não conseguiam saldar seus débitos tinham aumentado porque precisavam de novos financiamentos. Neste caso, eram forçados a amparar o anterior e a fazerem novos financiamentos. Dentre as soluções encontradas pelos empreendedores da castanha era o armazenamento de grande quantidade coletada, mesmo apodrecendo a espera de um preço melhor. Nas palavras de Nagib Mutran, a situação dos exportadores de castanha era mais delicada do que a dos próprios fregueses. Em discurso para um jornal de Belém, em 1949, o então senador Magalhães Barata “diz ser o único produto da Amazônia não amparado pelo governo federal. A castanha”.⁸¹⁵

A angústia de comerciantes da castanha e proprietários de castanhais foi visível em diferentes contextos. A expectativa de safra para o ano de 1948 foi a decepção da safra do ano anterior. Conforme anúncio em *A Safra*, os comerciantes reclamavam as perdas alegando estarem “no fim da safra de castanha (em 1947), e até o momento “nada de melhoria no preço do principal gênero de produção do município” em Marabá. Para os anunciantes do jornal, poucas vezes se tinha chagado ao mês de maio “sob a pressão de uma crise tão acentuada”. Conforme informação dos anunciantes, os lamentos dos exportadores de castanha destacavam a desvalorização da castanha. Na verdade, dizia-se que um quilo de castanha beneficiada no Rio de Janeiro, nas vitrines das grandes casas, custava nada mais nada menos que 35 cruzeiros. “E, no entanto, no alto-Tocantins e alto-Araguaia, dentro da própria região a castanha é disputada como coisa rara! Mas... Do que serve isso se o comércio da castanha é aqui no Pará, um monopólio de 3 ou 4 firmas?”⁸¹⁶ E através do título: “Castanha, 133 cruzeiros: mercado fraco”, novamente o semanário *A Safra* reforçava as sucessivas crises da castanha no mercado, ao destacar que a cotação para a castanha, fornecida pelos corretores em 1951 era de 133 cruzeiros por hectolitro”, anunciando um mercado relativamente fraco.⁸¹⁷

⁸¹³ Jornal *A província do Pará*, Terça-feira, 09 de maio de 1950, página 08.

⁸¹⁴ Jornal *A província do Pará*, Terça-feira, 09 de maio de 1950, página 08.

⁸¹⁵ Jornal *A Safra*. Marabá – Pará, 29 de maio de 1949, página 3.

⁸¹⁶ Jornal *A Safra*. Marabá – Pará, 11 de julho de 1948, número 20, página 1.

⁸¹⁷ Jornal *A Safra*. Marabá – Pará, 19 de junho de 1951, número 63, página 1.

Porém, as reclamações acerca dos problemas da castanha, ao que parece, não se limitaram a sua desvalorização no mercado, pois mesmo quando alcançou um valor significativo os comerciantes apresentaram outras angústias, como a negligência do poder público no tocante a infraestrutura para os castanhais. Como no título, “Mercado, praça e transportes: A castanha”, onde os envolvidos na economia dos castanhais, ao mesmo tempo em que elogiaram o valor comercial da castanha, denunciaram o isolamento dos trabalhadores em relação ao governo. Conforme o anúncio, afirma-se “com precisão já terem sido negociado lotes de castanha da safra próxima, para a entrega em janeiro de 1950 ao preço de 200 cruzeiros o hectolitro”. E completa argumentando que “não é, como se verifica, um preço relativamente compensador”, mas que ao menos, dessa forma, daria para entender que o principal produto de exportação da região tinha, de certo modo, a sua cotação no mercado. “Isso, depois de uma safra pouco lisonjeira como foi a próxima passada não deixa de ter sua significação”.⁸¹⁸

Quanto ao processo comercial, não teria modificado em nada. A castanha, dizia os comerciantes da amêndoa em Marabá, que “ainda não entrou na agenda dos responsáveis pelos destinos dessa terra. Quer dizer, está sujeita aos jogos de interesses apenas dos poucos compradores do produto nesta praça”.⁸¹⁹ E reforça o descrédito no governo ao investir no apoio aos coletores e comerciantes de castanha, cuja crença era que por muito tempo ainda, ficariam neste impasse. Assim, “não tem para a castanha, como não tem para qualquer outro problema de interesse público, nenhuma iniciativa, é de uma incúria absoluta”.⁸²⁰ Anunciavam os interessados na castanha que nem mesmo às verbas liberadas pelo poder legislativo estadual eram votadas pelo Congresso Nacional, estas destinadas à limpeza dos igarapés, estradas naturais por onde circulava a intitulada grande riqueza regional, a castanha. Para os envolvidos no extrativismo o que era proposto como verba recolhida pelas prefeituras, não passava de migalha, que o tesouro federal estendia aos caboclos que lutavam desamparados para aproveitamento das riquezas naturais da região. Com relação às manifestações políticas não passavam de promessas falhas, decepções. Antes, diziam, era a agência do Banco do Brasil, hoje, a verba para a limpeza dos igarapés. Quanto ao amanhã, sempre acreditavam nas boas condições de safra e amparo político.⁸²¹

Os problemas da castanha apresentados em seu sistema de produção em 1950, teve sua exportação diminuída “para o regime das alternativas que procedeu aos grandes colapsos

⁸¹⁸ Jornal *A Safra*. Marabá – Pará, 29 de maio de 1949, página 3.

⁸¹⁹ *Idem*.

⁸²⁰ *Idem*.

⁸²¹ Jornal *A Safra*. Marabá – Pará, domingo, 28 de agosto de 1949, número 72, página 3.

de mercados produtores”, criando assim, nos centros norte-americanos, problemas básicos para o ingresso do produto paraense no território dos Estados Unidos. A castanha passou a ser abordada não apenas o detalhe de preços, mas as condições em que o gênero chegava as mãos dos importadores, os mesmos que passaram a manter um rigor no controle de qualidade e empenharam-se ao “critério de seleção”.⁸²² Os importadores da castanha brasileira se perceberam diante de mais um problema por muito tempo ignorado. Assim, os exportadores paraenses sentiam a desvalorização e o descrédito nesse investimento. O momento do comércio da castanha não se fazia nada abonador. Por isso, “aos interessados no comércio da nossa castanha, aos que firmavam contratos para entrega, as propostas e as declarações feitas pelos importadores, passaram a abordar até o descuido na quebra”, concorrendo para que o produto oferecesse aspecto de impureza. A referida circunstância, aliada a outras não menos importantes, havia colocado as nozes concorrentes de outros países, em posição de superioridade, dizendo-se mesmo nos Estados Unidos que passou a ser raro chegar uma partida do Pará, “inteiramente limpa”, isto é, sem mofo ou deterioração.⁸²³ Quanto às exigências dos compradores estrangeiros, não havia possibilidade de questionamento, já que “quem compra tem o direito de exigir qualidade, principalmente se o artigo é adquirido a preço alto”.⁸²⁴ Porém, de tudo que a castanha paraense, antes do período agudo e persistente da concorrência pelas nozes, “foi uma espécie de ‘casa de Libério’, e só agora, quando lhe descobriram sucedâneos, é que a restrição no intercâmbio e os conselhos irrompem, direitos aos ouvidos de quantos a tomaram como produto exclusivo de negócios”.⁸²⁵

Em boletim originário de comerciantes estadunidenses, “distribuído pelo “Brazilian Government Trade Bureau” já divulgava em 1950, um número especial dedicado ao problema da castanha do Pará nos Estados Unidos. Nele argumentavam que “no início do século atual (XX), a procura popular da castanha pelos norte-americanos excedia a produção doméstica”. A razão disso era que se importava “uma grande quantidade de castanhas do Pará, bem como outros tipos procedentes da Europa”. Mas, naquele tempo o produto brasileiro estaria sendo uma das duas principais castanhas importadas pelos Estados Unidos, além da castanha de caju indiana.⁸²⁶

Há muitos anos, os padrões de qualidade da castanha do Pará, estabelecidos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos teriam sido percebidas inferiores aos que

⁸²² Jornal *Folha do Norte*, Quinta feira, 11 de maio de 1950.

⁸²³ *Idem*.

⁸²⁴ *Idem*.

⁸²⁵ *Idem*.

⁸²⁶ Jornal *Folha do Norte*, Quinta feira, 11 de maio de 1950.

vigoravam na época. Segundo o órgão citado “anteriormente exigia-se que 85% das castanhas de um carregamento fossem de boa qualidade, afim de que o seu consumo fosse aprovado, mas a proporção exigida no período era de 90%. À medida que foi aumentando a produção de outras nozes nos Estados Unidos, os produtores da castanha do Pará organizaram-se em associações, posteriormente foram aprovadas leis que não só “aumentaram os direitos de importação sobre a castanha, como também elevaram os padrões de qualidade para a sua importação”.⁸²⁷ Os importadores de castanha do Pará passaram a fechar seus contratos de compra de março a junho de todo ano, recebendo o produto no mês de setembro e outubro seguintes. O consumo da castanha, entretanto, só teria início em novembro e dezembro. O método de compra da castanha do Pará era da seguinte forma: os exportadores brasileiros eram representados por agentes em Nova Iorque, os quais recebiam ofertas por telegrama”, entravam em contato com os importadores e efetuavam as vendas depois de receberem contrapropostas. Embora algumas vezes não realizavam as transações. Tanto os exportadores quanto os importadores estavam a par dos termos e classificações do produto. Quando se efetuava uma venda, os agentes exportadores estabeleciam um contrato em nome de seus representados.⁸²⁸

Em 1950 ainda se verificava nos Estados Unidos, problemas com a castanha do Pará. Os problemas básicos que afetavam aquele país eram, sobretudo, a qualidade da castanha descascada na época do seu embarque no Brasil. O problema das castanhas com casca era o que determinava as causas de deterioração geral, mofo e fungo, promovendo inquietações com relação à procura de sanar tais problemas. De acordo com os importadores, as perdas resultantes da deterioração das castanhas e conseqüente apreensão dos carregamentos pelos funcionários do governo norte-americano ascenderam a milhares de dólares, afetando direta ou indiretamente, aqueles que se dedicavam ao comércio da castanha do Pará. Devido às características do produto, às percentagens de castanhas defeituosas encontradas nos carregamentos enviados do Brasil eram maiores do que nos casos das nozes concorrentes. O problema da castanha do Pará descascada oferecia possivelmente uma solução mais fácil do que o da castanha com casca. No decorrer de sua extração a qualidade da castanha do Pará descascada e importada pelos Estados Unidos, não se mantinha os padrões estabelecidos, alguns lotes recebidos eram danificados por insetos, embora se tivesse observado por muitas vezes que a qualidade do produto havia melhorado. Os exportadores de castanha brasileiros não haviam dado a atenção suficiente à importante questão da classificação e uniformidade.⁸²⁹

⁸²⁷ *Idem.*

⁸²⁸ *Idem.*

⁸²⁹ *Jornal A província do Pará*, Terça-feira, 09 de maio de 1950, página 08.

Outro problema que influenciava na importação da castanha pelos norte-americanos, eram “as misturas de castanhas do Pará com tamanhos diferentes”, e que não eram aceitas pela indústria de confeitos (a maior compradora de castanha do Pará descascada nos Estados Unidos). A justificativa para a recusa atribuía-se à padronização exigida pelas empresas de confeitos que, em sua maior parte era preparada em máquinas. A queixa mais importante manifestada pelos importadores tratava-se da inexistência de grandes preocupações, no tocante a eliminação suficiente das castanhas de formas irregulares, o que também justificava a recusa. Por conta disso, os importadores se viam, no momento, “a braços com o problema de encontrar uma saída para as castanhas do Pará quebradas ou lascadas”. Para os importadores, se as castanhas chegassem aos Estados Unidos uniformemente e livre de ranços, a sua procura possivelmente cresceria de maneira sensível. Portanto, o descuido ocasional no “manejo das castanhas quebradas ou lascadas fez com que o produto apresentasse um aspecto pouco limpo e pouco satisfatório”.⁸³⁰ No entanto, os problemas menos importantes do comércio da castanha do Pará seriam “o encolhimento, os fretes marítimos, os prêmios de seguro marítimo, a dificuldade de eliminação de produto defeituoso e a dificuldade de conseguir reembolso em dólares no caso dos carregamentos de qualidade inferior”. A proporção do encolhimento da castanha do Pará sem casca seria, de acordo com importadores nos Estados Unidos, “variável, oscilando entre 12 e 18%,” mas a média referente ao produto importado pelos Estados Unidos era de cerca de 15%. O encolhimento das castanhas descascadas era diminuto.⁸³¹

Devido às práticas protecionistas dos importadores norte-americanos, nos castanhais paraenses os comerciantes e exportadores clamavam por interferências legais. Reivindicavam os interessados no mercado da castanha no Pará: “Castanheiros! Despertai! Não deixe para última hora a defesa de vossos interesses”. Conforme esse registro, depois do fato consumado seria impossível modificar qualquer decisão que pudesse tomar contra o principal produto de exportação da Amazônia. E conclui reclamando: “Hoje, tudo será possível porque uma simples intervenção do ilustre embaixador brasileiro em Washington poderia terminar com todos esses malévolos e perniciosos cochichos dos produtores que tratam de destruir as futuras exportações de castanha”.⁸³²

Outros anúncios foram seguidos no decorrer da produtividade da castanha enquanto referência econômica do Pará, como o seguinte: “A castanha do Pará novamente ameaçada”. Quando os exportadores, através da imprensa regional saíram em defesa da

⁸³⁰ *Idem.*

⁸³¹ *Idem.*

⁸³² *Jornal A província do Pará*, Sexta-feira, 18 de agosto de 1950, página 03.

castanha do Pará, ao mesmo tempo em que condenavam as atitudes dos estadunidenses. Conforme os comerciantes da castanha paraenses, à medida que tentava “tomar Mr. Truman, de revisar as tarifas aduaneiras das avelãs, nozes e castanhas do Pará, não se verificava por mera coincidência a obediência de qualquer plano pré-concebido. Mais sim ao contrário, se o projeto norte-americano fosse de fato concretizado, seria com o objetivo de reduzir substancialmente a importação do então “principal produto de exportação amazônico”. A ação caracterizava-se pelo favorecimento das organizações estabelecidas na parte ocidental do Estados Unidos que se dedicavam ao plantio e industrialização das nozes americanas, conforme argumento:

Já em 1948, os poderosos plantadores de nozes (Filberts pecans, wlanuts e amêndoas) conscientes do valor inestimável da castanha do Pará e de caju, o regime de quantitativo limitacion, ou seja, de limitação de quantidades em virtude, alegavam esses plantadores, que essas castanhas do Pará ‘selvagens’, ‘cheias de impurezas’, que se vendem ao público americano, tal como saem da jungle, a ‘qual não se dá atenção sanitária’ ‘nem de qualidade’. E numa exposição dramática, patética como ridícula (exposição essa constantes de 54 páginas de implorações e estatísticas sem fim), nove poderosíssimas organizações dos Estados da Califórnia, Oregon, Washington etc..., representando o maior grupo de plantadores e descascadores de nozes, da América e do mundo, tomaram posição agressiva contra os pequeníssimos produtores de castanha do Pará e, pediram oficialmente em 1949, a seu governo, que baseando-se no Agricultural Adjustment etc..., (Lei do reajustamento da Agricultura), artigo 22, combinado com o ‘U. S. code title 7’, parágrafo 624, promulgado a 3 de junho de 1948 e, de acordo com o previsto na ordem executiva n. 7.233 de 23 de novembro de 1935, se aplicasse às castanhas selvagens (castanha do Pará e de caju), uma limitação quantitativa em suas importações na América. Estas petições apresentadas ao governo americano, expondo este plano semi-maquivélico foi assinado por poderosas organizações como seja”: Califórnia Almond Growers Exchang, com 3.900 plantadores; Northwest Nut Growers de Dundee Oregon, com 3.950 plantadores; Califórnia Almond Growers Association com 9.200 plantadores... (Salomon Serfaty, comerciante e industrial em Belém).⁸³³

A colaboração do senhor Solomon Serfaty explicava os íntimos detalhes da ameaça de restrições comerciais norte-americanas a esse nosso produto amazônico, a castanha. A reabertura do tradicional mercado inglês, “dando últimas perspectiva de defesa e, a margem de aumento da colheita, que nos oferecem vastos castanhais ainda inexplorados”. E, verificava-se, portanto, que “a tendência do governo norte-americano é de atender aos produtores estadunidenses de amêndoas, criando para os concorrentes estrangeiros barreiras tarifárias proibitivas”. Uma das saídas seria o acesso ao mercado da Grã-Bretanha e de diversas comunidades do Império Britânico, para a exportação da castanha retomar a sua expansão, “dependendo apenas da conversibilidade de moeda ou de comércio compensado. Neste particular seria necessária a compreensão e boa vontade dos poderes públicos, conciliando superiores interesses gerais”, diziam os interessados na empresa.⁸³⁴ A economia dos castanhais

⁸³³ Jornal *A província do Pará*, Domingo, 07 de maio de 1950, página 07.

⁸³⁴ Jornal *A província do Pará*, Domingo, 07 de maio de 1950, página 07.

paraenses, portanto, acumulou uma diversidade de problemas que, sucessivamente, foram provocando a desconfiança dos seus coletores, dos comerciantes, dos exportadores e dos importadores da castanha.

CONCLUSÃO

O investimento nos castanhais do Pará, não se tratou de um investimento aleatório, tendo em vista a cultura econômica predominante na Amazônia do período de final do século XIX e início do XX, o extrativismo. Suponhamos, que a opção pelos castanhais não se fez apenas em função da sua grande quantidade, tendo em vista que na época muitos ainda eram desconhecidos. Mas, pela semelhança com a dinâmica econômica desenvolvida com a borracha. Influenciada pela síndrome do extrativismo da borracha, os castanhais haviam sido tomados como esperança de substituição financeira, uma tentativa de suprir às lacunas que sucessivamente foram sendo deixadas pelo processo de lucratividade dos seringais. Não é o caso aqui, de negar a existência de uma economia dos castanhais ou de anular a sua representatividade, mas sim, tratar de associar a sua gênese aos eventos políticos que promoveram a sua visibilidade e desenvolvimento. Grupos políticos no poder desejando sustentar a lucratividade mantida em tempos anteriores e influenciados pela cultura extrativista, apostaram no produto cujas atividades econômicas mais se assemelhavam às relações de trabalho e processo produtivo do maior destaque econômico da Amazônia, a borracha. Os hábitos econômicos paraenses instituídos com a economia dos seringais possibilitaram o enfrentamento das inúmeras dificuldades e obstáculos inerentes a estrutura dos castanhais. Pelo desejo de que os castanhais se equiparassem à economia gomífera os seus entraves acabavam por não aparecerem, em primeiro momento nos registros.

No sudeste paraense, por exemplo, durante os primeiros investimentos nos castanhais, os mais significativos no início do século XX foram registrados, em grande medida, os seus pontos positivos com perspectivas de revitalização econômica do Pará: os hectolitros extraídos e exportados, bem como, o seu valor comercial em ascensão. Os castanhais naquele período foram tomados, naturalmente, como mais adequados e apropriados. Eles representavam uma continuidade da atividade extrativista há muito tempo praticada na Amazônia. Portanto, os castanhais do sudeste paraense, por terem sido tomados como recursos naturais, não produziram surpresas e, por isso, não criaram maiores expectativas e euforias em torno de si. Quero dizer que para os representantes políticos estaduais, os castanhais apenas existiam e foram tomados como uma forma de continuar com o modelo produtivo de costume. Não se criou um ambiente de euforia em torno do achado, os castanhais. Tampouco sua matéria prima fora elevada a “ouro pardo”. Os agentes políticos protagonistas paraenses que investiram nos castanhais do sudeste do Pará no início do século XX, o fizeram e se acomodaram, pois não foram cobrados ou incomodados por outros.

Porém, as deficiências apresentadas pelos castanhais na referida região passaram a ser divulgadas, em grande medida, somente a partir de 1930, com a ascensão das disputas políticas, territoriais e econômicas, influenciadas pelo novo projeto de governo varguista. Quando grupos políticos desfavorecidos diante da estrutura empregada aos castanhais no período manifestaram as suas contradições à política oficial, passaram também a apontar as suas deficiências. Questionaram insistentemente e sugeriram outras formas para seu funcionamento. Quero dizer, que as contradições políticas emergentes em 1930, no sudeste do Pará, elevaram os castanhais da região ao pedestal e os fizeram ecoar como indispensáveis. Os apontamentos dos problemas existentes no processo de produção, coleta, escoamento e comercialização representaram preocupações com a continuidade do empreendimento. A repetição dos discursos de oposição elevaram o valor simbólico dos castanhais do sudeste paraense e os mantiveram assim até 1951, com o fim dos embates ideológicos sobre o que seria melhor enquanto estrutura de funcionamento.

Devido aos problemas na dinâmica apresentada pelos castanhais, foi registrado um empenho significativo dos interessados na sua economia em superar aquelas instabilidades. No entanto, mesmo com legislações estratégicas a fim de visibilizar os castanhais e seu comércio, superar as dificuldades e aumentar a sua capacidade produtiva, não tornaram estável aquela economia. Nem as “iniciativas de natureza social, como a criação do Sindicato dos Castanheiros de Marabá no dia 15 de julho de 1951 ou a instituição do dia 27 de janeiro como o Dia da Castanha” e “o dia 29 de abril como sendo o Dia do Castanheiro”. Tampouco, às “modificações no sistema de arrendamento de terras devolutas para fins de exploração extrativa através da Lei 913, de 4 de dezembro de 1954”⁸³⁵ deram consistência a esse mercado. Em toda a documentação pesquisada não foram vistos grandes eventos em torno das referidas datas, uma comemoração, uma lembrança sequer, porque foi apenas uma vontade de que a economia, tal como desejada, viesse a existir. Assim, “apesar do simbolismo, tais iniciativas não tiveram maiores repercussões na economia extrativa”.⁸³⁶ Se tratava de um empreendimento dependente da natureza e, portanto, haviam oscilações. À medida que se criava expectativa em torno de uma safra compensadora, em outra seguinte poderia levar inúmeros investidores à falência, seja por inadequação dos recursos naturais, seja por ações políticas incompatíveis às exigências produtivas dos castanhais promovidas pelos sujeitos envolvidos.

⁸³⁵ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais do sudeste paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000, p. 07.

⁸³⁶ *Idem*.

Em função da ausência de referências exitosas atribuídas aos castanhais, como estrutura econômica contínua e sólida que refletissem em resultados de investimento e transformação local, a economia dos castanhais no sudeste do Pará não deixou grandes legados, como obras e grandes símbolos. Os castanhais do sudeste do Pará não deixaram monumentos, imagens ou estátuas de personalidades e elementos da época, que pudessem representar o que está contido nos discursos políticos e econômicos, de uma economia vibrante e impressionante.

A economia dos castanhais no sudeste do Pará não deixou nada que pudesse provar às futuras gerações que a região tenha mantido uma base econômica de grande importância regional. Com exceção de uma documentação de origem predominantemente local, mas que desaparece quase que completamente até o início da década de 1960. Uma documentação que destaca pequenos grupos de oposição partidária e suas preocupações com a hegemonia política local e estadual, mas que os castanhais eram tomados apenas como elemento financiador temporário das relações de poder. Os castanhais do sudeste do Pará podem ser percebidos também nas memórias saudosistas e até mesmo nostálgicas, atribuídas a um grupo de antigos moradores de Marabá e Itupiranga e ex-castanheiros que, olhando ao redor percebem as grandes mudanças e, com elas, a extinção dos castanhais. As suas manifestações expressam o que viram e sentiram como uma coisa boa, às práticas de coleta e comercialização da castanha nos portos do sudeste paraense. Expressam, em grade medida, o que estava representado também nos discursos políticos, de economia promissora e vibrante. Porém, a sucessão natural das gerações está tratando de calar esses fragmentos de memória. Os castanhais enquanto faraônicos desapareceram sem deixar muitos vestígios do tempo dos castanhais no sudeste do Pará.

Além de tudo, subjacente aos castanhais enquanto faraônicos e de prosperidade econômica, proferidos nos discursos políticos e comerciais, encontrava-se uma estrutura incapaz de promover produções contínuas e satisfatórias. Os envolvidos na dinâmica econômica dos castanhais estavam submetidos a inúmeras dificuldades. Destacamos a variação da produção em sucessivos anos de safra; a constante queda de preço; a escassez de chuvas, cujas influências impactavam no escoamento via igarapés e na floração das castanheiras, comprometendo a safra do ano seguinte; as dificuldades de locomoção na floresta; os gastos com combustíveis para o transporte; deterioração das amêndoas e barreiras impostas por importadores; variações de pesagens e medidas; concorrências com outras amêndoas; a grande quantidade de detritos que promoviam desconfiança dos importadores estrangeiros; à rigorosa padronização dos compradores estrangeiros e o monopólio de pequeno grupo de atravessadores. Basta verificar nos noticiários regionais e locais da época, para ler as inúmeras lamentações do reduzido número de investidores, um grupo fechado de envolvidos com o transporte e

comercialização da castanha na região. Os castanhais do sudeste paraense como projeto faraônico foi um resultado das tramas políticas, por sua vez alimentada pela mídia partidária e mantida por ideologias em confronto. Os protagonistas políticos, os que ansiavam pela valorização dos castanhais, procuraram sempre anexar aos seus discursos referências com perspectivas promissoras.

Os castanhais enquanto solução para o decréscimo financeiro do Estado, ganhou destaque após a descoberta do valor nutritivo castanha, nas primeiras décadas do século XX. O fato acabou por estimular a visibilidade da imensidão de castanhais existente no Pará. Os castanhais paraenses foram feitos importantes e constituídos em recursos úteis, interessantes e adequados. Naquele período de valorização os castanhais do sudeste do Pará foram construídos pelo poder do discurso político e econômico e foram assim sustentados, em partes, como representações. Mesmo, em parte, constituídos enquanto discurso políticos, o Estado paraense passou a depender de suas receitas. Porém, por trás dos discursos políticos de faraônicos e principal fonte de receita do Estado, os castanhais do sudeste do Pará apresentavam seus simbolismos, uma parte invenção, gestada por interesses governamentais e mantidos por sucessivos projetos políticos instalados na região a partir de 1926 e mantida a partir de 1930 até, pelo menos o início da década de 1950.

Na década de 1920, políticos seguidores do então governador Dionísio Bentes determinaram a estrutura de funcionamento dos castanhais paraenses e os tomaram como a economia mais compatível com a produtividade da borracha. No momento, os castanhais apareceram como uma solução econômica para o Estado, um empreendimento capaz de preencher as lacunas deixadas pela crise gomífera. Com a visibilidade dos castanhais do sudeste do Pará adquirida naquele primeiro momento, o seu funcionamento se deu através de uma única posição política e, por isso, isento de conflitos ideológicos. Foi uma dinâmica de funcionamento construída a partir de um ponto de vista político. Na região sudeste do Pará, o mentor da primeira estrutura de funcionamento dos castanhais foi Deodoro Machado de Mendonça. A visibilidade dada aos castanhais do sudeste paraense por Mendonça, estimulou os projetos econômicos e preparou o campo para as disputas políticas e territoriais ocorridas a partir de 1930 na região. A política de Magalhães Barata empregada ao sudeste do Pará em sua primeira Interventoria criou a principal base de sustentação simbólica dos castanhais da região, às disputas políticas. Os embates ideológicos estimulados pelas legislações baratistas empregadas aos castanhais os supervalorizaram, dando a eles perspectivas de futuro. Quero dizer, que ao serem tiradas de Mendonça e de seus protegidos às possibilidades de acesso aos castanhais e ao seu comércio, os desejos de readquiri-los estimulou os discursos das oposições, que propuseram

outras formas para seu funcionamento, idealizaram outras possibilidades para seu comércio, o que seria mais interessante do ponto de vista contrário. Dessa forma, o machadismo e o nagibismo sustentaram a estrutura simbólica dos castanhais, entre 1930 e 1951. Quando essas referências oposicionistas ao baratismo desapareceram, a estrutura dos castanhais como principal economia do Estado começou a ruir.

Na década de 1920, quando a economia dos castanhais do sudeste do Pará foi feita importante do ponto de vista regional, tornou-se apenas mais uma economia extrativista, sem grandes exaltações, apenas repetições do sistema de aviamento a muito praticado na floresta com a borracha. A partir de 1951, sem a predominância do baratismo e, conseqüentemente de sua oposição, os castanhais do sudeste do Pará também seguiram ritmos econômicos semelhantes. Ou seja, a produtividade dos castanhais existia, mas não como gerador do “ouro pardo”. Somente entre 1930 e 1951, os grupos políticos de oposição expuseram seus sentimentos com relação à economia dos castanhais. Relacionaram àquilo que se desejava e que se queria ter e, por isso, se propôs diversas formas de adquiri-los. A vitória da oposição nagibista em 1951 abriu possibilidades, novamente, para o controle ideológico único. Portanto, começou a desaparecer os pilares de sustentação dos castanhais, o que os alimentava enquanto simbologia. Nos referimos aos discursos e disputas políticos. Assim como na década de 1920, embora com grandes referências produtivas, não houveram manifestações contrárias aos modelos político e econômico vigente dos castanhais. A oposição ao baratismo perdeu parte dos benefícios na economia dos castanhais, mas passou a desejá-los intensamente, supervalorizando-os. A falta de disputas políticas e ideológicas em torno da estrutura dos castanhais a partir de 1951, enfraqueceu sua representatividade enquanto simbologia e cedeu espaço para outras interferências no sudeste paraense.

Por outro lado, as manifestações de oposição do machadismo e do nagibismo munidos de seus meios de comunicação, entre 1930 e 1951, mantiveram os castanhais como a fonte do desejo: desejaram, exaltaram, reivindicaram, cobraram, elogiaram, sugeriram. Protagonizaram em seus discursos uma estrutura econômica dos castanhais e, constantemente, os revitalizaram. Assim, transformaram os castanhais em algo que eles realmente não eram, os representaram enquanto dinâmica necessária ao desenvolvimento da região e à sobrevivência fiscal do Estado do Pará. A economia da castanha como a “espinha dorsal” da região amazônica sobreviveu nos discursos políticos que se opuseram ao modelo barata de funcionamento dos castanhais. A dinâmica econômica dos castanhais como principal do Pará constituiu-se em uma estrutura superficial atrelada às disputas políticas e partidárias e aos discursos emergentes, predominantes nos núcleos urbanos. Portanto, a noção de castanhais enquanto promissores era

citadina, não envolveu, em grande medida, a população local do sudeste do Pará, habitantes da floresta e habituados também a outras atividades costumeiras. Para estes, o envolvimento em atividades nos castanhais representava apenas mais uma prática de trabalho cotidiana que tinham que conciliar com outras atividades de sobrevivência.

Os discursos de exaltação à economia da castanha cessaram e a estrutura política imposta por eles também desapareceu, às comunidades e os indivíduos dos castanhais permaneceram com seus modos de vida. A economia dos castanhais não influenciou no cotidiano dos seus velhos habitantes e, por isso, às suas formas de vida praticamente não foram alteradas.

O envolvimento na economia dos castanhais não foi homogêneo. Não se tratava de uma economia envolvente no local, visto que os trabalhadores contratados para os arrendamentos eram, em grande parte, provenientes de outros Estados e municípios. Há quem diga que durante o período de atividade econômica dos castanhais no sudeste paraense, todos procuravam se envolver nas atividades de coleta, de uma forma ou de outra. Mas o que consta em nossos estudos é que a lida com a atividade castanheira não era homogênea. A economia dos castanhais era mantida, sobretudo, pela mão de obra oriunda de outros lugares. No entanto, diante dos regulamentos empregados pela empresa castanheira, onde continham as determinações para o ingresso nos castanhais e regras para a coleta e comércio de sua castanha, os castanheiros locais eram os que mais apareciam como infratores nos registros policiais. Não porque estivessem declarando batalhas às legislações instituídas em favor da economia da castanha, mas porque às suas dinâmicas de conciliação não coincidiam com o tempo determinado pelas regras impostas. Além de tudo, não estavam acostumados aos arrendamentos e, por isso ignoravam os seus limites. É determinante, portanto, os castanhais que se tentou manter a todo custo, com propostas, estratégias de coleta, legislações e políticas de fiscalização, mas que não deu certo devido, sobretudo, ao fim das disputas políticas.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes orais

Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos e vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, em Itupiranga desde quando nasceu. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

Maria das Graças Pereira Gomes, 57 anos e nascida na comunidade do Tauiry, em Itupiranga. Entrevista em 06 de julho de 2008.

José Oliveira de Souza, mestre do Divino Espírito Santo, da comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, 11 de julho de 2008. A manifestação do “Divino” na região do Tauiry é hereditária, a avó do senhor José passou os ensinamentos para pai e o pai para o filho, o senhor José Oliveira.

Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, 73 anos e nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, em Itupiranga. Entrevista em 6 de julho de 2008.

Sebastião Pereira Soares, 61 anos. Vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiry, entrevista realizada em 6 de julho de 2008.

Guilherme Costa Nascimento, 57 anos e, a 32 na região. Em 10 de julho de 2008.

2. Fontes impressas

Ofício número 17 de 28 de janeiro de 1950, enviado pelo prefeito de Itupiranga Gentil de Moraes Bitencourt Cohen, ao Diretor Geral do Departamento de Assistência aos Municípios no Palácio do Governo do Estado em Belém, Pará.

Ofício número 49 de 1953, enviado ao governo do Estado pelo prefeito de Itupiranga Odilar Maciel Barreto, solicitando rigor nas cobranças das taxas da castanha.

Requerimentos de liberação de licença de safra e Imposto de Indústria e Profissão com um valor, em janeiro de 1948, de “cr\$ 4,40”. Prefeitura de Itupiranga, janeiro de 1950.

Secretaria de Obras Terras e Viação, Serviço de Cadastro Rural, documento enviado à Prefeitura Municipal de Itupiranga, 1953.

Requerimentos de arrendamentos e liberação de castanhais para arrendatários, 1948-1949.
Relação dos licenciados para indústria extrativa da castanha, no município de Itupiranga, licenças expedidas para as safras de 1949 e 1950.

Listas de castanheiros, Licença de Arrendamento, Prefeitura Municipal de Itupiranga.

Decreto de nomeação de fiscais municipais, Prefeitura Municipal de Itupiranga, Estado do Pará, 1948 e 1970.

Título de nomeação de “fiscais municipais”, Itupiranga, 1948 e 1970.

Portarias número 3, 4, 5 e 6 de 30, Prefeitura Municipal de Itupiranga de junho de 1952. Exoneração dos fiscais José Pereira e Silva, fiscal de Jacundá, Francisco Pereira da Silva, Jaime Bittencourt Cohen, fiscal geral e Otávio Alves de Sousa, fiscal municipal em Ipixuna.

Título de nomeação de “fiscais de castanhais”, Itupiranga, 09-12-1949.

Decreto número 24, de 26, Gabinete do Prefeito de Itupiranga, novembro de 1960.

Ofício assinado pelo delegado Francisco Hipólito dos Santos que expressa as frequentes desobediências às regras de conduta nos castanhais, janeiro de 1949.

Portaria número 6, 21, Prefeitura Municipal de Itupiranga, janeiro de 1949.

Ofício número 25, Prefeitura Municipal de Itupiranga, Pará, novembro de 1953.

Coletoria de Rendas do Estado do Pará em Marabá, Itupiranga 10 de março de 1951.

Coletoria de Rendas do Estado do Pará em Marabá, Itupiranga 16 de outubro de 1948.

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Belém - Pará 6 de outubro de 1953.

Agência Municipal de Estatística, Itupiranga – Pará em 29 de março de 1949.

Prefeitura Municipal de Itupiranga - Estado do Pará, ofício nº23 de 1953.

Portaria número 45 de 10 de dezembro de 1949, Prefeitura Municipal de Itupiranga.

Ofício número 23 da Prefeitura Municipal de Itupiranga, Estado do Pará, de 1953.

Portaria número 27, em seus artigos 1,2,3,4 e 5, Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, em 22 de novembro de 1948; Portaria nº 27 de 14-12-1953.

Portaria nº 41, Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, 2 de dezembro de 1949.

Portaria número 40 de Raimundo Ferreira Lemos, prefeito municipal em exercício, 1º de dezembro de 1949.

Portaria número 27, Gabinete do Prefeito de Itupiranga, 22 de novembro de 1948.

Portaria número 6. Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, 3 de maio de 1954.

Portaria número 19. Prefeitura Municipal de Marabá, Antônio Vilhena de Souza, 19 de novembro de 1945.

Edital de Aviso. Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, 15 de julho de 1970.

Decreto nº 23 de 26, novembro de 1960.

Portaria nº 41, em seu parágrafo 1º, Itupiranga, 2 de dezembro de 1949.

Lista de castanheiros para o castanhal arrendado a Jaime Pimentel, Itupiranga em 9 de dezembro de 1948.

Lista nominal do pessoal castanheiro contratado para o serviço de castanha no castanhal arrendado a Salomão Gomes Ferreira, Itupiranga, 12 de março de 1949.

Carta enviada ao Raimundo Ferreira Lemos, prefeito de Itupiranga em exercício. José Pereira Silva, Jacundá 12 de dezembro de 1949.

Cópia autêntica de uma carta proveniente de Itupiranga. Do arrendatário Joaquim Carneiro de Carvalho, endereçada a chefia de polícia em Belém, 10 de fevereiro de 1949.

Documento enviado de José Pereira e Silva (Fiscal Municipal) ao Prefeito Municipal em Itupiranga, Jacundá 19 de dezembro de 1948.

Ofício enviado da prefeitura de Itupiranga ao fiscal municipal na vila de Jacundá José Pereira e Silva, 22 de dezembro de 1948.

Ofício enviado por Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, ao fiscal municipal em Ipixuna, 26 de dezembro de 1948.

Ofício enviado a Prefeitura de Itupiranga, por Otávio Alves de Souza, Itupiranga, 28 de dezembro de 1948.

Ocorrência policial, Itupiranga, 3 de janeiro de 1949.

Portaria número 1, gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga Antônio Braga e Chaves, Prefeito em exercício, 3 de janeiro de 1949.

Ofício enviado ao fiscal municipal em Ipixuna, enviado por Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, 26 de dezembro de 1948.

Requerimentos de Guias de Embarque por comerciantes de castanha, a partir de 1948.

Liberação de requerimento para as guias de embarque, entre 1948 e 1954.

Ofício número 7. Odilar Maciel Barreto, prefeito de Itupiranga para Adalto Ribeiro Soares, diretor do Departamento de Assistência aos Municípios.

Requerimento da “guia de embarque”, Prefeitura Municipal de Itupiranga. Requerimento de Benedito Mutran, 1951.

Demétrio Rocha, fiscal do Município de Itupiranga em Tucuruí, carta ao executivo em 11 de fevereiro de 1950.

Guias de Embarque expedidas aos comerciantes de castanha, entre 1948 e 1960.

Guia de Recolhimento. Coletoria das rendas do Estado em Itupiranga. Itupiranga 7 de abril de 1949.

Requerimento enviado pelo prefeito de Itupiranga, Adelino Ribeiro ao governador do Estado reivindicando o “Imposto da Castanha” que deixou de ser repassado ao município, Itupiranga, em 20 de agosto de 1973.

Solicitação da Prefeitura Municipal de Itupiranga ao Departamento de Assistência aos Municípios de uma “quantia de cinquenta mil cruzeiros (CR\$ 50.000,00) por conta da renda da castanha” extraída naquele município, suspenso desde o ano anterior, Gentil Bittencourt Cohen, prefeito e Aarão Bittencourt Cohen, Procurador Municipal em 14 de fevereiro de 1950.

Documento do prefeito Odilar Maciel Barreto enviado ao Secretário de Economia e Finanças em Belém reclama erro no repasse da parcela proveniente do Imposto da Castanha, 30 de janeiro de 1955.

Ofício número 4 da Prefeitura Municipal de Itupiranga, Odilar Maciel Barreto, prefeito para a delegacia de polícia naquele município, fevereiro de 1961.

Registros de arrendamentos e aforamentos, Itupiranga-Pará, 1948 a 1967.

Títulos de Terras adquiridas em Marabá e Itupiranga. Arquivo do Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA). E assim seguiam as nomenclaturas: Igarapé Jacaré, Grota do Gato, Grota Jaú, Igarapé Sucruiú, Igarapé Jacarezinho, Grotão Surucucu, Grota Jenipapo, 1949.

Títulos de arrendamentos e aforamentos para o município de Itupiranga. Instituto de Terras do Estado do Pará, (ITERPA), 1949.

Guias de Embarque de castanha e seus requerimento, Prefeitura Municipal de Itupiranga, 1948 e 1950.

Licença especial para exploração de gêneros nativos. Procuradoria Fiscal do Estado do Pará. 1949.

Serviço de Imposto Territorial. Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Secção de Povoamento, Município de Marabá exercício de 1935.

Documentos da Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Limitada, nos talões de Impostos de Consumo e em fichas da Coletoria de Impostos Territoriais, 1935.

Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Secção de Povoamento, Serviço de Imposto Territorial. Município de Marabá exercício de 1935.

Decreto nº 416, de 10 de julho de 1931 (DOE 12/07/1931). Criação da Inspetoria de Minas e Castanhais.

Diário Oficial, nº 31. República Federativa do Brasil, Estado do Pará. 705. Belém-Pará, sexta-feira, 09 de julho de 2010.

Projeto de Lei número 49. Câmara dos deputados. Dispõe sobre às eleições de 19 de janeiro de 1947. Rio de Janeiro, 1946, p. 34.

Ofício número 44, da Prefeitura Municipal de Itupiranga para o coletor das rendas federais em Marabá, informações enviadas em 3 de julho de 1953.

Requerimentos de arrendamentos e liberação de castanhais para arrendatários, 1949.

3. Jornais e Revistas

Jornal *A Folha do Norte*, 8 de agosto de 1946.

Jornal *A Folha do Norte*, 11 de maio de 1950.

Jornal *A Folha do Norte*, 17 de abril de 1926. Número 11.069.

Jornal *A Folha do Norte*. 16 de setembro de 1950.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 29 de setembro de 1945, p. 5.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 11 de agosto de 1945, n. 5, p. 3.

Jornal *Marabá*. Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 8 de dezembro de 1945, n. 1, p. 4.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 13 de janeiro de 1946, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, n. 3, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 1 de setembro de 1945, n. 8, p. 3.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 1 de setembro de 1945, n. 8, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, n. 3, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 15 de setembro de 1945 (capa).

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 28 de julho de 1945, n. 3, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 8 de setembro de 1945, n. 9, p. 4.

Jornal *Marabá*, Marabá-Pará, 15 de setembro de 1945, n. 10, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 08 de setembro de 1945 (capa).

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 14 de julho de 1945, n. 1, p. 2.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 21 de julho de 1945, n. 2, p. 2.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 22 de setembro de 1945.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 20 de outubro de 1945, n. 15, p. 2.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 6 de outubro de 1945, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 14 de julho de 1945, n. 1, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 22 de setembro de 1945, p. 5.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 6 de outubro de 1945, p. 4.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 27 de janeiro de 1946, p. 1.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 14 de julho de 1945, n. 1, p. 2.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 15 de setembro de 1945, n. 10, p. 4.

Jornal *Marabá*, Marabá, Pará, 25 de abril de 1948, p. 1.

Jornal *O Liberal*, 18 jan. de 1947, p.1.

Jornal *O Liberal*, 03 jan. 1947, p. 3.

Jornal *O Liberal*, 09 jan. 1947, p. 2.

Jornal *O Liberal*, 03 jan. 1947, p. 2.

Jornal *O Liberal*, 15 nov. 1946, capa.

Jornal *O Liberal*, 17 jan. 1947, p. 3.

Jornal *O Liberal*, 18 jan. 1947.

Jornal *O Liberal*, 15 nov. 1946, p. 3.

Jornal *O Liberal*, 03 jan. 1947 (capa).

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 16 de julho de 1950, n. 109, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 8 de agosto de 1948, p. 1 e 6.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de setembro de 1949, p. 3.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 20 de fevereiro de 1949, n. 47, p. 4.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 5 de junho de 1951, n. 140, p. 4.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de agosto, página 3, 1949.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 14 de janeiro de 1951, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de janeiro de 1949, n. 41, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 2.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 10 de outubro de 1950, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 2.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de junho de 1949, n. 64, p. 3.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, n. 67, p. 1-2.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 30 de junho de 1949, n. 64, p. 3.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 4 de abril de 1948 (capa).

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, p. 2.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 04 de abril de 1948 (capa).

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 dezembro de 1950, p. 4.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 11 de julho de 1948, n. 20, p. 1.

Jornal *A Safra* Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, número 67, p. 1-2.

Jornal *A Safra Ilustrada*. Marabá, Pará, janeiro de 1951, n. 04.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 1.

Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 2 de janeiro de 1949, n. 41, p. 3.

- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 11 de junho de 1950, n. 104, p. 3.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 19 de junho de 1949, n. 63, p. 2.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949 (capa).
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 de abril de 1949, n. 56, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de maio de 1950, n. 103, p. 4.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de março de 1950, n. 95, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 24 dezembro de 1950, n. 130, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 26 de março de 1949, n. 95, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 02 de julho de 1950, n. 107, p. 4.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 10 de abril de 1949, n. 54, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, n. 73, p. 3.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de julho de 1949, n. 67, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 25 de dezembro de 1949, n. 84, p. 3.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 11 de julho de 1948, nº 20, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 19 de junho de 1951, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 29 de maio de 1949, p. 3.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 28 de agosto de 1949, n. 72, p. 3.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 17 de setembro de 1950, n. 118, p. 3.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 05 de março de 1950, n. 93, p. 4.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 10 de outubro de 1950, n. 12, p. 1.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 3 de abril de 1951, p. 4.
- Jornal *A Safra*, Marabá, Pará, 5 de junho de 1951, p. 4.
- Jornal *O Progressista*, Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1948, p. 1.
- Jornal *O Progressista*, Marabá, Pará, dezembro de 1947, p.1.
- Jornal *O Progressista*, Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1947, p. 4.
- Jornal *O Progressista*, Marabá, Pará, dezembro de 1947 e janeiro de 1948.
- Jornal *O Progressista*, Marabá, Pará, 1 de janeiro de 1948, p. 4.
- Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, janeiro de 1954, n. 7, p. 7.
- Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, maio de 1956, n. 1, p. 05.
- Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, maio de 1953, n. 2, p. 01.

Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, primeira edição em outubro de 1952 (capa).

Revista *Itatocan*. Marabá, Pará, maio de 1955, n. 2, p. 01.

Revista *Itatocan*. Marabá, Pará, maio de 1952, n. 2, p. 22.

Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, janeiro de 1954, n. 7, p. 13.

Revista *Itatocan*, Marabá, Pará, outubro de 1953, n. 5, p. 12.

Jornal *A Notícia*, Marabá, Pará, 10 de junho de 1956, p. 1.

Jornal *A Notícia*, Marabá, Pará, 10 de junho de 1956 (capa).

Jornal *A Notícia*, Marabá-Pará, 06 de maio de 1956, n. 05.

Jornal *A Província do Pará*, 09 de maio de 1950, p. 08.

Jornal *A Província do Pará*, 07 de março de 1950, p. 16.

Jornal *A Província do Pará*, 07 de março de 1950, p. 07.

Jornal *Notícias de Marabá*. Marabá-Pará, 7 de abril de 1975.

Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1935, p. 1.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP. São Paulo, 2008.

ALTHUSSER, Louis. “Marxismo e Humanismo”. In: **A Favor de Marx**. 2ª edição. Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. In: **Projeto História**, n.18. São Paulo, 1999.

ARAMBURU, Mikel Otazu. **Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 25, 1992.

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1989.

ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975.

BAENA, Manoel. **Relatório apresentado ao governo do Estado**. Belém: Diário Oficial. Fevereiro, 1895.

BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso (Interventor Federal). **Separata do Relatório apresentado ao Presidente da República**. Belém-Pará, 1944.

BARATA, Manoel. **Antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico**. Belém-Pará: Livraria Gillet de Torres e Comp., 1915.

BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Navegando entre as províncias do Pará e Goiás: o rio dos Tocantins no século XIX**. Anpuh – xxv simpósio nacional de História – Fortaleza, 2009.

BARROS, José D’Assunção. “História Cultural e História das Idéias – Diálogos Historiográficos”. In: GEBRAN, Philomena (org) **História Cultural: várias interpretações**. Goiânia: E.V., 2006.

BARROS, José D’Assunção. **História Política, discurso e imaginário: Aspectos de uma interface**. Revista de História SECULUM (12). João Pessoa, jan./jun. 2005.

BASTOS, Abguar. **Safra** (Romance). Rio de Janeiro: Livraria José Olimpyo Editora, 1937.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870.**

BECKER, Bertha Koiffmann. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Rio de Janeiro, 2001.

BECKER, Jean-Jackes. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BENEVIDES, Maria Vitória. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David Verge (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BENTES, Dionísio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª. Governo do Estado do Pará. Legislatura a 7 de setembro de 1927.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **E. P. Thompson e a teoria na história.** Projeto História, Nº 12, Outubro de 1995.

BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. **Entre as urnas e as togas: Justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/86).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Belém: UFPA/IFCH, 2012.

BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. **Justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/1986).** Belém: Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas da UFPA, 2012.

BORGES, Antônio. **Negociatas escandalosas.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal Comércio, 1938.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano, 1824-1929, ensaio histórico.** (Coleção História do Pará, série Arthur Viana) Conselho Estadual de Cultura, Belém-Pará, 1983.

BOUHID, Waldir. **Amazônia e Desenvolvimento.** Coleção Araújo Lima. Rio de Janeiro: Representação da SPVEA, 1959.

BRAGA, Theodoro. **Noções de chorographia do Estado do Pará.** Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919.

BRÁS, Ademir. In: **MARABÁ.** Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984, trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Estudo Geral. Bacia do Tocantins, p. 3 (monografia n. 5). In: DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.

BUENO, Almir de Carvalho de. **Coronéis e Oligarquias na Primeira República**. Disponível: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli_05.pdf> Acesso em 11 jun 2015. A citação foi atribuída ao trabalho de BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** (trad.) Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARNEIRO, José Queirós. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1991.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira e CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Rio Araguaia: o caminho dos sertões**. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: UFG, v. 14, n. 2, 2009.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas sociais. In: **A história cultural entre práticas e representações**. Coleção Memória e Sociedade. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Antônio Braga e. **Do Lago Vermelho a Itupiranga: uma história para crianças**. Itupiranga, 1990.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar: Positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém. IFCH, 2006.

COUDREAU, Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CRUZ, Ernesto. **Colonização do Pará**. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

DA MATTA, Roberto e LARAIA, Roque de Barros. **Índios e Castanheiros**: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DIÁRIO OFICIAL. República Federativa do Brasil – Estado do Pará. **A História no Diário Oficial**. Ano CXIX, número 31.753. Belém-Pará, quinta-feira 16 de setembro De 2010.

DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. **Comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia**. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

EMMI, Marília Ferreira e MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Crise e rearticulação das oligarquias no Pará**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 40: 51-68, 1996.

EMMI, Marília Ferreira. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 1960**. Belém: Paper do NAEA 166, outubro de 2002.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988.

FALCON, Francisco. História e Poder. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FARIAS, William Gaia. **Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Edição, 1995.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, Mitos e Realidades**. Eliana Aguiar (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em Novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

FERREIRA, Jorge. **1946-1964**: a experiência democrática no Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a01v1428.pdf>>. Acessado em: 16 set. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935)**. Revista Estudos Políticos, n.7, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem dos discursos**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GALVÃO, Eduardo. Vida religiosa do caboclo da Amazônia. **Boletim do Museu Nacional – Nova Série, Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-18, abr. 1953.

GHIGGI, Luciana. **Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. **Brizola e o trabalhismo**. Anos 90. Revista do PPGH-UFRGS. 2004, vol.11, n.19/20.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Discurso, História e a produção de identidades na mídia. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (org.); POSSENTI, Sírio (org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2007.

HAROCHE, Claudine. O trabalho do poder político sobre os sentimentos e os corpos: fazer amar, fazer respeitar o rei na monarquia absoluta do século XVII". In: **Da palavra ao gesto**. Campinas: Papyrus, 1998.

HEINZ, Flávio Madureira. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HIPPOLITO, Lúcia. **Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004.

KITAMURA, Paulo Choji e MÜLER, Carlos Hans. **Castanhais nativos de Marabá-Pa: Fatores de depredação e bases para sua preservação**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984.

KLUCK, Hilmar Harry. **MARABÁ**. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984, trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984.

LACERDA, Carlos. **A UDN na encruzilhada**. Rio, 1961. Arquivo Nacional; *Tribuna da Imprensa*. Ano 1950. Arquivo Nacional; *Boletim UDN*, Ano I. Arquivo UDN, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/16/1_LucianaLamblet_140613_VF.pdf> Acesso em 10 jun 2015.

LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da castanha:** estudo sociológico. São Paulo: Anhambi, 1958.

LAMBLET, Luciana. **A UDN, o inimigo e a vigilância:** Uma proposta de análise historiográfica. Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2013, v. 16, n. 16.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto: **Índios e Castanheiros:** a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins/ – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina.** Dissertação Apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.

LAVAREDA, José Antônio. **A democracia nas urnas:** o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** (trad) Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: **O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval.** Lisboa: Edições 70, 2010.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval.** Lisboa: Edições 70, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** Campinas. São Paulo, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos.** Anhambi. São Paulo, 1957.

LIMA, Álvaro de Barros. In: MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. Trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984.

LOBATO, Mateus Monteiro. **Reestruturação Produtiva na Amazônia:** contribuições para o debate espacial do sudeste Paraense. Revista GeoAmazônia, Belém, n. 2, v. 01, p. 28 – 41, jan./jun. 2014.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A grande crise (1908-1910).** Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985.

LOUREIRO, Rita Ester Bezerra. **Memória da perfeição:** Lembrança, história e herança de Magalhães Barata. Monografia apresentada ao curso de Graduação em História. Belém. Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza.** Belém: CEJUP, 1992.

LUBAR, Steven e KINGERY, W. David (Ed.) **History from things:** essays on material culture. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

MACIEL, Dulce Portilho. A rota Araguaia-Tocantins de comunicação mercantil entre Goiás e Belém do Pará, 1846-1967. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIRÓS, Paulo Roberto Cimó. **Transportes e formação regional: Contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: UFGD, 2011.

MACIEL, Dulce Portilho. **Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o oeste**. Revista Plurais. Anápolis, v. 1, n.4, 2006.

MAESTRI, Mário e FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: A horticultura quilombola no Brasil escravista. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 1: concepções de justiça e resistências nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os Projetos Econômicos do Estado. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Belém: Vozes/NAEA/UFPA, 1991.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: A dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Belém: Vozes/NAEA/UFPA, 1991.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, Território e Imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MALCHER, José Carneiro da Gama. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Pará**. Em 16 de julho de 1936.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliana, 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES, Gilberto S. **SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento amazônico (1953-1966)**. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 34, 2013.

MARTINS BARROS, Maria Vitória. **A zona castanheira do Médio Tocantins e Vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia**. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Marabá – Pará, 1992.

MARTINS SOBRINHO, Amilcar de Souza. **Bebedores, comerciantes e prostitutas: Um estudo sobre as políticas de controle social na primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930 a 1935)**. IV encontro estadual de História, ANPUH-BA. Histórias, Sujeitos, Saberes e Práticas. Julho de 2008.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. 2ª Ed. Revisada e aumentada. Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 2013.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

MESQUITA, Luís. **Assunção x Barata**: Uma relação de política e mídia que mobilizou a Amazônia. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

MILHOMEM, Clara Araújo. **Castanhais, Canoas e batelões (memórias)**. São Paulo: Gráfica Giramundo, setembro de 2004.

MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de Colonização Antiga na Amazônia**: estudo de Colônias Agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa). Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.

MONTEIRO. João Brasil. **O castanheiro**. Edição 2001.

MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá: Chromo Arte Editora, 1998.

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história**: natureza, geografia e historiografia na Amazônia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2009.

MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Tocantins. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989.

MUNIZ, João de Palma. **Imigração e colonização**: História e estatística 1616-1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

OYAMA HOMMA, Alfredo Kingo. **As Políticas Públicas Como Indutora da “Morte Anunciada” dos Castanhais no Sudeste Paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

OYAMA HOMMA, Alfredo Kingo. **Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais do sudeste paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: Elites Políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. **As eleições de 1950**. Belém, UNAMA, 29 set. 2012.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953**. Belém-Pará, 1960.

PODER JUDICIÁRIO. Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Resultados das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém-Pará, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

QUINTILIANO, Aylton. **Grão-Pará: Resenha histórica**. Belém, 1963.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RELATÓRIO TÉCNICO. **Bacia do Araguaia-Tocantins**. Agência Nacional de Transportes Hidroviários. Laboratório de Transportes e Logística. Santa Catarina: UFSC, 2013.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENNÓ JÚNIOR, Lucio Remuzat. **Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes**. BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A imprensa da Independência e do Primeiro Reinado: engajamento e mercado**. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 de maio a 2 de junho de 2007.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Alianças político-partidárias no Pará (1889-1940)**. Cadernos Sociologia e Política, Série D\G. Belém: UFPA\CFCH, 1982.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995.

SAMPAIO, Sandra Maria Neiva. **Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra do “Polígono dos Castanhais” no sudeste do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos espaços vazios no governo Vargas: do discurso do rio Amazonas à saga dos soldados da borracha**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007.

SEIXAS, Natália Silva dos Anjos e CASTRO, Avelina Oliveira de. **Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense O Liberal com seus adversários**. Revista Comunicação Midiática, v.9, n.1, p. 101-119, jan./abr., 2014.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **As eleições de 1950**. Belém-Pa, UNAMA, 19 Set. 2012. Entrevista feita por Luís Paulo Soares Mesquita.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos e CASTRO Avelina Oliveira de. **História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. UFOP, Ouro Preto. Minas Gerais, 30 de maio a 1º de junho de 2013.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Diego Carvalho. **Caminhos da redemocratização: Alguns apontamentos da política do pós-guerra em Pernambuco (1945-1946)**. Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 10/Dezembro, 2014.

SILVA, José Nogueira. **O trabalhador dos castanhais**. Marabá: CFCH/UFPA, Departamento de História, Especialização em História Social da Amazônia. 1994.

SILVA, Michele Rocha. **Para serem atendidas: Cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)**. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SIQUEIRA, Edir Veiga. **Formato e evolução do sistema partidário, eleitoral e parlamentar do Pará: uma análise comparada (1945-62 e 1986-98)**. Belém: Dissertação de mestrado em Ciência Política, convênio UFPA/IUPERJ, 1999.

SODRÉ, Lauro. **Mensagem**. Congresso do Estado do Pará, 1893.

SOIHET, R.; ALMEIDA, M. R. C.; AZEVEDO, C.; GONTIJO, R. (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA FILHO, Durval. **Os retratos de Coudreau: Índios, Civilizados e Miscigenação através das lentes do casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “bom selvagem” (1884-1899)**.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. **Estado e Partidos políticos no Brasil, 1930 a 1964**. 1ª Ed. São Paulo. Aufo-Omega, 1976.

SOUZA, Renato João de. **Da informação à representação: O papel do jornal escrito mineiro nos anos 1963 e 1964**. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. **Curso de Planejamento Regional**. Escola Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1955.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: Dos fortes à criação dos Municípios**. Revista ACT Geográfica, ano II, n. 3, jan/jun, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1997.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Trajetórias histórico-geográficas para uma geografia cidadã**. Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Discurso proferido em 20 de abril de 2005.

VALE, Eurico de Freitas. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 13ª. Governo do Estado do Pará. Legislatura a 7 de setembro de 1929.

VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Subsídios para seu planejamento. Relatório e principais contribuições da Conferência Técnica sobre Valorização Econômica da Amazônia. Rio de Janeiro, 1954.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VIAGEM AO TOCANTINS. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Partidos políticos brasileiros**: Das origens ao princípio da autonomia político-partidária. Dissertação apresentada ao Programa de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade 1780-1950**. (trad.) Leônidas Hegenberg, Octanny Mota e Anísio Teixeira. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1969.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo. HUCITEC, 1999.

Anexos

P O R T A R I A N º 4 0

=====

O Prefeito Municipal de Itupiranga, usando das suas atribuições conferidas por lei, R E S O L V E :

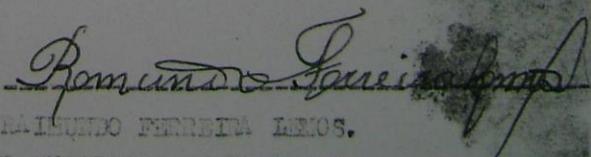
Determinar que ficam autorizados aos extratores de castanha da servidão pública municipal, repararem ou edificarem as suas barracas de dia 10 de dia 23 do corrente, incorrendo em penalidade, quem penetrar nas castanhas depois do ultimo prazo.

Avisa aos interessados, que as matrículas serão expeditas ao dia 2 de Janeiro do proximo ano.

Para conhecimento geral da-se publicidade a este ato.

CUMPRASE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, 19 de Dezembro de 1945.


 RAIMUNDO FERREIRA LEMOS.
 NO EXERCÍCIO DE PREFEITO.

Nº 108 0

Itupirabaga, 27 de Dezembro de 1948.

Ilmo. Sr.

Delegado Especial em

Ipixuna

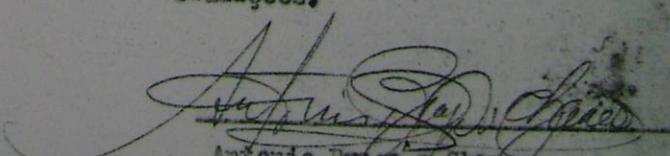
Senhor Delegado:

Sendo cientificado que do Igarapé da Saudade, ras, foi invadido por uma turma de homens que pretendem pertencimento dos castanheais quer do Município quer de arrendamento anarquizar as determinações desta Prefeitura, venho pedir a que acompanhe o fiscal desta Prefeitura, aí, em diligência para e depositar toda castanha encontrada já extraída, bem como já Sergio Lucas, na Ilha do Alexandre.

Ao srz. Fiscal, officiei dando-lhes os nomes e instruções a seguir caso em questão.

Contando com os vossos bons energicos serviços vo-me co estima e consideração.

Saudações.


Antonio Braga e Chaves

Prefeito Interino.

Nº 107

Itupiranga, 26 de Dezembro de 1948.

Ilmo. Sr.

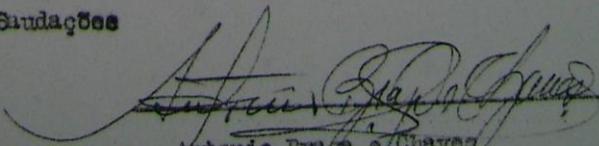
Fiscal Municipal em

IPIXUNA

Para a devida providencia esta Prefeitura determina o seguinte:
 Apreender toda castanha encontrada em poder ou onde estiver sido depositada ou vendida pelos Senhores Pedro Jeremias, Fabricio de Tal e Argemir, castanha esta extraida entre o Rio Cajazeiras e Alexandre, no castanha do Estado, ora sendo requerido por Felix Moura e outros, depositando-a em lugar seguro, medida e passado precibopelo depositario, até que chegue o contrato do seu requerente; sendo os mesmos senhores convidados a vir a esta Prefeitura afin de prestarem esclarecimentos a respeito no prazo minimo de 3 dias.

ALEXANDRE; chegar até a este lugar e apreender toda castanha ja extraida pelos invasores e pertubadores do serviço do fisco Municipal, esta castanha chegue ao numero de 20 ou mais hectolitros, tambem seguindo o mesmo processo da anterior e convidando-os a chegarem com a maxima urgencia a esta Prefeitura, afin de apresentarem suas credenciais de pertubadores da ordem fiscal Municipal, são eles: Alexandre (barbeiro), João Rosas, Vioy Costa e Sergio Lucas, este ultimo alem de extrator é comprador clandestino. Para isso deveis procurar o Delegado de Policia desta Vila e com ele efetuar a deligencia, o que para isso estou me comunicando com o mesmo. Sem outro motivo subscrevo-me cordialmente.

Saudações


 Antonio Braga e/Chaves

Prefeito Interino

(CÓPIA AUTÊNTICA)

Jacundá, 19 de Dezembro de 1948.

Ilmo Snr.
Prefeito Municipal de Itupiranga.

Senhor Prefeito.

Para os fins levo ao conhecimento de V.S. que farei desan-
do por alguns castanheiros residentes nesta Vila sobre a extração
das devidas matriculas, continuando aomentar o numero de invasores
sessar, tendo como pivar o snr. Bena Valente, com as maiores afrontas.
Recorri ao policiamento local, e este, nem uma providencia tomou. Pelo
esposto peço a V.S. tomar daí as medidas exigidas por lei.
Conforme pede para informar o numero de castanheiros, calculado
a mais.

Saudações

a) José Pereira e Silva
Fiscal Municipal.

Lucania, 12 de dezembro de 1949.

Ilm.º Sr.

Raimundo Benos Ferreira
D.º Prefeito em exercício.

Sr. Prefeito

Em obediência a vossa ordem, logo após a minha chegada nesta vila, procurei organizar serviços de matrículas, avisado para a data conforme combinamos ai. Acontece que, o numero que encontrei foi tão reduzido, apenas os encontrei com boa vontade para se matricular, uns alegam ^{que} estão ocupados com plantar de roças, outros alegam que ainda não tem castanha no chão por falta de chuva, e assim, como Sr. S. sabe não tem quem compreenda o povo, aos parados estavam revoltados e ^{estão} são ^{estão} calmos, e posso lhe afirmar que até esta data, não há invasão. Portanto sendo assim resolvi adiar para dia 20 do atual, o qual conto com o apoio de Sr. S.

Acuso recebimento do ofício n.º 173 datado de 10 do corrente, anexo da portaria n.º 44, pela qual deu ciência.

Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os meus protestos de estima e apreço.

Saudações

Joseferina e Silva

— iscal. Municipal

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PUBLICA
 DELEGACIA DE POLICIA DE ITUPIRANGA
 ESTADO DO PARÁ

Ofício Nº 22

Itupiranga, 3 de Janeiro de 1949.

Ilmo Snr.

Prefeito Municipal de Itupiranga.

Nesta

I - Comunico a V.S. que tendo recebido vosso Of. para junto ao Sr. Salomão Gomes da Silva Fiscal Municipal, ir até a Vila de Jacundá, fiz essa viagem e cumprir fielmente suas determinações; assistí o Snr. Fiscal apreender e deixar depositado (100) cem Hc. de castanha que havia sido apanhado clandestinamente, sendo de ponto de arrendamento e dos castanhais de Serv. da Publica do Estado.

II- Tendo me informado com o Snr. Comissario de Policia, o que tinha dado origem essa invasão de desobediencia, respondeu este que nada havia que originasse essa desobediencia; que isso já tem por costume o povo de Jacundá desde 1937.

Sem mais continuo sempre ao vosso despor no que for de Justia

Rebido em 3/1/49

SAUDAÇÕES

Francisco Hipolito dos Santos

Francisco Hipolito dos Santos.

2º Sgt. Delegado de Policia.

tesauraria para informar

Em 9-3-49
Atm. Oficina
Resp. pelo exp.

CARGO DB



AGÊNCIA DE
ESTATÍSTICA

Voz A
CONTABILIDADE
SUPERIOR

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA

A. M. E.

Ituriranga - Pa
em 9 de Março de 1949.

Senhor Prefeito

I - Solicito vossas providências no sentido de ser fornecida à esta A. M. de Estatística, uma relação dos castanhais arrendados e explorados e os limites dos castanhais dados pelo governo para servidão pública

II - Dita relação e limites destinam-se à diversos fins estatísticos.

Sendo somente o que se oferece no momento, sirva-me da oportunidade para reter os protestos de consideração.

Saudações

Gacilco Costa
A. M. Estatística

Prefeitura de Itupiranga

Cr\$ 6,00

Em 29 / 6 / de 1956

Mario Rodrigues

Exmo. Snr. Prefeito Municipal de Itupiranga.

Prefeitura de Itupiranga

— Portaria —

Petição n. 46

Em 29 / 6 / de 1956

Mario Rodrigues

Porteiro

*Como se trata de uma
matéria de interesse
público e de natureza
administrativa, não cabe
o recurso de mandado de
segurança, devendo ser
procedido o saneamento
da matéria.*

Nagib Mutran, exporta para Belem, via Tucuruí, pelo barco motor "Tupy" com transbordo para o barco motor "Aza Vermelha, consignado a firma Pacha Mutran Limitada, 270 hectolitros de castanha adquiridas do castanhal de serventia publica denominado Cametaú.

Valor comercial Cr\$ 54.000,00

Nestes termos

P. deferimento.

*Itupiranga
por Nagib
Lisboa*



1910



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

PORTARIA Nº 3

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e atendendo ao que requereu OTAVIO ALVES DE SOUSA, resolve exonera-lo das funções de Fiscal do Município em Ipixúna.

CUMRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, 31 de Maio de 1952.

Gentil Bittencourt Cohen
Prefeito Municipal.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itupiranga

D E C R E T O Nº 20

O Sr. Odilar Maciel Barreto, Prefeito Constitucional de Itupiranga, usando das suas atribuições legais,

D e c r e t a :

I - Fica pelo presente ato nomeado para exercer as funções de Fiscal Geral do Município, em substituição ao cidadão SALOMÃO GOMES FERREIRA, titular do cargo, atualmente em gozo de licença, o cidadão EDUARDO RODRIGUES ALVES, fazendo jus às vantagens do cargo estipuladas em Lei.

II - Fica o cidadão MARIO RODRIGUES DA SILVA, designado para assumir como verdadeiro titular o cargo de Fiscal da Sede para o qual fora designado em substituição ao seu Titular Salomão Gomes Ferreira quando este, na realidade, foi promovido a Fiscal Geral// conforme ato exarado no dia 1º de janeiro de 1959.

III - A Secretaria para publicar, registrar e dar a devida ciência.

Gabinete do Prefeito, 3 de Setembro de 1960

Odilar Maciel Barreto
Prefeito Municipal.

Nesta data foi publicado o presente ato e tomadas as demais providências legais.

Secretaria da Prefeitura, 3 de setembro de 1960.

João Soares
Secretario



ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itupiranga

DECRETO Nº 24

O Sr. ODILAR MACIEL BARRETO, Prefeito Constitucional de Itupiranga, usando das suas atribuições legais, etc...

R e s o l v e:

Art.1o. N O M E A R para fiscalizar o castanhal de Servidão Publica de nominado "CAMETAÚ GRANDE, de propriedade do Município, os cidadãos RAIMUNDO SANTOS MOURA, MANOEL LEOCADIO MARTINS, ACIOLE MILHOMEM DOS SANTOS e // GRIGORIO BEZERRA.

Art.2o. Aos fiscaes recém-nomeados compete:

- I - Percorrer diariamente a área sob sua guarda, impossibilitando invações antes da data estabelecida nas matriculas./
- II - No caso de ser flagrado alguém extraíndo castanha no castanhal acima referido antes da data estabelecida, compete ao fiscal convidar o infrator a se retirar das terras por si vigiadas, apreendendo o produto extraído e comunicar a ocorrência a esta Prefeitura para as devidas providencias.
- III - O produto apreendido será transportado para os Armazens da Prefeitura onde será leiloado e a renda convertida em auxílio aos mendigos desta Cidade.

Art. 3o - Os fiscaes perceberão a quantia de Hum Mil e Quinhentos / Cruzeiros (cr\$ 1.500,00) que será paga pela Verba ENCARGOS DIVERSOS, sub-consignação EVENTUAES, código 9.6.8.99.

Publique-se, registre-se e cientifique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de novembro de 1960.

CIENTE:

Grigorio Bezerra
 Raimundo dos Santos Moura

Odilar Maciel Barreto
 Prefeito Municipal
 João de Jesus
 Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA
ESTADO DO PARÁ

Of. nº 23

Snr. Fiscal de:

Guandu e Jaituba

CITA

Pelo portador deste, snr. Oswaldo Paranhos, Delegado de Polícia do Município, estou remetendo-lhe um talão para matrícula de castanheiros para exercerem suas atividades nas terras do Patrimônio municipal.

O valor de cada matrícula é de trinta cruzeiros cr\$ 30,00 e um cruzeiro cr\$ 1,00 de expediente, perfazendo um total de trinta e um cruzeiros cr\$ 31,00.

O snr. pode abrir as referidas matrículas no dia 3 do corrente, cabendo estas, de preferência, aos antigos moradores dessa localidade.

Sem mais no momento, subscrevo-me atenciosamente...

João Maria Barros

João Maria Barros

Secretário respondendo pelo exp.

Em 1/1/53.



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

SECRET

PORTARIA Nº 27

O SNR. PREFEITO CONSTITUCIONAL DE ITUPIRANGA usando das suas atribuições legais e...

- CONSIDERANDO a vontade soberana do povo que, convocado em Assembleia geral na noite de ontem, dia 13, deliberou por unanimidade o dia 11 de Janeiro do próximo ano (1.954) para abertura das matrículas para extração de castanha nos castanhais de propriedade desta Prefeitura ...

R E S O L V E

Designar o dia 11 de Janeiro do ano de 1.954 para abertura das matrículas que dão direito de extrair castanha nos castanhais de propriedade desta Prefeitura.

Cumpra-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Itupiranga, 14 de Dezembro de 1953.

Odilar Maciel Barreto

Prefeito Constitucional de Itupiranga.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁPORTARIA Nº 41

O Prefeito Municipal de Itupiranga, usando das suas atribuições conferidas por lei, R E S O L V E :

1ª - Só poderá trabalhar no serviço de extração de castanha de serviço público do patrimônio desta cidade, os extratores residentes na mesma atualmente, ficando vedado o dito direito as pessoas forasteiras vindo de outros lugares.

2ª - Todos aqueles que fizerem roçados para lavoura, e que são extratores de castanha, só poderão também trabalhar no serviço público em aproveitados que demonstre, que os ditos roçados que fizerem estão limpos e plantados.

3ª - As pessoas incursas no Nº 2 desta portaria, que não tiverem os roçados ficarem sujeitas as penalidades estatuidas pelo Código Florestal Brasileiro, que proibe a devastação das matas.

4ª - Para que ninguém alegue ignorancia dá-se publicação a este ato.

C U M P R A = S E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, 2 de Dezembro de 1949.

Benedito Ferreria Leiros
BENEDITO FERREIRA LEIROS

NO EXERCÍCIO DE PREFEITO.

Assim

PORTARIA Nº 27

DETERMINA A EDIFICAÇÃO DE BARRACAS E ESTABELECE CONDIÇÕES PARA MATRICULAS E ENTRADA PARA CASTANHAL DA PREFEITURA.

O Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais, etc.
 CONSIDERANDO que, todos os anos, os castanheiros deste Município, tem que edificar a suas barracas no Castanhal serventia Publica.
 CONSIDERANDO que, o Prefeito tem que Zelar pela limpeza da Cidade bem como as quintaes, afim de evitar infestações de carapanãs etc.
 CONSIDERANDO que, a data da entrada deve ser um dia depois da Matriculas, affim de evitar balbardia.

RESOLVE:

De acerde com os considerandos acima e para boa marcha de serviço de fiscalização determina o seguinte:

- 1ª- Fica determinado desde data a 30 deste mes para edificação de barracas no Castanhal da Prefeitura, devendo cada interessado cientificar pessoalmente a esta Prefeitura.
 - 2ª- Só terá direito a Matricula, o extrator quite com esta repartição, bem como tendo quintal de sua casa cercado, limpo e com fossa.
 - 3ª- A Matricula será expedida no dia 2 de Janeiro e a entrada no dia 3.
 - 4ª- É expressamente prohibido caçadas durante o mes de Dezembro do Castanhal da Prefeitura, bem como a entrada no dia 2.
 - 5ª- Os infratores desta Portaria serão punidos.
- E para que não aleguem ignorancia, vai esta fixada nos lugares de costume.

CIENTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE

CABINETE DO TRSFREIO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, em 22 de Novembro de 1940.

Antônio Carlos de Sá

Antônio Carlos de Sá
 Vice-Prefeito
 no exercicio de Prefeito.



Senhor Sizinando Gomes (Zizi), nascido na comunidade de Santa Terzinha do Tauiry é um dos benzedores da vila. Acervo pessoal.



Senhor Mariano Coelho, exibindo as plantas medicinais do quintal de sua casa, na comunidade do Tauiry, em Itupiranga. O senhor Mariano mora sozinho e é um dos que retornaram após a transferência para Itupiranga, e é um grande conhecedor da floresta local. Foi castanheiro, caçador, garimpeiro e pescador. Hoje, vive da sua aposentadoria, mais também, extraindo produtos naturais. Acervo pessoal.



“Foliões do Divino” saindo da comunidade de Santa Terezinha do Tauriy, iniciando o “giro”. Acervo do Divino Espírito Santo.



Junto aos foliões, ao fundo da imagem e no centro, o senhor José Oliveira de Souza, coordenador das festividades do “Divino Espírito Santo” do povoado do Tauriy, em um dos pontos da peregrinação, 2007. Acervo do Divino Espírito Santo.



Senhor Guilherme, morador da comunidade Santa Terezinha do Tauiry.